

Relatório de Gestão 2021

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento

Esteves Pedro Colnago Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente

Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretora-Executiva

Marise Maria Ferreira

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

Cimar Azeredo Pereira

Diretoria de Geociências

Claudio Stenner

Diretoria de Informática

Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Gerência de Planejamento e Gestão

Ana Cristina Martins Bruno

Sumário

Mensagem do Presidente do IBGE 5

1 Visão geral, organizacional e ambiente externo 11

Identidade Institucional

Onde estamos

Estrutura organizacional

Ambiente de atuação

Cenário nacional e internacional de 2021

O Modelo de Negócios do IBGE e a Cadeia de Valor Institucional

Modelo de negócios

Cadeia de Valor do IBGE

2 Riscos, oportunidades e perspectivas 23

Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2021

Identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos

Riscos Estratégicos

Riscos Operacionais

Riscos de Integridade

3 Governança, estratégia e desempenho 27

Estratégia

Estrutura de governança

Apoio da estrutura de governança

Relacionamento com a sociedade

Resultados e desempenho da gestão

Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão

Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas

Ensino superior, pesquisa e extensão

Outros resultados

Resultados das principais áreas de gestão do IBGE

Gestão orçamentária e financeira

Gestão de custos

Gestão de pessoas

Gestão de licitações e contratos

Gestão patrimonial e infraestrutura

Gestão da tecnologia da informação

Sustentabilidade ambiental

4 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis 148

Demonstrações contábeis

Notas explicativas

Normas e procedimentos

Informações acerca do setor de contabilidade do IBGE



Mensagem do Presidente do IBGE



Eduardo Luiz G. Rios Neto
Presidente do IBGE

Para mim é, ao mesmo tempo, honra e desafio liderar uma instituição tão profissional como essa, com missão tão nobre e relevante para a nação brasileira.

Mensagem do Presidente do IBGE

Como em 2020, o ano de 2021 continuou trazendo percalços que demandam adaptabilidade na administração do IBGE. Enquanto o final de 2020 apontava para o arrefecimento da pandemia e a previsibilidade da realização do Censo Demográfico em 2021, o segundo pico da COVID-19, que se iniciou na passagem de ano, agregou-se às dificuldades na aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2021 para demandar novas medidas estruturantes para o desafio do IBGE no cumprimento de sua missão.

Nossa expectativa era de que os dois bilhões de reais previstos para o Censo no Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2021 fossem aprovados. Em 25 de março, a Comissão Mista do Orçamento e o Congresso Nacional votaram um corte de mais de 90% no orçamento do Censo. Após a sanção da Lei Orçamentária Anual pelo Presidente da República, foi comunicado que o Censo Demográfico não se realizaria em 2021 por falta de previsão orçamentária. A gestão para a realização do Censo Demográfico em 2022 seria feita ainda em 2021, na Junta de Execução Orçamentária. No bojo desse processo, a então Presidente Susana Guerra pediu exoneração e fui nomeado Presidente do IBGE no dia 27 de abril.

No mês de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou parcialmente a medida liminar deferida pelo Ministro Marco Aurélio Mello, em tutela de urgência, mediante parecer de força executória, em que a União deveria viabilizar a realização do Censo Demográfico em 2022,

seguindo os parâmetros técnicos determinados pelo IBGE, adotando todas as medidas administrativas e legais necessárias.

Mediante a decisão do STF, o IBGE tratou de incluir o Censo Demográfico no PLOA 2022, além de buscar créditos adicionais junto à Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento (SETO) do Ministério da Economia, para que as atividades preparatórias para o Censo, a serem realizadas em 2021, não sofressem descontinuidades com danos irreparáveis. Os créditos adicionais foram obtidos e viabilizaram o andamento das atividades de planejamento do Censo para 2022 durante o segundo semestre de 2021.

No caso do PLOA para 2022, o IBGE refez o orçamento levando em conta o crescimento populacional, o ajuste nos custos, tendo por base a inflação até meados de 2021, e recalibrando a relação supervisor/recenseador. O novo valor para o PLOA chegou a 2,292 bilhões de reais. O Ministério da Economia encaminhou o valor de 2 bilhões de reais para o PLOA 2022, mediante contestação do IBGE, de que o valor requisitado seria absolutamente necessário. A SETO autorizou emenda ao PLOA 2022, fixando o valor total para o Censo Demográfico em 2,292 bilhões de reais.

A decisão do STF e a correção da SETO do Ministério da Economia garantiram o valor necessário para a realização do Censo Demográfico em 2022 e a Comissão Mista Orçamentária confirmou este valor, que acabou sendo sancionado pelo Presidente da República.

Ao mesmo tempo em que se resolvia a turbulência do corte orçamentário para 2021 e se viabilizava o PLOA 2022, o planejamento do Censo Demográfico de 2022 foi acelerado com a previsão de testes para o segundo semestre de 2021. O primeiro teste foi realizado na ilha de Paquetá, com apoio da Secretaria de Saúde do Município do Rio de Janeiro. Como a população de Paquetá recebeu imunização precoce em relação à população do Rio de Janeiro, o Censo Demográfico pôde ser testado lá, no início de setembro, na semana da pátria. O sucesso da experiência em Paquetá permitiu a generalização desses testes para todas as unidades da federação, com início em 4 de novembro e término ao final do mesmo mês. Esses testes viabilizaram uma avaliação dos equipamentos, da equipe, dos questionários e de todos os aspectos associados à realização do Censo Demográfico em 2022. Além de todos os aspectos técnicos, os testes serviram para trazer de volta o Censo Demográfico para a mídia e para o conhecimento da sociedade e o acompanhamento da ação com estratégias de comunicação provou ser extremamente relevante e custo-efetivo.

A realização do Encontro Técnico Nacional em Brasília, no mês de dezembro de 2021, representou uma conclusão em alto nível do conjunto de atividades realizado no segundo semestre de 2021. O Encontro reuniu mais de 200 pessoas, incluindo os chefes das Unidades Estaduais, Coordenadores Técnicos e Operacionais do Censo, as equipes das diretorias da Administração Central na sede, entre outras. As mesas redondas versaram sobre os testes regionais do Censo de 2022, os projetos estruturantes do Censo (técnico e tecnológico), estratégias de comunicação do Censo (disseminação e mídia), projeto operacional e de treinamento,

parcerias do Censo, acompanhamento, cobertura e qualidade do Censo, entre outros temas.

Se, no campo técnico, o ano de 2021 foi bastante proveitoso, o mesmo também pode ser dito no campo administrativo. O IBGE realizou sua adesão ao TransformaGov (Programa de Gestão Estratégica e Reforma do Estado), com destaque para a implementação do Programa de Gestão de Demandas (PGD), que representa a passagem do controle de frequência para a gestão de pessoas por meio da avaliação de suas entregas. No PGD, há a possibilidade de coexistência das modalidades de trabalho presencial, teletrabalho integral e parcial. A implantação do PGD coincidiu com um plano de retorno gradual ao trabalho presencial, que passou a ser modulado com o crescimento da terceira onda de COVID-19.

Ainda no campo administrativo, cabe destacar o alto grau de execução do orçamento em 2021. Esse esforço de utilização da integralidade do orçamento, levando-se em conta um considerável volume de liberações nos dois últimos meses do ano, reflete uma maturidade administrativa no sentido de planejar, com antecedência, os gastos com a produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas e com o ensino de graduação e pós-graduação, o desenho do processo licitatório e a busca pela proposta mais vantajosa, para que, com a liberação dos recursos orçamentários, o gasto possa ser realizado com celeridade.

Sob o ponto de vista de TI, no campo tradicional, 2021 marca a mudança do *Data Center* para o segundo andar do Complexo Canabarro no Rio de Janeiro, além da criação de um segundo *Data Center* de reserva na Unidade Estadual de São

Paulo. Além da continuidade da preparação dos equipamentos para a operação censitária, o IBGE avança na preparação para a era da ciência de dados e aprendizado de máquinas. Uma missão de cinco especialistas do IBGE foi a Nova Iorque em dezembro para, nas Nações Unidas, interagir com o *Census Bureau* americano como o objetivo de entender o uso de processamento de dados na nuvem e *data lake* na operação censitária americana no ano de 2020.

Cabe destacar a parceria da Administração Central com as diversas Unidades Estaduais (UEs) e sua rede de agências presente no território nacional. Essa parceria entre Sede e UEs é fundamental tanto para o desafio do planejamento do Censo Demográfico quanto para a sua realização em 2022. Parceria que também é imprescindível para a implementação da modernização administrativa.

A despeito das adversidades suportadas em 2020 e em 2021, e com chances de novos desafios em 2022, o momento é de expectativa para enfrentarmos a missão de realização do Censo Demográfico em 2022, além de mantermos a continuidade de operação do conjunto das atividades de pesquisa, de levantamentos geoespaciais e do calendário de publicações previstos para 2022.

Que vocês tenham uma ótima leitura do Relatório, que indica o enfrentamento e a análise dos riscos em 2021, além de apontar para as perspectivas futuras. Para mim é, ao mesmo tempo, honra e desafio liderar uma instituição tão profissional como essa, com missão tão nobre e relevante para a nação brasileira.



14 milhões

Telefones incorporados aos cadastros para ampliar o acesso aos informantes



26

Estados e o DF tiveram testes de campo realizados em preparação ao Censo Demográfico 2022

99,67%

Taxa de resultados alcançados no 2º semestre



50,3%

Participantes do Programa de Gestão

96,5%

Orçamento executado em relação ao previsto

217

Resultados de pesquisas estatísticas divulgados

28

Levantamentos geocientíficos divulgados

13,5%

Crescimento do número de contratações de bens, serviços e obras

10%

Redução aproximada de gastos com energia elétrica

2,3 milhões

Questionários aplicados nas pesquisas

4PB

Armazenamento dos novos Data Centers

IBGE

em números

44.310

Atendimentos aos usuários das informações produzidas pelo IBGE

15%

Crescimento do desempenho nas redes sociais

60

Alunos graduados e pós-graduados

35

Gestores capacitados em gestão de riscos

438

Alunos matriculados na ENCE

25.664

Concluintes de ações de capacitação oferecidas pela ENCE



1 **Visão geral, organizacional e ambiente externo**

Identidade Institucional

Quem somos

O IBGE é uma instituição da administração pública federal, vinculada ao Ministério da Economia, que tem por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações estatísticas e geoespaciais. Entre as informações estatísticas, destacam-se as de natureza demográfica e socioeconômica. Já os dados geoespaciais referem-se àqueles de natureza geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Suas principais atribuições incluem coordenar as atividades dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, bem como realizar pesquisas, levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento das realidades física, econômica, social e ambiental do País. Tais competências visam prover insumos para o planejamento econômico e social e à segurança nacional, sendo o IBGE o principal provedor de dados e informações imprescindíveis ao diagnóstico e ao monitoramento das dinâmicas econômica, demográfica, social, política e espacial da sociedade brasileira.

É no desempenho de suas principais atribuições que o IBGE oferece uma visão completa e atual do País, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

NOME

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

MISSÃO

Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

VISÃO DE FUTURO

Consolidar o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional com informações públicas, facilitando o acesso e o uso aos cidadãos.

VALORES

Ética e profissionalismo; respeito à confidencialidade; imparcialidade e independência; qualidade e transparência; foco nos usuários; respeito ao informante; valorização dos talentos.



Fonte: Acervo IBGE

Onde estamos

O IBGE está presente em todo o território brasileiro, por meio de uma rede nacional de pesquisa e disseminação.

Norte

	agências
Acre	3
Amapá	1
Amazonas	13
Pará	22
Rondônia	5
Roraima	1
Tocantins	9
Total	54

Nordeste

	agências
Alagoas	10
Bahia	50
Ceará	19
Maranhão	19
Paraíba	11
Pernambuco	20
Piauí	14
Rio Grande do Norte	9
Sergipe	6
Total	158

Centro-Oeste

	agências
Distrito Federal*	4
Goiás	21
Mato Grosso	16
Mato Grosso do Sul	11
Total	52

Sudeste

	agências
Espírito Santo	10
Minas Gerais	76
Rio de Janeiro	26
São Paulo	95
Total	207

Sul

	agências
Paraná	38
Santa Catarina	21
Rio Grande do Sul	38
Total	97

26
estados + DF

5570
municípios

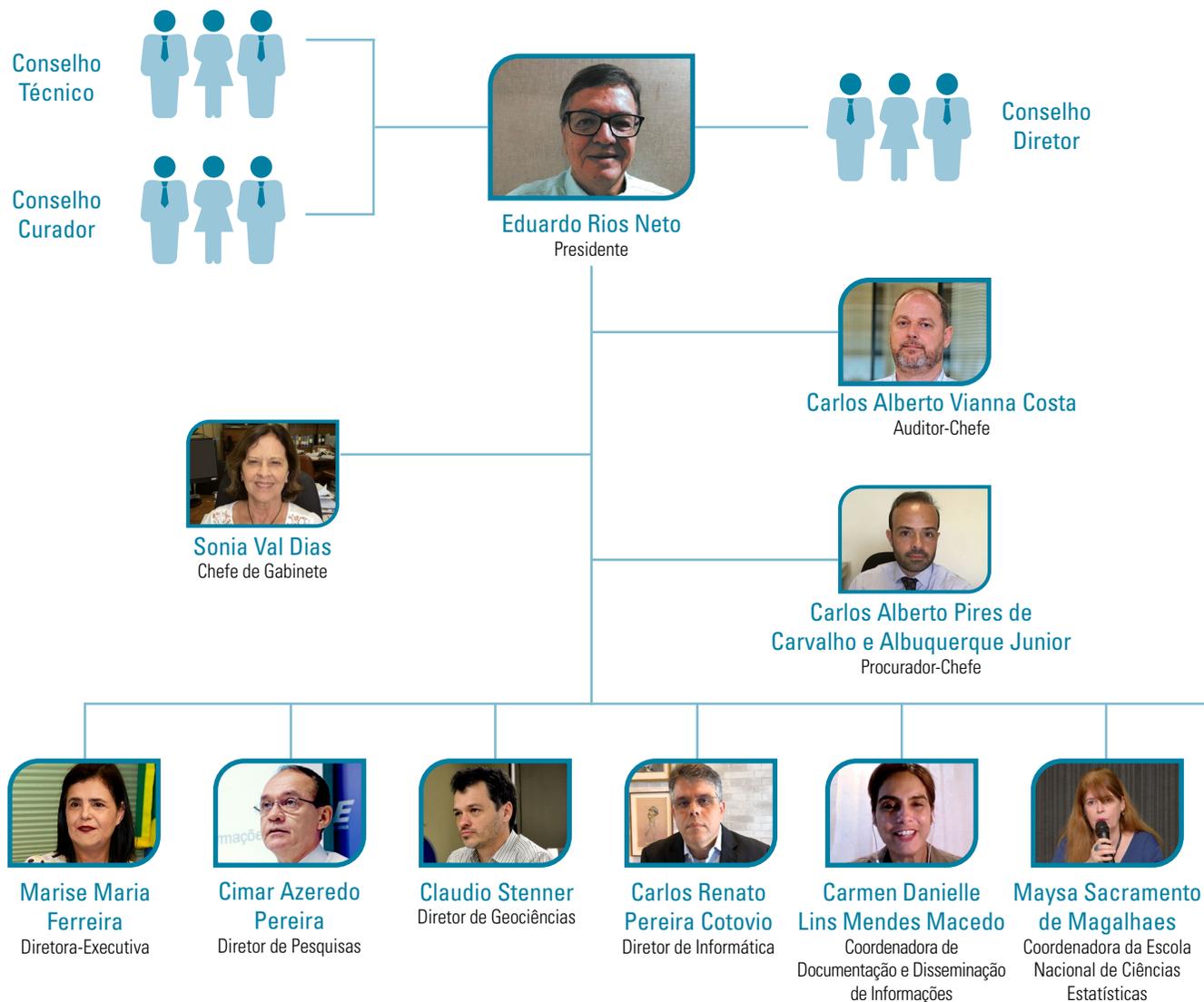
27
unidades estaduais

568
agências

* O IBGE mantém, ainda, a Reserva Ecológica do Roncador, situada a 35 quilômetros ao sul de Brasília.

Fonte: IBGE, 2021

Estrutura organizacional



Chefes das Unidades Estaduais do IBGE

Marco Fábio de Sousa Esteves (AC)
 Alcides Jerônimo de Almeida Tenório Júnior (AL)
 José Icleson Mendes Coelho (AM)
 Haroldo Canto Ferreira (AP)
 Artur Ferreira da Silva Filho (BA)
 Francisco José Moreira Lopes (CE)
 Silvio Rogério Potier dos Santos (DF)
 Max Athayde Fraga (ES)
 Edson Roberto Vieira (GO)
 Marcelo Virgínio de Melo (MA)
 Maria Antônia Esteves da Silva (MG)
 Mario Alexandre de Pinna Frazeto (MS)
 Millane Chaves da Silva (MT)
 Rony Helder Nogueira Cordeiro (PA)
 Roberto Salgado Beato (PB)
 Gliner Dias Alencar (PE)
 Leonardo Santana Passos (PI)
 Sinval Dias dos Santos (PR)
 José Francisco Teixeira Carvalho (RJ)
 Damiao Ernane de Souza (RN)
 Luiz Cleyton Holanda Lobato (RO)
 Roberto Maykot Kuerten (RR)
 Jose Renato Braga de Almeida (RS)
 Roberto Kern Gomes (SC)
 Adriane Almeida do Sacramento (SE)
 Francisco Garrido Barcia (SP)
 Paulo Ricardo da Silva Amaral Jesus (TO)

Fotos: Acervo IBGE, Agência Brasil/EBC, Agência O Globo.

Ambiente de atuação

O IBGE é a instituição oficial de informações estatísticas e geocientíficas do Brasil. Sua atuação está voltada fundamentalmente à produção e à disseminação de informações estatísticas e geocientíficas públicas, em escala nacional, sendo a única instituição com tal tipo de responsabilidade e foco de atuação.

A particularidade e a relevância de seu papel devem-se ao fato de o IBGE produzir essas informações como bens públicos e de disponibilizá-las para toda a sociedade, com regularidade, confiabilidade, transparência e no tempo devido. Não por outra razão, a quantidade, diversidade e abrangência espacial das informações produzidas pelo IBGE não encontram similaridade expressiva com produtos oferecidos por outras instituições e empresas. É isso que torna os produtos do IBGE um poderoso instrumento de suporte à concepção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da efetividade de praticamente todas as políticas públicas e programas governamentais, bem como das decisões privadas.

Conhecer o ambiente de atuação possibilita identificar oportunidades e desafios que influenciam nas escolhas estratégicas da instituição. Dentre as oportunidades identificadas no ambiente externo, encontram-se:

- a crescente demanda por informações para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas em diferentes estratos geográficos;
- os movimentos internacionais para o uso das tecnologias digitais e de geoprocessamento na captura e tratamento das informações, como *Big Data* e *Web Scraping*;
- a crescente procura por dados disseminados por meio de painéis interativos, direcionados para diferentes públicos, como os gestores e a sociedade;

- a intensa e emergente utilização de informações geoespaciais integradas às estatísticas;
- fortalecimento do papel do IBGE de coordenador do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional;
- avanço internacional na construção de modelos genéricos para adoção de estruturas e processos com maior garantia de uniformidade, harmonização e qualidade; e
- o maior interesse de organismos nacionais e internacionais em parcerias para o fortalecimento da infraestrutura do processo de produção estatística e geocientífica.

Além disso, desafios se fazem presentes no ambiente externo, provocando a necessidade de reflexão e definição de estratégias adequadas. Os principais desafios observados são:

- as pressões por maiores volumes de informação, cobrindo novos temas, com mais detalhamentos temático e espacial, maior frequência e menor prazo;
- a dificuldade crescente de obter informações básicas e cooperação dos informantes;
- a dificuldade de sistematizar o compartilhamento entre os principais produtores de dados e de registros administrativos no Brasil, para fins de produção estatística;
- a possibilidade de surgimento de novos agentes concorrentes na produção de informações decorrentes do uso massivo de tecnologias digitais e de geoprocessamento;
- a reposição insuficiente do quadro de servidores frente às aposentadorias; e
- a incerteza e limitação na disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros.

A gravidade da COVID-19 e do cenário de pandemia levaram o IBGE a interromper, por recomendação do Ministério da Saúde, as atividades de coleta presencial de todas as suas pesquisas em março de 2020, sendo que as atividades presenciais foram retomadas, com a observância dos

protocolos sanitários, ao longo de 2021, por meio de autorizações, em caráter excepcional, para o trabalho presencial em grande parte das pesquisas, mesmo que mantido o incentivo à coleta por telefone, quando possível.

A partir de 18 de outubro de 2021, foram retomadas todas as atividades presenciais do IBGE, definindo-se escalas de retorno, com a preservação dos grupos prioritários. A decisão foi firmada levando-se em consideração os dados oficiais que demonstravam redução progressiva na incidência de casos de COVID-19, bem como o avanço da campanha de vacinação, que já atinge parte expressiva do quadro funcional do IBGE.

Nesse ambiente de atuação, os seguintes desafios foram impostos:

- a necessidade de adaptação e testagem de metodologias alternativas de coleta de dados estatísticos e geocientíficos e de pareamento de bases de dados, para a realização das pesquisas e levantamentos em contextos de isolamento social;
- o estabelecimento de canais de comunicação que fomentassem a confiança da população nos novos procedimentos de coleta de dados, em momento de pandemia;
- a ampliação da oferta de capacitações e treinamentos na modalidade a distância;
- a implementação de iniciativas voltadas para a transformação digital da instituição; e
- o restabelecimento gradual do trabalho presencial de coleta e demais atividades, com os devidos protocolos de segurança para os trabalhadores do IBGE e os informantes.

Cenário nacional e internacional de 2021

O ano de 2021 deu continuidade à situação de excepcionalidade iniciada em 2020. A emergência da pandemia, que impôs às organizações o desafio de realizar ajustes significativos em seus processos e rotinas de trabalho, começou a dar seus primeiros sinais de enfraquecimento e foi necessário empenho tanto para repensar de que maneira as atividades presenciais poderiam ser retomadas com segurança, quanto para identificar quais as medidas de transformação institucional poderiam ser adotadas no IBGE, em caráter definitivo, com base nas lições aprendidas no decorrer desse período.

Nesse sentido, o IBGE realizou a sua adesão ao TransformaGov – Programa de Gestão Estratégica e Reforma do Estado, com o compromisso de implementar medidas de transformação institucional, de modernização das estruturas regimentais e de aprimoramento da gestão estratégica.

Dentre elas, destacou-se a implementação de Programa de Gestão de Demandas (PGD), regido pela IN SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, que visa a gestão de pessoas por meio de entregas e resultados, em vez do mero controle de frequência. Por meio de tal programa, é possível a coexistência das modalidades de trabalho presencial, teletrabalho integral e parcial, permitindo futuros avanços em outras dimensões da instituição, tais como a racionalização de espaços físicos, estruturas transversais de trabalho, melhorias na qualidade de vida dos servidores e a retenção e atração de talentos.

Outro desafio que se impôs ao IBGE foi o corte no orçamento destinado ao Censo Demográfico, o que representou uma redução de cerca de 90%

do orçamento previsto no projeto enviado ao Congresso Nacional, o que inviabilizou a realização da operação censitária em 2021, e levou ao seu adiamento para 2022. Provocado, o Supremo Tribunal Federal determinou a adoção de medidas administrativas e legislativas com o objetivo de assegurar os créditos orçamentários suficientes para a realização do Censo Demográfico, o que acabou ocorrendo com a aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2022, no exato montante pleiteado pelo IBGE. Ainda assim, o IBGE manteve, em 2021, o planejamento da operação, com as adequações necessárias, realizando treinamentos, testes piloto e encontros técnicos, culminando com a divulgação de novos processos seletivos para a contratação de agentes censitários e recenseadores.

Apesar de todos os desafios listados, o IBGE não apenas cumpriu a sua missão e garantiu a manutenção de seu programa regular de pesquisas, como seguiu com a divulgação de seus produtos, demonstrando flexibilidade diante da incerteza, capacidade de aprendizado com as experiências vividas e agilidade para a adaptação aos novos tempos.

Institucionalmente, o IBGE segue ocupando posições relevantes dentro e fora do país. A singularidade e representatividade do Órgão conferem ao Instituto um papel de destaque nos cenários nacional e internacional. Como uma instituição de excelência, o IBGE mantém amplo diálogo com as instituições similares em todo mundo, representando o Brasil no ambiente estatístico e científico internacional.

Em 2021, o IBGE passou a ocupar a vice-presidência da Divisão dos Países de Língua Portuguesa em Nomes Geográficos (DPLP) do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos (UNGEGN), cuja abordagem é seguida

no IBGE, dada a relevância do tema para a instituição. E, no segundo semestre, o IBGE ocupou a presidência pro tempore da Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul (REES).

Ademais, a presença em eventos nacionais e internacionais em 2021 (como participante ou promotor), reforça o papel de excelência da Instituição e a sua capacidade de inserção e de diálogo institucional, dentre os quais destacam-se:

- *Webinario de alto nivel sobre el proceso final de revisión de las Cuentas Ecosistémicas del Sistema de Contabilidad Económica y Ambiental para los países de América Latina y el Caribe (CEPAL);*
- 52ª Sessão da Comissão de Estatística da ONU (UNSC);
- *Technical Meeting for finalisation of Joint Statistical Publication (NOS-India/BRICS);*
- Evento Paralelo: *SDG Gateway (CEPAL);*
- *IAOS 2021 General Assembly (IAOS);*
- *XX Encontro da REES e Webinar Agenda 2030: ¿Hacia un cambio de paradigma de los censos de población? (INDEC-Argentina/REES);*
- Seminário “Agenda Econômico-Financeira da OCDE” (Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia);
- *Webinar “The use of non-traditional data sources for Official Statistics in the Latin American and Caribbean Region” (DANE-Colômbia/CEPEI);*
- OCDE - Recomendação sobre Boas Práticas de Estatística (Itamaraty);
- *UN World Data Forum 2021 (ONU);*
- *UNECE Expert Forum for Producers and Users of Climate Change-Related Statistics (UNECE);*
- *13th meeting of Heads of NSOs of BRICS Countries (NSO-India/BRICS);*
- *11ª Reunión de la Conferencia Estadística de las Américas de la CEPAL (CEPAL);*
- *Fourth Meeting of the Statistical Coordination Group for the 2030 Agenda in Latin America and the Caribbean (CEPAL);* e
- Seminário “Avanços e desafios para a visibilidade estatística dos afrodescendentes na América Latina” (AECID/CEPAL).

O Modelo de Negócios do IBGE e a Cadeia de Valor Institucional

O modelo de negócios do IBGE apresenta o sistema posto em prática para a transformação de seus capitais (humanos, organizacionais, intelectuais, tecnológicos) e recursos financeiros em produtos, disponibilizados gratuitamente à sociedade, com regularidade, transparência e tempestividade.

Para cumprir sua missão e seus objetivos estratégicos e entregar valor aos usuários, a instituição realiza um conjunto de 26 macroprocessos, que se desdobram em 159 processos. Os macroprocessos estão organizados em cinco linhas de negócios, sendo duas finalísticas, a saber: Governança, Suporte Corporativo; Melhoria e Inovação; Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas; e Ensino Superior, Pesquisa e Extensão. Todo esse conjunto está representado na Cadeia de Valor do IBGE, que se constitui em um documento institucional de referência para a gestão integrada dos mais diversos processos. Importante destacar, no entanto, que a Cadeia de Valor é um instrumento vivo e passível de ser modificado e atualizado, sempre que necessário, para refletir as mudanças institucionais.

A produção de informações estatísticas e geocientíficas resulta em levantamentos geocientíficos e em diversas estatísticas sociais, econômicas, demográficas e de multidomínio. A produção do IBGE é fundamental para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentado, da paz e da segurança, sendo relevante insumo aos governos municipais, estaduais e federal e ao próprio cidadão. Por oferecer respostas efetivas e úteis às necessidades e demandas da sociedade é, também, de interesse de universidades, institutos de pesquisa e da iniciativa privada. São valores públicos gerados por essa linha de negócios: o “retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil” e a “garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais”.

O ensino superior, a pesquisa e a extensão são atividades coordenadas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE, na qual são formados profissionais para o mercado de trabalho em níveis de Graduação (Bacharelado em Estatística), Especialização (Análise Ambiental e Gestão do Território), Mestrado e Doutorado (em População, Território e Estatísticas Públicas). Como valores públicos gerados por essa linha de negócios destacam-se a “geração e difusão dos conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências”.

O trabalho do IBGE é regulado pelo respeito aos valores institucionais e pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do servidor público do IBGE, do Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE, dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais e dos Princípios compartilhados que orientam a Gestão da Informação Geoespacial.

O grande interesse da sociedade e a expressiva repercussão da produção institucional pode ser comprovada pelo número de matérias sobre o IBGE em veículos impressos e sites, em matérias em jornais, revistas e TV, bem como pelos milhões de usuários únicos da Agência IBGE Notícias e do Portal do IBGE.

O IBGE não é responsável, especificamente, por um programa, objetivo ou metas do PPA 2020-2023, mas dele participa por meio de ações orçamentárias previstas em três programas. O quadro a seguir apresenta as ações orçamentárias que foram executadas pelo Instituto e seus respectivos programas de governo, previstos no PPA.

Programas de ações orçamentárias do PPA 2020-2023 com participação do IBGE

Programa	Tipo	Ministério	Ação Orçamentária
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	Gestão	Ministério da Economia	2000 - Administração da Unidade 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes 20TP - Ativos Civis da União 20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos 20U7 - Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico 20U8 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes 2230 - Gestão da Documentação e Disseminação de Informações 15DM - Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional 15MV - Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
2218 - Gestão de Riscos e Desastres (Defesa Civil)	Finalístico	Ministério do Desenvolvimento Regional	15DN - Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalístico	Ministério da Educação	20U5 - Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

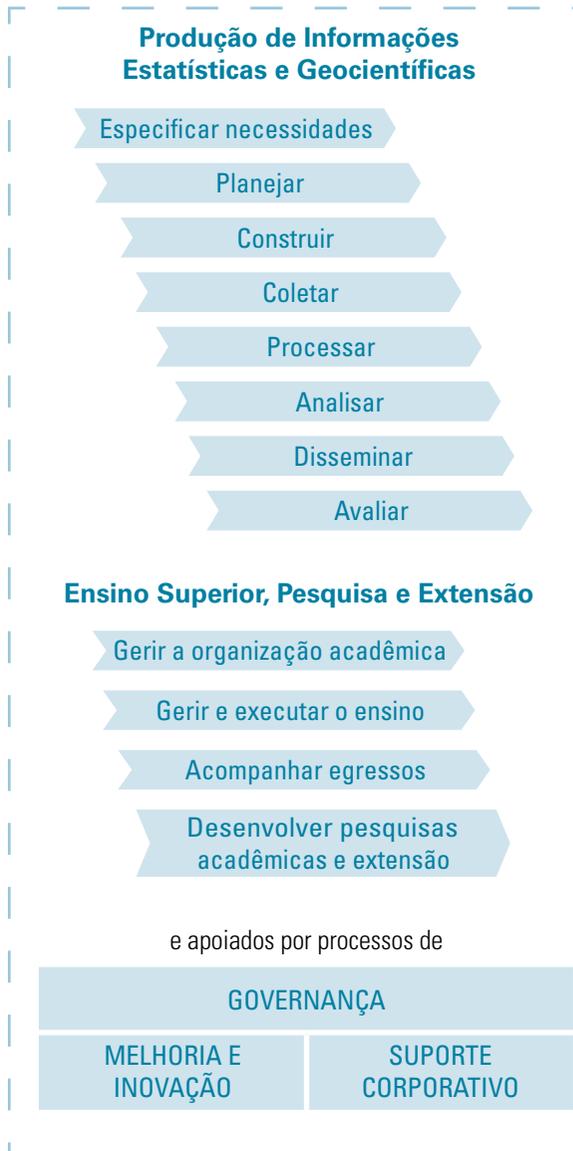
Fonte: IBGE, 2021.

Modelo de negócios

Em 2021 **Capitais e Recursos**



aplicados às **Linhas de Negócio e Macroprocessos**



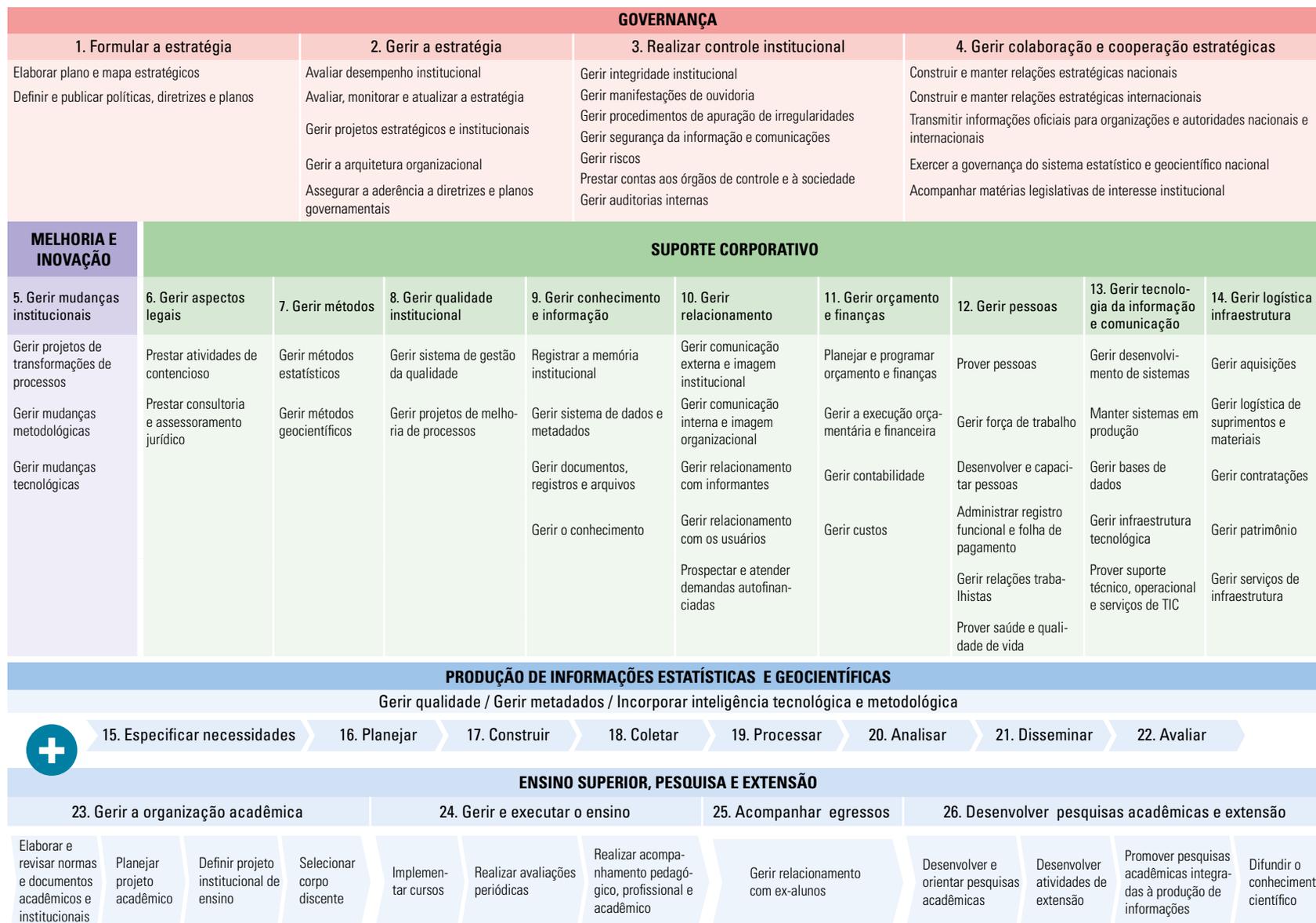
resultaram em **Produtos**

disponibilizados gratuitamente, com regularidade, transparência, no tempo devido,



a toda sociedade: Estado, iniciativa privada, academia e cidadãos.

Cadeia de Valor do IBGE



VALOR PÚBLICO GERADO

▶ Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil

▶ Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais

▶ Gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIÊNCIAS

Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica

	15. Especificar necessidades	16. Planejar	17. Construir	18. Coletar	19. Processar	20. Analisar	21. Disseminar	22. Avaliar
 <p>Modelo Genérico do Processo de Produção Estatística - GSBPM</p>	Identificar as Necessidades	Desenhar os Resultados	Construir os Instrumentos de Coleta	Criar os Cadastros e Selecionar as Amostras	Integrar Dados	Preparar os Resultados	Atualizar Sistemas de Resultados	Reunir as Informações de Avaliação
	Consultar e Confirmar as Necessidades	Definir as Variáveis	Construir / Melhorar os Componentes do Processamento	Preparar a Coleta	Classificar e Codificar	Validar os Resultados	Produzir os Resultados para Disseminação	Realizar a Avaliação
	Estabelecer os Objetivos	Definir a Metodologia de Coleta	Construir / Melhorar os Componentes da Disseminação	Coletar	Revisar, Validar e Criticar	Interpretar e Explicar os Resultados	Gerenciar a Disseminação	Acordar um Plano de Ação
	Identificar os Conceitos	Especificar o Cadastro e a Amostragem	Configurar Fluxos de Trabalho	Finalizar a Coleta	Editar e Imputar	Assegurar a Confidencialidade	Promover os Produtos de Disseminação	
	Verificar a Disponibilidade de Dados	Definir o Processamento e a Análise	Testar os Sistemas de Produção		Derivar Novas Variáveis e Unidades	Finalizar os Resultados	Gerenciar o Suporte ao Usuário	
	Preparar o Plano de Ação	Desenhar Fluxograma e Sistema de Produção	Testar o Processo Estatístico de Produção		Calcular os Pesos			
			Finalizar os Sistemas de Produção		Calcular Resultados Agregados			
					Finalizar os Arquivos de Dados			
<p>Modelo Genérico de Processos de Produção de Geoinformação - GGIBPM</p>	Identificar as Necessidades	Definir os Resultados Esperados	Construir/Melhorar Instrumentos de Coleta	Preparar Coleta/ Levantamento de Dados Primários	Preparar Dados para Processamento	Conformar os Resultados do Processamento	Preparar Produtos para Editoração	Reunir as Informações
	Identificar as Necessidades de Melhorias	Definir a Metodologia de Coleta e Produção	Construir/Melhorar Sist. Comp. Proces. e Análise	Coletar/Levantar	Processar	Interpretar e Sintetizar os Resultados do Processamento	Carregar os Metadados	Avaliar a Satisfação do Usuário
	Estabelecer Objetivos e Conceitos	Definir os Requisitos para Processamento e Análise	Construir/Melhorar o Ambiente da Disseminação	Obter Dados Secundários	Descrever, Tabular e Espacializar	Consolidar a Análise	Editorar Produto	Avaliar o Fluxo Geral do Processo
	Confirmar as Necessidades	Definir a Modelagem de Dados	Elaborar Material de Treinamento	Validar Conjunto de Dados	Validar os Resultados do Processamento	Gerar Metadados	Produzir Material Promocional	Acordar Ações para Melhoria do Processo
	Verificar a Disponibilidade dos Dados	Definir os Requisitos de Infraestrutura Tecnológica	Capacitar Equipes	Integrar Conjunto de Dados			Preparar Produtos para Formatos Online	
	Verificar a Viabilidade de Produzir os Dados	Elaborar o Modelo de Publicação	Testar o Ambiente de Produção				Publicar	
Elaborar o Relatório de Viabilidade do Produto	Elaborar o Plano de Ação	Definir Teste Piloto				Promover o Produto		
		Executar o Teste Piloto						



2 Riscos, oportunidades e perspectivas

Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2021

No IBGE, a estrutura de gestão de riscos está definida: a política institucional de gestão de riscos – documento que define as instâncias responsáveis pelo sistema de gestão de riscos e suas respectivas competências – foi aprovada pelo Conselho Diretor e publicada em 2018. O Comitê de Governança, Riscos e Controles do IBGE (CGOV) atua como comitê interno de suporte à governança institucional, sendo responsável por conduzir anualmente os processos de priorização, identificação, análise e avaliação de riscos estratégicos e de integridade e pelo monitoramento da implementação das medidas de tratamento aprovadas pelo Conselho Diretor.

A implementação da política de gestão de riscos é um objetivo estratégico presente no plano estratégico institucional. Desde sua criação, o CGOV vem trabalhando para a formalização e a implantação do processo de gestão de riscos no IBGE. Em 2019, foi publicada a metodologia institucional de gestão de riscos, baseada na norma internacional ISO 31000. Junto com a política de gestão de riscos, o documento de metodologia norteia o trabalho e apresenta as orientações e ferramentas para identificação, análise e avaliação de riscos, para determinação de níveis de risco, priorização dos riscos e seleção das medidas de tratamento a serem implementadas para sua mitigação.

A oficina de capacitação na metodologia de gestão de riscos, criada e ofertada em 2020, na modalidade a distância, com 25 horas, passou a ser oferecida em 2021 com carga horária ampliada para 40 horas.

Até o momento, foram **capacitados 95 gestores** na metodologia, **60 em 2020** e **35 em 2021**. Tais servidores foram preparados, também, para atuarem como facilitadores internos e contribuirão em suas áreas para a implementação efetiva da gestão de riscos, fortalecendo a primeira linha de gestão.

Com esse conjunto de ações realizadas nos últimos anos, entendemos que, em 2021, o objetivo previsto no plano estratégico institucional relativo à implementação da política de gestão de riscos foi alcançado e novos objetivos e desafios para o avanço da gestão de riscos devem ser previstos, como o fortalecimento dos fluxos de comunicação, avanços nas atividades típicas de segunda linha e melhoria da integração das informações e reportes sobre a gestão de riscos.

O quadro a seguir apresenta, para o **Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2021**, os objetos priorizados para cada uma das três categorias de riscos institucionais.

Categorias de Riscos	Objetos de Análise priorizados em 2021
Estratégicos	Projeto Estratégico: Implementação do Programa de Gestão no IBGE
Operacionais	Processos da Cadeia de Valor institucional priorizados pelas Diretorias
Integridade	Riscos de integridade publicados na Resolução CRTCI nº 3, de 27 de junho de 2019, priorizados pelo CGOV e Grupos de Trabalho

Identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos

Para todos os objetos priorizados, foram identificados os riscos e levantadas informações sobre causas, consequências, controles existentes, probabilidade de que o conjunto de causas ocorra e magnitude de seus efeitos, caso os riscos se materializem. Em todos os casos, foram registrados os níveis de risco tolerável, inerente e residual, como parte do processo de análise. O processo de avaliação consiste em comparar o nível de risco residual (considerando a eficácia dos controles) com o nível de risco tolerável e decidir sobre a necessidade de planejar e implementar medidas mitigadoras. Para as três categorias de riscos, a identificação, análise e avaliação de riscos conduzem à intensificação dos controles existentes e, quando necessário, ao planejamento de medidas de tratamento e definição de controles complementares para redução do nível de risco ao nível aceitável. As medidas de tratamento propostas, os prazos e os responsáveis pela implementação das ações são informações documentadas nos Planos de Tratamento dos Riscos, parte dos Relatórios de Avaliação de Riscos, documentos gerados pelo CGOV e submetidos à aprovação do Conselho Diretor, a cada ciclo de avaliação anual.

Os riscos estratégicos e de integridade são avaliados pelo CGOV, a partir de prioridades definidas no plano de trabalho anual. Dependendo da temática envolvida, o CGOV conta com técnicos e especialistas convidados a participar para contribuir com o processo. Já a avaliação dos riscos operacionais é uma responsabilidade das diferentes unidades organizacionais.

Riscos Estratégicos

Em 2021, o objeto priorizado para avaliação de riscos estratégicos foi o Projeto de Implementação do Programa de Gestão, instituído em alinhamento com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 30 de julho de 2020. O Programa encerra com o controle de frequência, institui o monitoramento de entregas e resultados, por meio de sistema, e formaliza o teletrabalho no IBGE. Em 30 de julho de 2021, foram publicadas a Portaria da Presidência (PR/IBGE nº 243) e a Instrução Normativa da Coordenação de Recursos Humanos (CRH/DE/IBGE nº 22, revisada posteriormente, em 17 de julho de 2021), regulamentando o Programa de Gestão no IBGE. Considerando as mudanças na organização e na gestão do trabalho que o Programa introduz e seus possíveis impactos na cultura organizacional e nos planos de trabalho, o projeto foi priorizado para avaliação de riscos pelo CGOV, para o planejamento de medidas mitigadoras que contribuam para o alcance dos objetivos pretendidos.

Foram **identificados três riscos e planejadas 30 medidas mitigadoras**, muitas delas já implementadas em 2021, ficando outras medidas para 2022, após o encerramento do período de ambientação. Durante o processo de reflexão foram discutidas, também, as principais oportunidades representadas pelo Programa de Gestão e algumas das medidas propostas representam ações para melhor aproveitá-las.

Considerando o novo adiamento do Censo Demográfico, para 2022, o Relatório de Avaliação de Riscos para os quatro processos priorizados da operação censitária, elaborado e aprovado em

2020, foi revisado em 2021, de modo a assegurar a atualização das informações, em função de eventuais alterações e ajustes no projeto da operação. Não houve alteração na lista de riscos identificados, nem nos resultados dos processos de análise e avaliação. Na revisão, foram complementados os controles instituídos e atualizadas as informações sobre as medidas de tratamento mitigadoras (novas medidas foram planejadas, foi atualizado o status das medidas concluídas em 2021 e foram reavaliadas as ações em andamento ou a serem ainda implementadas).

Em 2021, o IBGE começou o processo de revisão do plano estratégico institucional e a publicação da versão revisada do plano está prevista para o início de 2022. Os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao buscar executar seu plano estratégico revisado e as potenciais implicações para seu modelo de negócio e desempenho futuro serão reflexões a serem incorporadas ao processo de gestão de riscos, a partir de 2022.

Riscos Operacionais

Em 2021, foi realizado o primeiro ciclo de avaliação de riscos operacionais no IBGE, dando início à integração da gestão de riscos aos processos organizacionais, trabalho esse que deverá ser fortalecido e ampliado nos próximos ciclos, com o maior envolvimento das lideranças das unidades organizacionais e participação dos novos gestores capacitados.

Em março de 2021, as Unidades priorizaram os processos da cadeia de valor do IBGE que seriam objeto de avaliação de riscos e aplicaram a metodologia, passando pelos processos de identificação, análise e avaliação dos riscos, bem como pela proposição de medidas de tratamento, negociadas entre os envolvidos. O resultado foi apresentado ao CGOV, em setembro de 2021. Os gestores (primeira linha) são responsáveis pela implementação das medidas e pela gestão de riscos operacionais e o CGOV irá acompanhar e monitorar o processo em 2022, dando o devido suporte à implementação e ao monitoramento contínuo dos controles internos e das medidas destinadas a mitigar os riscos identificados.

Riscos de Integridade

Quanto aos riscos de integridade, o CGOV tomou por base os resultados do primeiro levantamento de Riscos à Integridade realizado pelo Ministério da Economia, publicado na Resolução CRTCI nº 3, de 27 de junho de 2019, para a priorização e o planejamento do trabalho no ciclo 2021. O Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade do Ministério da Economia (CRTCI) publicou uma listagem de 29 riscos de integridade potenciais, divididos em seis subcategorias. Tendo esse material como referência, foram **priorizados sete riscos** para reflexão coletiva, por meio de grupos de trabalho compostos por representantes de diferentes unidades organizacionais. Como resultado do trabalho, foram **previstas 36 medidas de tratamento mitigadoras**, a serem implementadas nos próximos anos e monitoradas pelo CGOV, em reuniões regulares, ao longo de 2022.



3 Governança, estratégia e desempenho

Estratégia

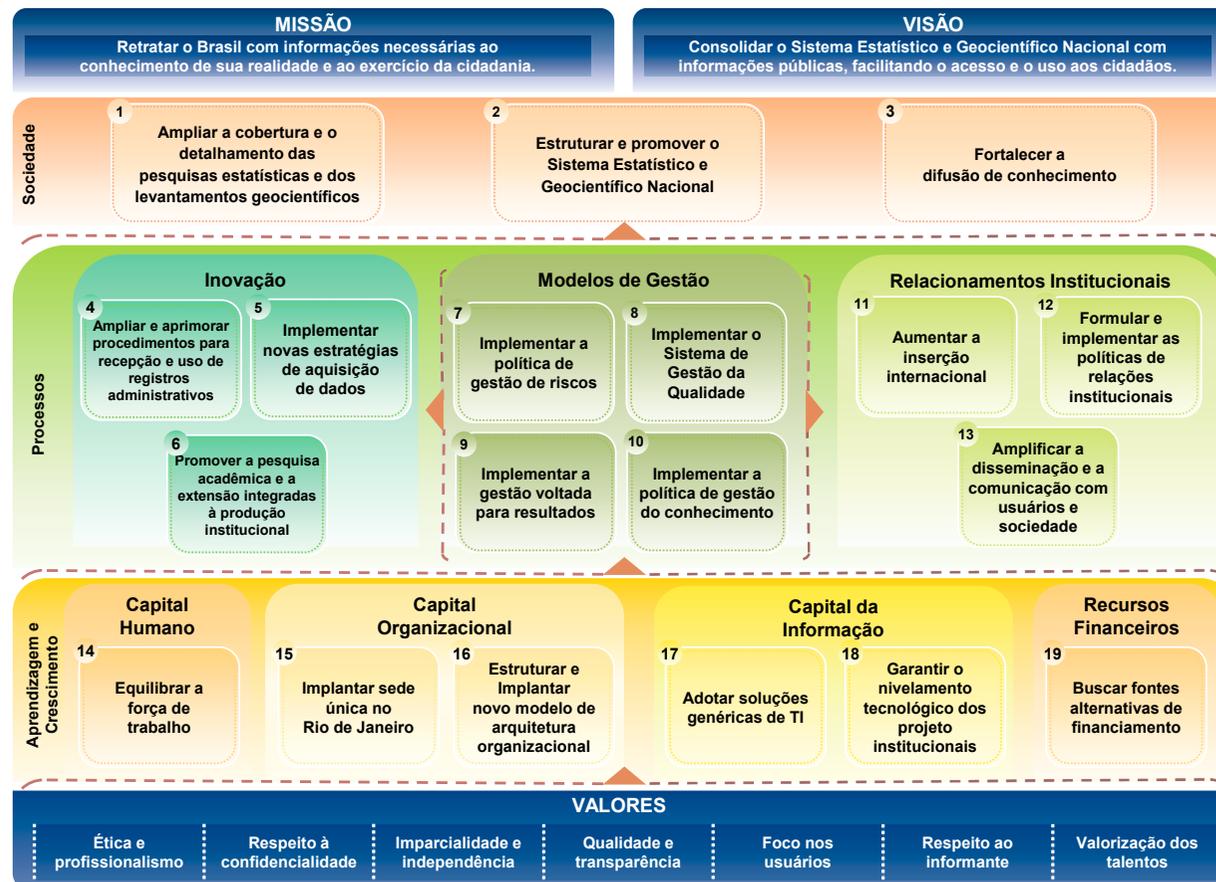
Para onde a Organização deseja ir e como pretende chegar lá?

O Plano Estratégico do IBGE contribui para a sinergia das ações e para o fortalecimento da coordenação e da coerência da governança, ao mesmo tempo em que esclarece, sensibiliza e mobiliza a Instituição em direção à visão de futuro pretendida. Além disso, é um veículo de transparência da estratégia organizacional para o governo e a sociedade.

Em janeiro de 2021, o IBGE assinou o Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT), documento pactuado com o Ministério da Economia com o objetivo de implementar propostas transformadoras, nas áreas de governança pública e gestão estratégica, gestão de pessoas, gestão de documentos e arquivos, patrimônio e custeio e estruturas organizacionais, no âmbito do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado – TransformaGov. Foram previstas 30 ações e 52% delas foram implementadas em 2021.

Além das ações previstas no PGT, com destaque para a Implementação do Programa de Gestão de Demandas (PGD), visando a gestão por resultados, a otimização de recursos e a qualidade de vida do servidor (em alinhamento ao Objetivo Estratégico “9 - Implementar a gestão voltada para resultados”), destacam-se outras seis iniciativas que se desdobram dos objetivos estratégicos (Vide Mapa Estratégico do IBGE 2017-2027):

Mapa Estratégico 2017-2027



a) Hospedagem e coordenação do *Hub* Regional da Plataforma Global da ONU no Brasil (*UN Global Platform Regional Hub in Brazil*), cujo objetivo é fomentar a cooperação dos institutos de estatísticas da América Latina e do Caribe, a fim de contribuir para o avanço do uso de *Big Data* e Ciência de Dados na modernização da produção

de estatísticas oficiais na região, promovendo o compartilhamento de conhecimento e o desenvolvimento de iniciativas inovadoras entre os países da região. O *Hub* é de fundamental relevância para a agenda de modernização do IBGE, uma vez que os produtos e atividades desenvolvidos contribuirão para alavancar e transformar a produ-

ção estatística e geocientífica do país (em alinhamento com os Objetivos Estratégicos: “3 - Fortalecer a difusão do conhecimento”; “5 - Implementar novas estratégias de aquisição de dados”; “6 - Promover a pesquisa acadêmica e a extensão integradas à produção institucional”; “11 - Aumentar a inserção internacional” e “12 - Formular e implementar as políticas de relações institucionais”).

b) Aperfeiçoamento do projeto do Censo Demográfico com base num modelo misto e concomitante de coleta de dados em três modalidades: a tradicional entrevista presencial, a entrevista telefônica e o autopreenchimento via internet; e a adoção de mecanismos modernos de acompanhamento da operação censitária, por meio da estruturação de um painel para monitoramento de indicadores e informações geoespaciais da coleta, destacando o uso de geotecnologias como imagens de satélites, visualização do trajeto de percursos realizados e das coordenadas dos domicílios cadastrados nas aplicações desenvolvidas (Objetivo Estratégico: “5 - Implementar novas estratégias de aquisição de dados”).

c) Segurança de dados e altas taxas de transmissão entre os ativos de comunicação, armazenamento e computação, por meio da ativação do novo ambiente de missão crítica, com cabeamento estruturado de alto desempenho, composto por conexões em fibra ótica MPO (*Multifiber Push On*) e cabo metálico blindado; e *Data Center* Principal com classificação TIER 3 - de acordo com a norma TIA 942 (Objetivo Estratégico: “18 - Garantir o nivelamento tecnológico dos projetos institucionais”).

d) Estabelecimento de relações territoriais entre os estabelecimentos agropecuários investigados no Censo Agropecuário 2017 e os imóveis rurais cadastrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 2021, por meio de parceria institucional entre o IBGE e a Embrapa Territorial (Objetivos Estratégicos: “1 - Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos” e “12 - Formular e implementar as políticas de relações institucionais”).

e) Ampliação do compartilhamento e divulgação dos aspectos mais relevantes da comunicação do IBGE e da atuação dos seus servidores nas redes sociais por meio da ação IBGE NAS REDES (Objetivo Estratégico: 13 - Amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e sociedade”).

f) Ampliação da utilização de registros administrativos, melhor detalhamento na apuração das Contas Nacionais e atualização do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), por meio de parceria institucional entre o IBGE e a Receita Federal do Brasil (RFB) (em alinhamento com os Objetivos Estratégicos: “1 - Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos”; “5 - Implementar novas estratégias de aquisição de dados” e “12 - Formular e implementar as políticas de relações institucionais”).

Por meio dessas iniciativas, o IBGE vem trabalhando para, a cada ano, transformar e otimizar os seus processos, incorporar novas tecnologias,

integrar registros administrativos e estudos longitudinais, com foco em inovação e tecnologia, por meio da utilização de técnicas de pareamento de bases de dados, ferramentas de *machine learning* e de *Big Data*, com vistas à absorção institucional de conhecimento e à sua aplicação prática nos processos e produtos estatísticos, tornando-os mais eficientes e inovadores; ao mesmo tempo que mantém uma produção relevante, que prima pela qualidade do gasto e pelo bom uso de recursos públicos.

Para o próximo exercício, o foco da Instituição estará em assegurar o sucesso em seu maior desafio, que simboliza a essência de sua missão no país: o Censo Demográfico. Para tanto, dedicou-se, em 2021, à realização das atividades de planejamento e preparação para a operação censitária.

Também para 2022, está prevista a finalização da revisão de seu Plano Estratégico, iniciada no último trimestre de 2021, e a implementação de sistemática de monitoramento e avaliação dos Objetivos Estratégicos estabelecidos, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 24/2020, ações estas pactuadas no PGT.

Estrutura de governança

A estrutura de governança e autocontrole da gestão do IBGE é composta pelos seguintes órgãos colegiados de direção superior e seccionais:

Órgãos colegiados de direção superior

CONSELHO DIRETOR

Previsto no art. 5º, com competências, composição e quórum definidos nos artigos 14 a 16 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

Órgão colegiado ao qual cabe estabelecer as políticas reitoras da atuação da Instituição, dando publicidade de seus atos e deliberações.

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto

Presidente

Sonia Val Dias

Chefe de Gabinete

Marise Maria Ferreira

Diretora-Executiva

Cimar Azeredo Pereira

Diretor de Pesquisas

Claudio Stenner

Diretor de Geociências

Carlos Renato Pereira Cotovio

Diretor de Informática

Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Coordenadora de Documentação e Disseminação de Informações

Maysa Sacramento de Magalhães

Coordenadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

CONSELHO CURADOR

Previsto no art. 13 da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

Órgão colegiado destinado a exercer, em caráter permanente, a fiscalização, o acompanhamento e o controle de gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira da Instituição, cabendo-lhe, também, o exercício de atividades consultivas da Presidência do Instituto.

O Conselho Curador se reúne, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação do Presidente ou da maioria de seus membros.

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto

Presidente

Bernardo Borba de Andrade

Representante da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE-ME)

Rafael Perez Marcos

Representante da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Ailton de Aquino Santos

Representante do Banco Central do Brasil (BACEN)

Edson Wanderlei Fontana

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

Elis Regina Manhobosco Allegranzi

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

CONSELHO TÉCNICO

Está previsto no art. 13, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

Órgão colegiado destinado a formular propostas e emitir pronunciamento acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades no âmbito da competência do IBGE.

O Conselho Técnico se reúne, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação do Presidente ou da maioria de seus membros.

Em 2022, será iniciado processo de obtenção das indicações por parte dos Ministérios para uma nova formação do Conselho.

Órgão de assistência direta e imediata da presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GAB)

Previsto no art. 17 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021, é o órgão que assiste à presidência na representação política e social, no preparo e no despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

Sonia Val Dias
Chefe de Gabinete

Órgãos seccionais

AUDITORIA INTERNA (AUD)

Prevista no art. 18 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

Órgão seccional que, no exercício de suas competências, vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador, nos termos do disposto no art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

A atuação da Auditoria Interna está sujeita à supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos que o integram.

A atividade de auditoria interna visa fiscalizar o uso adequado dos recursos pelas unidades gestoras do IBGE e comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e de sistemas administrativos.

Carlos Alberto Vianna Costa
Auditor-Chefe

PROCURADORIA FEDERAL (PF)

Prevista no art. 19 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

Órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 2º, § 3º, da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete a ela representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE, observadas as normas estabelecidas pela Advocacia-Geral da União e pela Procuradoria-Geral Federal e exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do IBGE, e aplicar, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Carlos Alberto Pires Carvalho Albuquerque Junior
Procurador-Chefe

DIRETORIA-EXECUTIVA (DE)

Prevista no art. 20 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

É a área responsável por exercer as atividades de planejamento, de coordenação-geral, de organização, de coordenação, de orientação e de execução das atividades relativas à administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, orçamentários, financeiros e contábeis, e prestar suporte às unidades descentralizadas na realização dessas atividades.

Marise Maria Ferreira
Diretora-Executiva

Órgãos específicos singulares

DIRETORIA DE PESQUISAS (DPE)

Prevista no art. 21 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

É responsável por planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística, relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País e por executar as ações de competência do IBGE no âmbito da coordenação do Sistema Estatístico Nacional, e em relação aos convênios de cooperação em matéria estatística.

Cimar Azeredo Pereira

Diretor de Pesquisas

DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS (DGC)

Prevista no art. 22 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

É responsável por planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza geográfica, geodésica e cartográfica, e aqueles relativos a recursos naturais e condições do meio ambiente e por executar as ações de competência do IBGE no âmbito da coordenação do Plano Geodésico Fundamental e do Plano Cartográfico Básico e em relação a convênios de cooperação em matéria geocientífica.

Claudio Stenner

Diretor de Geociências

DIRETORIA DE INFORMÁTICA (DI)

Prevista no art. 23 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

É responsável por planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades de tecnologia da informação e apoiar a promoção e o desenvolvimento de processos com vistas à melhoria do sistema de informatização do IBGE. É responsável também por administrar o parque central de equipamentos e a infraestrutura básica de informática, administrar e zelar pela preservação e garantia da integridade das informações contidas na base de dados do IBGE, proporcionar apoio técnico para o acesso aos dados e promover a pesquisa de novas tecnologias, difundi-las e assessorar os órgãos do IBGE quanto ao seu uso.

Carlos Renato Pereira Cotovio

Diretor de Informática

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CDDI)

Previsto no art. 24 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

É responsável por planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de documentação e de disseminação do acervo de informações, desenvolver produtos e serviços de informação adequados aos segmentos de usuários, promover sua divulgação e comercialização, divulgar a imagem e preservar pela memória institucional e zelar pelos direitos intelectuais do IBGE quanto a seus produtos.

Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Coordenadora de Documentação e Disseminação de Informações

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (ENCE)

Prevista no art. 25 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

Instituição federal de ensino superior dotada de autonomia de ensino que promove atividades de pesquisa, oferece cursos de graduação e pós-graduação *stricto e lato sensu*, para os servidores do quadro de pessoal permanente do IBGE, para os prestadores de serviços do IBGE e para o público em geral e oferece cursos avulsos de atualização e extensão. É responsável por planejar, orientar, coordenar, controlar e executar atividades de ensino e de pesquisa em matéria estatística e geográfica e implementar as atividades relacionadas ao treinamento, ao aperfeiçoamento, à formação e à pesquisa das unidades do IBGE.

Maysa Sacramento de Magalhães

Coordenadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Órgãos descentralizados

UNIDADES ESTADUAIS (UEs)

Previstas no art. 26 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021.

O IBGE possui 27 Unidades Estaduais (UEs), uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à presidência do IBGE. As UEs têm como competência planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas do IBGE, no limite de sua competência jurisdicional.

As Unidades Estaduais contam com 568 agências de coleta de dados, nos principais municípios brasileiros, para ampliar a abrangência de atuação e agilizar as atividades de coleta de dados pelo IBGE.

Marco Fábio de Sousa Esteves
Chefe da Unidade Estadual do Acre

Alcides Jeronimo de Almeida Tenorio Junior
Chefe da Unidade Estadual de Alagoas

José Ilcleson Mendes Coelho
Chefe da Unidade Estadual do Amazonas

Haroldo Canto Ferreira
Chefe da Unidade Estadual do Amapá

Artur Ferreira da Silva Filho
Chefe da Unidade Estadual da Bahia

Francisco José Moreira Lopes
Chefe da Unidade Estadual do Ceará

Silvio Rogério Potier dos Santos
Chefe da Unidade Estadual do Distrito Federal

Max Athayde Fraga
Chefe da Unidade Estadual do Espírito Santo

Edson Roberto Vieira
Chefe da Unidade Estadual de Goiás

Marcelo Virgínio de Melo
Chefe da Unidade Estadual do Maranhão

Maria Antônia Esteves da Silva
Chefe da Unidade Estadual de Minas Gerais

Mario Alexandre de Pinna Frazeto
Chefe da Unidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Millane Chaves da Silva
Chefe da Unidade Estadual do Mato Grosso

Rony Helder Nogueira Cordeiro
Chefe da Unidade Estadual do Pará

Roberto Salgado Beato
Chefe da Unidade Estadual da Paraíba

Gliner Dias Alencar
Chefe da Unidade Estadual de Pernambuco

Leonardo Santana Passos
Chefe da Unidade Estadual do Piauí

Sinval Dias dos Santos
Chefe da Unidade Estadual do Paraná

Jose Francisco Teixeira Carvalho
Chefe da Unidade Estadual do Rio de Janeiro

Damiao Ernane de Souza
Chefe da Unidade Estadual do Rio Grande do Norte

Luiz Cleyton Holanda Lobato
Chefe da Unidade Estadual do Rondônia

Roberto Maykot Kuerten
Chefe da Unidade Estadual do Roraima

Jose Renato Braga de Almeida
Chefe da Unidade Estadual do Rio Grande do Sul

Roberto Kern Gomes
Chefe da Unidade Estadual de Santa Catarina

Adriane Almeida do Sacramento
Chefe da Unidade Estadual de Sergipe

Francisco Garrido Barcia
Chefe da Unidade Estadual de São Paulo

Paulo Ricardo da Silva Amaral Jesus
Chefe da Unidade Estadual do Tocantins

Principais instâncias internas de apoio à governança

COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES (CGOV)

Instituído pela Resolução nº 26 do Conselho Diretor, de 24 de julho de 2020, em consonância com a IN Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016; Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2016; Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019; IN SEGES/ ME nº 24, de 18 de março de 2020.

São as seguintes as competências do CGOV, que atua como um comitê interno de suporte à governança institucional:

- auxiliar o Conselho Diretor na manutenção e monitoramento do sistema de gestão de riscos e controles internos, com vistas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e o cumprimento da missão institucional;
- atualizar e monitorar o plano estratégico institucional e promover a integração da gestão de riscos ao planejamento estratégico e seus desdobramentos, atividades, processos e projetos relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais;
- promover, manter e acompanhar a implementação de processos, estruturas, mecanismos e práticas organizacionais de governança;
- incentivar iniciativas de acompanhamento de resultados, soluções de melhoria do desempenho institucional e aprimoramento do processo decisório;
- assegurar o cumprimento dos princípios éticos e de boa governança e incentivar a adoção de boas práticas de gestão de riscos e controles internos, garantindo aderência às orientações do Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (CRTCI) do Ministério da Economia; e
- revisar e atualizar anualmente o plano estratégico institucional e assegurar o monitoramento trimestral de resultados.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO GERAL DOS CENSOS (CPO)

Instituído pela Resolução nº 49 do Conselho Diretor, de 20 de dezembro de 2019.

Compete a essa Comissão estabelecer a política geral e as diretrizes para planejamento e organização global das operações censitárias, bem como decidir sobre:

- programações orçamentárias e de desembolsos financeiros, segundo os exercícios fiscais, a serem submetidas ao Ministério da Economia;
- cronogramas gerais de atividades; e
- outros assuntos estratégicos relacionados aos Censo.

COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CSI)

Instituído pela Resolução nº 12 do Conselho Diretor, de 23 de julho de 2021, em consonância com Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019; Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019; e Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, alterado pelo Decreto nº 9.832, de 12 de junho de 2019.

São as seguintes as competências do comitê:

- assessorar a implementação das ações de segurança da informação;
- constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação;
- propor atualizações na Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) do IBGE; e
- propor normas internas relativas à segurança da informação.

COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CTIC)

Instituído pela Resolução nº 48 do Conselho Diretor, de 20 de dezembro de 2019, em consonância com Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019; Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019; e Portaria nº 778, de 04 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

São as seguintes as competências do comitê:

- apreciar e encaminhar ao Conselho Diretor, para sua aprovação, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE, com o objetivo de alinhar os investimentos nesta área com o planejamento e metas institucionais;
- deliberar sobre diretrizes, normas, padrões, metodologias, planos, programas e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- criar grupos de trabalho para a atualização e acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE;
- convidar especialistas externos para subsidiar trabalhos quando necessário; e
- sanar eventuais dúvidas sobre assuntos relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação.

COMITÊ DE SIGILO

Instituído pela Resolução nº 6 do Conselho Diretor, de 11 de março de 2021, é um fórum colegiado constituído por representantes das unidades setoriais e com as seguintes competências:

- Propor soluções para questões relacionadas ao sigilo e à confidencialidade das informações;
- Apreciar as solicitações de acesso às informações confidenciais, dando parecer sobre autorização e condições de uso;

c. Avaliar, rotineiramente, o cumprimento das normas para assegurar a manutenção do sigilo das informações confidenciais; e

d. Apreciar as demandas relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) vindas por meio do Encarregado de Dados ou outros canais institucionais.

COMITÊ DE COORDENAÇÃO DE TREINAMENTO (CCT)

Instituído pela Resolução nº 27 do Conselho Diretor, de 22 de dezembro de 2003.

É um fórum colegiado constituído por representantes de unidades setoriais, nomeados pelo Presidente do IBGE, para tomada de decisão sobre as políticas de treinamento da Instituição, bem como avaliar os pleitos de afastamentos temporários de servidores para cursar programas de pós-graduação.

As principais competências do comitê são:

- identificar e propor políticas e diretrizes de treinamento e aperfeiçoamento;
- analisar e decidir quanto aos pedidos de afastamento de servidores para a realização de programas de formação e aperfeiçoamento; e
- acompanhar e avaliar, continuamente, os programas de treinamento e aperfeiçoamento do IBGE.

Apoio da estrutura de governança

Atuação da Auditoria Interna

O Decreto nº 10.859, de 19 de novembro de 2021, que aprovou o Estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no parágrafo único do art. 18, define que a Auditoria Interna (AUD), no exercício de suas competências, vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador (CC), nos termos do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, entre outras providências.

A nomeação e exoneração do Auditor-Chefe é submetida pelo Presidente da Fundação IBGE ao CC para aprovação e, posteriormente, à Controladoria-Geral da União (CGU), para fins de ratificação.

O Conselho Curador (CC) do IBGE, no exercício de suas atribuições, aprovou, em 12 de julho de 2021, por meio da Portaria CC nº 03/2021, o Regulamento Interno da Auditoria Interna do IBGE, que nos arts. 2º e 3º, definem que a Auditoria Interna: (i) possui como missão aumentar e proteger o valor organizacional do IBGE, fornecendo avaliação, assessoria e conhecimento objetivos e baseados em riscos; e (ii) é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, criada para agregar valor e melhorar as operações da Fundação, auxiliando a organização a atingir seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança.

Atuando sob supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as atividades de auditoria são

anualmente planejadas e consubstanciadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), em consonância com a Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU) nº 5, de 02 de setembro de 2021, que dispõe sobre a elaboração do PAINT, do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) e do parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental.

Em atendimento ao previsto no Capítulo VI de seu Regulamento Interno, a AUD indicou como fatores de motivação para o estabelecimento de seu Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna (PGMQ), instituído pela Portaria PR/AUD nº 01/2021, de 22 de julho de 2021, de acordo o prenunciado na Seção III do Capítulo IV do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovado pela Instrução Normativa SFC/CGU nº 3, de 09 de junho de 2017, dentre outros: (i) o fortalecimento da auditoria interna; (ii) o aumento do valor entregue nas atividades de auditoria interna; e (iii) a capacidade de conduzir avaliações em conformidade com normas nacionais e internacionais que orientam a função da auditoria interna.

Tais preceitos direcionaram a formulação do PAINT para o ano de 2021 (PAINT 2021), aprovado pela Portaria do CC nº 02/2021, de 12 de julho de 2021, que, de forma inovadora, destacou os seguintes avanços na agenda proposta para a AUD:

- Seleção de objetos da Cadeia de Valor do IBGE para avaliação selecionados com base na rotação de ênfase e na avaliação de riscos;
- Inclusão do uso de técnicas de mineração de dados e de automação do macroprocesso de auditoria;

- Inclusão da atuação da auditoria no atendimento e relacionamento com os Órgãos Externos de Controle (OEC);

- Indicação da estruturação de uma trilha de conhecimento para o desenvolvimento dos auditores – *Treina@AUD*; e

- Busca de infraestrutura em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para as atividades de auditoria.

Em dezembro de 2021, a AUD compunha-se de nove servidores – Auditor-Chefe, Assistente Técnico e sete Auditores – e estava estruturada organizacionalmente pelo Auditor-Chefe em Núcleos Técnicos com agendas direcionadas em: (i) atendimento e relacionamento com OEC; (ii) auditoria em TIC e desenvolvimento de soluções em *analytics*; e (iii) planejamento e gestão das atividades da Auditoria Interna.

Por meio de atividades apresentadas e priorizadas no PAINT, conduzidas pelos referidos Núcleos Técnicos citados no parágrafo anterior, a AUD vem trabalhando para ser a cada ano mais inovadora e moderna, transformando e otimizando seus processos de trabalho, incorporando novas tecnologias, ao mesmo tempo atuando em ações de auditoria que agreguem efetivo valor à Fundação.

As informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria são apresentados no RAIN. Este relatório é encaminhado anualmente à CGU, até o final de março do ano seguinte ao qual se refere, para o exercício da supervisão técnica desse órgão.

O RAIN 2021 se encontra disponível no site "Acesso à informação" do Portal do IBGE ou por meio do *link*: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/auditorias.html>.

Gerência de Processos Administrativos Disciplinares (GEPAD)

Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

A Gerência de Processos Administrativos Disciplinares (GEPAD) é a entidade responsável pela coordenação e apuração das irregularidades administrativas do quadro de servidores do IBGE, na forma da Lei nº 8.112/90 (servidores efetivos) e da Lei nº 8.745/93 (servidores temporários), além de atuar com as atribuições de corregedoria-geral, ainda não instituída pelo órgão.

As atividades relacionadas à apuração de irregularidades são exercidas, via de regra, pelos servidores lotados na Gerência, mas, em razão de carência de pessoal, em muitas ocasiões contam com a participação de colaboradores lotados em outras unidades estaduais ou mesmo em outras unidades da Sede.

Nas Unidades Estaduais, os processos de apuração são desenvolvidos por servidores locais, supervisionados pela Gerência de Processos Administrativos Disciplinares, sempre que necessário, excetuando-se aqueles que envolvem fatos de maior gravidade, para os quais a Administração determina que sejam apurados pela equipe de servidores que compõem a GEPAD, com maior experiência em procedimentos disciplinares mais complexos.

No exercício de 2021, manteve-se reduzida a atividade correcional no IBGE, quando feita a comparação com os anos anteriores à pandemia. A adoção do regime de teletrabalho teve como consequência a diminuição da possibilidade de conflitos e desvios de condutas entre os servidores.

Importante, também, consignar que a promulgação da Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/19), aliada à implementação do instituto da Investigação Preliminar Sumária - IPS, regulamentada pela Instrução Normativa CGU nº 08, de 19 de março de 2020, inibiu a instauração de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) sem que haja um robusto conjunto probatório.

Os procedimentos disciplinares foram devidamente registrados nos sistemas CGU-PAD e ePAD, atendendo aos preceitos estabelecidos pelas Portarias CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007 e nº 2.463, de 19 de outubro de 2020.

Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Os casos de dano ao erário são apurados em Termos de Ajuste de Conduta (TACs), cujo alcance aumentou significativamente com a edição da Instrução Normativa da CGU nº 04 de 21 de fevereiro de 2020, que, agora, permite a celebração desse instrumento de resolução consensual de conflitos, inclusive em casos de dano ao erário cujo montante não ultrapasse o valor estabelecido como de licitação dispensável, nos termos da norma de licitações e contratos aplicável.

No exercício de 2021, dos 21 procedimentos disciplinares instaurados, seis foram destinados a apurar responsabilidades pelo desaparecimento ou perecimento de bens públicos, correspondendo a 28,57% do total de procedimentos instaurados.

Não houve nenhum caso de Tomadas de Contas Especial, bem como não ocorreram fatos em apuração que, de acordo com a avaliação da unidade responsável, tenham elevado potencial de se converterem nesse tipo de processo administrativo.



Quadro consolidado dos procedimentos apuratórios realizados em 2021 por assunto:

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO		RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO	
Assunto	Número de procedimentos realizados	Assunto	Número de procedimentos realizados
Acumulação indevida de cargos	0	Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	2
Assédio moral	0	Favorecimento próprio ou de terceiros	0
Assédio Sexual	0	Fraude em contrato administrativo celebrado com a administração pública estrangeira	0
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	1	Fraude em contrato administrativo celebrado com a administração pública nacional	0
Ausência ou impontualidade ao serviço	1	Fraude em procedimento licitatório da administração pública estrangeira	0
BDE - A Classificar	0	Fraude em procedimento licitatório da administração pública nacional	0
Comportamento inidôneo	0	Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	6
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	0	Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	0
Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	0	Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	0
Coronavírus	0	Monitor - A Classificar	0
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	6	Não entrega de documentação no prazo, não manutenção da proposta apresentada, recusa injustificada à celebração de contrato ou atos análogos praticados em procedimento licitatório	0
Descumprimento da Lei de Acesso à Informação	0	Nepotismo	0
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	0	Pagamento de vantagem indevida ou seu oferecimento, direto ou indireto, a agente público estrangeiro ou a terceiro relacionado	0
Descumprimento de Regime de Dedicção Exclusiva	0	Pagamento de vantagem indevida ou seu oferecimento, direto ou indireto, a agente público nacional ou a terceiro relacionado	0
Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição	0	Prática de fraude fiscal	0
Desproporção entre patrimônio e renda	0	Reconhecimento de dívida	0
Desrespeito ao sigilo de informações	0	Representação de interesse particular junto à administração	0
Dificultar/intervir na atividade de investigação/fiscalização de órgãos ou agentes públicos estrangeiros	0	Utilização dissimulada de interposta pessoa para a obtenção de vantagem indevida junto à administração pública estrangeira	0
Dificultar/intervir na atividade de investigação/fiscalização de órgãos ou agentes públicos nacionais	0	Utilização dissimulada de interposta pessoa para a obtenção de vantagem indevida junto à administração pública nacional	0
e-OUV - A Classificar	0		
e-PAD - A Classificar	0		
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	5	Total de procedimentos:	21

Fonte: CGU/PAD – Jan/2022

21 procedimentos registrados



6 procedimentos de desaparecimento ou perecimento de bens públicos



Unidade de Gestão da Integridade (UGI)

O IBGE atualizou o normativo vigente por meio da Resolução nº 18, de 10 de setembro de 2021, do Conselho Diretor, que revogou as anteriores (RCD nº 17/2019 e nº 02/2020), que criaram a Unidade de Gestão da Integridade (UGI), unidade setorial do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal (Sipef), subordinada à Presidência do IBGE, revisando suas competências, de acordo com o disposto no Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021 para os seguintes termos:

- assessorar a autoridade máxima da entidade nos assuntos relacionados ao programa de integridade;
- articular-se com as demais unidades da entidade que desempenhem funções de integridade para a obtenção de informações necessárias ao monitoramento do programa de integridade;
- coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento de seu programa de integridade;
- atuar na promoção e orientação de treinamento, no âmbito da entidade, em assuntos relativos ao programa de integridade;
- elaborar e revisar, periodicamente, o plano de integridade;
- atuar com o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGOV) na gestão dos riscos para a integridade;
- monitorar e avaliar, no âmbito da entidade, a implementação das medidas estabelecidas no plano de integridade;
- propor ações e medidas, no âmbito da entidade, a partir das informações e dos dados relacionados à gestão do programa de integridade;

- avaliar as ações e as medidas relativas ao programa de integridade sugeridas pelas demais unidades da entidade;
- reportar à autoridade máxima da entidade o andamento do programa de integridade;
- participar de atividades que exijam a execução de ações conjuntas das unidades integrantes do Sipef, com vistas ao aprimoramento do exercício das atividades comuns;
- reportar ao órgão central as situações que comprometam o programa de integridade e adotar as medidas necessárias para sua remediação; e
- executar outras atividades dos programas de integridade previstas no art. 19 do Decreto nº 9.203, de 2017.

Além da atualização das competências, a Resolução do Conselho Diretor nº 18, de 10 de setembro de 2021 e a Portaria da Presidência (PR/IBGE nº 294), de 13 de setembro de 2021, revisaram a constituição do Grupo de Trabalho, coordenado pela UGI para ações de fortalecimento dos processos e funções de integridade, composto pelos seguintes membros:

- Representante da Comissão de Ética do IBGE;
- Representante da Diretoria-Executiva (DE);
- Representante da Gerência de Atendimento (CDDI/GEATE);
- Representante da Gerência de Processos Administrativos Disciplinares (DE/GEPAD);
- Representante da Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (ENCE/CTA); e
- Representante da Auditoria Interna (PR/AUD).

Atuações do Grupo de Trabalho:

- Preparação e monitoramento do plano de trabalho da integridade com ações definidas para 2021 e 2022;
- Elaboração de proposta de capacitação referente ao tema integridade, para compor o Programa de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2022 do IBGE;
- Elaboração de Proposta de nova RCD da UGI, alinhada ao Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021, bem como, de nova portaria ampliando o grupo de trabalho, com a indicação de suplentes;
- Participação no trabalho de gestão de riscos à integridade promovido pelo CGOV, com atuação nos quatro grupos de trabalhos, onde foram priorizados sete riscos para análise e tratamento; e
- Participação no trabalho de gestão de riscos estratégicos do Programa de Gestão, promovido pelo CGOV, onde foram identificadas, analisadas e propostas medidas de tratamento para os riscos à integridade.

Atuações da UGI:

O IBGE norteia suas ações para a promoção de uma cultura de ética e integridade, objetivando a consolidação de um ambiente institucional ético, pautado por condutas íntegras. Citam-se as ações que evidenciam o seu comprometimento com a melhoria contínua sobre o tema:

- O responsável pela UGI (suplente) e o Presidente do CGOV (titular), representam o IBGE no Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (CRTCI) do Ministério da Economia. Em 2021, foram acompanhadas todas as reuniões e as discussões e recomendações específicas relativas ao tema integridade para o devido alinhamento interno;

- Criação do Canal da Integridade, na intranet, que dissemina conteúdos sobre ética e integridade no IBGE. A UGI possui parceria com o Ministério da Economia e a CGU para divulgar materiais audiovisuais sobre o tema;

- A UGI tem assento no Comitê de Governança, Riscos e Controles do IBGE (CGOV) e, em 2021, participou das reuniões ordinárias, coordenando em conjunto com o CGOV, o trabalho para identificação, análise, avaliação e proposição de medidas de tratamento de riscos à integridade, trabalho esse que culminou com a elaboração do relatório de riscos para integridade 2021/2022. Foram avaliados riscos de integridade, utilizando como referência os riscos à integridade identificados pelo Ministério da Economia (Resolução CRTCI nº 3, de 27 de junho de 2019), mas tendo como objeto de análise o plano de trabalho institucional, mobilizando na análise e avaliação, equipes multidisciplinares com representantes de diversas unidades organizacionais. Além dessa atividade, contribuiu também com o mapeamento de dois riscos operacionais relacionados a atividade da UGI e participação no trabalho de gestão de riscos estratégicos relacionados ao Programa de Gestão;

- Revisão do Plano de Integridade do IBGE 2021/2022, aprovado pelo Conselho Diretor, com ampla divulgação para o público interno e externo (intranet e extranet);

- Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) da Rede de Governança, liderado pelo TCU e pela CGU. Utilização da plataforma online e-Prevenção (questionário digital) e obtenção do selo de participante. Trabalho esse que foi coordenado pela UGI com as contribuições das diversas áreas envolvidas, compilando as respostas, bem como efetuando o preenchimento do sistema e-Prevenção do questionário pertinente à Sede do IBGE e orientando as Unidades Estaduais do IBGE, nos respectivos preenchimentos; e

- Disseminação de campanhas e pesquisas, no IBGE, referentes à integridade pública promovidas pela CGU em parceria com a OCDE (Campanha #INTEGRIDADE SOMOS TODOS NÓS - novo modelo; resultado da pesquisa Valores do Serviço Público Federal; resultado da pesquisa da CGU sobre a percepção de integridade). Divulgação de questões relacionadas à ética e integridade aos servidores do IBGE.

Participação da UGI em Eventos - Destaques:

Remotos

- 1º Fórum Internacional de Ética da Rede Governança Brasil (RGB);
- 1º Seminário Internacional de Integridade, promovido pelo *Movimiento por La Integridad em Latinoamérica (MILA)*;
- 6º Congresso Integra *Compliance Across Americas*;
- Evento de lançamento do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas de Integridade Pública (SIMAPI), promovido pela CGU;
- Evento de Lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC e e-Prevenção), promovido pela Rede de Governança, com participação do TCU e CGU; e
- 3ª Reunião Técnica com as Unidades Gestoras de Integridade (UGI), promovida pela CGU.

Presenciais

- 1ª Reunião das Unidades Integrantes do SIPEF, promovido pela CGU em Brasília; e
- Evento alusivo ao dia internacional contra a corrupção em Brasília no Palácio do Planalto.

Comissão de Ética do IBGE

A Comissão de Ética do IBGE integra o Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo Federal e tem a atribuição de prevenir, orientar e aconselhar os agentes públicos sobre a ética profissional, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

A Comissão é composta por três servidores titulares e seus respectivos suplentes – todos pertencentes ao quadro de pessoal do IBGE – e atua com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE, instituído e aprovado pela Resolução nº 04/2014 do Conselho Diretor, de 14 de janeiro de 2014. O Código de Ética do IBGE foi resultado de uma tarefa coletiva realizada pela Comissão de Ética do IBGE e segue, de maneira estrita, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a ele agregando importantes princípios e particularidades inerentes ao trabalho realizado nesta Instituição.

Atuação da Comissão de Ética em 2021:

- Atuação no treinamento para o Censo 2022 sobre os temas de ética e integridade;
- Realização de evento em colaboração com a área de recursos humanos sobre postura profissional adequada;
- Colaboração na adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), da Rede de Governança, liderado pelo TCU e pela CGU. Este trabalho foi coordenado internamente pela Unidade Gestora de Integridade do IBGE (UGI) com as contribuições de diversas áreas;
- Presença em eventos de capacitação, de forma remota, como Curso Avançado de Gestão e Apuração da Ética, realizado pela ENAP, *Lives* e *Webinar* sobre Ética; e
- Participação nas ações do Grupo de Trabalho, coordenado pela UGI, para o fortalecimento de processos e funções de integridade.

Resumo Executivo de 2021:

Denúncia Recebidas	Procedimentos Preliminares	Processos de Apuração Ética
09	06	0

Consultas Recebidas	Consultas Respondidas
36	36

O número de consultas apresentou um aumento considerável no exercício de 2021 devido à abertura do Processo Seletivo Simplificado para o Censo Demográfico, com solicitações relacionadas à obtenção de acesso ao Código de Ética dos Servidores do IBGE e ao Regimento Interno da Comissão de Ética do IBGE.

Relacionamento com a sociedade

O relacionamento ativo com todos os segmentos sociais é ação perene da Instituição. O objetivo 13 do plano estratégico institucional "Amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e a sociedade" sintetiza essa

ação que se realiza em relações públicas cotidianas e na busca permanente para se conhecer, entender e atender as necessidades e demandas do país e dos brasileiros.

Canais do IBGE com a sociedade

Nesse sentido, para manter e assegurar essa proximidade, o IBGE possui diversos canais de comunicação pelos quais se relaciona com a sociedade:



PORTAL DO IBGE
www.ibge.gov.br

Por meio do Portal do IBGE, na Internet, seu principal canal de comunicação, são disponibilizados os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas, arquivos para *download* e banco de dados. Através dele também é possível acessar os sites e *hotsites* dos diversos produtos, projetos e serviços do IBGE.



ATENDIMENTO PRESENCIAL

É realizado atendimento presencial, por meio das unidades de disseminação de informações nas capitais e biblioteca. No entanto, o serviço permaneceu suspenso em 2021 devido à pandemia de COVID-19.



ATENDIMENTO POR E-MAIL
ibge@ibge.gov.br

O IBGE oferece, também, atendimento via e-mail, respondendo aos usuários em um prazo padrão de cinco dias. Atualmente, é uma das principais vias de atendimento do Instituto. Além do e-mail ibge@ibge.gov.br, outros setores também fornecem essa modalidade de atendimento, tais como a Biblioteca, Memória IBGE e as Supervisões de Disseminação de Informações das Unidades Estaduais. Atualmente, esse atendimento também é feito por meio de um formulário disponível na área de atendimento do portal na seção Canais de atendimento.



ATENDIMENTO TELEFÔNICO
0800-721-8181

Informações rápidas são fornecidas por meio de *call center*.



ATENDIMENTO AO INFORMANTE
<https://respondendo.ibge.gov.br/>

A relação com o informante é entendida como uma questão de natureza estratégica para o IBGE, por isso o respeito ao informante é considerado um dos valores nos quais a Instituição se apoia. Isso porque a eventual resistência à prestação de informações incide de maneira crítica sobre os processos de trabalho da rede de coleta, tendo impactos diretos sobre os resultados. O canal **Respondendo ao IBGE** é destinado aos informantes, para tirar dúvidas, verificar a identidade do entrevistador e conhecer mais sobre nossas pesquisas.



BIBLIOTECA
<https://biblioteca.ibge.gov.br/>

Todo o acervo institucional pode ser pesquisado no canal biblioteca, bem como realizar *download* de grande parte já digitalizada. Dentre os tipos de materiais disponíveis no acervo da biblioteca, destacam-se os seguintes: livros, periódicos, fotografias, teses e dissertações e mapas.



LOJA VIRTUAL
<https://loja.ibge.gov.br/>

Os produtos do IBGE são comercializados na sua Loja Virtual e, ainda, nas principais livrarias do país. A loja aceita diversos tipos de pagamento e também possibilita o *download* das publicações.



ATENDIMENTO À IMPRENSA
comunica@ibge.gov.br



AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS
www.agenciadenoticias.ibge.gov.br



MINUTO IBGE
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/minuto-ibge.html>

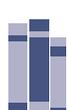
Programa de rádio semanal, disponibilizado gratuitamente para emissoras de todo o país.

O relacionamento com a sociedade pode ser entendido como a conexão, articulação, difusão e oferta de informações estatísticas e geocientíficas para os diferentes níveis de governo, formuladores e planejadores públicos e privados em todas as áreas de atuação e de atividade; segmentos empresariais e econômicos; comunidade acadêmica, educacional e da saúde; setores do mundo do trabalho e uma ampla variedade de grupos e categorias sociais que constituem o imenso e diversificado público que necessita e opera com as mais variadas informações produzidas, disseminadas e divulgadas pelo IBGE.

E, nesse ponto, vale lembrar o que está definido nos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU): os órgãos oficiais de estatística devem não apenas produzir, mas divulgar amplamente sua produção, que constitui um sistema de informação indispensável à sociedade.

Quantitativo de atendimentos

 E-MAIL
14.610
atendimentos entre janeiro e novembro
média mensal: **1.328**

 BIBLIOTECA
55
atendimentos em média
604
e-mails respondidos

 TELEFONE
25.950
atendimentos entre janeiro e novembro
média mensal: **2.539**

 LOJA VIRTUAL
1.592
unidades vendidas

 FALA.BR
708
atendimentos
média mensal: **106**

 OUTRAS ÁREAS
846
atendimentos
média mensal: **77**

Mídias sociais

Cada vez mais, as mídias sociais se transformam em canais de divulgação, interação, disseminação e, também, em boa medida, em espaço de atendimento aos diversos indivíduos e públicos que seguem e acompanham o Instituto nas redes sociais.

A presença do IBGE nas principais plataformas e aplicativos teve início em 2010, mas se desenvolveu e alcançou maior protagonismo nos últimos anos. Embora seja possível considerar as diferenças entre essas plataformas e aplicativos, em todas elas o IBGE tem crescido em audiência, alcance e obtido considerável retorno.

Atualmente, essas mídias são ferramentas muito importantes nas divulgações das pesquisas e índices do Instituto, nas iniciativas de publicações como Brasil em Números (e as respectivas divulgações “A arte de retratar o Brasil”), Coleção Minha Capital, entre outras; em publicações e iniciativas cartográficas e geográficas, nas informações sobre os inúmeros projetos desenvolvidos pelo IBGEeduca e muitas outras divulgações.

Outras ações ganham repercussão no dia a dia das redes do IBGE, como as comemorações dos aniversários das capitais brasileiras, datas célebres da História Nacional e os registros de acontecimentos e dias especiais.



As mídias sociais acabam por desempenhar também um papel de atendimento ao público com dezenas de respostas às perguntas, dúvidas e questionamentos que, diariamente, são feitos nesses canais, a respeito de resultados de pesquisas, informações sobre índices e assuntos correlatos, além de orientações sobre informações e temas estatísticos e geocientíficos, que, por sua vez, são encaminhadas aos setores competentes do IBGE.

Nos últimos meses de 2021, as mídias sociais nas quais o IBGE está presente e atuante se apresentaram como uma ferramenta chave para a divulgação, o apoio e a prestação de esclarecimentos relativos aos Processos Seletivos Simplificados do Censo 2022 (PSS).

A seguir, apresentamos um infográfico com a evolução dos números do desempenho do IBGE nas redes sociais no ano de 2021, que teve um incremento de 15 % em relação a 2020:



Como atendemos



Em função da pandemia causada pela COVID-19, o serviço de atendimento presencial foi interrompido em abril de 2020, permanecendo assim também em 2021.

Como o atendimento não presencial se tornou uma das principais modalidades ao longo de 2021, foi implementado um novo sistema, desenvolvido – em ação conjunta das áreas de atendimento e de serviços on-line – para gerenciar estas solicitações e demandas. O primeiro módulo desse sistema foi lançado no segundo semestre 2021 e há previsão de desenvolvimento e implementação de novos módulos em 2022.

No entanto, cumpre lembrar os procedimentos adotados pelo IBGE: cada solicitação é analisada pelas Equipes de Atendimento que, de acordo com o seu grau de complexidade, pode ser respondida imediatamente ou por meio da mediação das equipes responsáveis pelos estudos e pesquisas do IBGE. A qualquer momento, a consulta sobre o andamento das demandas pode ser feita por meio de chamadas telefônicas ou de e-mail. Havendo problema com qualquer desses meios, o usuário pode dirigir-se às demais formas de atendimento oferecidas pelo Instituto. As respostas às solicitações são encaminhadas, preferencialmente, por e-mail, mas podem seguir pelos mesmos canais utilizados pelo cidadão, no momento da sua manifestação.

As sugestões e reclamações são registradas e encaminhadas ao CDDI para posterior resposta ao cidadão. O prazo máximo de atendimento às manifestações feitas ao IBGE é de 20 dias. Em caso de questões complexas, que demandem pesquisa aprofundada do tema, tal prazo pode ser estendido.

Lei de Acesso à Informação

O IBGE possui diretrizes que visam garantir a efetividade do acesso à informação pública. Nesse sentido, cumpre destacar a continuidade dos esforços institucionais em responder aos pedidos de informação na estrita conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI). Esse processo é realizado por meio de uma ferramenta desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), denominada Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR.



**Acesso à
Informação**

Conforme o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 (que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), uma vez recebido o pedido, e estando a informação disponível, o acesso deverá ser imediato. Não sendo possível o acesso imediato, uma resposta deverá ser enviada, no prazo de até 20 dias.

Satisfação dos Usuários

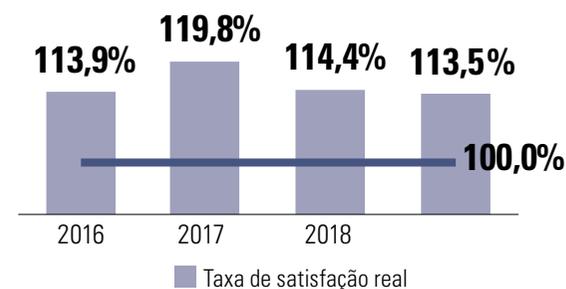
Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza, anualmente, uma Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizadas nas 26 capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal. Os dados dessa pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição, por meio do indicador **Taxa Geral de Satisfação dos Usuários**.

De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação em torno de 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.

Realizada desde 2003, a pesquisa apresenta resultados com taxas que variam entre 113,1% e 119,8%, indicativas de que o IBGE vem oferecendo serviços que superam as expectativas dos usuários, conforme pode ser visto nos gráficos ao lado.

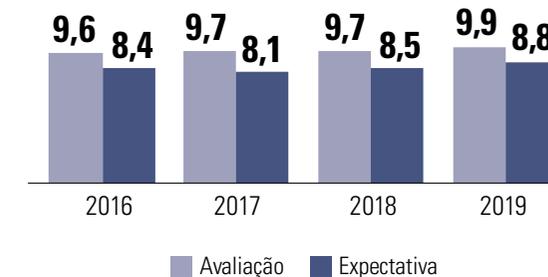
Entretanto, por ser uma pesquisa presencial, em 2020 e, novamente em 2021, em função das limitações impostas pela situação da pandemia, a Pesquisa de Satisfação dos Usuários não pôde ser executada. O IBGE implantará em 2022 uma pesquisa de satisfação reformulada e adaptada ao modelo on-line, que será realizada por meio de seu Portal na Internet.

Taxa de satisfação dos usuários



Fonte: IBGE - Pesquisa de Satisfação dos Usuários.
Nota: Pesquisa de satisfação não realizada em 2020 e 2021.

Nota dos usuários sobre a expectativa do serviço e a avaliação do serviço prestado



Fonte: IBGE - Pesquisa de Satisfação dos Usuários.
Nota: Pesquisa de satisfação não realizada em 2020 e 2021.

Resultados e desempenho da gestão

Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão

A existência de informações estatísticas e geocientíficas oficiais confiáveis, públicas e atualizadas é essencial à consolidação de uma sociedade democrática, além de ser indispensável ao aumento da eficiência na concepção e execução das políticas públicas, assim como na transparência das ações de governo. Tais informações devem ser assumidas como bens públicos, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir o seu provimento. O IBGE produz e fornece, para diversos segmentos da sociedade e órgãos governamentais de todas as esferas, informações estatísticas e geocientíficas determinantes para a tomada de decisão fundamentada. O Instituto realiza, ainda, ações voltadas ao ensino, pesquisa e difusão do conhecimento por ele produzido, com o objetivo de ampliar a compreensão dos cidadãos sobre a realidade brasileira e sua capacidade de apropriar-se dessas informações.



BDiA
Pesquise e consuma os dados ambientais do IBGE



Censo 2022
Censo Demográfico do Brasil



Países
Estatísticas oficiais sobre os países reconhecidos pela ONU



SIDRA
Pesquise e consuma os dados do IBGE



Portal de mapas
Encontre, visualize, crie e compartilhe mapas



Loja
Livros e outros produtos para venda e download



IBGE | COVID-19
O IBGE está apoiando o combate à COVID-19



IBGEduca
Para crianças, jovens e professores

A geração e difusão de conhecimento estatístico e geocientífico, bem como as informações produzidas e disseminadas pelo Instituto, são valores entregues à sociedade, capazes de proporcionar contribuições estruturantes para o desenvolvimento do país, transcendendo os limites das gestões governamentais.

Assegurar que as informações sejam produzidas e disseminadas com qualidade, regularidade, confiabilidade, transparência e no tempo devido é um dever institucional e um compromisso para

manter a credibilidade, o reconhecimento e a confiança da sociedade no trabalho do IBGE para bem retratar a realidade de nosso País.

No exercício de 2021, o IBGE atuou em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos em seu plano estratégico, bem como suas ações foram executadas em conformidade com os Programas do PPA 2020-2023: Gestão e Manutenção do Poder Executivo; Gestão de Riscos e Desastres; e Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas

Valor: Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil.

Valor: Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais.

1
Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos

Fonte: IBGE, Mapa Estratégico 2017-2027.

2
Estruturar e promover o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional

Fonte: IBGE, Mapa Estratégico 2017-2027.

A Produção Estatística e Geocientífica é uma linha de negócio basilar de competência do IBGE, organizada com enfoques específicos para a produção de informações estatísticas e geocientíficas. O objetivo primordial dos processos contidos nessa linha de negócio é a produção e disseminação de informações e seus respectivos indicadores, aprimorando o conhecimento sobre a realidade territorial, socioeconômica e ambiental do país, contribuindo para a elaboração de diagnósticos mais precisos e para o monitoramento periódico mais eficiente das políticas públicas e programas de governo. Contribui, ainda, com os Programas do PPA

2020-2023: Gestão e Manutenção do Poder Executivo; e Gestão de Riscos e Desastres.

Em síntese, a produção estatística e geocientífica tem como principais valores gerados para a sociedade: a elaboração de um retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do país; e a garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais, como visto na Cadeia de Valor do IBGE e em seu Modelo de Negócios.

O IBGE busca aprimorar as informações disponibilizadas à sociedade, sempre se pautando nos valores institucionais que são a base de sua es-

tratégia: ética e profissionalismo; respeito à confidencialidade; imparcialidade e independência; qualidade e transparência; foco nos usuários; respeito ao informante; e valorização dos talentos.

No âmbito das informações estatísticas, foram divulgados 217 resultados, cobrindo as áreas sociodemográfica e econômica. Os resultados divulgados foram inferiores em relação ao ano anterior principalmente em função de não ter sido iniciada nenhuma grande pesquisa em momento pandêmico.

No âmbito das Geociências, as 28 informações produzidas pelo IBGE, no exercício de 2021, dividem-se entre os temas: Organização do território; Atlas; Métodos e documentos de referência; Informações ambientais; Posicionamento Geodésico; Cartas e Mapas.

Abordaremos, a seguir, as principais atividades e resultados de 2021.



Fonte: IBGE, Cadeia de Valor do IBGE.

VALOR PÚBLICO GERADO

- ▶ Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil
- ▶ Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais

Estatísticas sociais

Para as estatísticas da área social, podemos destacar os seguintes temas abordados nas pesquisas:

População

Características gerais da população

Compreende as informações sobre tamanho e estrutura (por idade e sexo), cor ou raça, distribuição da população, densidade e urbanização.

Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais

Abrange as informações sobre os níveis e características da fecundidade, migração e mortalidade da população, bem como sobre os nascimentos e óbitos.

Família

Envolve informações sobre as estruturas familiares e das unidades domésticas, seus padrões de organização (famílias reconstituídas, casais do mesmo sexo, casais que moram separados, crianças com dupla residência, famílias monoparentais e pessoas que moram sozinhas) e os ciclos de vida familiar (considerando a presença de crianças e jovens em diferentes faixas etárias, idosos e participação dos adultos membros no mercado de trabalho).

Nupcialidade

Compreende informações sobre os modelos de formação e dissolução dos arranjos conjugais, casamentos e divórcios, e as transformações econômicas e culturais que impactam sobre a nupcialidade da população brasileira.

Grupos populacionais específicos

Consiste nas estatísticas agrupadas por segmentos específicos da população a partir dos grupos geracionais (crianças, adolescentes, jovens, idosos), étnico raciais (indígenas, quilombolas, entre outros) ou regionais. Compreende também pessoas com deficiência.

Podemos destacar a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, que visa a acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

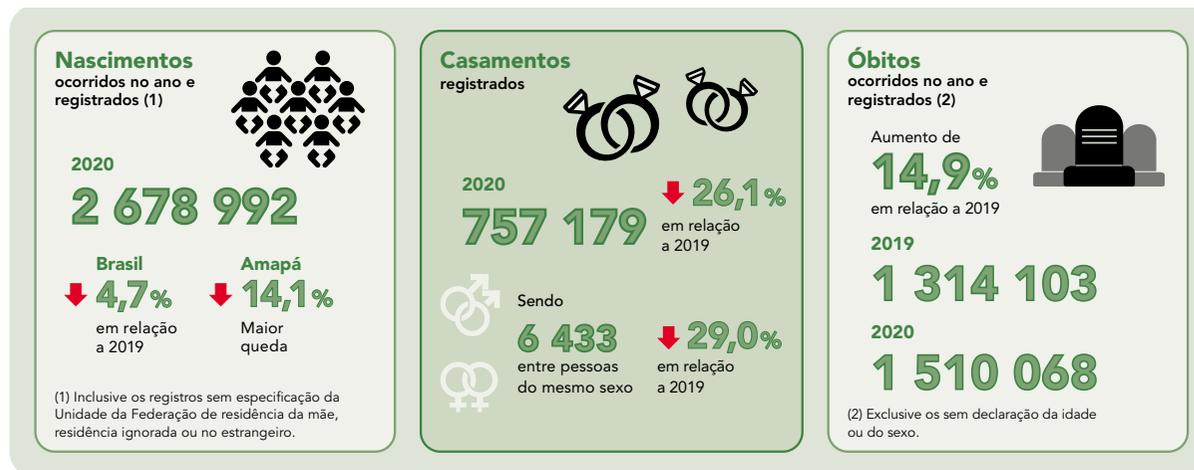
Temas e tópicos suplementares pesquisados em trimestres específicos do ano:

- Educação (2º trimestre); e
- Acesso à televisão e à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal (4º trimestre).

Temas e tópicos pesquisados ao longo do ano em determinada visita:

- Habitação;
- Características gerais dos moradores;
- Informações adicionais da força de trabalho;
- Outras formas de trabalho (afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário);
- Trabalho de crianças e adolescentes; e
- Rendimentos de outras fontes.

Ademais, tem destaque as **Estatísticas do Registro Civil – 2020**, cujas informações constituem um importante instrumento de acompanhamento da evolução populacional no País, proporcionando, além de estudos demográficos, subsídios para a implementação e avaliação de políticas públicas. Os registros de casamentos oficiais, por sua vez, contribuem para uma melhor compreensão das mudanças ocorridas na sociedade brasileira no que se refere aos arranjos conjugais oficiais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2019/2020.

Podemos citar também:

- Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil - 2019
- Estimativas de População - 2019

Trabalho

Trabalho remunerado

Engloba as informações sobre força de trabalho e mercado de trabalho, abrangendo informações sobre população na força de trabalho, ocupação, desocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas; características do empreendimento ou negócio (atividade econômica, tamanho do empreendimento, existência de estabelecimento para funcionar); saúde e segurança no trabalho (acidentes e enfermidades ocupacionais); trabalho decente; e grupos vulneráveis, entre outros aspectos.

Outras formas de trabalho

Envolve as informações sobre as outras formas de trabalho (trabalho para o próprio consumo, trabalho voluntário, afazeres domésticos e cuidados de pessoas moradoras do próprio domicílio ou familiares residentes em outros domicílios).

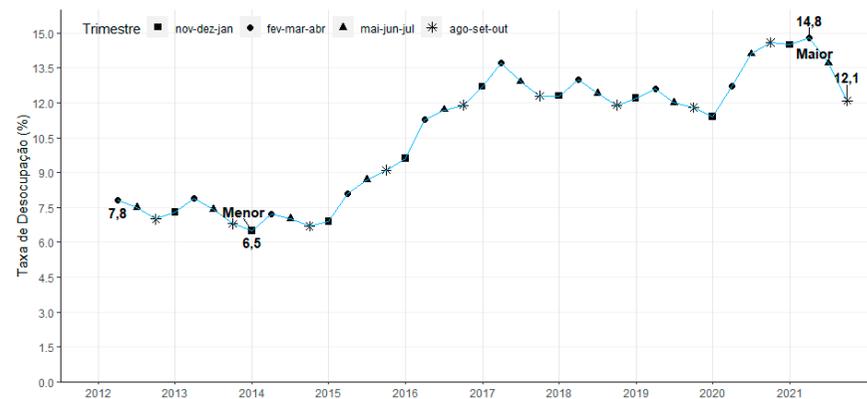
Como fonte de informação, destaca-se a PNAD Contínua, que divulga informações conjunturais (mensais e trimestrais) e estruturais (anuais e variáveis). As informações conjunturais de periodicidade mensal abarcam um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil (trimestres móveis), enquanto as de periodicidade trimestral contemplam indicadores relacionados à força de trabalho (trimestres convencionais) para todos os níveis de divulgação da pesquisa. As informações estruturais de periodicidade anual correspondem aos demais temas permanentes suplementares da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho.

Quadro 1 - Taxa de Desocupação - Brasil - 2012/2021

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
nov-dez-jan		7,3	6,5	6,9	9,6	12,7	12,3	12,2	11,4	14,5
dez-jan-fev		7,8	6,8	7,5	10,3	13,3	12,7	12,6	11,8	14,6
jan-fev-mar	8,0	8,1	7,2	8,0	11,1	13,9	13,2	12,8	12,4	14,9
fev-mar-abr	7,8	7,9	7,2	8,1	11,3	13,7	13,0	12,6	12,7	14,8
mar-abr-mai	7,7	7,7	7,1	8,3	11,3	13,4	12,8	12,4	13,1	14,7
abr-mai-jun	7,6	7,5	6,9	8,4	11,4	13,1	12,6	12,1	13,6	14,2
mai-jun-jul	7,5	7,4	7,0	8,7	11,7	12,9	12,4	12,0	14,1	13,7
jun-jul-ago	7,4	7,2	7,0	8,9	11,9	12,7	12,3	11,9	14,8	13,1
jul-ago-set	7,1	7,0	6,9	9,0	11,9	12,5	12,0	11,9	14,9	12,6
ago-set-out	7,0	6,8	6,7	9,1	11,9	12,3	11,9	11,8	14,6	12,1
set-out-nov	6,8	6,6	6,6	9,1	12,0	12,1	11,7	11,3	14,4	
out-nov-dez	6,9	6,3	6,6	9,1	12,2	11,9	11,7	11,1	14,2	

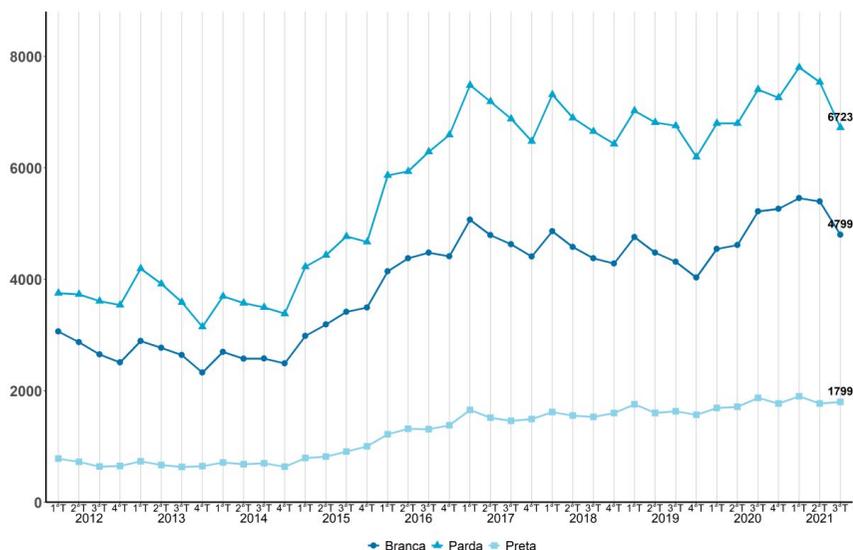
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Nota: Somente os dados hachurados são comparáveis.

Gráfico 1 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, de todos os trimestres comparáveis - Brasil - 2012/2021 (em %)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Gráfico 24 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, segundo cor ou raça - Brasil - 2012-2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

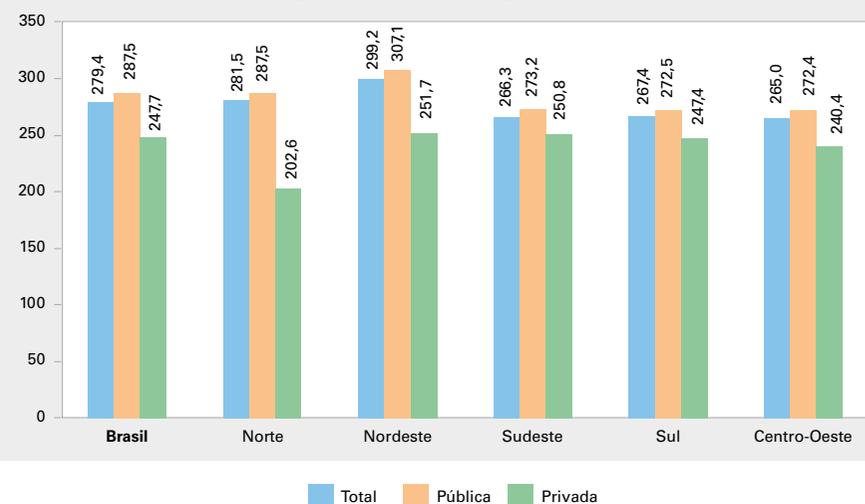
Educação

Compreende as informações sobre educação, abrangendo condição de alfabetização, frequência à creche ou à escola, rede e área de ensino, grau de instrução, e gestão da educação, entre outros aspectos.

Destacamos a **Síntese de Indicadores Sociais - SIS 2021**, uma publicação que reuniu múltiplas informações sobre as condições de vida da população brasileira, acompanhadas de comentários que destacam, em cada uma das dimensões temáticas de análise, algumas das principais características observadas nos diferentes estratos populacionais, com base em indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade sob a perspectiva das desigualdades sociais.

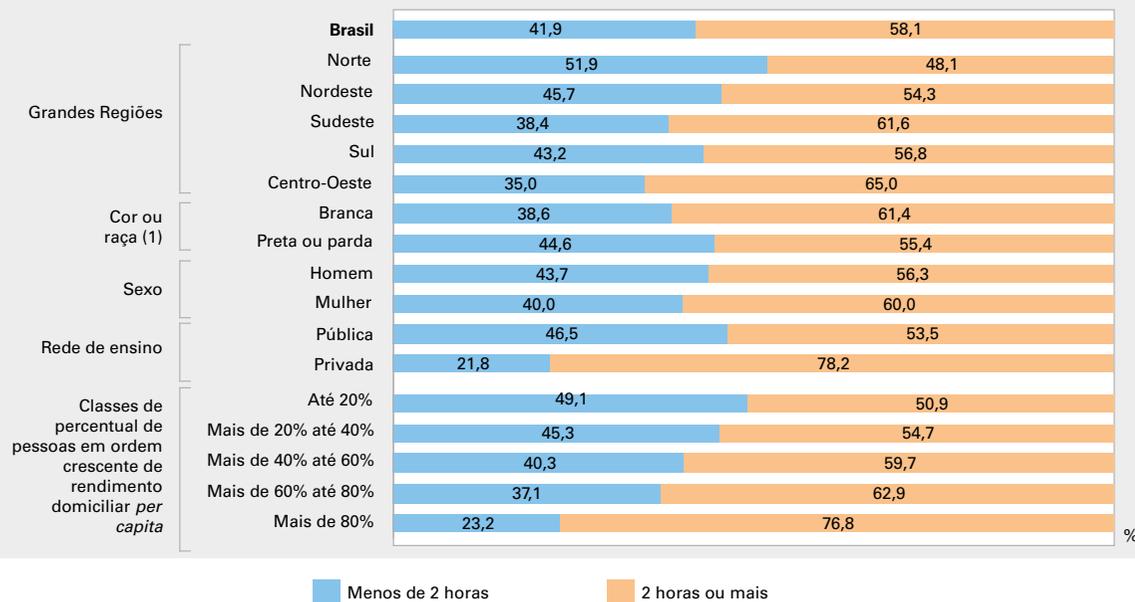
Trata da temática da educação, considerando dois níveis distintos: educação infantil e ensino superior. A pandemia de COVID-19 representou não somente uma crise sanitária de proporções históricas, como resultou na maior adversidade, até então, enfrentada pela educação básica brasileira na garantia de acesso à escola de todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade. A situação é ainda mais desafiadora para a rede pública, que concentra a oferta na educação infantil, ensino fundamental e médio. As desigualdades educacionais históricas do País foram intensificadas tanto por fatores internos ao sistema de ensino na sua capacidade de propor atividades alternativas, como externos, em função das diferentes realidades de acesso a essas atividades por alunos com distintas características socioeconômicas.

Gráfico 2 - Média de dias de suspensão das atividades presenciais de ensino-aprendizagem no ano letivo 2020, por rede de ensino, segundo as Grandes Regiões - 2020



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo Escolar 2020, Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de COVID-19.

Gráfico 10 - Distribuição percentual dos estudantes de 6 a 17 anos de idade que frequentam escola sem atividades presenciais e realizaram ao menos parte das atividades escolares disponibilizadas por número de horas diárias dedicadas à realização de atividades escolares, segundo características selecionadas - 2020



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID-19.

Notas: 1. Dados referentes a novembro de 2020.

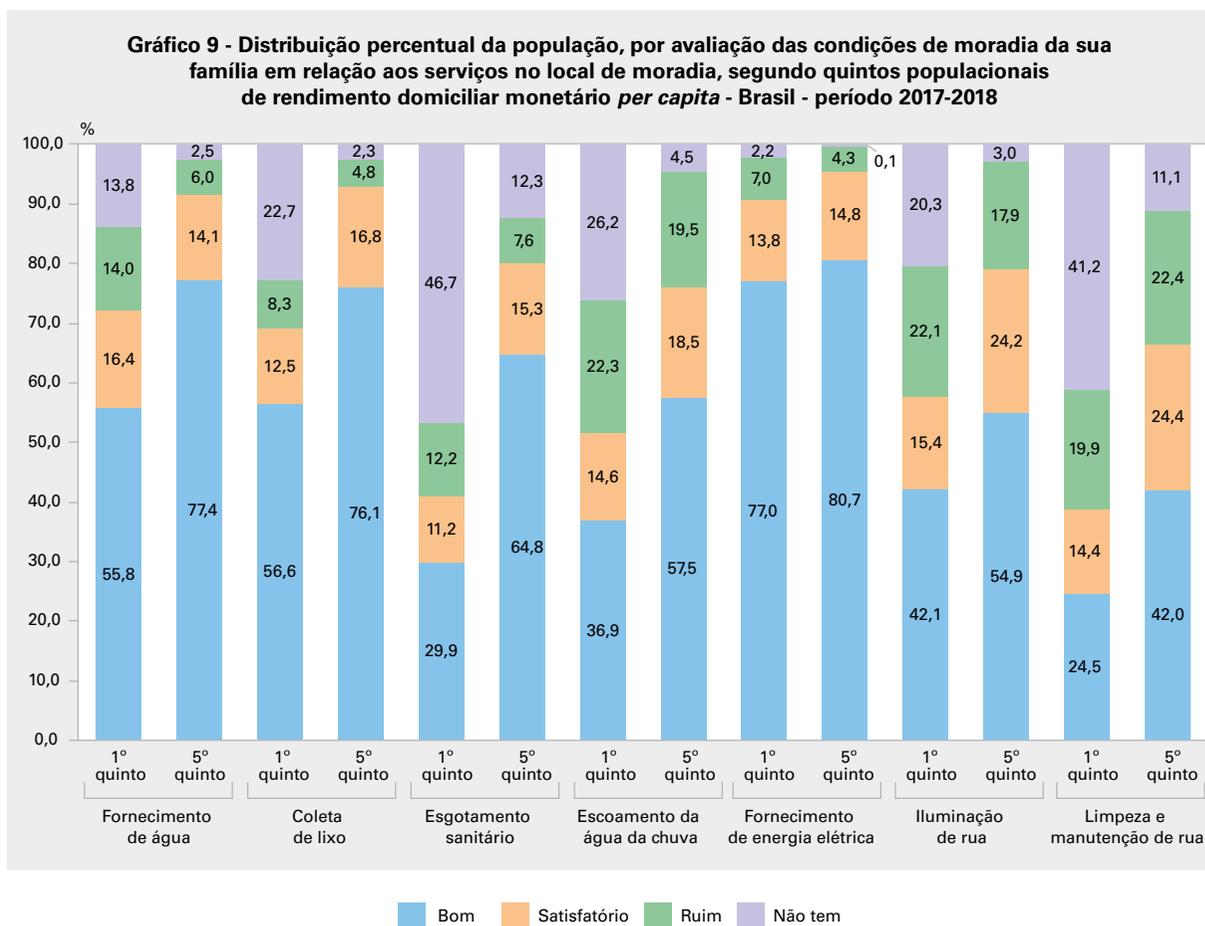
2. As atividades escolares disponibilizadas para realização em casa incluem aulas *online*, deveres, estudo dirigido etc

(1) Não são apresentados resultados para cor ou raça amarela, indígena e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Habitação

Abrange as informações sobre habitação, englobando: tipo de domicílio; material utilizado na construção do domicílio (piso, parede); serviços de infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e iluminação elétrica) disponíveis no domicílio; urbanização e vizinhança; condição de ocupação; posse de bens duráveis; e gestão pública da habitação, entre outros aspectos.

Destacamos a **SIS 2021**, que fez uma análise das desigualdades a partir de indicadores de distribuição do rendimento, acesso a bens e serviços (condições de moradia), pobreza monetária e restrições de acesso em múltiplas dimensões.



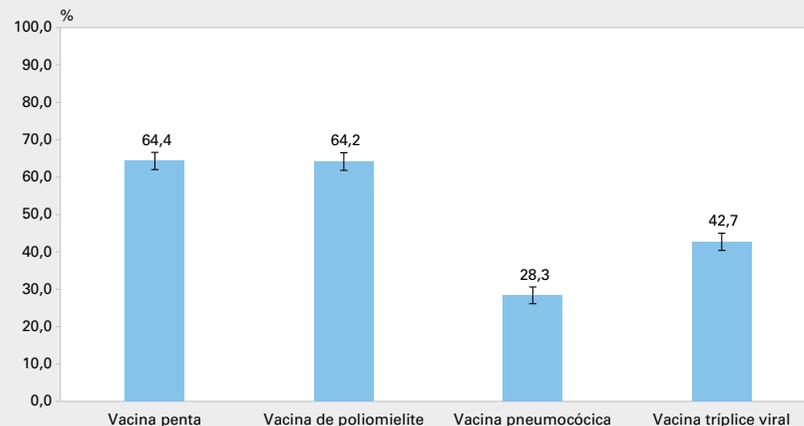
Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Saúde

Compreende as informações sobre saúde, abrangendo: morbidade e causas de mortalidade; acesso e utilização de serviços de saúde; gastos com saúde; estilo de vida (alimentação, tabagismo, consumo de álcool); nutrição (aquisição de alimentos, segurança alimentar e nutricional, avaliação nutricional); deficiência e capacidade funcional; infraestrutura e gestão da saúde; e conta-satélite da saúde, entre outros aspectos.

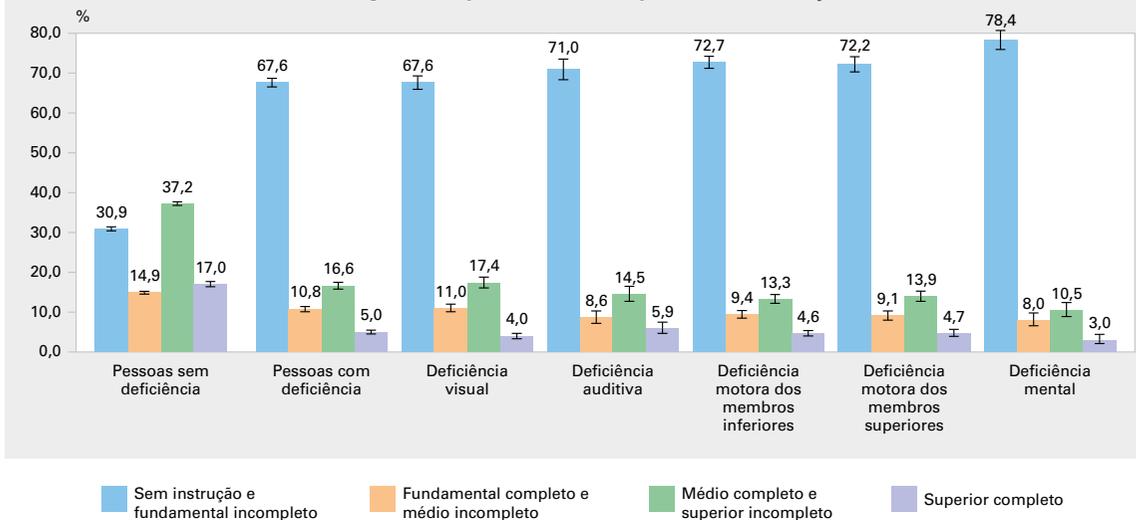
Destacamos a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) visou coletar informações sobre o desempenho do sistema nacional de saúde no que se refere ao acesso e uso dos serviços disponíveis e à continuidade dos cuidados, bem como sobre as condições de saúde da população, a vigilância de doenças crônicas não transmissíveis e os fatores de risco a elas associados.

Gráfico 69 - Proporção de crianças com menos de 2 anos de idade que receberam três doses da vacina penta e da vacina de poliomielite, duas doses e o primeiro reforço da vacina pneumocócica e uma dose da vacina tríplice viral - Brasil - 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Gráfico 4 - Distribuição percentual das pessoas de 18 anos ou mais de idade, com e sem deficiência, segundo o tipo de deficiência, por nível de instrução - Brasil - 2019



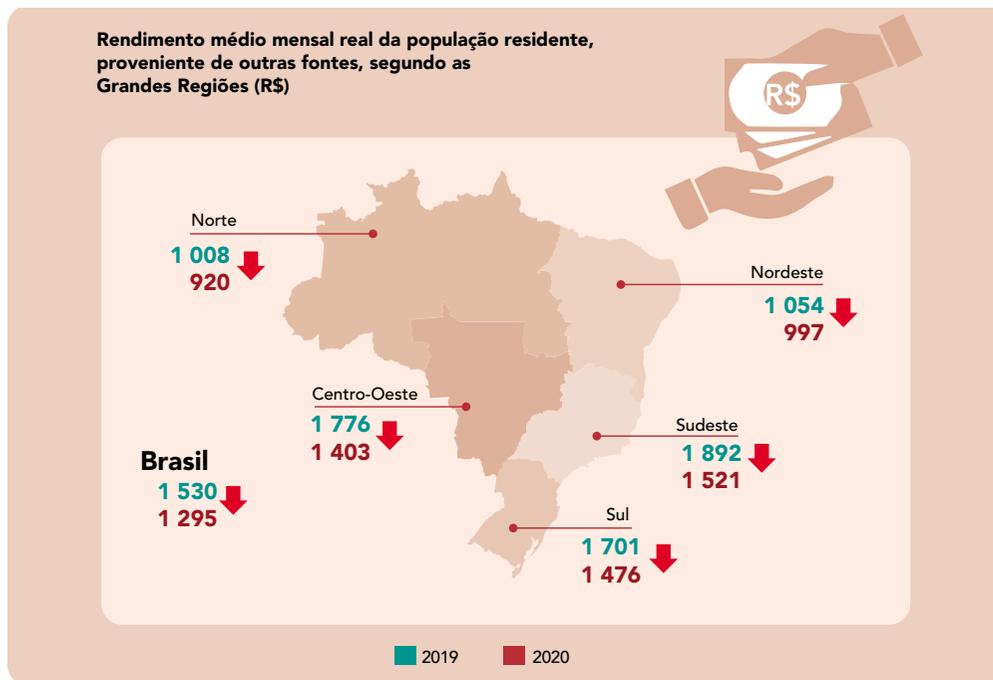
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Nota: O intervalo de confiança de 95% é indicado pela barra de erros.

Rendimento, despesa e consumo

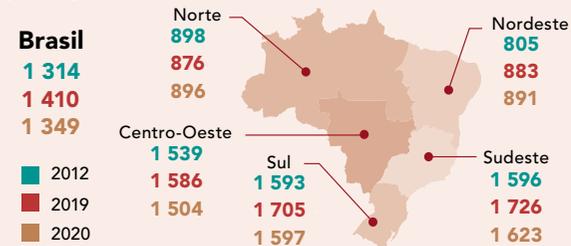
O tema compreende as informações sobre rendimento (monetário e não monetário), abrangendo: tipos e distribuição de rendimentos e despesas; transferências recebidas e pagas; padrões de consumo; posse de bens de consumo e duráveis; e orçamentos familiares, entre outros aspectos.

Destacamos a PNAD Contínua, que visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução da força de trabalho, no curto, médio e longo prazos, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como Rendimento de todas as fontes, Características gerais dos domicílios, Educação, Outras formas de trabalho, Cuidados de pessoas e Afazeres domésticos etc.).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019-2020.
Notas: 1. A preços médios de 2020.
2. Para 2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020, acumulado de quintas visitas.

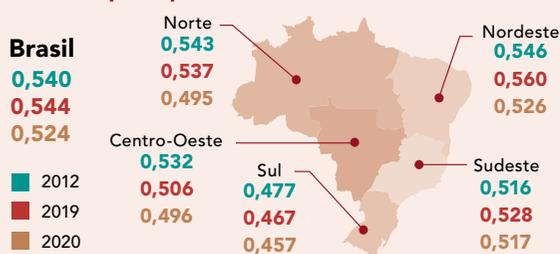
Rendimento médio mensal real domiciliar per capita (1) (R\$)



Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)

Tipo de rendimento	2012 (%)	2019 (%)	2020 (%)
Todos os trabalhos (2)	75,7	74,4	72,8
Aposentadoria e pensão	16,5	18,7	17,6
Aluguel e arrendamento	2,3	2,4	1,5
Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	1,2	1,2	0,8
Outros rendimentos	4,4	3,4	7,2

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita (3)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2020.
(1) A preços médios de 2020. (2) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade. (3) A preços médios do ano.

Administração pública e participação político-social

Estrutura e gestão da administração pública

Envolve as informações sobre gestão da administração pública, a estrutura e a relação dos entes federados.

Participação política e conexões sociais

Informações sobre os instrumentos utilizados pelas pessoas para expressar seus interesses sociais, econômicos e políticos, abrangendo filiação a sindicatos, associação a órgãos de classe e comunitários e participação através do sistema de representação política, entre outros aspectos.

Para avaliar a administração pública, o IBGE realiza a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que perfazem um retrato abrangente de duas esferas administrativas.

A **ESTADIC** efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas estaduais, tendo como unidade de investigação o governo do estado, por meio dos diversos setores que o compõem.

A pesquisa fornece informações variadas sobre a gestão pública estadual, incluindo: a legislação vigente e os instrumentos de planejamento existentes nessa esfera da administração; organização do governo estadual; composição do quadro de pessoal por vínculo empregatício, tanto na administração direta quanto na indireta; recursos financeiros utilizados para a gestão; políticas públicas setoriais no âmbito das áreas pesquisadas (habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente etc.), entre outros aspectos.

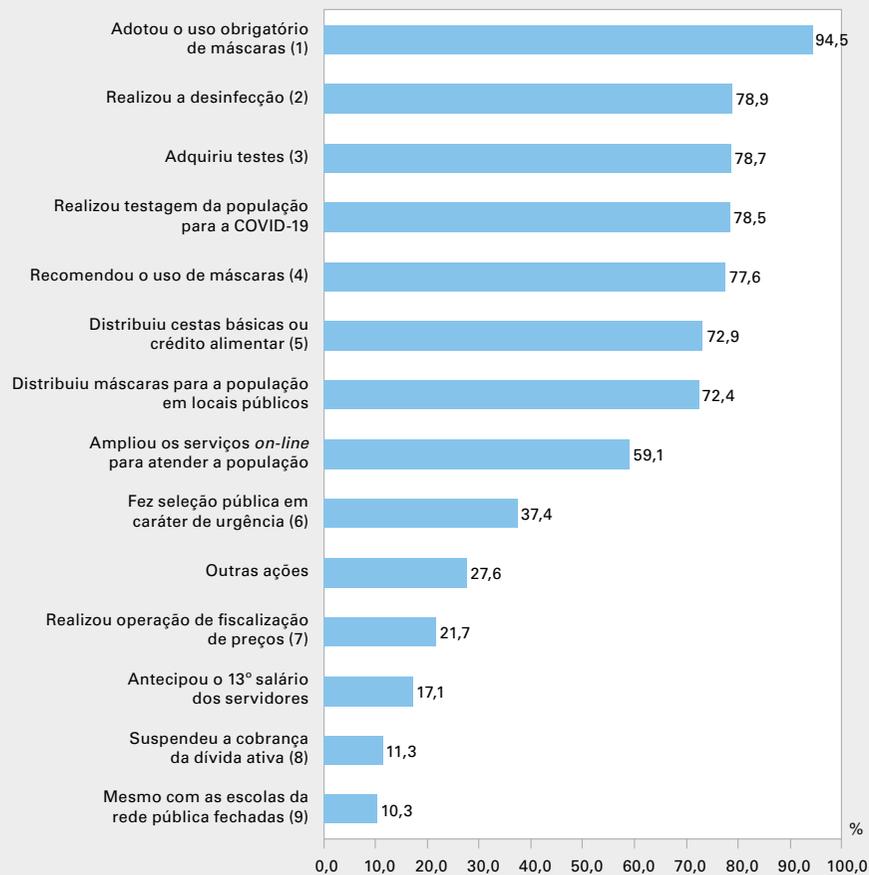
A **MUNIC** efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, tendo como unidade de investigação o município e, como informante principal, a prefeitura, por meio dos diversos setores que a compõem.

A pesquisa fornece informações variadas sobre a gestão pública municipal, incluindo: a legislação vigente e os instrumentos de planejamento existentes nessa esfera da administração, especialmente aqueles discriminados no Estatuto da Cidade e que, junto com o Plano Diretor, tem por meta regular o uso e a ocupação do solo urbano; organização das prefeituras; composição do

quadro de pessoal por vínculo empregatício das prefeituras, tanto na administração direta quanto na indireta; recursos financeiros utilizados para a gestão; políticas públicas setoriais no âmbito das áreas pesquisadas (habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente etc.), entre outros aspectos.

Destacamos a investigação sobre questões da pandemia de COVID-19, com o objetivo de disponibilizar estatísticas sobre quais Municípios foram afetados pelo novo coronavírus e que ações foram realizadas pelas administrações municipais para minimizar os impactos da doença na sua população. O bloco sobre COVID-19 investigou, a partir de 16 de março de 2020, os seguintes aspectos: se foram adotadas medidas de isolamento social e de que forma foram adotadas; se foi utilizado algum sistema de monitoramento para avaliar a eficácia do isolamento social; se foram instaladas barreiras sanitárias nas entradas do Município; se foram adotadas medidas para regulamentar sanções (multas, realização compulsória de exames, entre outras) em caso de desrespeito às normas de isolamento social; e existência de casos confirmados de COVID-19, entre outras questões relacionadas ao tema.

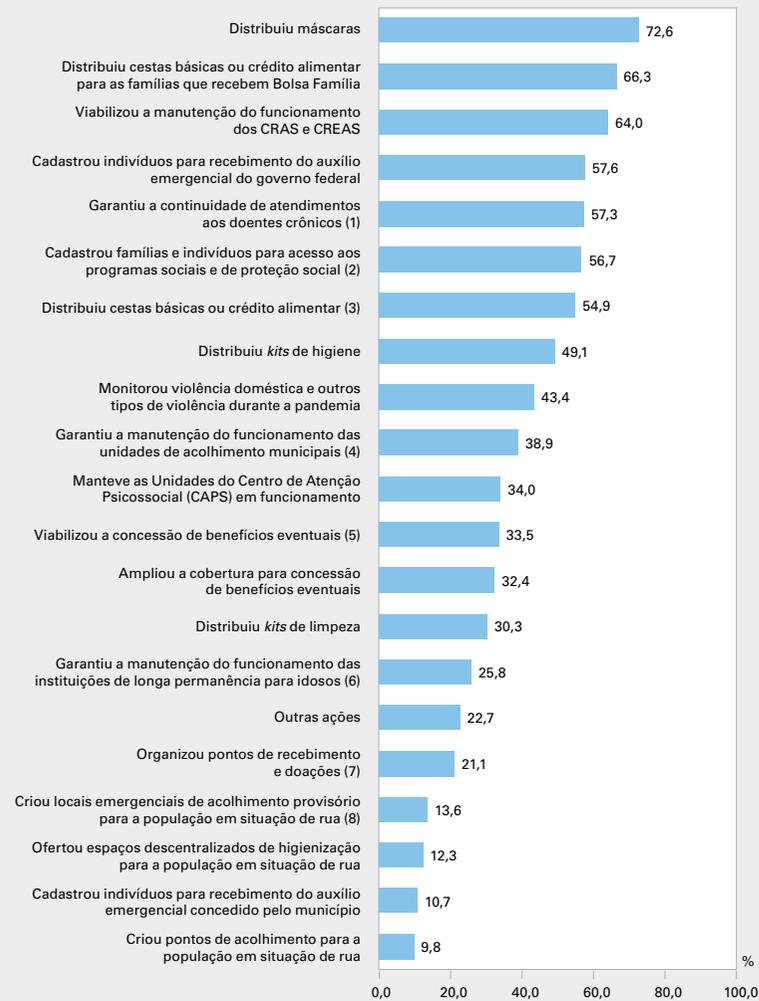
Gráfico 4 - Proporção de Municípios com ações realizadas durante a pandemia de COVID-19, segundo as ações - Brasil - 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020.

(1) Adotou o uso obrigatório de máscaras em transportes públicos, locais públicos e comércios. (2) Realizou a desinfecção de bairros e locais públicos do Município. (3) Adquiriu testes para testagem da população para a COVID-19. (4) Realizou testagem da população para a COVID-19. (5) Distribuiu cestas básicas ou crédito alimentar para as famílias de estudantes matriculados na rede pública municipal e creches parceiras. (6) Fez seleção pública em caráter de urgência para profissionais de saúde que atuaram no combate à COVID-19. (7) Realizou operação de fiscalização de preços de produtos utilizados como prevenção ao novo coronavírus, como álcool em gel e máscaras. (8) Suspendeu a cobrança da dívida ativa, incluindo certidões de dívida ativa, atos de ajuizamento de execuções financeiras e atos de inscrição de dívida ativa. (9) Mesmo com as escolas da rede pública fechadas, manteve o funcionamento dos refeitórios com o intuito de ofertar merenda para os alunos matriculados.

Gráfico 5 - Proporção de Municípios com ações realizadas durante a pandemia de COVID-19 voltadas para a população em vulnerabilidade social, segundo as ações - Brasil - 2020



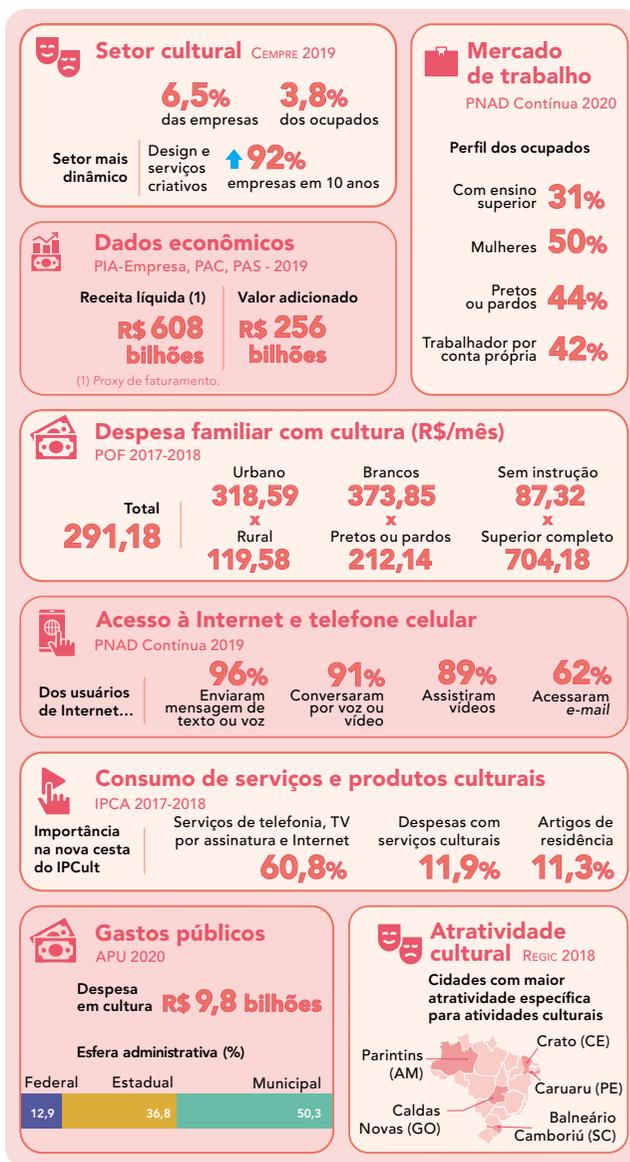
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020.

(1) Garantiu a continuidade de atendimentos aos doentes crônicos, monitorando esse grupo em especial por conta da vulnerabilidade e risco aumentados. (2) Cadastrou famílias e indivíduos no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família para acesso aos programas sociais e de proteção social. (3) Distribuiu cestas básicas ou crédito alimentar para a população que foi atingida economicamente pela pandemia e não estava inscrita no Bolsa Família. (4) Garantiu a manutenção do funcionamento das unidades de acolhimento municipais, independentemente do público atendido. (5) Viabilizou a concessão de benefícios eventuais para a população atingida economicamente pela pandemia. (6) Garantiu a manutenção do funcionamento com atenção redobrada para as instituições de longa permanência para idosos. (7) Organizou pontos de recebimento de doações de alimentos, roupas, produtos de higiene, produtos de limpeza, entre outros. (8) Criou locais emergenciais (com oferta de refeições, higienização, triagem médica e atendimento psicossocial) de acolhimento provisório para a população em situação de rua.

Cultura

Destacamos o **Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) 2009-2020**, que inclui estatísticas de cultura, que são instrumentos para compreender essa dimensão relevante da vida das pessoas, relacionada ao entretenimento, ao lazer, à socialização e, finalmente, à economia. A cultura é um setor gerador de renda e emprego.

Algumas fontes utilizadas no SIIC se prestam a uma análise de mais curto prazo, muito relevante nesse momento, para dar conta dos efeitos da pandemia de COVID-19; outras permitem delinear a estrutura do setor, viabilizando comparações em um horizonte de dez anos. Além de atualizar e aprofundar temas, duas inovações se destacam no SIIC 2009-2020: o formato de informativo e a inclusão de estimativas da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), do IBGE, no que tange à atratividade para atividades culturais. Em seu portal na Internet, consta, ainda, um plano tabular detalhado, com desagregações que possibilitam a exploração dos usuários sob diferentes perspectivas.



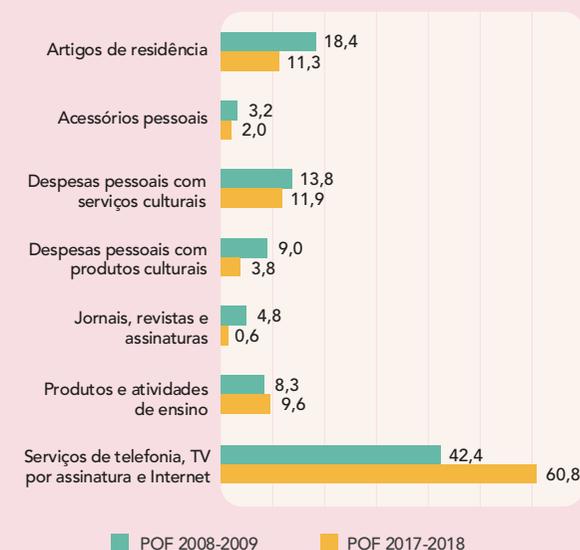
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas e Diretoria de Geociências.

Pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, segundo características sociodemográficas selecionadas (%)

Características sociodemográficas	Pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade (%)	
	Todos os setores	Setor cultural
Com ensino superior completo ou mais	22,6	30,9
Mulheres	41,7	49,5
Pretas ou pardas	53,5	43,8
Trabalhadores por conta própria	25,4	41,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020.

Composição dos subgrupos culturais no Índice de Preços da Cultura - IPCult (%)



Fonte: IBGE, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.

Estatísticas econômicas

Agricultura, pecuária e outros

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que pertencem à seção A da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0).

Para essa importante área da economia brasileira, o IBGE traça um grande painel do agronegócio divulgando os resultados oriundos das seguintes pesquisas:

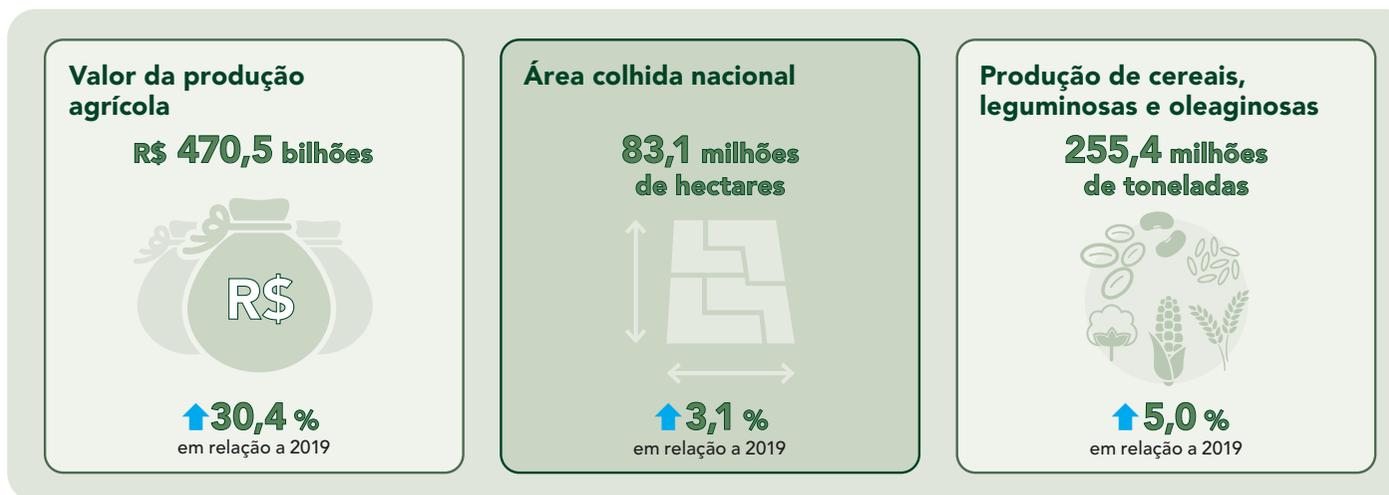
A **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**, a **Pesquisa Trimestral do Couro**, a **Pesquisa Tri-**

mestral do Leite e a **Produção de Ovos de Galinha (POG)**, que levantam dados trimestralmente, entre outros temas: da quantidade de animais abatidos e o peso total das carcaças, por espécie pesquisada; da quantidade de couro cru de bovino adquirida e curtida; da quantidade de leite fluido cru e da variação da produção física de ovos de galinha, respectivamente, em âmbito nacional.

O **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)**, que fornece estimativas de área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de produtos selecionados com base em critérios de importância econômica e social para o País. Ele permite não só o acompanhamento de cada cultura investigada, desde a fase de intenção de plantio até o final da colheita, no ano civil de referência, como também o prog-

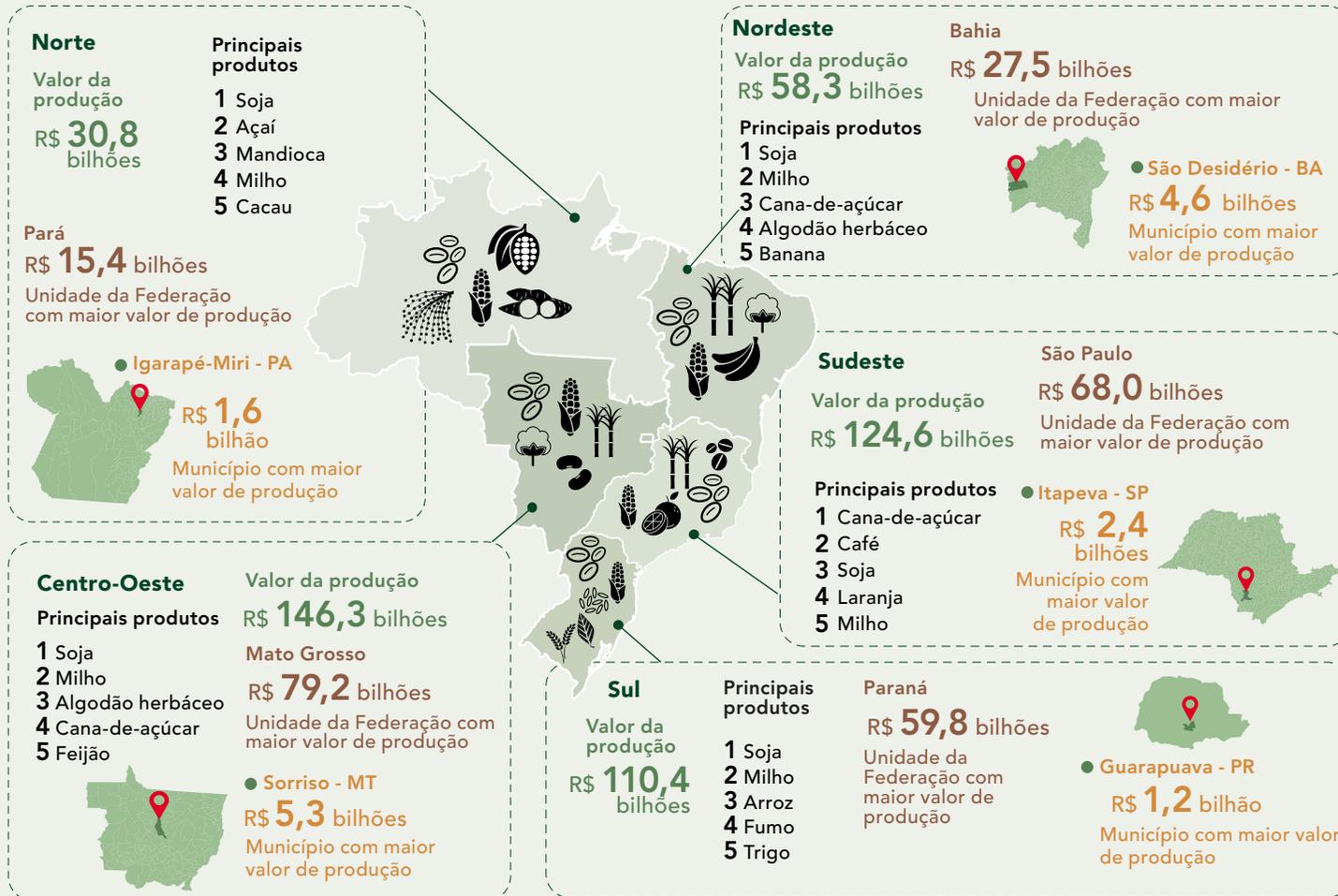
nóstico da safra do próximo ano, para o qual é realizado o levantamento nos meses de outubro, novembro e dezembro.

A **Produção Agrícola Municipal (PAM)**, que investiga um conjunto de produtos das lavouras temporárias e permanentes do País que se caracterizam não só pela grande importância econômica que possuem na pauta de exportações, como também por sua relevância social, componentes que são da cesta básica do brasileiro, tendo como unidade de coleta o município. A PAM é integrada ao LSPA, isto é, todos os dados referentes aos produtos agrícolas investigados pelo LSPA durante o ciclo da cultura migram automaticamente para a PAM em 31 de dezembro, o que constitui uma consolidação anual dos dados mensais obtidos por aquele levantamento.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2020.

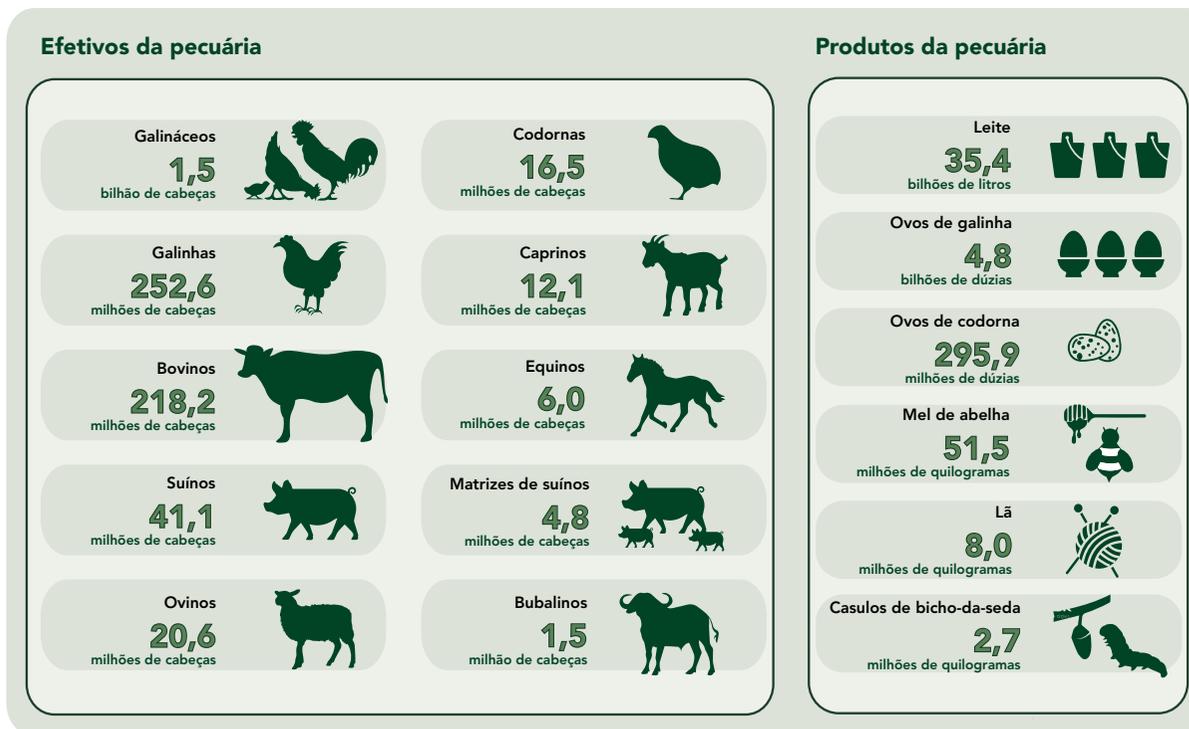
Valor da produção agrícola, cinco principais produtos das Grandes Regiões e Unidades da Federação e municípios com maiores valores de produção



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2020.

A **Pesquisa de Estoques**, que investiga informações sobre o volume e a distribuição espacial dos estoques de produtos agrícolas armazenáveis básicos e sobre onde é feita a sua guarda, tendo como unidade de coleta o estabelecimento que tem instalações ou unidades armazenadoras apropriadas e dedicadas à prestação de serviços de armazenagem ou à guarda de produtos agrícolas vinculados à sua atividade principal.

A **Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)**, que fornece informações sobre os efetivos da pecuária existentes no município na data de referência do levantamento, bem como a produção de origem animal e o valor da produção durante o ano de referência. Os efetivos incluem bovinos, suínos, matrizes de suínos, galináceos, galinhas, codornas, equinos, bubalinos, caprinos e ovinos. A produção de origem animal, por sua vez, contempla: a produção de leite, ovos de galinha, ovos de codorna, mel, lã bruta e casulos do bicho-da-seda; as quantidades de vacas ordenhadas e ovinos tosquiados; e a aquicultura, que engloba as produções da piscicultura, carcinicultura e malacocultura.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2020.

Efetivo de bovinos e cinco principais Unidades da Federação e municípios produtores

Unidades da Federação

1 Mato Grosso
32,7 milhões de cabeças

2 Goiás
23,6 milhões de cabeças

3 Pará
22,3 milhões de cabeças

4 Minas Gerais
22,2 milhões de cabeças

5 Mato Grosso do Sul
19,0 milhões de cabeças



Municípios

1 São Félix do Xingu - PA
2,4 milhões de cabeças

2 Corumbá - MS
1,8 milhão de cabeças

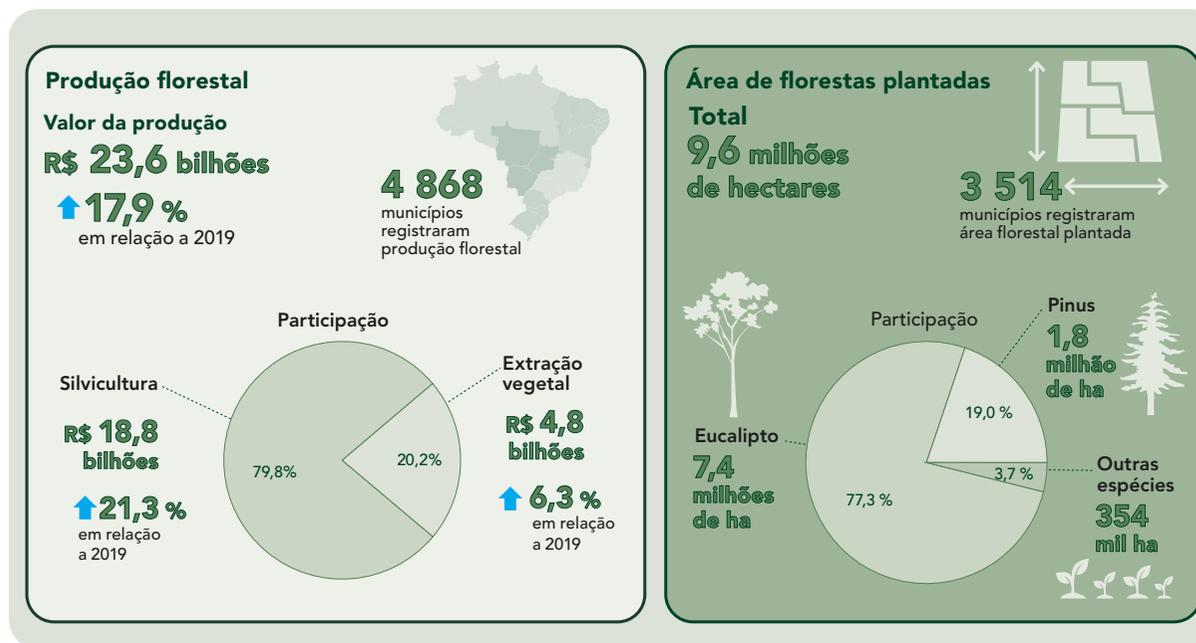
3 Marabá - PA
1,3 milhão de cabeças

4 Porto Velho - RO
1,3 milhão de cabeças

5 Vila Bela da Santíssima Trindade - MT
1,2 milhão de cabeças

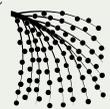
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2020.

A **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)**, que investiga informações sobre a quantidade e o valor da produção decorrente dos processos de exploração dos recursos vegetais nativos e dos maciços florestais plantados, tendo como unidade de coleta o município. A área total existente e a área colhida de cultivos florestais também são objetos da pesquisa.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2020.

Variação anual do valor de produção dos principais produtos não madeireiros do extrativismo



Açaí (fruto)

↑ **17,8%** em relação a 2019

Valor da produção

R\$ **694,3** milhões

Limoeiro do Ajuru (PA)



1 **43,0** mil toneladas



Erva-mate

↑ **38,8%** em relação a 2019

Valor da produção

R\$ **559,7** milhões

Cruz Mchado (PR)



1 **66,0** mil toneladas



Carnaúba (pó)

↑ **7,3%** em relação a 2019

Valor da produção

R\$ **235,2** milhões

Granja (CE)



1 **1,7** mil toneladas



Castanha-do-pará

↓ **27,4%** em relação a 2019

Valor da produção

R\$ **98,6** milhões

Humaitá (AM)



1 **4,7** mil toneladas



Babaçu (amêndoa)

↑ **2,2%** em relação a 2019

Valor da produção

R\$ **91,4** milhões

Vargem Grande (MA)



1 **4,1** mil toneladas



Pequi (fruto)

↑ **122,7%** em relação a 2019

Valor da produção

R\$ **45,1** milhões

Paraiso do Tocantins -TO



1 **6,6** mil toneladas



Pinhão (semente)

↑ **44,5%** em relação a 2019

Valor da produção

R\$ **41,0** milhões

Virgínia (MG)



1 **1,6** mil toneladas

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2020.

Indústria e construção

Este tema investiga as atividades das **indústrias extrativas, de transformação e da construção**, a partir de pesquisas que levantam informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos das atividades específicas. As principais pesquisas que tiveram resultados divulgados para essa área foram:

A **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF)**, que produz indicadores de curto prazo, desde a década de 1970, relativos ao comportamento do produto real das indústrias extrativa e de transformação.

A **Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA-Empresa)**, que tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País. Seus resultados constituem referência para a análise das atividades que compõem este segmento e subsidiam o Sistema de Contas Nacionais nas estimativas de valor da produção, consumo intermediário, valor adicionado, formação de capital e pessoal ocupado.

2018



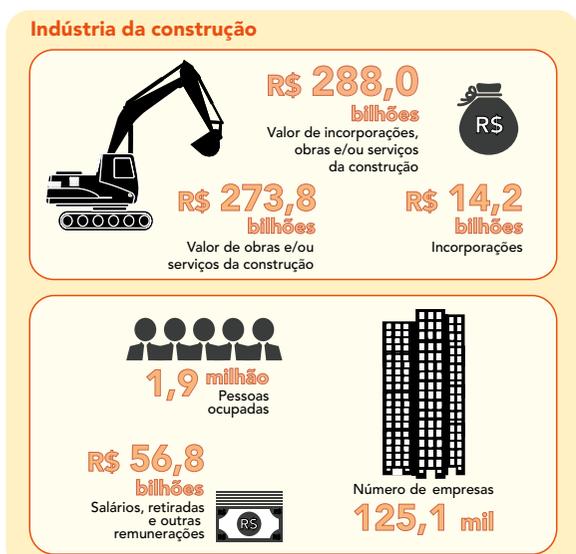
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2018.

2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2019.

A **Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)**, que identifica anualmente as características estruturais da atividade de construção e de suas transformações no tempo. As informações levantadas priorizam as estimativas do valor de incorporações, obras e/ou serviços da construção, da mão de obra ocupada e sua remuneração e dos investimentos em capital fixo, entre outras.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2019.

Serviços

O tema engloba as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades dos serviços que pertencem às seguintes seções da CNAE 2.0: H - Transporte, armazenagem e correio; I - Alojamento e alimentação; J - Informação e comunicação; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades profissionais, científicas e técnicas; N - Atividades administrativas e serviços complementares; parte da seção R - Artes, cultura, esporte e recreação; e S - Outras atividades de serviços. Os resultados divulgados deste tema são referentes à seguintes pesquisas:

A **Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)**, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas com 20 ou mais pessoas ocupadas que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

A **Pesquisa Anual de Serviços (PAS)**, que levanta dados econômico-financeiros para conhecer detalhadamente o setor de serviços. Ela investiga anualmente empresas que atuam nos seguintes setores de serviços empresariais não financeiros: serviços prestados principalmente às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio; atividades imobiliárias; e serviços de manutenção e reparação, além de outras atividades de serviços.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2019.

Comércio

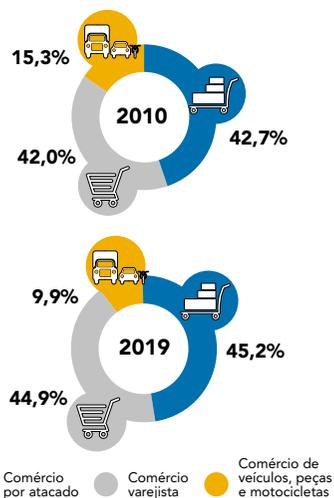
Tema que abrange as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades do comércio e de reparação de veículos automotores e motocicletas, que pertencem à seção G da CNAE 2.0.

A **Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)**, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas

com 20 ou mais pessoas ocupadas e cuja atividade principal é o comércio varejista e atividades de veículos, motocicletas, partes e peças e de material de construção, que incluem o ramo atacadista.

A **Pesquisa Anual de Comércio (PAC)**, que constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do Produto Interno Bruto (PIB).

Participação dos setores do comércio na receita operacional líquida



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2010/2019.

Principais variações da receita operacional líquida nas atividades comerciais (%)

	2010	2019	Variação
Hipermercados e supermercados	10,6	12,9	↑ 2,3
Comércio por atacado de matérias-primas agrícolas e animais vivos	2,6	4,7	↑ 2,1
Comércio varejista de combustíveis e lubrificantes	7,6	8,4	↑ 0,8
Comércio de veículos automotores	11,1	6,3	↓ 4,8
Comércio varejista de informática, comunicação e artigos de uso doméstico	6,0	5,1	↓ 0,9
Comércio por atacado de mercadorias em geral	5,0	4,4	↓ 0,6

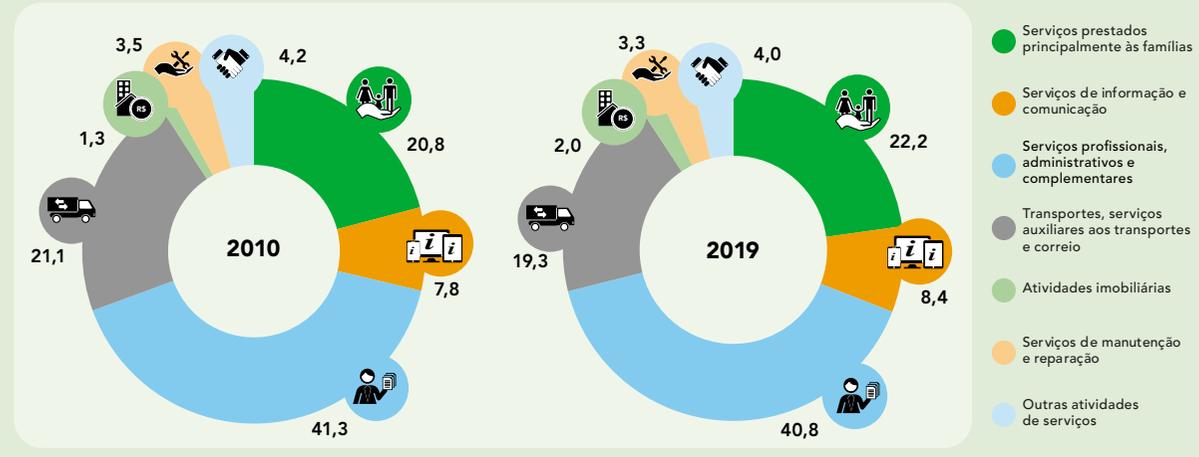
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2010/2019.

Empresas comerciais



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2019.

Distribuição percentual de pessoal ocupado nas empresas prestadoras de serviços não financeiros (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2010/2019.

Indicadores selecionados de emprego, por segmentos dos serviços

	T Total	Serviços prestados principalmente às famílias	Serviços de informação e comunicação	Serviços profissionais, administrativos e complementares
2019	9 Média de pessoas ocupadas 2,3 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)	7 Média de pessoas ocupadas 1,5 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)	10 Média de pessoas ocupadas 4,5 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)	12 Média de pessoas ocupadas 2,0 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)
2010	11 Média de pessoas ocupadas 2,5 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)	7 Média de pessoas ocupadas 1,4 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)	10 Média de pessoas ocupadas 5,7 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)	14 Média de pessoas ocupadas 2,1 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)
2019	15 Média de pessoas ocupadas 2,8 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)	4 Média de pessoas ocupadas 1,7 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)	4 Média de pessoas ocupadas 1,6 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)	10 Média de pessoas ocupadas 3,0 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)
2010	16 Média de pessoas ocupadas 2,9 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)	5 Média de pessoas ocupadas 2,5 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)	4 Média de pessoas ocupadas 1,7 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)	15 Média de pessoas ocupadas 2,9 Salário médio mensal (salários mínimos) (1)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2010/2019.

(1) Valores calculados pela divisão dos salários, retiradas e outras remunerações pelo salário mínimo anual, cujo cálculo inclui o 13º salário, e, em seguida, pelo total de pessoal ocupado nas empresas.

Preços e custos

Abrange as informações sobre as variações de preços dos bens e serviços produzidos na economia, englobando índices de preços ao consumidor, índices de preços ao produtor, e, ainda, comparações internacionais, visando medir as paridades de poder de compra e os níveis correspondentes de preço e volume do Produto Interno Bruto (PIB), entre outros aspectos. Compreende também as informações sobre custos e índices da construção civil. O tema é composto pelas seguintes pesquisas que tiveram seus resultados divulgados:

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, produzido contínua e sistematicamente pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do SNIPC.

Esse índice de preços tem como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e internet e sua coleta estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência.

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, também produzido contínua e sistematicamente pelo SNIPC, que tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura populacional de 50% das famílias cuja pessoa de referência é assalariada e pertencente às áreas urbanas de cobertura do SNIPC.

O **Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação (IPP)**, cujo âmbito são as indústrias extrativas e de transformação, que tem como principal objetivo mensurar a mudança média dos preços de venda recebidos pelos produtores domésticos de bens e serviços, bem como sua evolução ao longo do tempo, sinalizando as tendências inflacionárias de curto prazo no País. Constitui, assim, um indicador essencial para o acompanhamento macroeconômico e, por conseguinte, um valioso instrumento analítico para tomadores de decisão, públicos ou privados.

O **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)**, que tem por objetivo a produção de séries mensais de custos e índices para o setor habitacional e de séries mensais de salários medianos de mão de obra e preços medianos de materiais, máquinas e equipamentos e serviços da construção para os setores de saneamento básico, infraestrutura e habitação. O Sistema é uma produção conjunta do IBGE e da Caixa Econômica Federal (CAIXA), realizada por meio de acordo de cooperação técnica, cabendo ao Instituto a responsabilidade da coleta, apuração e cálculo, enquanto à CAIXA a definição e manutenção dos aspectos de engenharia, tais como projetos, composições de serviços etc. As estatísticas do SINAPI são fundamentais na programação de investimentos, sobretudo para o setor público. Os preços e custos auxiliam na elaboração, análise e avaliação de orçamentos, enquanto os índices possibilitam a atualização dos valores das despesas nos contratos e orçamentos.

Contas nacionais

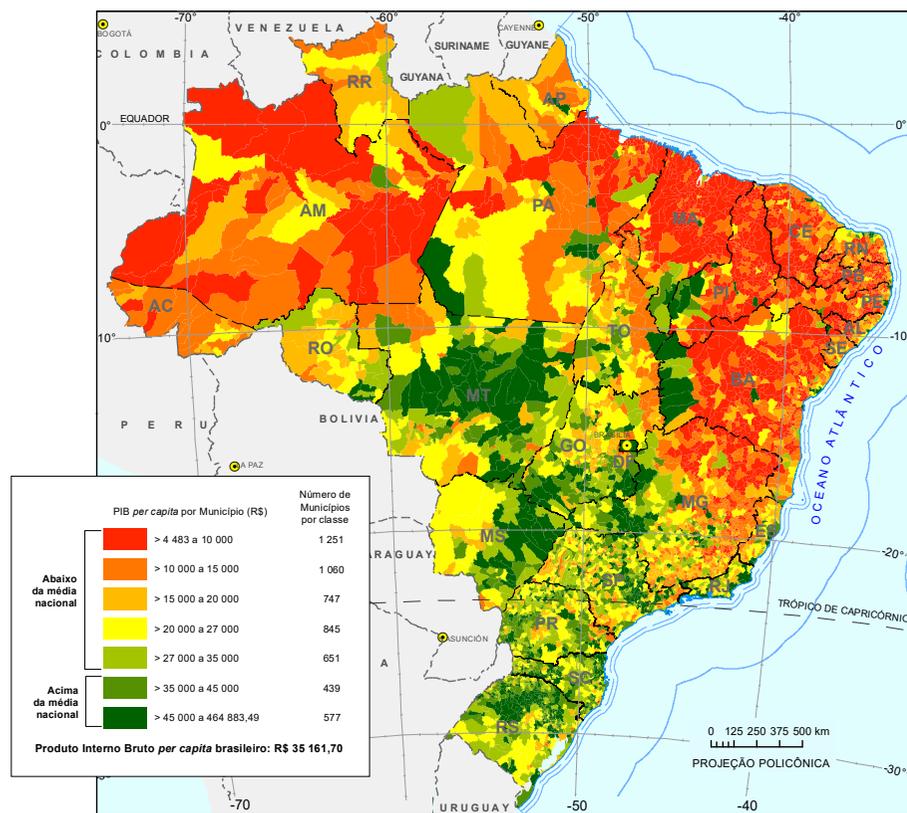
Tema que compreende as informações sobre geração, distribuição e uso da renda no País, acumulação de ativos não financeiros e relações entre a economia nacional e o resto do mundo, abrangendo indicadores como Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, e Renda Nacional Bruta, entre outros aspectos. Tem como referência metodológica as recomendações internacionais sobre a compilação de dados econômicos expressas no manual *System of National Accounts (SNA)*. Compreende também Contas Regionais e PIB dos municípios. Os resultados divulgados foram referentes às seguintes fontes de informação:

O **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT)**, que apresenta os valores correntes e os índices de volume (1995=100), trimestralmente, para o Produto Interno Bruto a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços.

O **Produto Interno Bruto dos Municípios**, que é uma operação estatística onde o IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), divulga as estimativas do PIB dos Municípios.

PIB per capita

2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

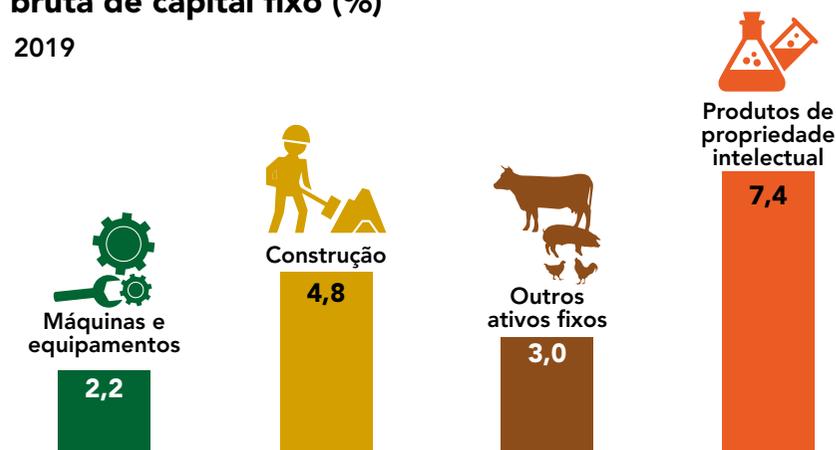
O **Sistema de Contas Nacionais (SCN)**, que apresenta informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no País. Há também dados sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo. São apresentados comentários analíticos sobre os principais destaques, ilustrados graficamente e traçando comparações em relação ao ano anterior e, para alguns indicadores, também em relação a 2000, ano de início da série, fornecendo, assim, uma síntese do desempenho da economia brasileira no período.

Foram publicados, ainda, no caso das contas nacionais: Sistema de Contas Regionais, Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo e Contas Econômicas Ambientais de Energia.

Enquanto estatísticas experimentais, foram divulgadas: a) Tabelas de Recursos e Usos por Unidades da Federação: Matrizes da conta de produção 2018 e b) Contas de Ecossistemas: Valoração do serviço do ecossistema de provisão de água azul 2013-2017.

Variação em volume dos componentes da formação bruta de capital fixo (%)

2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Síntese do desempenho da economia brasileira 2019

1,2%
PIB
Variação
em volume



PIB
per capita
R\$ 35 161,70



15,5%
Taxa
de investimento



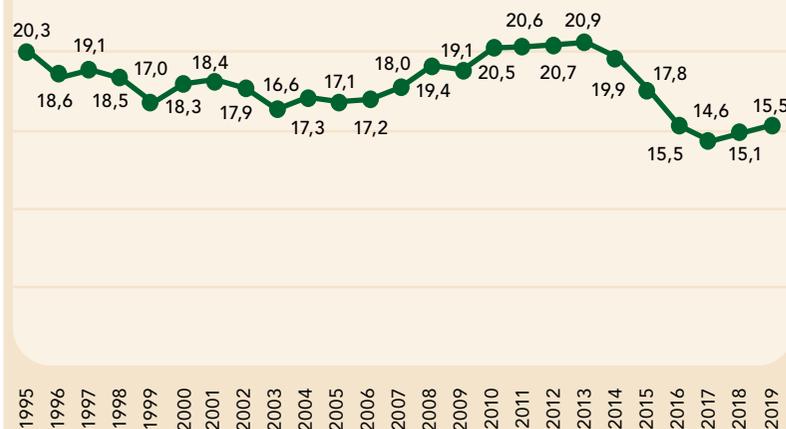
2,6%
Consumo
das famílias
variação em volume



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Evolução da taxa de investimento (%)

1995-2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Outras estatísticas econômicas

Estatísticas do Cadastro Central de Empresas

O Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) reúne informações cadastrais e econômicas de empresas e outras organizações presentes no Território Nacional inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, e de suas respectivas unidades locais. A atualização do CEMPRE é realizada, anualmente, a partir das informações do IBGE provenientes das pesquisas estruturais (Comércio, Construção, Indústria e Serviços) e do Sistema de Manutenção Cadastral do Cadastro Central de Empresas (SIMCAD), bem como de registros administrativos da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que estão sendo substituídos gradativamente pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Tabela 1 - Variação relativa de empresas e outras organizações, pessoal ocupado total, salários e outras remunerações e salário médio mensal - Brasil - 2018-2019

Variáveis	2018	2019	Variação relativa (%)
Empresas e outras organizações	4 937 861	5 239 249	6,1
Pessoal ocupado total	52 217 587	53 220 285	1,9
Pessoal ocupado assalariado	45 456 277	46 214 846	1,7
Sócios e proprietários	6 761 310	7 005 439	3,6
Salários e outras remunerações (1 000 R\$) (1)	1 833 218 725	1 820 628 515	(-) 0,7
Salário médio mensal (R\$) (1)	3 085,21	2 975,74	(-) 3,5
Salário médio mensal (salários mínimos)	3,1	3,0	(-) 3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018-2019.

(1) Utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, como deflator do salário médio mensal do ano de 2018, tendo como referência o ano de 2019.

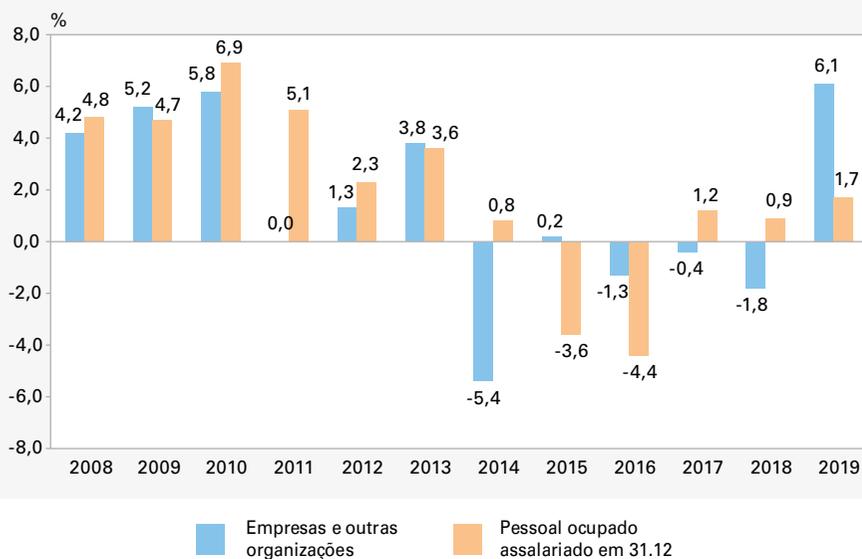
Tabela 4 - Empresas e outras organizações, pessoal ocupado total e assalariado e salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo as faixas de pessoal ocupado total - Brasil - 2019

Faixas de pessoal ocupado total	Empresas e outras organizações		Pessoal ocupado em 31.12				Salários e outras remunerações (R\$ 1 000)		Salário médio mensal (R\$)
			Total		Assalariado		Absoluto	Relativo (%)	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)			
Total	5 239 249	100,0	53 220 285	100,0	46 214 846	100,0	1 820 628 515	100,0	2 975,74
0 a 9 pessoas	4 604 771	87,9	11 449 250	21,5	5 685 925	12,3	126 485 302	6,9	1 612,60
10 a 49 pessoas	544 987	10,4	9 917 221	18,6	8 808 889	19,1	216 370 066	11,9	1 903,17
50 a 249 pessoas	69 429	1,3	6 845 505	12,9	6 736 818	14,6	222 321 806	12,2	2 538,51
250 pessoas ou mais	20 062	0,4	25 008 309	47,0	24 983 214	54,1	1 255 451 341	69,0	3 780,12

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2019.

Na presente publicação, constam informações das organizações formais ativas no País, tais como: número total de empresas e outras organizações ativas; pessoal ocupado total; pessoal ocupado assalariado; salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo a atividade econômica, de acordo com a CNAE 2.0; e porte, segundo faixas de pessoal ocupado total e distribuição geográfica. A temática conta ainda com estatísticas de comércio exterior, apresentando a participação no CEMPRE do número de empresas exportadoras/importadoras e do seu pessoal ocupado assalariado, segundo a atividade econômica e o porte.

Gráfico 7 - Variação relativa anual do número de empresas e outras organizações e do pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2008-2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2007-2019.

Tabela 25 - Empresas e outras organizações, pessoal ocupado assalariado e sua participação na economia formal, por organizações exportadoras e importadoras e participação no CEMPRE - Brasil - 2007-2019

Ano	Exportadoras				Importadoras			
	Empresas e outras organizações		Pessoal ocupado assalariado		Empresas e outras organizações		Pessoal ocupado assalariado	
	Absoluto	Participação no CEMPRE (%)	Absoluto	Participação no CEMPRE (%)	Absoluto	Participação no CEMPRE (%)	Absoluto	Participação no CEMPRE (%)
2007	19 420	0,4	4 786 806	13,1	26 872	0,6	6 913 698	18,9
2008	18 995	0,4	4 914 099	12,8	30 420	0,7	7 714 955	20,1
2009	18 570	0,4	5 095 439	12,7	31 303	0,6	7 801 587	19,4
2010	18 110	0,4	5 415 180	12,6	35 374	0,7	8 540 040	19,9
2011	17 959	0,4	5 690 313	12,6	38 228	0,7	8 811 495	19,5
2012	17 548	0,3	5 462 088	11,8	38 500	0,7	8 900 886	19,2
2013	17 768	0,3	5 534 124	11,6	40 129	0,7	8 910 509	18,6
2014	18 034	0,4	5 647 735	11,7	39 936	0,8	9 337 253	19,3
2015	19 027	0,4	5 283 664	11,3	37 502	0,7	8 731 832	18,8
2016	20 564	0,4	5 015 201	11,3	34 275	0,7	7 905 687	17,8
2017	20 463	0,4	5 154 279	11,4	35 931	0,7	7 787 259	17,3
2018	20 592	0,4	5 127 257	11,3	36 244	0,7	8 174 867	18,0
2019	22 849	0,4	4 970 148	10,8	38 672	0,7	8 243 395	17,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2007-2019

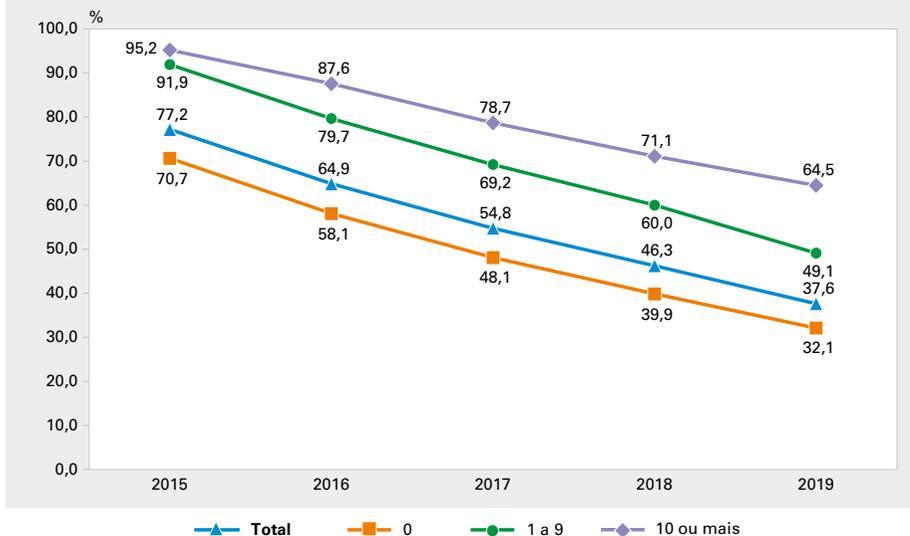
Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo

A presente temática tem como objetivo apresentar a dinâmica demográfica das empresas formais brasileiras e as estatísticas de empreendedorismo a partir dos conceitos definidos nos documentos *EUROSTAT-OECD manual on business demography statistics* e *Measuring entrepreneurship: a collection of indicators*, ambos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com base nas informações do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), do IBGE.

A análise dos resultados referentes à demografia apresenta as taxas de entrada, saída e sobrevivência, segundo o porte e a atividade econômica, das empresas. Para as unidades locais, também se avalia resultados regionais.

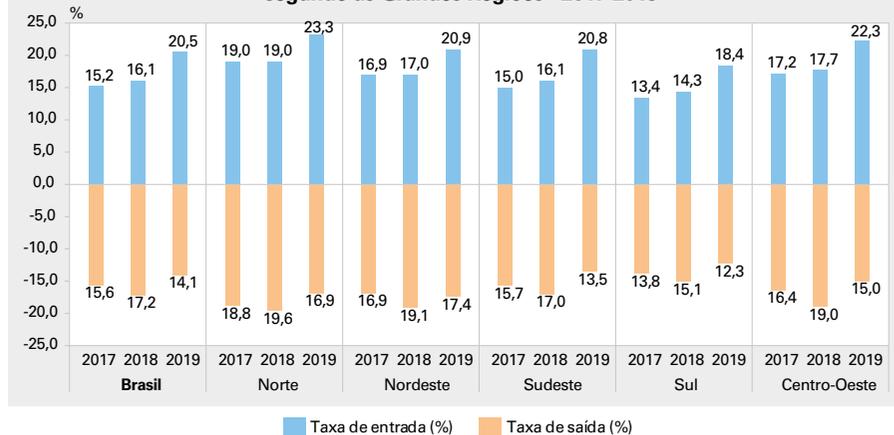
A análise referente ao empreendedorismo destaca a importância das empresas de alto crescimento na geração de postos de trabalho assalariados formais e sua participação no valor adicionado bruto, na produtividade do trabalho e na receita líquida em relação àquelas com dez ou mais pessoas assalariadas em 2019.

Gráfico 1 - Taxas de sobrevivência das empresas nascidas em 2014, por faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2015-2019



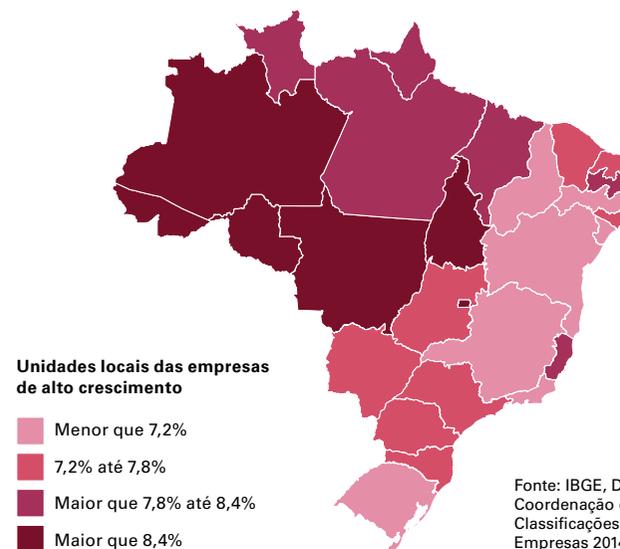
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2011-2019.

Gráfico 2 - Taxas de entrada e saída das empresas no mercado, segundo as Grandes Regiões - 2017-2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2014-2019.

Cartograma 1 - Participação relativa das unidades locais das empresas de alto crescimento em relação ao total das unidades locais das empresas ativas com 10 ou mais pessoas assalariadas, segundo as Unidades da Federação - 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2014-2019.

Inserção internacional

A Diretoria de Pesquisas (DPE) participa do *Grupo de Trabajo de la Calidad Estadística (CEA)*, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), focado na proposta de produção do *Guía para la implementación de un Marco de aseguramiento de la calidad para la producción de estadísticas oficiales*.

Ainda, servidores da DPE participam do Grupo Técnico do *Hub Regional para Big Data e Ciência de Dados*, coordenado pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), que objetiva ser uma plataforma de apoio a projetos no uso de *Big Data* e Ciência de Dados para as estatísticas oficiais e indicadores da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular para a comunidade estatística na região da América Central e do Sul.

Censo Demográfico 2022

Uma sociedade que conhece a si mesma pode executar, com eficácia, ações imediatas e planejar com segurança o seu futuro.

Os resultados obtidos a partir da realização do **Censo Demográfico**, a mais complexa e grandiosa operação estatística realizada em todo o mundo, permitem a composição de um retrato abran-



gente e fiel do País. A operação censitária permite o conhecimento em detalhe da nossa população: como ela é e como vive em todos os municípios do País e em seus recortes territoriais internos. Por isso, a grande relevância e a importância da operação para o governo e para a sociedade.

O Censo produz informações precisas e atuais que são fundamentais para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas, permitindo decisões acuradas para a realização de investimentos, tanto do governo quanto da iniciativa privada.

Para realizar um Censo, com eficiência no uso dos recursos e eficácia no alcance de seus objetivos, é necessário um planejamento longo e sólido. Pressupõe-se a consecução de diversas etapas fundamentais para garantia de uma produção de informações relevantes e confiáveis.

Em 2021, novo adiamento do Censo

O cronograma do Censo Demográfico seguiu sua preparação ao longo de 2020, já com todos os cuidados sanitários exigidos. Contudo, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 não incluiu os recursos necessários para efetuar a operação. O valor disponibilizado, aquém das necessidades orçamentárias do projeto em seu ano de coleta, acabou por inviabilizar a operação no ano de 2021 e impediu a sequência do andamento adequado das atividades preparatórias que precedem o Censo. Provocado, o Supremo Tribunal Federal (STF), em 14 de maio de 2021, determinou à União “a adoção das medidas administrativas e legislativas necessárias à realização do Censo Demográfico

do IBGE”. Como, nesse momento, muitas atividades haviam sido paralisadas e, mesmo com recursos disponibilizados com brevidade, tornar-se-ia impossível realizar todas as atividades preparatórias para o início da coleta de dados em período factível em 2021, assim, a Direção do IBGE decidiu, uma vez que os recursos orçamentários estavam garantidos pela decisão judicial, adiar a coleta para o ano de 2022.

Foi elaborado novo planejamento e feita revisão da programação de despesas, tratando o ano 2021 como mais um ano de preparação da estrutura necessária ao Censo. Nessa revisão, somente a folha de pagamento de pessoal temporário atingia, aproximadamente, R\$ 72 milhões, fora as demais despesas preparatórias de custeio. O IBGE solicitou ao Ministério da Economia suplementação orçamentária para atender a este novo plano de trabalho e esse pleito foi atendido em duas fases: a primeira, de envio imediato, garantiu os recursos necessários à cobertura das necessidades previstas para o pagamento de pessoal. A segunda foi creditada no último trimestre e garantiu as demais necessidades de custeio e investimento previstas na reprogramação. Ao final desse processo de recomposição orçamentária, o IBGE passou a contar com um crédito total de R\$ 171.232.673,00, que foram suficientes para o cumprimento do plano de trabalho estipulado para o exercício de 2021.

O orçamento necessário à coleta em 2022 sofreu alterações consideráveis tanto em função de atualizações nos preços dos insumos necessários como em função de ajustes no plano de trabalho acarretados por mudanças no plano

operacional. No que tange às atualizações de preço, o cenário de alta inflação, incluindo uma elevação de quase 100% no preço dos combustíveis desde a última composição do orçamento, sensibilizou fortemente despesas estruturais e teve impacto considerável sobre o orçamento estimado da operação. Já em relação às alterações orçamentárias associadas às mudanças no plano operacional exigiram ajustes nos seguintes itens: no cronograma do processo seletivo, nas taxas de remuneração da coleta e ajuda de locomoção, no novo quadro de vagas com a redefinição da estrutura e quantitativo de pessoal que atuará nas funções censitárias, na criação de novos cargos (Coordenador Censitário de Área – CCA e Agente Censitário Administração e Informática – ACAI) e na revisão do quantitativo de pessoal, com base na projeção da população para 2022.

Adequações para a coleta em 2022

Para o novo ano de coleta, foram, então, desenvolvidos projetos técnico e tecnológico adequados para atender às necessidades ainda demandadas pela pandemia. Foram feitos ajustes no cronograma, de acordo com tais necessidades, para permitir, entre outros grandes desafios, a execução de atividades de maneira remota, entre elas, entrevistas por telefone, treinamentos e, também, o estímulo de respostas via internet. As necessidades de adequação de processos e sistemas, surgidas com o novo projeto e o longo distanciamento do período do Censo Experimental, realizado em 2019, exigiram a inclusão de novos testes de operação.

O primeiro, na Ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro, realizado no meio do ano de 2021, buscou, principalmente, validar as ações de protocolo de proteção à COVID-19, avaliando a operação e o uso de EPIs nas diversas etapas. Já no final do ano, foram realizados testes, incorporando alterações e ajustes identificados no teste supracitado, nas Unidades Estaduais e um Teste de Homologação de Sistemas, considerado um “mini” Censo Experimental, no município de Engenheiro Paulo de Frontin, no Rio de Janeiro. Esse teste estava previsto para o início do ano, mas acabou suspenso pelos problemas orçamentários citados anteriormente.

Na cadeia de treinamento do Censo, a partir da definição de que as três primeiras etapas seriam na modalidade remota, ainda no final de 2020, foram continuadas as ações de preparação didática e de fluência digital na plataforma definida (*Microsoft Teams*).

O modelo de treinamento foi elaborado a partir da integração entre conhecimentos práticos e uso dos equipamentos de coleta – DMCs e Tablets.



Teste de campo do Censo 2022 em Paquetá teve início dia 6 de setembro. Foto: Cal Guimarães/Agência IBGE Notícias

Diante da piora do cenário e do avanço da pandemia da COVID-19, tornou-se mais difícil a entrega dos equipamentos para os treinandos da etapa de formação de multiplicadores iniciais das Unidades Estaduais (UEs). Dessa forma, optou-se por realizar uma etapa de preparação de instrutores especialistas, dessa vez com adoção do ensino remoto síncrono.

A primeira ação de treinamento realizada, no início do ano, foi a etapa de capacitação de Coordenadores de Subárea, ACMs e ACSs para o Teste de Homologação de Sistemas.

Com o novo adiamento da operação, houve necessidade de novos ajustes, novas datas e períodos de referência, melhorias em aulas e recursos instrucionais. As ações de capacitação por meio do Programa CAPACITA Censo foram continuadas.

A melhoria do cenário de pandemia e os novos testes realizados provocaram a realização de novo treinamento, inicialmente em ensino remoto e na modalidade presencial nos repasses locais.

O Grupo Fonte – instrutores especialistas – avaliou os repasses no ensino remoto (no caso, ensino remoto emergencial) com preocupação devido ao envio de muitas dúvidas por parte das UEs, em temas considerados de relativa facilidade. Em face do receio de que a qualidade do repasse fosse prejudicada e do avanço da vacinação, foi aprovada a adoção da modalidade presencial para o treinamento dos primeiros instrutores estaduais, em regime de imersão e no formato centralizado.

Continuidade das atividades preparatórias

Outras atividades preparatórias seguiram de forma remota e, também, presenciais. Devido à pandemia, houve grande avanço no uso da tecnologia para dar continuidade às Reuniões de Planejamento e Acompanhamento do Censo (REPACs) de maneira remota, por meio de aplicativos de videoconferência, por todo o Brasil, para ampliar e manter o contato com as instituições parceiras. Além dos assuntos já abordados nas duas reuniões anteriores, foram tratados: a divulgação das atividades do Censo e pedido de apoio para a instalação de Postos de Coleta e locais de treinamento. Foi desenvolvido, no Banco de Dados Operacional (BDO), a forma de registro no sistema para agendamento desse tipo de reunião, formalização de convites e registro da sala (*link*) de reunião. Essa nova modalidade permitiu a con-

tinuação das REPACs durante o período de pandemia e a participação de mais pessoas, melhorando a disseminação das nossas informações.

O BDO concentra as informações necessárias para as fases de planejamento e preparação para o Censo, mantendo informações operacionais, de infraestrutura, de pessoal e orçamentária para a operação censitária, auxiliando em tarefas como a distribuição de materiais, definição dos postos de coleta e formação do quadro de vagas para a coleta.

Além da gestão informatizada das REPACs, foram realizadas melhorias no planejamento do quadro de vagas de recenseadores e supervisores, planejamento orçamentário em nível de setor censitário definido pelas UEs para pagamento de recenseadores, definição da estrutura do Censo com áreas, subáreas e postos de coleta, manutenção das informações sobre os postos de coleta, tais como: localização, informações sobre a cessão e sobre a infraestrutura de telecomunicações e instalações físicas.

Foi desenvolvido um módulo para a coleta da Base de Informações Operacionais sobre os Setores Censitários (BIOS), cujos dados auxiliam na coleta, com informações de restrições de segurança, logística especial de acesso, condomínios de difícil acesso, terras indígenas, entre outros temas.

As informações do BDO são consumidas por outros sistemas, por meio da exportação de dados, por interoperabilidade, utilizando serviços *web* ou comunicação direta com outros bancos de dados, entre eles, a Base Operacional Geográfica (BOG), o Sis-

tema de Indicadores Gerenciais da Coleta (SIGC), Sistema de Administração de Pessoal Censitário (SAPC), o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) e o site da instituição.

O IBGE deu sequência na busca de parceiras para redução de custos e divulgação do Censo. A definição dos locais para instalação de postos de coleta em municípios que possuem agência do INSS possibilitou consolidar a parceria com este Instituto para a cessão de espaços para o IBGE.

Foi dada continuidade a acordos de parcerias institucionais para apoio e divulgação do Censo Demográfico, como, por exemplo, com as seguintes instituições: Confederação Nacional de Municípios (CNM); Frente Nacional de Prefeitos (FNP); Confederação Nacional de Síndicos (CONASI); Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (ABESE); BRCondos – Administradoras de Serviços para Condomínios do Brasil e SindicoNet – Portal de Serviços e Produtos para Condomínios.

Essas parcerias visam informar e dar transparência sobre as operações censitárias, cumprindo também o papel de divulgação e sensibilização dos informantes, para recebimento e resposta aos agentes recenseadores. As diversas iniciativas realizadas tinham como principal eixo a disseminação de informações sobre o Censo Demográfico em sites e eventos conduzidos pelas entidades parceiras.

Ao longo de 2020 e 2021, foram oferecidas nove turmas presenciais e seis turmas em EaD para a capacitação intitulada “CNM Qualifica – Censo 2021, o que seu Município precisa muito saber”,

que atingiram um público de mais de 1.400 representantes municipalistas que obtiveram conhecimento sobre o Censo, habilitando-os a cooperar com o IBGE em seus Municípios.

A parceria com a CNM viabilizou a disponibilização do cadastro CNEFE para as prefeituras associadas



em todo o Brasil, objetivando o uso de registros administrativos para atualização do CNEFE. As demais parcerias também caminharam nesse sentido, uma vez que informações sobre condomínios residenciais podem facilitar o acesso e a cobertura da coleta nos domicílios instalados nesses arranjos condominiais.

Cadastro nacional de endereços para fins estatísticos

As atividades do CNEFE, no ano de 2021, foram desenvolvidas em fases distintas. No período de janeiro até a primeira quinzena de agosto, não havia possibilidade de realizar a coleta em campo face à pandemia e, por isso, foram executadas atividades de aperfeiçoamento do banco do CNEFE, passíveis de realização por meio de trabalho em escritório. A partir da segunda quinzena de agosto, as atualizações regulares em campo foram retomadas.

Cabe ressaltar que a primeira fase objetivou sanar incorreções acumuladas ao longo de uma década de atividade e priorizou as ações de maior

impacto sobre as operações de coleta. Nela, as Unidades Estaduais realizaram mais de 580.516 operações de transferência de endereços para solucionar dificuldades originadas por divisão de setores censitários e, também, as atividades de associação de face necessárias para conectar adequadamente os bancos de dados gráficos (SISMAP) e textuais (CNEFE) com mais de 4.900.000 operações realizadas. Ainda nessa fase, foi concluído o pareamento dos endereços do CNEFE com aqueles existentes no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Receita Federal, na base de segurados do INSS e no Cadastro do Auxílio Emergencial. Essa operação permitiu a inclusão de 14.000.000 de novos telefones nos registros do CNEFE, bem como a incorporação de 400.000 novos endereços que satisfaziam as restrições de incorporação.

A atualização de campo permitiu a atualização por varredura completa de sua área em 5.516 setores. Esse trabalho tem impacto na coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e é preparatório para o Censo 2022, quando terá uso na sua etapa inicial de Levantamento das Características do Entorno e, posteriormente, na coleta das entrevistas.

Organização do território

Estrutura territorial

Trata-se do conjunto de informações sobre a estrutura territorial legal brasileira, ao longo do tempo, com sua divisão político-administrativa. Tem como referência o ano anterior, 2020, e mantém o compromisso do IBGE com a atualização da estrutura territorial e da divisão político-administrativa do Brasil ao longo do tempo.

EVOLUÇÃO DA BASE TERRITORIAL	Ano 2020	Ano 2021	Variação 2020 - 2021	Percentual 2020-2021
Municípios	5.570	5.570	0	0,00%
Distritos	10.629	10.649	20	0,19%
Subdistritos	682	683	1	0,15%
Setores	449.878	452.246	2.368	0,53%
Setores Urbanos (Sit. 1, 2, 3)	344.142	345.646	1.504	0,44%
Setores Rurais (Sit. 5, 6, 7, 8)	104.846	105.706	860	0,82%
Setores de Massas D'Água (Sit. 9)	890	894	4	0,45%
Núcleos Urbanos (Sit. 3)	3.821	4.380	559	14,63%
Bairros	17.032	17.242	210	1,23%
Povoados (Sit. 5)	12.670	12.766	96	0,76%
Núcleos Rurais (Sit. 6)	229	229	0	0,00%
Lugarejos (Sit. 7)	4.350	4.564	214	4,92%
UCs	773	826	53	6,86%
TIs	624	625	1	0,16%
TQs	416	450	34	8,17%
Aglomerados Rurais	21.282	42.035	20.753	97,51%
Aglomerados Subnormais (Tipo 1)	11.356	13.783	2.427	21,37%
Bases Militares (Tipo 2)	180	180	0	0,00%
Alojamentos / Acampamentos (Tipo 3)	115	131	16	13,91%
Agrupamentos Indígenas (Tipo 5)	5.777	6.244	467	8,08%
Unidades Prisionais (Tipo 6)	604	607	3	0,50%
ILPI / IACA / Conventos / Hospitais (Tipo 7)	586	586	0	0,00%
Agrovilas do Proj. Assentamentos (Tipo 8)	1.727	1.730	3	0,17%
Agrupamentos Quilombolas (Tipo 9)	2.349	2.384	35	1,49%

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Estruturas Territoriais.

Em 2021, a **Pesquisa de Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento e Aglomerações Urbanas** divulgou os resultados da identificação dos municípios pertencentes a esses recortes geográficos, com base em informações de 31 de dezembro de 2020. Foram identificadas 74 Regiões Metropolitanas, sendo que o estado com maior número delas é a Paraíba (12), seguido por Santa Catarina (11), Alagoas (9) e Paraná (8). Além disso, há um total de cinco Aglomerações Urbanas, sendo três no estado de São Paulo e duas no Rio Grande do Sul. Não houve alterações nas três Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) brasileiras, nem nas demais Regiões Metropolitanas dos estados brasileiros. A partir de 2022, a divulgação dos resultados do levantamento será anual, com data de referência em 31/12, conforme atualização dos demais recortes do IBGE.

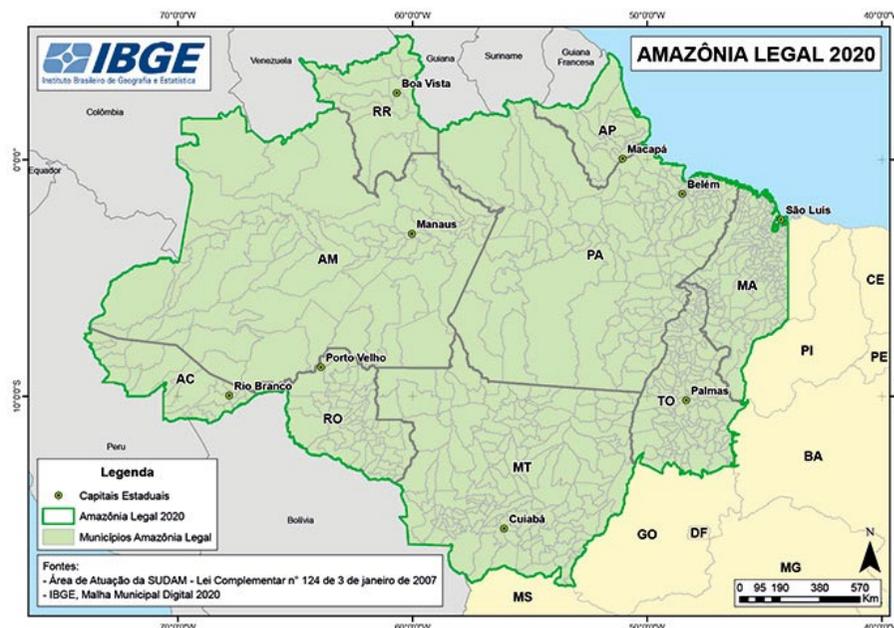
Anualmente, os valores das áreas territoriais brasileiras são reprocessados, devido às atualizações de limites territoriais municipais e à evolução das geotecnologias aplicadas no monitoramento da dinâmica da divisão territorial brasileira.

O cálculo da **Área Territorial Brasileira, versão 2020**, resultou no valor total de 8.510.345,540 km², no qual destacamos os seguintes fatores mais significativos: 1 - Em relação às áreas municipais, foram atualizados os limites de 342 municípios, a partir da publicação de nova legislação, decisão judicial e relatórios/pareceres técnicos confeccionados pelos respectivos órgãos estaduais responsáveis pela divisão político-administrativa de cada estado; 2 - Em função da necessidade da atualização contínua da Base Territorial, especificamente em relação ao desenho da malha municipal, foram realizados ajustes cartográficos em vários municípios, em função da disponibilidade de novos insumos cartográficos.¹

Em 2021, foi divulgado o novo mapa da **Amazônia Legal 2020**, com base na atualização da Malha Municipal. No mapa constam as divisas estaduais, limites municipais e posições das sedes das cidades, informações que auxiliam a compreensão da dinâmica urbana e da infraestrutura logística de integração regional.

1 Mais informações sobre o tema: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>

Atualmente, a Amazônia Legal ocupa **5.015.068,18 km²**, correspondentes a cerca de 58,9% do território brasileiro.²



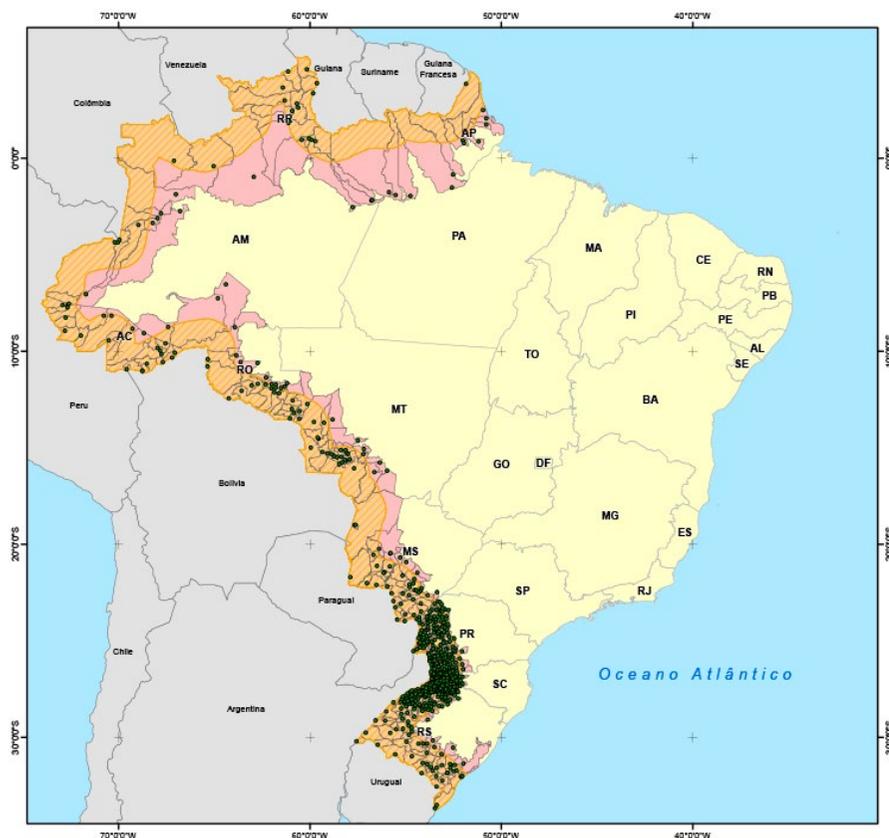
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Estruturas Territoriais, Amazônia Legal 2020

O produto **Municípios da Faixa de Fronteira 2020** apoiou os estudos para o desenvolvimento de novas políticas públicas específicas sobre os eixos de desenvolvimento econômico, segurança, defesa, infraestrutura e questões sociais, uso do solo, ambientais e integração regional e sustentável, em consequência do crescimento de aglomerações urbanas e rurais na Faixa de Fronteira, entre outros.

Em 2021, essa publicação trouxe, como principais resultados, a identificação de 11 Estados, 588 Municípios total ou parcialmente afetados, suas respec-

2 Mais informações sobre o tema: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>

tivas áreas e percentuais, incluindo a Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim, 508 sedes que se encontram dentro da Faixa de Fronteira e 80 sedes que se encontram fora da referida faixa.³



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Estruturas Territoriais, Municípios da Faixa de Fronteira 2020

3 Mais informações sobre o tema: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=o-que-e>

Malhas territoriais

A Malha Municipal retrata, em formato de base de dados, a situação vigente da Divisão Político-Administrativa (DPA), através da representação vetorial das linhas definidoras das divisas estaduais e limites municipais utilizada na coleta dos Censos Demográficos e demais pesquisas do IBGE. A cada versão do produto, incorporam-se as alterações territoriais provenientes de: nova legislação; decisões judiciais (liminares e mandados); alterações cartográficas (relatórios técnicos dos órgãos estaduais responsáveis pela divisão político-administrativa, que atualizam os memoriais descritivos legais à luz das novas geotecnologias).

Em 2021, foi divulgada a **Malha Municipal Digital 2020**⁴, constituída por 5.572 geocódigos, sendo:

- 5.568 Municípios;
- 1 Distrito Federal (Brasília – DF);
- 1 Distrito Estadual (Fernando de Noronha – PE);
- 2 Áreas Estaduais Operacionais (Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim, ambas atribuídas ao Rio Grande do Sul).

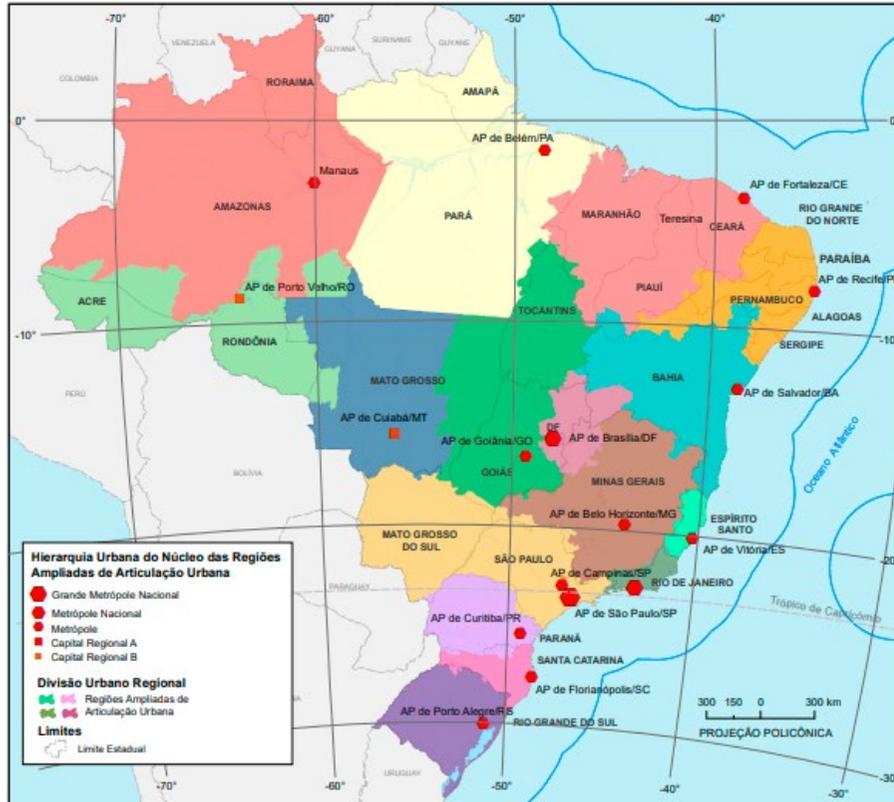
Divisão regional

No ano base deste relatório, também foi disponibilizada a 2ª edição da **Divisão Urbano-Regional** do Brasil. Essa divisão regional fornece uma visão do país a partir dos fluxos articulados pela rede urbana, identificados pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2018). A Divisão Urbano-Regional foi disponibilizada um ano após a divulgação dos resultados da REGIC, buscando oferecer resultados com maior celeridade para os usuários.

Cada município pertence a uma única região, cujos limites não ficam necessariamente restritos às divisas estaduais. O questionário foi aplicado em 5.503 dos 5.568 municípios do país. Outra característica importante dessa

4 Mais informações sobre o tema: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=o-que-e>

divisão é a identificação de uma cidade polo para cada região. O estudo delimitou regiões de articulação urbana em três escalas de referência, cujos espaços são pautados numa organização em rede, onde os centros de gestão do território e os fluxos determinam as vinculações e o arranjo regional.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente, Divisão Urbano-Regional do Brasil, 2ª edição.

O estudo subdividiu as 17 regiões ampliadas (15 metrópoles e duas capitais regionais) em 140 regiões intermediárias, que são formadas por cidades com centralidades medianas e com população, área, número de cidades formadoras e outros índices que marcam a diversidade como um traço característico

do País. Essas, por sua vez, se dividem em 379 regiões imediatas, cidades que possuem, de maneira geral, ligações que demonstram acessibilidade e capacidade em atender a demandas menos complexas e de amplitude mais restrita. Também foram identificados 539 subnúcleos que orbitam em torno das regiões imediatas e as complementam no atendimento a bens e serviços e às funções de gestão local.



O rearranjo regional provocado pelas novas metrópoles nacionais – Campinas, Florianópolis e Vitória – tiveram grande repercussão, com destaque para perda de influência da Concentração Urbana do Rio de Janeiro no Espírito Santo, na Bahia e em Minas Gerais.

Redes e fluxos geográficos

Conjunto de informações e análises geográficas sob a ótica das redes que articulam e organizam o território, a partir do levantamento e da sistematização de dados referentes ao fluxo de mercadorias, pessoas, energia e informação. Inclui, também, o estudo do relacionamento entre as cidades e o estabelecimento de suas hierarquias.

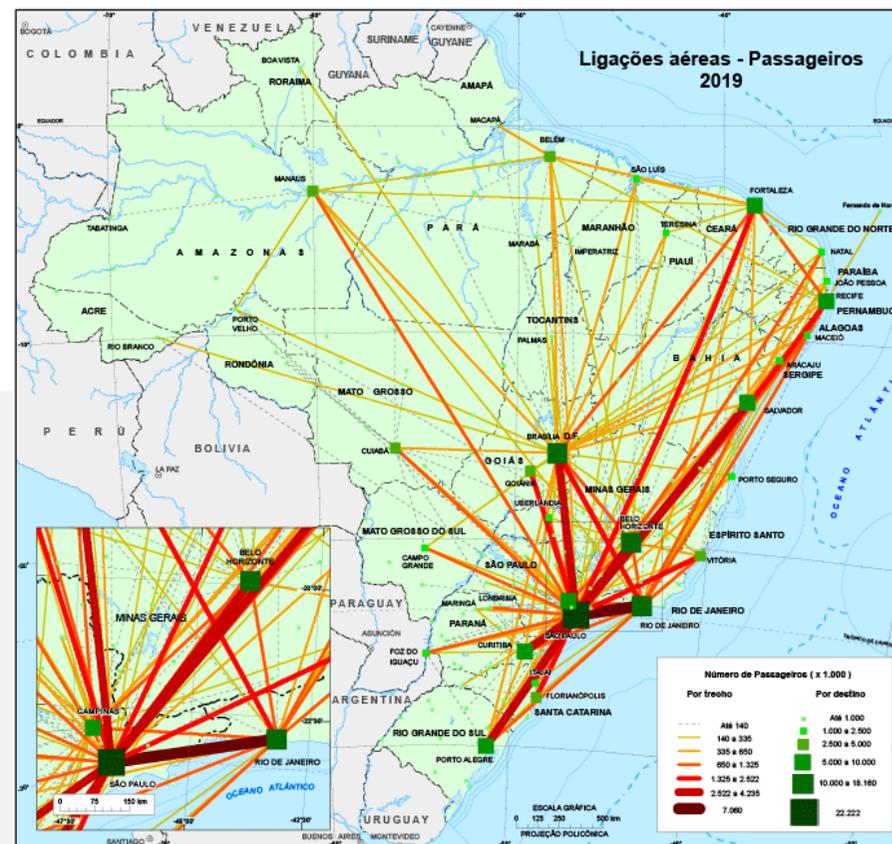
Em 2021, foi divulgada a pesquisa **Redes e Fluxos do Território: Ligações aéreas 2019-2020**, levantamento que identifica os fluxos derivados do transporte aéreo de passageiros e carga, visando caracterizar a relação das cidades brasileiras no sistema urbano nacional a partir dessa modalidade de transporte e avaliar suas acessibilidades, sob a perspectiva dos custos monetário e de tempo de viagem entre elas. Além de retratar a relação das cidades por meio da malha e dos fluxos aéreos, os resultados mostraram o impacto da pandemia da COVID-19 no setor aéreo nacional. Ademais, foram geradas informações sobre a acessibilidade econômica e geográfica das Cidades por meio do transporte aéreo, insumo que pode contribuir para políticas públicas e investimentos privados na aviação regional.

Acessibilidade Econômica das Cidades pelo transporte aéreo Por tarifa média ponderada por destino (TMPd)

As 10 cidade mais acessíveis	R\$
São José dos Campos (SP)	218,53
Joinville (SC)	321,45
Vitória (ES)	327,13
Parintins (AM)	331,02
Presidente Prudente (SP)	336,10
Ponta Grossa (PR)	345,67
Curitiba (PR)	351,30
Belo Horizonte (MG)	360,51
Florianópolis (SC)	361,01
Caldas Novas (GO)	363,23

As 10 cidade menos acessíveis	R\$
Vilhena (RO)	880,76
Cacoal (RO)	880,16
Ji-Paraná (RO)	813,45
São Gabriel da Cachoeira (AM)	812,83
Carauari (AM)	780,29
Lábrea (AM)	750,92
Governador Valadares (MG)	745,55
Corumbá (MS)	722,42
Parnaíba (PI)	717,95
Sinop (MT)	708,85

Fonte: Redes e Fluxos do Território: Ligações Aéreas - 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente, Redes e Fluxos do Território: Ligações aéreas 2019-2020.

Atlas

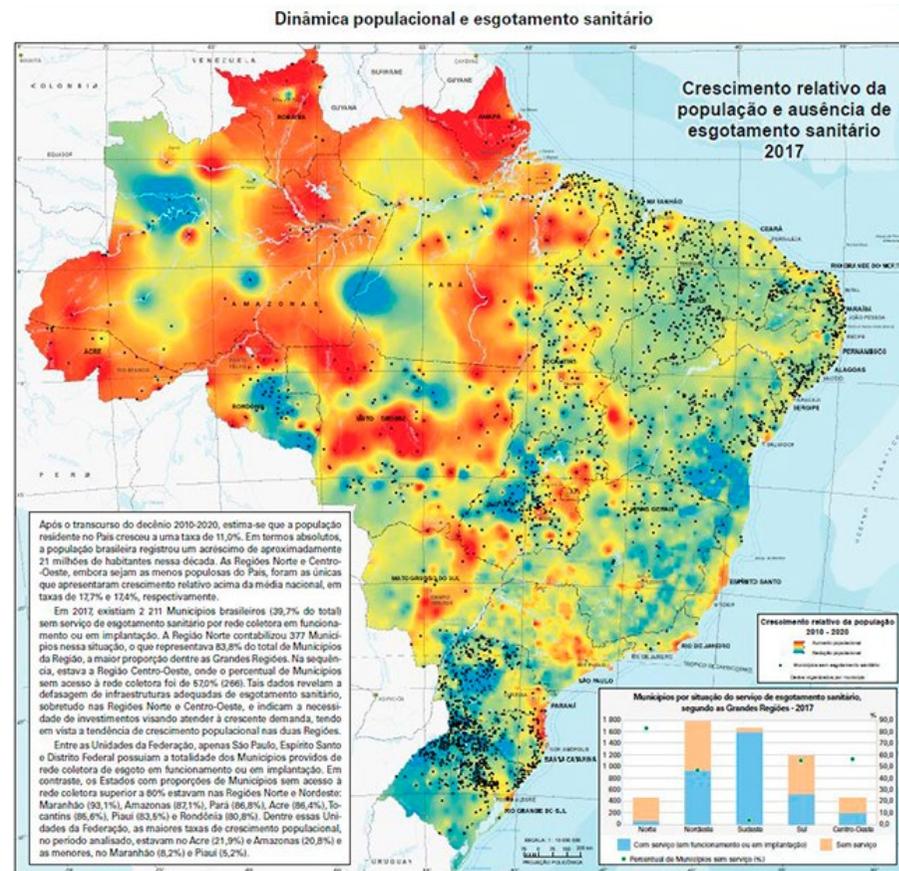
Tema dividido em dois conjuntos de produtos: Atlas Nacionais, que reúnem a coleção de mapas com a síntese das dimensões geográfica, ambiental e socioeconômica do território nacional, proporcionando a difusão do conhecimento geográfico do Brasil, por meio de um conjunto de informações levantadas pelo IBGE e outras instituições públicas do País; e Atlas Temáticos, coleção de mapas associados aos resultados de estudos e pesquisas do IBGE e de outras instituições, oferecendo uma abordagem geográfica do tema em questão.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente, *Atlas de Saneamento: Abastecimento de água e esgotamento sanitário*, 3ª edição.

Em 2021, foi disponibilizada a terceira edição do **Atlas de Saneamento: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**. O Atlas, disponibilizado ao público em formato *e-book* e na Plataforma Geográfica Interativa (PGI) apresenta uma “leitura territorial” dos dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB 2017) e outras fontes, e mostra que o saneamento básico melhorou em todas as regiões do país, mas que as diferenças regionais ainda são grandes. Em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), foram feitas, de maneira inédita, análises dos dados por

biomas e por regiões hidrográficas brasileiras (macrorregiões hidrográficas e mesorregiões hidrográficas). Outra interação foi feita com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) na análise geográfica de dados de saúde ligados à ausência ou deficiência do serviço de saneamento básico.

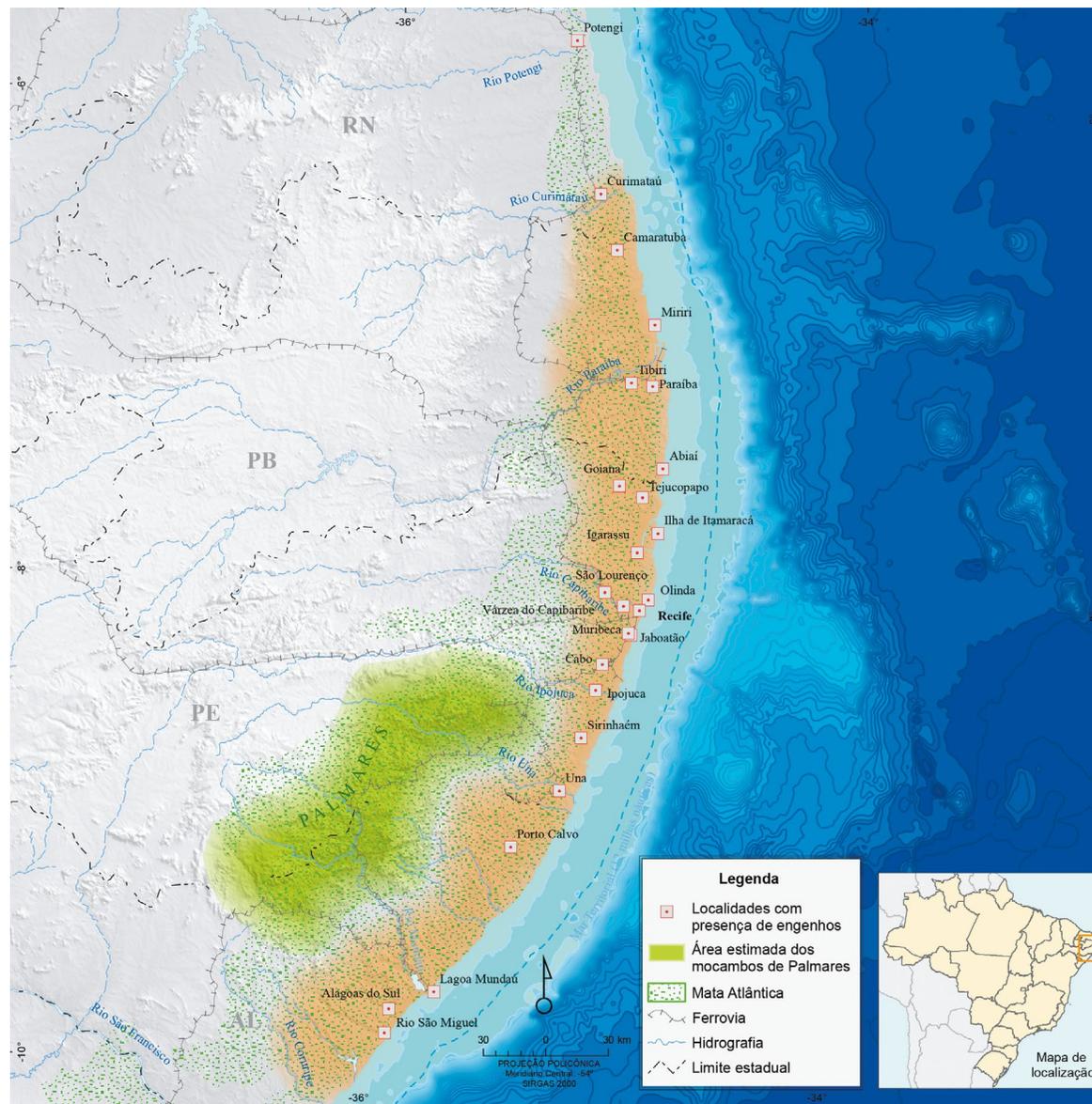


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente, *Atlas de Saneamento: Abastecimento de água e esgotamento sanitário*, 3ª edição.

Outro produto dessa linha disponibilizado pelo IBGE, em 2021, foi o quarto volume do **Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras** dedicado à Costa brasileira. O livro dá continuidade à coleção iniciada com Brasil Meridional (2006) e Sertões Brasileiros I e II (2009 e 2016) e que terá um quinto volume, Amazônia, ainda sem data prevista de lançamento. Seguindo a proposta metodológica que fundamentou as edições anteriores, foram contempladas, nesta edição, as seguintes regionalizações: a região cacaueira do Sul da Bahia; Santos e o Litoral Paulista; Olinda, Recife e a Costa dos Engenhos; as áreas de recôncavo de Salvador e Recôncavo Baiano e do Rio de Janeiro e Baía da Guanabara; as reentrâncias de São Luís e Baía de São Marcos e de Belém e Foz do Rio Amazonas; o Norte Fluminense; Rio Grande de São Pedro e Costa Sul; e a Ilha de Santa Catarina. O atlas contempla obras de grandes autores nacionais como Jorge Amado, João Ubaldo Ribeiro, Dalcídio Jurandir, Ana Miranda, José Lins do Rego, José Cândido de Carvalho, Assis Brasil, Maria Firmina, Lima Barreto e Machado de Assis.

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente, *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras. Costa brasileira.*

Olinda, Recife e a Costa dos Engenhos



Métodos e documentos de referência

Revistas e manuais técnicos

Publicações voltadas para a sociedade com o objetivo de apresentar conceitos e metodologias das atividades de Geociências.

Em 2021, foram disponibilizados dois volumes da **Revista Brasileira de Geografia (RBG)**. Editada pelo IBGE, a Revista Brasileira de Geografia é

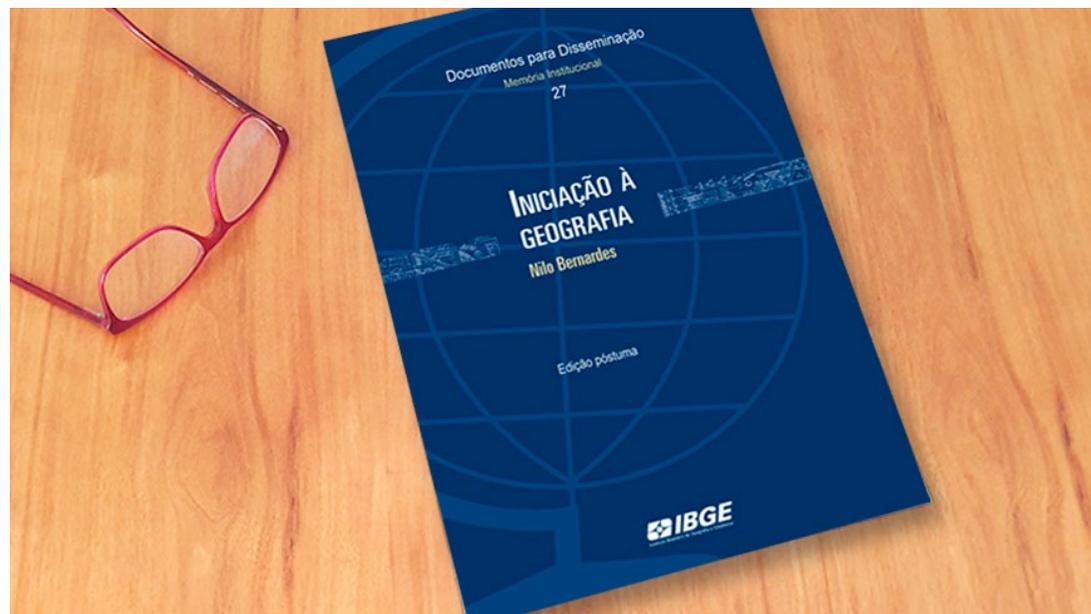


uma das mais antigas e respeitadas publicações técnico-científicas brasileiras na área de Geografia e ciências afins. Com pequenas interrupções, a RBG foi publicada quadrimestralmente, por quase 70 anos, entre 1939 e 2006, sendo considerado um periódico de referência. Muitos de seus artigos abriram importantes fronteiras de conhecimento, tornando-se clássicos, tanto no país quanto no exterior. Desde 2016, o IBGE divulga volumes semestrais do periódico.

O segundo número do volume 65 da RBG contou com dois artigos e um ensaio, abordando três temas distintos: mapeamento de localidades indígenas e quilombolas, transporte aquaviário na Baía de Guanabara (RJ) e reflexões sobre Geografia Histórica. O primeiro número do volume 66 da Revista publicou dois artigos, um ensaio e uma resenha. Além disso, nesse volume, a revista homenageou o geógrafo e professor Jorge Xavier da Silva, do departamento de Geografia da UFRJ; a geógrafa do IBGE e professora da ENCE Marilourdes Lopes Ferreira; e o professor João Baptista Ferreira de Melo, que atuou no IBGE e no departamento de Geografia da UERJ, que fa-

leceram no primeiro semestre de 2021. Os três fizeram parte dos quadros do IBGE e contribuíram para o avanço no campo dos conhecimentos geográficos no Brasil.

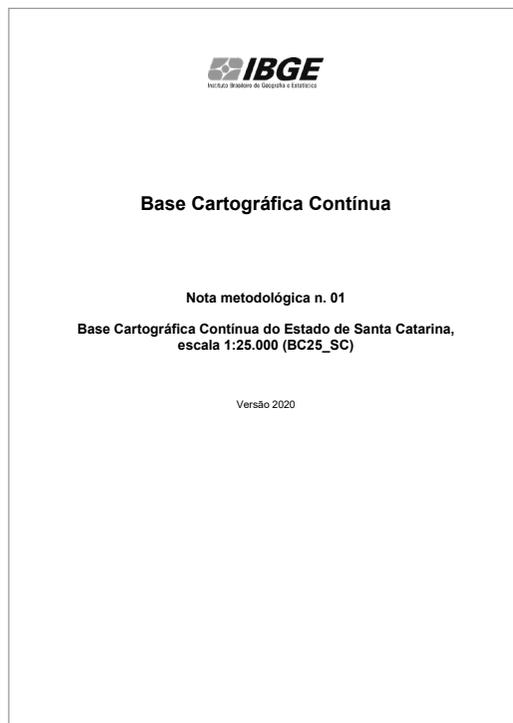
O Conselho Editorial da RBG também foi responsável por disponibilizar a publicação **Iniciação à Geografia**. Trata-se de uma obra inédita do geógrafo e professor Nilo Bernardes, falecido em 1991, que trabalhou no IBGE entre 1945 e 1982, tendo lecionado no Colégio Pedro II e na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), bem como na Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente, Iniciação à Geografia: Nilo Bernardes (edição póstuma)

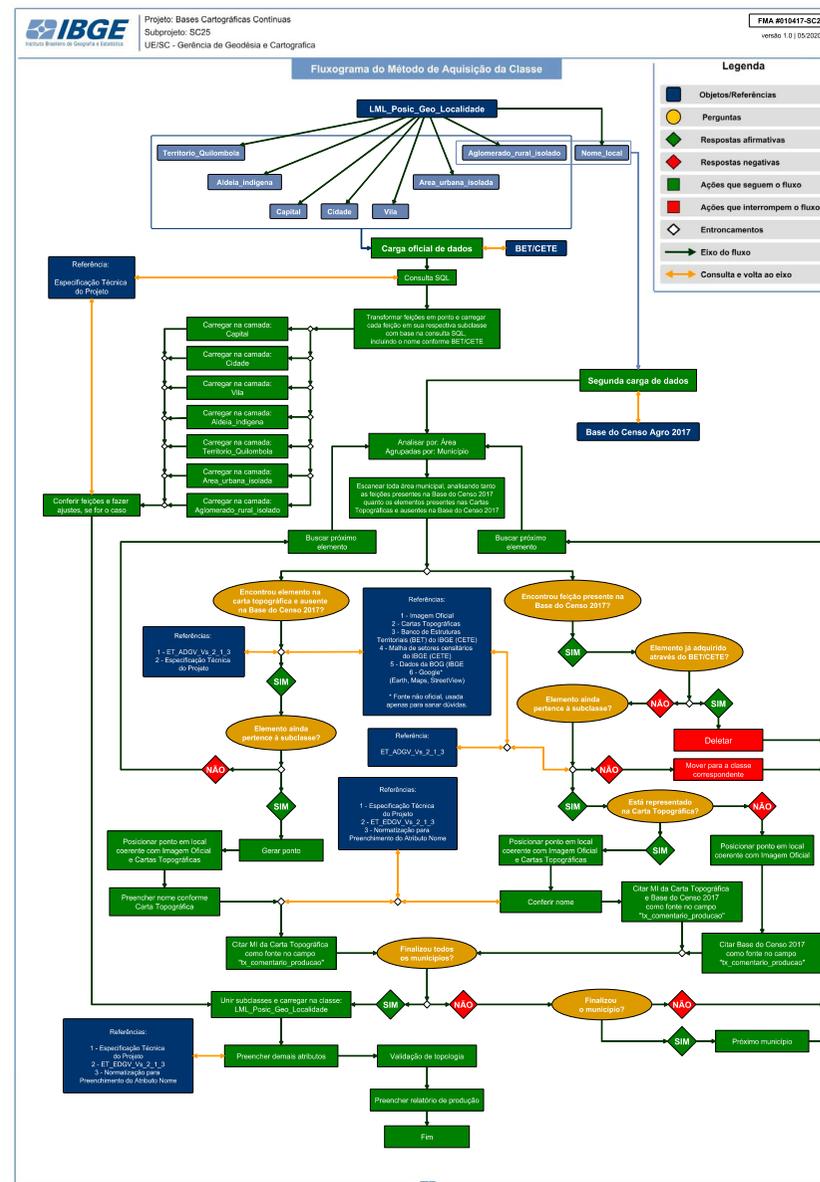
Outros documentos técnicos

Também foi disponibilizada a Nota Metodológica nº 01, correspondente ao produto Base Cartográfica Contínua do Estado de Santa Catarina, escala 1:25.000 - BC25_SC, versão 2020⁵, como documentação complementar à referida base cartográfica, lançado pelo IBGE em 2020. Nela, é apresentada a metodologia e os processos adotados para a construção da base cartográfica contínua, descreve as feições geoespaciais nela representadas, considerando a abordagem da estruturação dos dados, seus atributos semânticos (nomes geográficos, classificação, entre outros), critérios de aquisição, fontes de dados e demais especificidades técnicas, sob a perspectiva da prática realizada pelo IBGE em suas atividades de produção cartográfica.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geodesia e Cartografia, Nota Metodológica relativa ao produto BC25_SC e exemplo de Fluxo de Aquisição de Classe de mapeamento.

5 Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc25/sc/versao2020/ e na Plataforma Geográfica Interativa (PGI do IBGE), em <https://www.ibge.gov.br/apps/basescartograficas/#/home>.



Informações ambientais

Estatísticas e Indicadores Ambientais

Fruto da parceria entre as áreas de Geociências e Pesquisas, o IBGE divulgou duas **Estatísticas Experimentais na linha das Contas de Ecossistemas**: os **Produtos Florestais não Madeireiros 2006/2016** e a **Condição dos Corpos Hídricos 2010/2017**.

Os **Produtos Florestais não Madeireiros** mostram a evolução física e monetária de produção em cada bioma do país, entre 2006 e 2016. A publicação tem duas seções com metodologias próprias: uma que analisa a produção florestal não madeireira por bioma e outra que realiza uma estimativa de valoração do serviço de provisão desses produtos. A pesquisa catalogou a provisão física e monetária dos dez produtos extraídos e cultivados com maior expressão econômica, por bioma, de 2006 e 2016. São eles: açaí (extraído e plantado), látex coagulado (extraído e plantado), erva-mate (extraída e plantada), palmito (extraído e plantado), castanha-do-pará, pequi (fruto e amêndoa), babaçu, carnaúba (cera e pó), jaborandi e piaçava.

Já a **Condição dos Corpos Hídricos** mensura o valor do serviço prestado pelo ecossistema, ao prover a água dos corpos hídricos superficiais – como rios e mananciais – e subterrâneos, como os aquíferos, para a atividade econômica de captação, tratamento e distribuição de água. Realizado em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o estudo compõe o Sistema de Contas Econômicas Ambientais, que segue as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), que promove a integração de informações da economia e do meio ambiente. O objetivo da publicação é envolver os usuários no desenvolvimento dessa estatística e garantir a qualidade e compreensão dos seus resultados ainda no seu estágio inicial.

Contas Econômicas Ambientais

Cronograma de lançamento dos produtos



Cobertura e Uso da Terra

Em complemento à tradicional publicação de **Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil para 2018**, pela primeira vez, o IBGE divulga os dados da pesquisa **com estatísticas desagregadas por unidades da federação**, para os anos de 2000, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018. Os resultados contábeis são apresentados no formato de planilhas, com tabelas de Estoques (adições e reduções, em termos de área, para os tipos de cobertura e uso durante um determinado período contábil) e Matrizes de Mudanças (conversões entre as diferentes classes ao longo de um período). Já os mapeamentos, que expressam o fenômeno de forma geoespacial, permitem a análise das conversões de uso da terra ao longo do tempo e do espaço, e podem ser avaliados de forma combinada com outras informações ambientais, para uma ampla compreensão dessa evolução.

Expansão do uso da terra (2000-2018)

Ranking por unidade da federação

Área Agrícola	Pastagem com Manejo	Silvicultura
1 Mato Grosso 50.616 km ²	1 Pará 83.400 km ²	1 Mato Grosso do Sul 7.545 km ²
2 São Paulo 22.290 km ²	2 Mato Grosso 45.449 km ²	2 Minas Gerais 7.032 km ²
3 Goiás 19.619 km ²	3 Rondônia 33.259 km ²	3 Rio Grande do Sul 4.856 km ²
4 Minas Gerais 17.348 km ²	4 Maranhão 26.485 km ²	4 Bahia 2.856 km ²
5 Mato Grosso do Sul 16.829 km ²	5 Goiás 18.741 km ²	5 Maranhão 2.485 km ²

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente, Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra: Estatísticas desagregadas por Unidades da Federação 2000-2018

Estudos Ambientais

Em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), o IBGE publicou as **Bacias e Divisões Hidrográficas do Brasil**. A base da **Divisão Hidrográfica Nacional (DHN250)** traz um detalhamento das 12 regiões hidrográficas do país, estabelecidas em 2003 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). O produto foi elaborado a partir da Base Hidrográfica Ottocodificada (BHO) da ANA e implementa mais dois níveis hierárquicos, com seus limites espaciais, nomes e códigos. Dessa forma, além das 12 macrorregiões hidrográficas, também foram estabelecidas 54 mesorregiões e 302 microrregiões, que passarão a integrar o Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas, divulgado pelo IBGE desde 2019.

Por sua vez, a inédita **Bacias Hidrográficas do Brasil (BHB250)** disponibiliza ao público as principais bacias hidrográficas do Brasil, no sentido mais estrito do conceito, isto é, representando a área da superfície terrestre delimitada por divisores de águas que capta e escoam as águas das chuvas por

rios e córregos para um único ponto de saída. O estudo apresenta informações para a caracterização geral de 5.353 bacias hidrográficas com mais de 100 km² que cortam o território nacional. Nelas, é possível verificar a estimativa de população residente, a disponibilidade hídrica e as estimativas do uso de água por diferentes setores. A BHB250 também foi produzida a partir da BHO da ANA, selecionando bacias hidrográficas em cinco diferentes níveis hierárquicos.

Divisão Hidrográfica Nacional | Macrorregiões e mesorregiões hidrográficas



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente, Bacias e Divisões Hidrográficas do Brasil

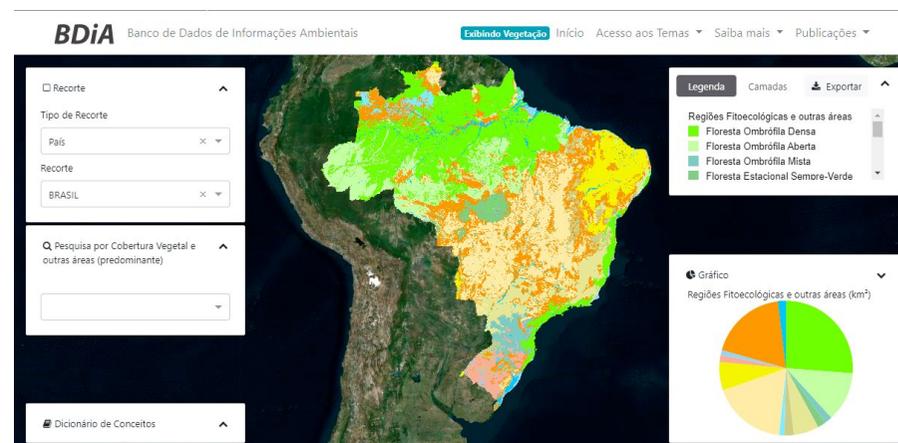
Geologia, Geomorfologia, Pedologia e Vegetação

O IBGE atualizou as informações do Mapeamento de Recursos Naturais dos temas Geologia, Geomorfologia, Pedologia e Vegetação em escala 1:250.000 presentes no **Banco de Dados de Informações Ambientais (BDiA)**. Dentre as novidades que foram disponibilizadas, estão os dados de análise físico-químicas e morfológicas dos solos, oriundas do Projeto RADAMBRASIL, e um novo nível de detalhamento na geologia, que são as Subprovíncias Estruturais. Além disso, o tema Pedologia foi atualizado para a versão mais recente (de 2018) do Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos (SiBCS). Assim, o BDiA encontra-se, agora, de acordo com as classificações mais atuais da comunidade científica no que tange à pedologia; além de terem sido feitas correções em todos os temas disponíveis.

O BDiA também recebeu uma nova funcionalidade, com a possibilidade de acesso aos Metadados Geocientíficos a partir de cada camada disponível no banco de dados.

Biodiversidade

O IBGE realizou a publicação do **Gramíneas do Cerrado**, uma edição póstuma da obra de Tarciso de Sousa Filgueiras, agrônomo e pesquisador do instituto, falecido em 2019. Em mais de 600 páginas, o livro traz uma compilação de variadas informações sobre os grupos dessa família de plantas encontrada no bioma. Ademais, apresenta ampla contextualização bibliográfica e uma introdução abrangente sobre a família, sua importância e seu estudo, além de chaves de identificação e descrições botânicas de 532 espécies, distribuídas em 117 gêneros, 28 tribos e 8 subfamílias. Boa parte do material pesquisado encontra-se no acervo dos herbários do IBGE em Brasília e Salvador, que estão disponíveis para consulta pública no banco de dados digital JABOT.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente, Atualização do Mapeamento de Recursos Naturais no Banco de Dados de Informações Ambientais - BDiA 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente, Gramíneas do Cerrado

Impactos da COVID-19 no Portfólio de Projetos de Infraestrutura Geodésica e Cartográfica

Ao longo do ano de 2021, em razão das condições excepcionais de trabalho remoto impostas pelo prolongamento da pandemia da COVID-19, vários projetos pertencentes ao portfólio de infraestrutura geodésica e cartográfica foram afetados de maneira direta. As ações impactadas dependem, em diferentes graus, de atividades presenciais de coleta e tratamento de dados geoespaciais em campo e em gabinete distribuídas por todo o território nacional.

Também, como reflexo do prolongamento da pandemia, não foi possível continuar a expansão das redes de alta precisão altimétrica e gravimétrica e a ocupação de estações geodésicas por Sistemas Globais de Navegação por Satélite (*Global Navigation Satellite System*, GNSS), diretamente correlacionadas à melhoria contínua do modelo geoidal brasileiro. Também foram paralisadas as operações presenciais de manutenção e troca de equipamentos das estações das redes ativas do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB): a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) e a Rede Maregráfica Permanente para a Geodésia (RMPG).

No que concerne à infraestrutura cartográfica do país, foram suspensas campanhas de campo de atualização de bases cartográficas oficiais, bem como operações piloto de inovações tecnológicas e metodológicas e inserção de procedimentos modernos de controle de qualidade em aquisição de dados geoespaciais.

Com relação aos projetos especiais desenvolvidos em regime de cooperação interinstitucional, foram suspensas temporariamente as atividades de campo dos programas ALT-BAT, Ampliação da RBMC e RISCO, ações temáticas diretamente ligadas a iniciativas de monitoramento e detecção de impactos de mudanças climáticas e ambientais.

Também foram temporariamente suspensas as atividades de campo para determinação de pontos de controle visando à validação de insumos de sensoriamento remoto, executadas no âmbito da Ação Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.

Posicionamento geodésico

Redes geodésicas

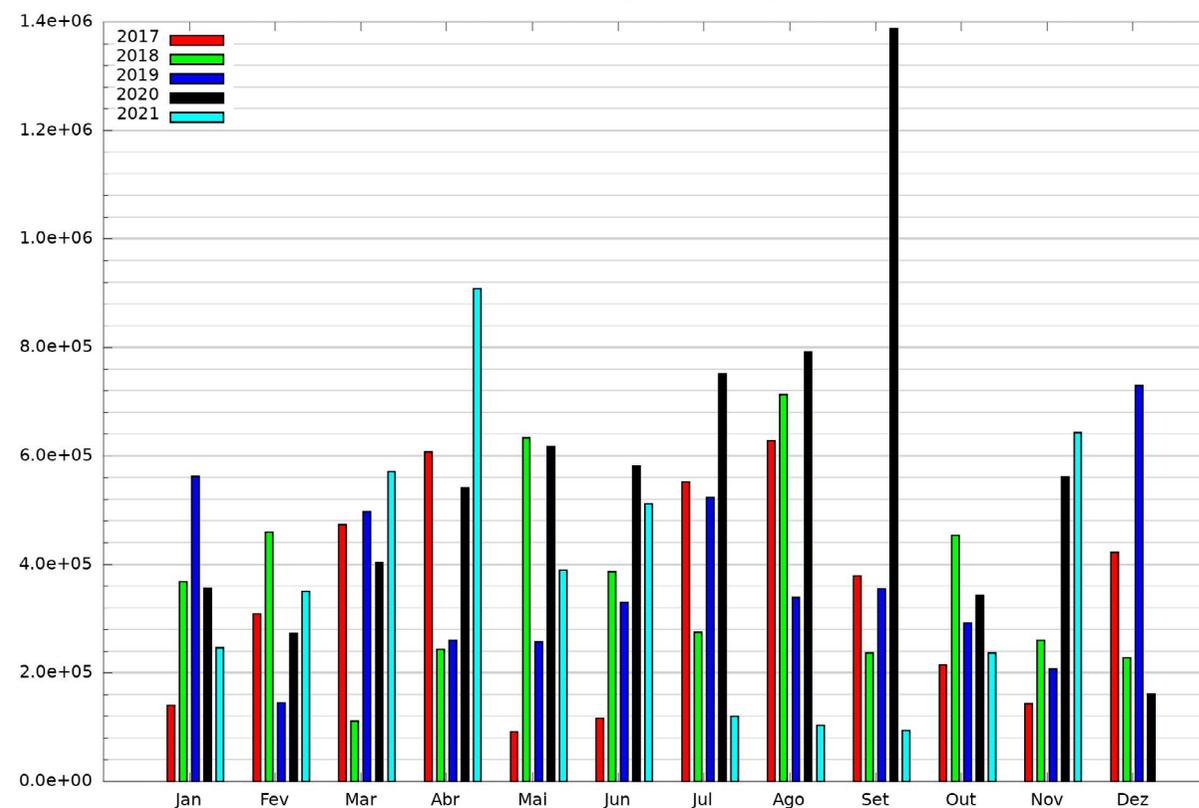
Na área de Geodésia, em nível global, a Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), de 26 de fevereiro de 2015 (A/RES/69/266), recomenda às nações a manutenção de uma "Infraestrutura Geodésica Global de Referência para o Desenvolvimento Sustentável", apontando a Geodésia como a ciência capaz de quantificar as variações espaciais que ocorrem no meio ambiente de maneira precisa. No Brasil, o IBGE, gestor do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), tem como responsabilidade o estabelecimento, manutenção e acesso às infraestruturas de referência posicional no País. Em decorrência da evolução tecnológica, principalmente com o advento dos Sistemas Globais de Navegação por Satélite (GNSS), dentre os quais destaca-se o GPS, e a melhoria das tecnologias de comunicação, é possível realizar o monitoramento posicional de fenômenos que ocorrem no meio ambiente, tarefa fundamental para a prevenção de desastres e mitigação dos impactos de danos ambientais, que recebe a importante contribuição das redes geodésicas de operação contínua, a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS (RBMC) e a Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG).

Para garantir a continuidade e disponibilidade de informações geocientíficas nacionais, a **RBMC** contou com um quantitativo de 147 estações, tendo sido descontinuadas duas estações em 2021. Nove estações da RBMC continuam contribuindo para o cálculo dos produtos IGS (*International GNSS Service*), por exemplo, nas órbitas precisas. Todas as estações também fazem parte da rede regional Rede GNSS de Operação Contínua do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS-CON), contribuindo com a infraestrutura geodésica do continente americano. Foram disponibilizados no portal do IBGE **49.887** arquivos e aproximadamente quatro milhões de *downloads* foram realizados.

A partir de janeiro de 2021, os usuários também puderam contar com dados GNSS com intervalo de coleta de um segundo em 25 estações da RBMC, atividade que deve ser continuada em 2022. Os dados de um

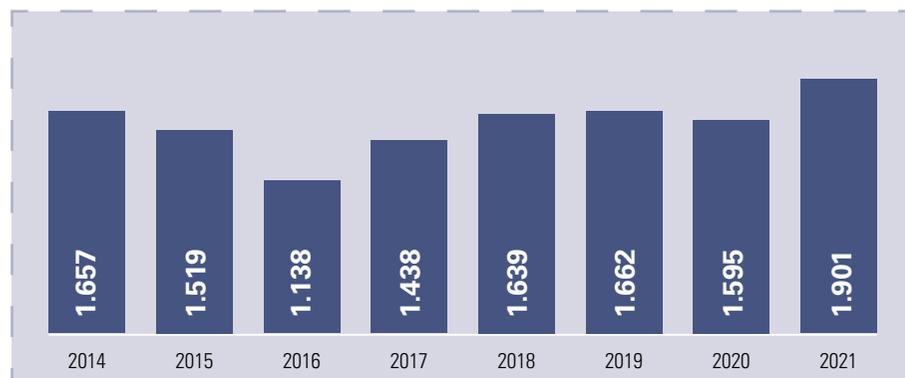
segundo são relevantes para as atividades de georreferenciamento dos usuários, considerando que poderão ter o seu trabalho otimizado, reduzindo o tempo no campo na obtenção de coordenadas de alta precisão. O serviço da RBMC em tempo real, RBMC-IP, também é outra forma de otimização do georreferenciamento para o usuário, sendo necessária a disponibilidade de rede de telefonia móvel na obtenção de coordenadas de alta precisão. Em 2021, 136 estações operaram em tempo real, sendo 49 com dados de multiconstelação.

No tocante à **RMPG**, a rede é formada por um conjunto de seis estações maregráficas, instaladas e operadas pelo IBGE, que visam monitorar a relação entre o *Datum Vertical Brasileiro* (definido em Imbituba, em Santa Catarina, e Santana, no Amapá) e outros níveis de referência maregráficos, subsidiando estudos sobre a modernização das altitudes brasileiras e a variação do nível médio do mar, bem como para o desenvolvimento de atividades inerentes ao gerenciamento costeiro, aos estudos ambientais, ao monitoramento e alerta a eventos extremos, entre outros aspectos de interesse relacionados ao tema. Foram disponibilizados no portal do IBGE **1.901** arquivos e mais de 56.000 *downloads* foram realizados.



Número de downloads entre os anos de 2017 e 2021

Evolução do quantitativo de arquivos disponíveis entre 2014 e 2021



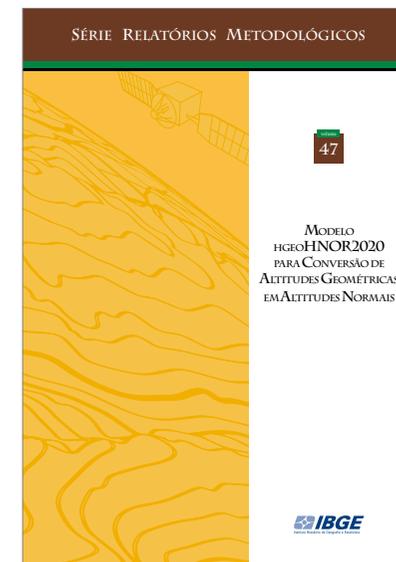
Outras ações ligadas à melhoria das infraestruturas de referência posicional no Brasil foram:

- inclusão de seis novas estações geodésicas planialtimétricas (GPS) sobre o território brasileiro;
- revisão e, conseqüentemente, a atualização de informações referentes a 7.842 estações geodésicas no Banco de Dados Geodésicos (BDG), sendo 986 estações com coordenadas melhoradas;
- serviço online de cálculo hgeoHnor2020, que facilita a obtenção dos fatores para conversão de altitudes geométricas em altitudes normais, e suas respectivas estimativas de incerteza;
- relatórios da Solução Multianual;
- disponibilização das séries temporais maregráficas com suas fichas de correlação de níveis atualizadas; e
- homologação de 19 novas estações GPS oriundas de contribuições de entidades externas.

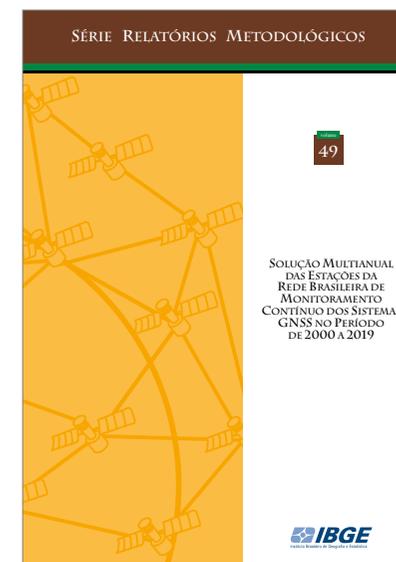
Ainda no âmbito das redes geodésicas, foram lançadas, em 2021, outras publicações relevantes.

A publicação **Modelo hgeoHNOR2020 para Conversão de Altitudes Geométricas em Altitudes Normais** contempla as bases teórico-conceituais que fundamentaram e nortearam a elaboração do modelo hgeoHNOR2020 – que fornece o fator para conversão que permite aos usuários a obtenção de altitudes físicas a partir de altitudes geométricas obtidas pelos usuários do sistema GNSS, com maior consistência em relação ao sistema altimétrico oficial. O sistema é materializado, atualmente, pelas novas altitudes normais das referências de nível da RAAP, resultantes do Reajustamento da Rede Altimétrica com Números Geopotenciais – REALT 2018, divulgado pelo IBGE, em segunda edição, em 2019.

A publicação **Solução Multianual das Estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS no Período de 2000 a 2019** apresenta uma avaliação da posição das estações da RBMC ao longo do tempo, levando-se em consideração a dinâmica da crosta terrestre, as movimentações locais, os efeitos ocasionados por terremotos, bem como os deslocamentos ocorridos em função de trocas de equipamentos e de eventos não identificados, e descreve, a seguir, os procedimentos da combinação de soluções semanais



Capa do relatório metodológico nº47



Capa do relatório metodológico nº49

homogêneas oriundas do reprocessamento dos dados GNSS da Rede SIRGAS-CON num período de 20 anos, realizado pelo *Deutsches Geodätisches Forschungsinstitut der Technische Universität München* (DGFI-TUM) (*German Geodetic Research Institute da Technical University of Munich*), considerando-se um único referencial, o IGS14. Como resultado, uma solução multianual representada por um conjunto de coordenadas referidas à época 01.01.2010, um conjunto de velocidades, e as séries temporais referentes a cada estação foram calculados em consonância com padrões e orientações adotados internacionalmente e são avaliados.

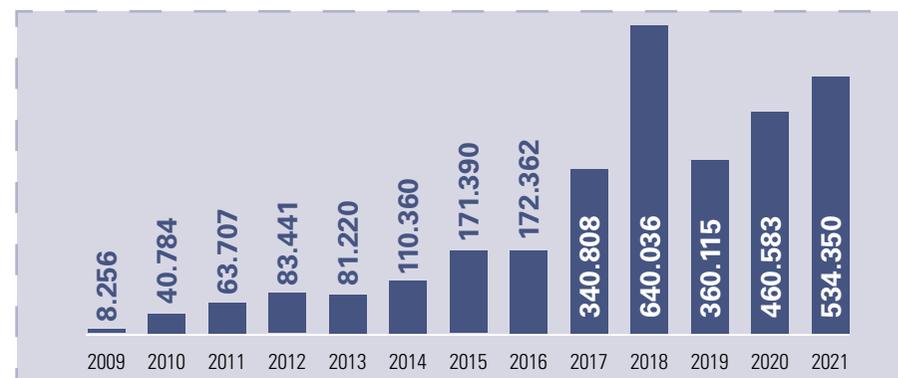
A publicação **Monitoramento do Nível Médio do Mar nas Estações da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia, 2001-2020** trata da 3ª edição dos resultados do monitoramento da variação do nível médio do mar nas estações da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia. O relatório traça o panorama atual da RMPG, com um minucioso detalhamento de suas mais recentes inovações e dos procedimentos adotados para o tratamento e a análise das observações coletadas pelas estações maregráficas que a integram, e apresenta os resultados da variação do nível médio do mar obtidos no período de julho de 2001 a dezembro de 2020. Tais resultados, agregados às informações do controle geodésico das estações, fornecem séries temporais consolidadas com suas respectivas fichas de correlação de níveis atualizadas.

Em 2021, o serviço online de Posicionamento por Ponto Preciso (PPP), aplicativo *web* que fornece coordenadas de latitude, longitude e altitude de qualquer ponto do planeta, realizou mais de 500.000 processamentos. São mais de três milhões de processamentos de cerca de 60 mil usuários no Brasil e no exterior desde 2009. O aplicativo processa dados gerados em equipamentos de navegação por satélite, como o GPS topográfico e geodésico – utilizados por profissionais de engenharia e agrimensura –, o GLONASS e o GNSS. Todas as coordenadas indicadas pelo aplicativo estão de acordo com o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000) oficialmente adotado no país.



Capa da 3ª edição
da publicação

Número de processamentos por ano - IBGE-PPP



Cartas e mapas

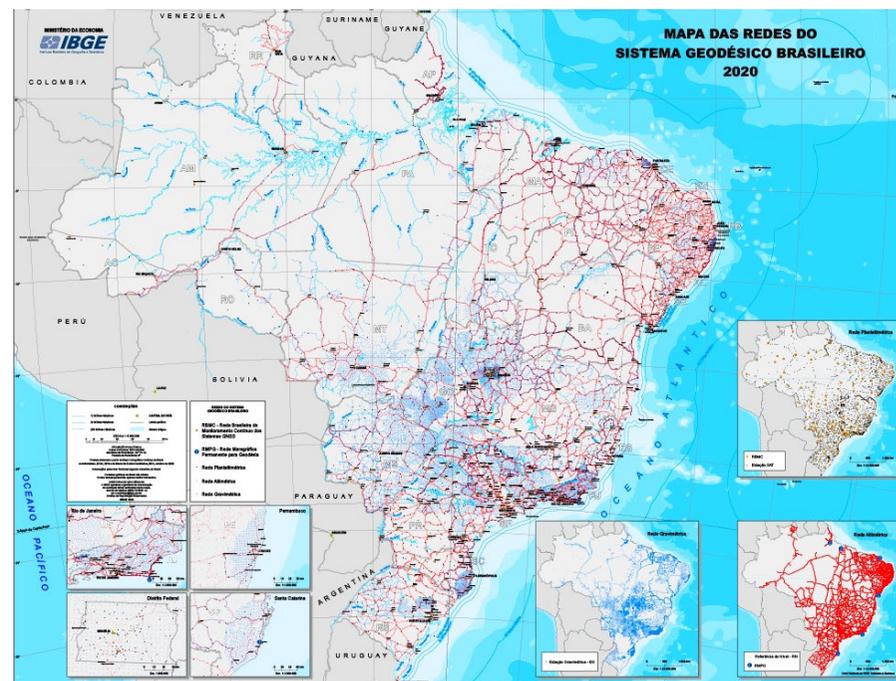
O IBGE, integrante do Sistema Cartográfico Nacional, exerce atividades orientadas ao mapeamento do território brasileiro em diferentes escalas de representação e através de um conjunto de produtos que subsidiam ações de análise, planejamento, gestão e educação. Esse mapeamento constitui a base cartográfica sobre as quais outras informações geospaciais produzidas pelo IBGE e outros órgãos do poder público podem ser referenciadas.

Mapa das Redes do Sistema Geodésico Brasileiro

Mapa mural na escala 1:5.000.000, em que 1cm equivale a 50km no terreno, apresenta as cinco redes do sistema geodésico do país: a gravimétrica, composta por estações gravimétricas com informações sobre a aceleração da gravidade; a altimétrica, composta pelas referências de nível, as quais possuem altitudes de precisão obtidas através de nivelamento geométrico; a planialtimétrica, composta pelas estações SAT, cujas coordenadas geodésicas foram obtidas através do posicionamento por satélites GNSS. No contexto das redes geodésicas ativas é apresentada a configuração atual da RMPG e da RBMC.

O mapa fornece uma visão ampla da distribuição das estações geodésicas que compõem essas redes no território brasileiro e apresenta individualmente cada tipo de rede em três mapas na escala 1:22.000.000 (1cm = 220km). Devido ao elevado número de estações geodésicas, o Estado do Rio de Janeiro, o Distrito Federal e as regiões de Florianópolis e Recife são mostradas em destaque em escalas específicas.

O produto foi elaborado a partir das informações de setembro de 2021, obtidas no Banco de Dados Geodésicos (BDG), e de 2016, para a Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo (BCIM). Informações completas sobre cada estação dessas redes podem ser obtidas no portal do BDG: <http://www.bdg.ibge.gov.br/appbdg/>.



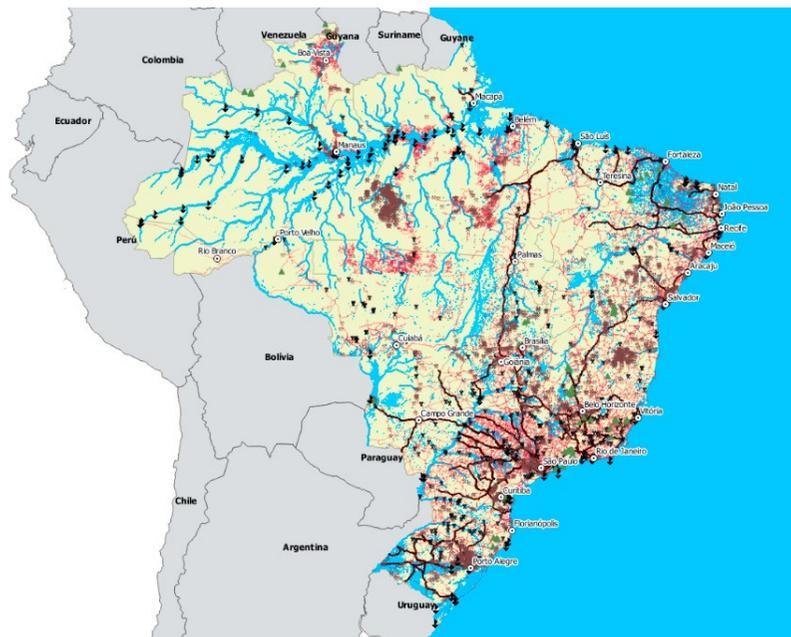
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geodésia e Cartografia, Mapa das Redes do Sistema Geodésico Brasileiro, versão 2021

O mapa retrata a infraestrutura geodésica de referência construída desde a década de 40 do século passado através da contribuição de todas as unidades descentralizadas de levantamentos geodésicos e cartográficos do IBGE e é voltado a estudantes e profissionais da educação, da engenharia, do georreferenciamento, da formulação e execução de políticas públicas e de estudos científicos.

Bases cartográficas contínuas

Bases Cartográficas Contínuas são definidas como conjuntos de dados geospaciais de referência, estruturados em base de dados digitais única, que permitem uma visão integrada do território mapeado, em diferentes escalas e coberturas.

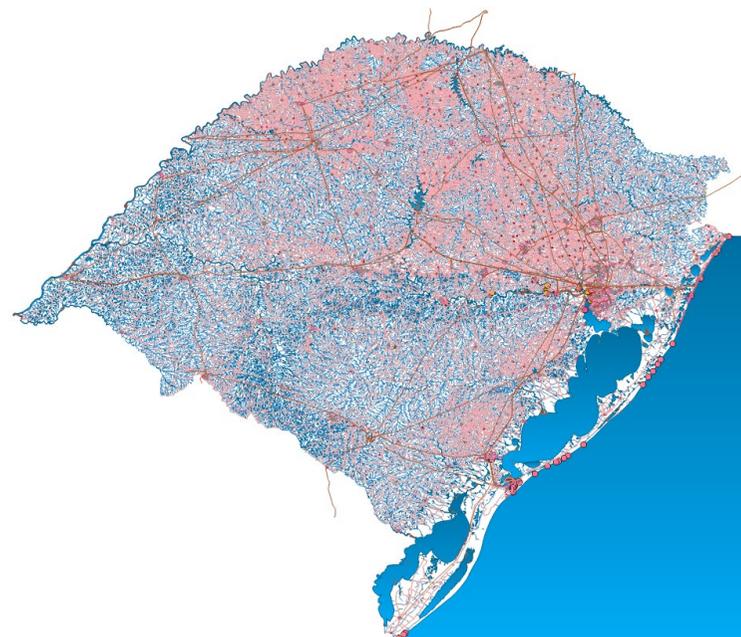
Foram publicadas a **Base Cartográfica Contínua do Brasil, escala 1:250.000 - (BC250), versão 2021**, cobrindo toda a extensão territorial do país, e a **Base Cartográfica Contínua do Estado do Rio Grande do Sul, escala 1:100.000 - (BC100_RS), versão 2021**.



A versão 2021 da BC250 corresponde à quinta edição do produto, que foi lançado inicialmente em 2013 e é atualizado a cada dois anos. A BC250 serve como referência para subsidiar ações de planejamento, monitoramento e gestão territorial, possibilitando o mapeamento temático de população, geologia, vegetação, solos, recursos naturais e ambientais do país, entre outros temas.

A Base Cartográfica Contínua do Estado do Rio Grande do Sul integra o projeto Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:100.000 (BC100), que objetiva mapear todas as 27

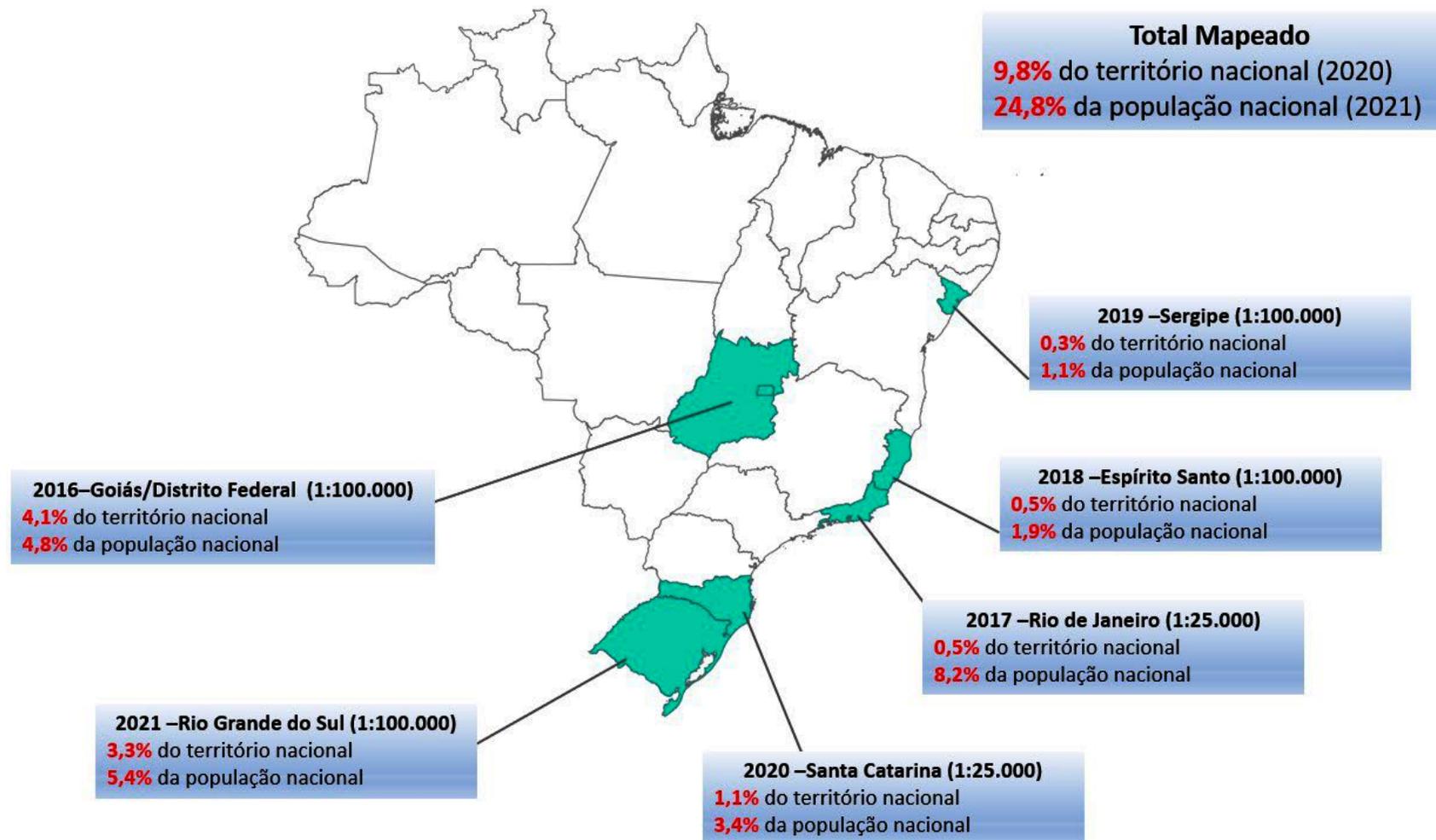
Unidades da Federação, possibilitando a elaboração de um produto cartográfico de maior detalhamento e de abrangência nacional. As principais aplicações da base cartográfica nessa escala envolvem programas de governo com enfoque territorial, análises que demandem uma visão de conjunto das unidades da Federação, bem como subsídio para a representação de aspectos temáticos – sociais, econômicos e ambientais – do território. É um documento cartográfico básico para o planejamento setorial de obras de infraestrutura como energia, transporte, comunicações, entre outros.⁶



Fontes: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geodésia e Cartografia, BC250, versão 2021; e Rio Grande do Sul – BC100_RS, versão 2021.

6 A BC250 e a BC100_RS também estão disponíveis na Plataforma Geográfica Interativa – PGI do IBGE, em <https://www.ibge.gov.br/apps/basescartograficas/#/home>

Evolução da produção de Bases Cartográficas Contínuas Estaduais entre 2016 e 2021



Mapa Índice Digital

O Mapa Índice Digital, em sua versão 2021, objetiva dar ampla visibilidade a produtos cartográficos disponíveis no Portal do IBGE, servindo como referência para, em um único ambiente, identificar um produto, consultar informações sobre o ano de sua publicação, escala disponível, extensão territorial, entre outras; fazer o seu *download* e explorar seus metadados.

A 5ª edição atualiza a versão anterior, publicada em 2011. Além das tradicionais folhas topográficas, abrange novos produtos, como as bases cartográficas contínuas do Brasil e estaduais, mapas regionais (políticos e físicos), ortomosaicos de imagens de satélite, cartas imagem, modelos digitais de elevação, entre outros, para uso por diversos perfis de usuários.

As informações sobre os diferentes mapeamentos, escalas disponíveis, datas de referência, entre outras, fornecem subsídios para processos decisórios essenciais para o planejamento de projetos internos do IBGE, assim como para as demais instituições públicas e privadas e pela sociedade em geral.

Mapa Índice Digital - versão 2021

- Malhas Territoriais
- Ortomosaicos
- Folhas Topográficas Editoradas
- Folhas Topográficas Vetoriais
- Fotolitos
- Bases Cartográficas Contínuas
 - 1:25.000
 - 1:100.000
 - Base Cartográfica Contínua do Estado de SE_100k_versão_2019
 - Base Cartográfica Contínua do Estado do ES_100k_versão_2018
 - Base Cartográfica Contínua do Estado de RR_100k_versão_2011
 - Base Cartográfica Contínua do Estado de GO e do DF_100k_versão_2016
 - 1:250.000
 - Base Cartográfica Contínua do Brasil_250k_versão_2019
 - 1:1.000.000
- Mapas Físicos
- Mapas Políticos
- Mapa Im
- Mapas Te
- Imagens
- Carta Im
- Modelos

Identificar Resultados

Feição	Valor
▶ (Derivado)	
▶ (Ações)	
id	1
Produto	Base Cartográfica Contínua do Brasil-250k
Escala	1 : 250 000
Versão	2019
SRC	SIRGAS2000
Download	http://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas
Metadados	https://metadadosgeo.ibge.gov.br/geonetwork_ibge/srv/por/catalog.ashx?search=Base%20Cartografica%20Continua%20do%20Estado%20de%20GO%20e%20do%20DF_100k_versao_2016
▼ Base Cartográfica Contínua do Estado de GO e do DF_100k_versão_2016	
id	2
▶ (Derivado)	
▶ (Ações)	
id	2
Produto	Base Cartográfica Contínua do Estado de GO e do DF-100k
Escala	1 : 100 000
UF	GO
Versão	2016
SRC	SIRGAS2000
Download	http://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas
Metadados	https://metadadosgeo.ibge.gov.br/geonetwork_ibge/srv/por/catalog.ashx?search=Base%20Cartografica%20Continua%20do%20Estado%20de%20GO%20e%20do%20DF_100k_versao_2016

Modo Seleção da camada

Ver Árvore Ajuda

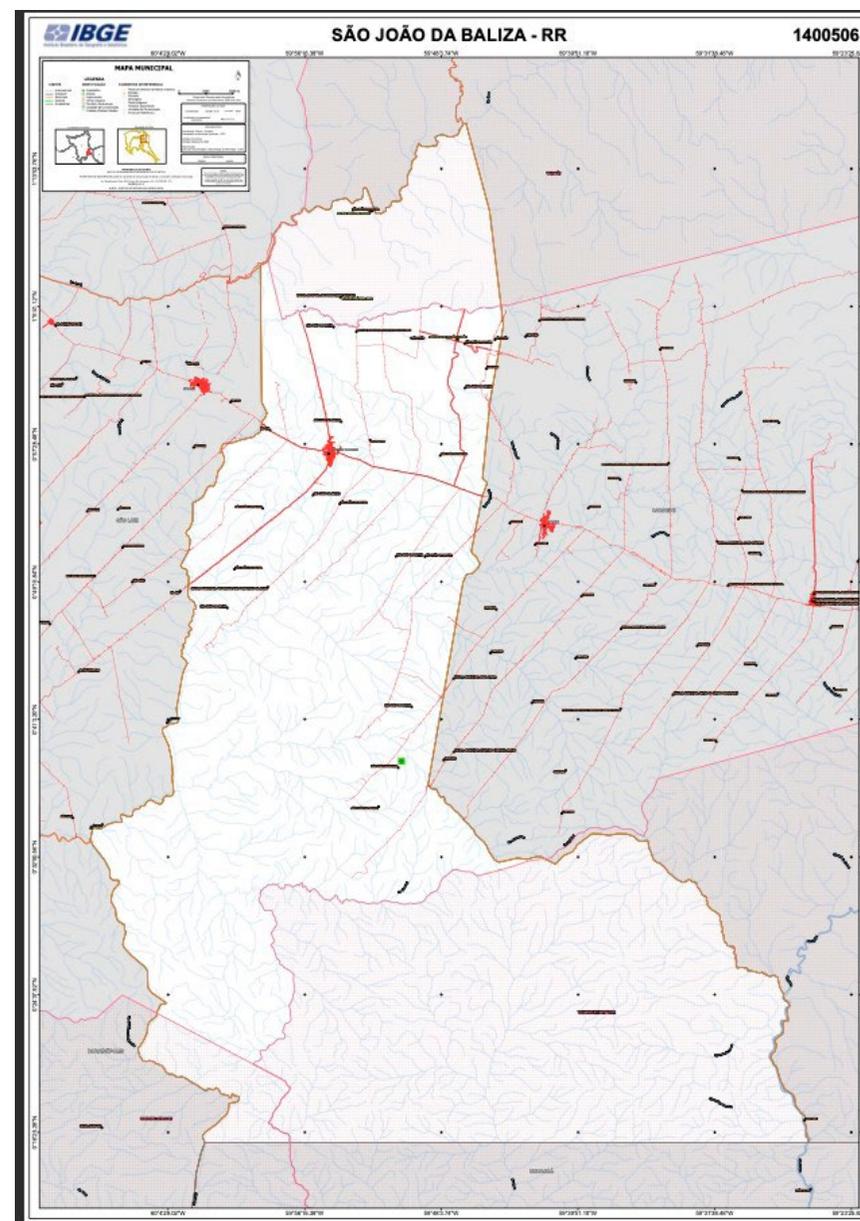
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geodésia e Cartografia, Mapa Índice Digital, versão 2021

Mapas municipais

Os **Mapas Municipais 2020** são resultado do mapeamento do território dos municípios brasileiros realizado pelo IBGE no contexto da preparação do Censo Demográfico. Os 5.568 mapas foram disponibilizados em 2021, em formato digital PDF, contendo, além dos limites da divisão político-administrativa, a delimitação de Áreas Especiais (Terras Indígenas oficialmente delimitadas, Territórios Quilombolas oficialmente delimitados e Unidades de Conservação) e das áreas urbanizadas das cidades, vilas e núcleos urbanos. Os mapas contam, ainda, com referências cartográficas às principais localidades rurais, ao sistema viário e à hidrografia. Os Mapas Municipais constituem um recurso importante para que população e órgãos públicos tenham acesso simples e prático para visualização de qualquer dos territórios municipais de todo o país.

Também foram divulgados os Mapas Municipais Estatísticos das Estimativas Populacionais, versão 2020, representando os mapas atualizados no ano corrente e objetivando ajustes territoriais necessários à Estimativa Populacional Municipal. Os mapas contam com informações cartográficas sobre a Divisão Político-Administrativa intramunicipal (distritos e subdistritos), limites intermunicipais e interestaduais, elementos planimétricos, orográficos e hidrografia.⁷

7 Mais informações sobre o tema: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-municipais/27437-mapas-municipais-estatisticos-das-estimativas-populacionais.html?=&t=o-que-e>



Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais



Outro tema que merece destaque é a atuação do IBGE na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). A INDE, dentre outros objetivos, visa ao compartilhamento de dados e informações geoespaciais que se encontram dispersos nas várias instituições do setor público. Até pouco tempo, essas informações mantinham-se isoladas, servindo apenas a fins setoriais e departamentais específicos. Sua existência e localização eram, muitas vezes, desconhecidas. Isso obrigava o usuário, não raramente, a acessar várias fontes em busca dos dados e informações e a submetê-los a

complexos e demorados processos de integração.

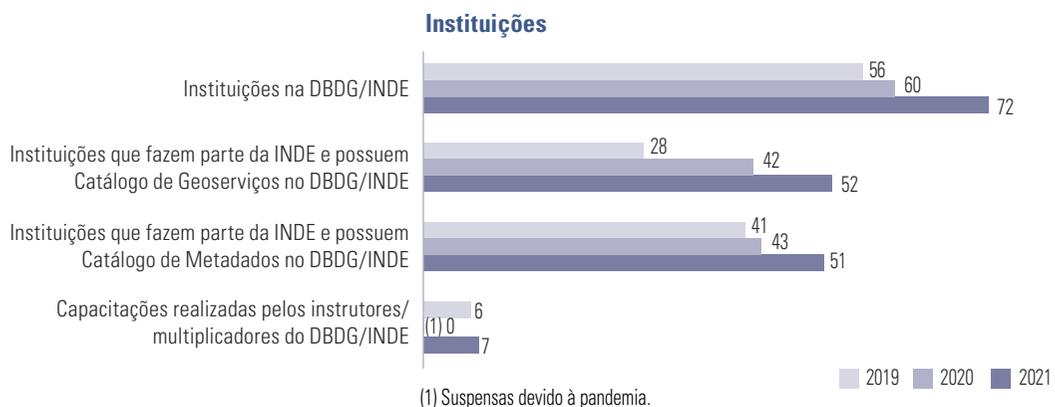
A INDE está modificando gradualmente esse quadro, ao propiciar os mecanismos institucionais, normativos e tecnológicos que permitem aos usuários localizar, explorar e acessar os dados e as informações geoespaciais de que necessitam. O IBGE desempenha vários papéis relevantes na implantação da INDE: é um dos principais produtores de dados geoespaciais de referência e temáticos do país e, também, de produtos de geoinformação de alto valor agregado; é o gestor do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG), como é chamada a rede de servidores que reúne produtores de dados geoespaciais e usuários, por meio da Internet; é o criador e mantenedor do geoportal oficial da INDE, além de apoiar tecnicamente as instituições integrantes do DBDG, prover capacitações e participar da elaboração de normas e padrões.

No contexto de sua atuação como gestor do DBDG, o IBGE, em parceria com a Diretoria de Serviço Geográfico do Exército (DSG), realizou a atualização do Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil (Perfil MGB) para refletir as mais recentes mudanças verificadas na norma internacional de referência, ISO 19115. O resultado desse esforço, que contou com a colaboração de outras instituições participantes do DBDG, foi materializado na publicação do Perfil MGB 2.0, pelo IBGE, em 19 de maio de 2021.

O Portal da INDE, que dá acesso aos recursos distribuídos do DBDG, foi inaugurado em 10 de abril de 2010 e, desde então, vem evoluindo gradualmente.

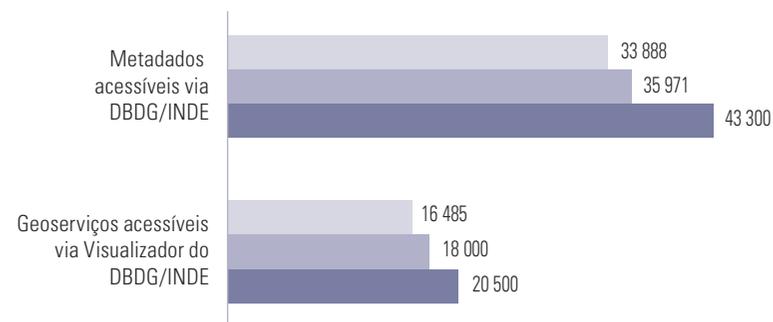
A expansão e a evolução passam, necessariamente, pelo fortalecimento institucional da INDE e do IBGE em seu papel de Gestor do DBDG e de captador dos recursos necessários para assegurar o crescimento e o sucesso desta importante iniciativa do Estado brasileiro.

Indicadores da INDE



Fonte: IBGE.

Metadados e Geoserviços



Ensino superior, pesquisa e extensão

Valor: Gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências.

3

Fortalecer a difusão de conhecimento

Fonte: IBGE, Mapa Estratégico 2017-2027.

Ensino superior, pesquisa e extensão é uma segunda importante linha de negócio de competência do IBGE, que tem como principais valores entregues para a sociedade a geração e difusão de conhecimentos em: estatísticas sociais, econômicas demográficas e em geociências. Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes existentes no Programa Temático Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, do PPA 2020-2023.

O IBGE, por meio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), executa ações relativas ao ensino e à pesquisa, com oferta de Programas de Pós-Graduação *Stricto* e *Lato Sensu* e um curso de graduação em Estatística, iniciados em 1998, 1997 e 1953, respectivamente.

O curso de Mestrado foi implementado em 1998 e reformulado para incluir um curso de doutorado. Inicialmente chamado de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, o programa de pós-graduação *stricto sensu* teve sua nomenclatura

alterada, em 2014, para População, Território e Estatísticas Públicas, com o início da 1ª turma de doutorado em 2015. Atualmente, conta com 388 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado defendidas. Desde 1997, a Escola oferece a Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, curso *Lato Sensu*, com 320 monografias concluídas. Na graduação, já foram formados mais que 2.000 bacharéis em Estatística até 2021.

O curso de pós-graduação *Stricto Sensu*, que exige dedicação integral por parte dos alunos, tem como objetivo a formação de pessoal qualificado, para atividades técnicas, de docência e de pesquisa que possam desenvolver abordagens teóricas, métodos e práticas para a produção, análise, interpretação, preservação e disseminação de estatísticas e informações que ampliem o conhecimento da realidade demográfica, econômica, social, territorial e ambiental do País.

A partir de 2014, com a reformulação do Programa e inclusão do nível de doutorado, duas linhas de pesquisa foram organizadas, intrinsecamente relacionadas às atividades de pesquisa realizadas no IBGE, a saber: População, Território e Condições de Vida e, Produção de Estatísticas Públicas. A primeira tem como objetivo o estudo da dinâmica populacional e territorial e das condições de vida da população, principalmente a partir do uso de indicadores e do emprego de métodos e modelos que reflitam tais dinâmicas, explorando as bases de dados existentes a partir de informações quantitativas e qualitativas. Já a segunda linha tem como foco o estudo de questões ligadas ao planejamento e à condução de levantamentos como censos, pesquisas amos-

trais e registros administrativos usados para a produção de estatísticas públicas que retratem o estado e a dinâmica populacional e territorial e as condições de vida da população.

Corpo docente e discente

Durante 2021, atuaram nos três cursos o quantitativo de docentes descrito na tabela a seguir. No curso de graduação, atuaram 28 professores do seu quadro permanente e quatro professores colaboradores no primeiro semestre letivo e, no segundo semestre letivo, com 24 professores do seu quadro permanente e três professores colaboradores. Dada a organização trimestral dos cursos de pós-graduação e as atividades de orientação de trabalhos de conclusão de curso (dissertações e teses), o total de docentes é fixo ao longo do ano, sendo o mesmo em ambos os semestres. Destaca-se que, na Especialização, o quantitativo de colaboradores é superior aos outros dois programas (graduação e pós *stricto sensu*) dado o caráter temático do curso, que relaciona áreas do saber específicas em geociências e, conseqüentemente, é concebido com a forte colaboração de profissionais lotados na Diretoria de Geociências.

Número de professores em 2021

	Docentes	2021/1	2021/2
	Graduação em Estatística	Permanentes	28
	Colaboradores	4	3
Mestrado/Doutorado	Permanentes	16	16
	Colaboradores	1	1
Especialização	Permanentes	7	7
	Colaboradores	10	10

Fonte: IBGE, ENCE.

Na Graduação em Estatística, foram oferecidas 46 turmas no primeiro semestre letivo (32 referentes às disciplinas obrigatórias e 14 referentes às disciplinas eletivas) e 42 turmas no segundo semestre letivo (33 referentes às disciplinas obrigatórias e nove referentes às disciplinas eletivas). Os cursos de pós-graduação contam com um número inferior de turmas, dado que nos níveis de mestrado e especialização as disciplinas são cursadas durante um ano e no doutorado durante dois anos. As informações sobre o número de turmas abertas em 2021 constam na tabela a seguir.

Em 2021, na graduação em Estatística, foram registrados 296 alunos matriculados no primeiro semestre letivo e 348 alunos matriculados no segundo, em dois turnos, manhã e noite. No programa de pós-graduação *stricto sensu*, em 2021, 81 alunos estiveram regularmente matriculados. Desses, nove concluíram o mestrado e quatro o doutorado. Ainda, 31 desses alunos ingressaram em 2021, sendo 22 em nível de mestrado e nove de doutorado. Para os demais ingressantes, es-

Número de turmas abertas em 2021

Nível	Graduação (semestre)		Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (trimestre)			Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> (trimestre)		
	2021/1	2021/2	2021/1	2021/2	2021/3	2021/1	2021/2	2021/3
Período								
Disciplinas obrigatórias	32	33	3	2	2	10	10	10
Disciplinas eletivas	14	9	2	3	4	0	0	0
Total	46	42	5	5	6	10	10	10

Fonte: IBGE, ENCE.

tiveram com matrículas regulares 12 alunos no mestrado (ingressantes em 2020) e 25 alunos no doutorado (ingressantes em 2018, 2019 e 2020). No tocante ao curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, em 2021 matricularam-se no curso 20 alunos (turma regular 2021). Além dessas 20 matrículas, há 15 alunos da turma 2020 em elaboração de monografia (com prazo para defesa de monografia até fevereiro/2022).

Os processos seletivos para ingresso de alunos em 2021 ofertaram 120 vagas na graduação, sendo 60 vagas para o turno noturno (primeiro semestre letivo) e 60 vagas para o turno matutino (segundo semestre). Na graduação, o número de candidatos inscritos no Processo Seletivo Discente - PSD 2021 - chegou a 339, para o primeiro semestre letivo, e 320, para o segundo, sendo a relação candidato/vaga aproximadamente igual a 5,5 em cada semestre. Para os Programas *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) e *lato sensu* (Especialização), respectivamente, são feitos processos seletivos anuais, ofertando até 24 va-

gas para o mestrado, até dez para o doutorado e até 30 para a especialização. Para a seleção dos ingressantes em 2022, os processos foram realizados em 2021. As informações sobre os processos seletivos constam na tabela a seguir.



Número de candidatos e relação de candidatos por vaga no PSD 2021

Nível	Graduação (semestre)		Mestrado	Doutorado	Especialização
Período	2021/1	2021/2	2021		
Número de candidatos	339	320	58	28	135
Candidatos por vaga	5,65	5,33	2,9	2,8	4,50

Fonte: IBGE, ENCE.

Os totais de alunos com conclusão de curso em 2021 constam na tabela a seguir.

Número de alunos concluintes por nível de ensino em 2021

Nível	Alunos concluintes
Graduação*	27
Mestrado	9
Doutorado	4
Especialização	20

* Número de alunos que se concluíram a graduação (colação de grau) em 2021.
Fonte: IBGE, ENCE.

Atividades de ensino e eventos acadêmicos

Mesmo no contexto da pandemia da COVID-19, houve a manutenção das atividades de ensino de forma remota e síncrona por meio do uso de tecnologias de comunicação e informação. Não só foram mantidas as aulas, mas, também, a apresentação de trabalhos, a realização de avaliações, dos exames de qualificação e das defesas de trabalho de final de curso, monografia, dissertação e tese, bem como capacitações e treinamentos. Tal contexto representou, ao mesmo tempo, desafios (com atividades restritas e adequadas ao uso de plataformas on-line, organização de conteúdos para disponibilização aos discentes, dinâmica das avaliações) e avanços, uma vez que as principais dificuldades foram superadas.

Pela Coordenação de Graduação, além das disciplinas da grade curricular, no intervalo de receso do final do segundo semestre letivo de 2020, que terminou em fevereiro de 2021 foram oferecidos os seguintes cursos no período de outono: "Programação *PYTHON*", com 62 alunos matriculados; "*Big Data* em Estatísticas Oficiais - Introdução à Captura e Estruturação de Textos", com 50 alunos matriculados; e "Estratégias de comunicação para estatísticos: combinando *hard* e *soft skills*", com 19 alunos matriculados. Em 2021, os próprios alunos do curso de graduação em estatística puderam, com o apoio da Coordenação de Graduação, organizar oficinas (minicursos, tutorias, *softwares*, pacotes, etc.) e oferecê-las aos outros alunos do curso. Ocorreram as oficinas "Produção de mapas e manipulação de dados espaciais no R", com 22 alunos matriculados, e "Pirâmide etária (animação) no R", com 20 alunos matriculados.



Também é importante destacar que, mesmo de forma remota, a graduação promoveu os seguintes eventos: Seminário Ser Mulher, Comemoração ao Dia do Estatístico e a V Semana de Iniciação Científica. A ENCE, com o apoio da ABE (Associação Brasileira de Estatística), organizou a XVII Escola de Modelos de Regressão, que ocorreu entre 29 de novembro e 3 de dezembro de 2021.

No âmbito da Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, houve inovação na realização de atividades conjuntas com as demais diretorias do IBGE, especialmente com a Diretoria de Geociências. Nesse âmbito, ocorreram a aula inaugural e dois webinários ao longo do ano. Na aula inaugural, foram realizadas as palestras "Produção de Informação Geoespacial no IBGE", ministrada por Claudio Stenner, Diretor de Geociências do IBGE, e "*Green New Deal*: novas agendas ou velhas novidades no pacto socioeconômico para o desenvolvimento global justo e sustentável?", ministrada por Marcela Vecchione

Gonçalves (UFPA). Já os webinários, realizados em parceria com a Diretoria de Geociências na abertura do segundo e do terceiro trimestres, tiveram como temáticas: contas nacionais ambientais; condições dos corpos hídricos; produtos florestais não madeireiros; integração e articulação entre o urbano-metropolitano brasileiro; arranjos populacionais e concentrações urbanas; metropolização dos espaços, dentre outros.

Cumprir mencionar, ainda, a realização: do *workshop* de Acesso aos Dados Geoespaciais do IBGE, em 5 de maio de 2021; do Seminário de Projetos de Monografia, realizado nos dias 21 e 28 de junho para apresentação das monografias em andamento da turma 2020; e do seminário docente, realizado no dia 22 de novembro, que contou com a apresentação de nove docentes do curso, para exposição de seus projetos e interesses de pesquisa, a fim de estruturar a distribuição das orientações das monografias da turma 2021.

Por fim, destacam-se a elaboração do Projeto Pedagógico de Curso de Especialização e do seu Regulamento (ambos em andamento) e a pesquisa com egressos, realizada entre agosto e outubro de 2021. A pesquisa contou com 106 formulários respondidos por ex-alunos do curso e seus resultados estão sendo sistematizados.

Em relação à pós-graduação *stricto sensu*, ressaltou-se a realização da aula inaugural, com a participação professora livre-docente Laura Carvalho, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, cujo tema foi: "Curto-Circuito: o vírus, o Estado e os desafios pós-pandemia".

Ao longo do ano letivo, a pós-graduação também foi responsável por conduzir, de forma conjunta com a graduação, os Seminários ENCE. De março a dezembro de 2021, palestrantes apresentaram suas temáticas de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento, relacionadas àquelas presentes nos cursos de mestrado e doutorado. Professores de universidades brasileiras e estrangeiras, assim como pesquisadores de instituições como Cetic.br-Nic.br, Fiocruz, Embrapa e do próprio IBGE compartilharam com docentes, discentes e o público em geral, por meio de videoconferências, seus conhecimentos, métodos e abordagens de pesquisa.

Em agosto de 2021, 11 discentes de mestrado da turma de 2020 participaram do Seminário de Dissertação, oportunidade em que apresentaram os avanços obtidos em seus respectivos projetos de dissertação, etapa obrigatória, conforme regulamento, e de suma importância para viabilizar as defesas dentro do prazo regulamentar, que serão

realizadas em 2022. Por seu turno, também houve a realização de sete exames de qualificação de alunos do curso de doutorado, requisito obrigatório para as posteriores defesas de tese.

É relevante destacar, ainda, a participação de membros da pós-graduação em eventos científicos ao longo de 2021, de forma remota. Docentes e discentes participaram de eventos como *XVIII Encuentro de Geografías de América Latina*, *XXIX IUSSP International Population Conference*, *The 7th International Conference on Water Resource and Environment (WRE 2021)* e X Encontro Nacional da ANPPAS.

Bolsas de estudo e auxílios

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos, foram ofertadas bolsas nos cursos de graduação, mestrado e doutorado.

Na graduação, foram oferecidas oito bolsas de monitoria, tanto no primeiro semestre letivo quanto no segundo. Assim, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e de pesquisa foi garantida. Com o intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, é mantido o Programa de Iniciação Científica, contando, em 2021, com nove bolsas por mês ao longo do primeiro semestre letivo de 2021 e oito bolsas no segundo semestre letivo. De tais bolsas, cinco são oferecidas pelo CNPq

O Projeto Ação Afirmativa - Inclusão Social, cujo objetivo é propiciar condições de permanência do aluno da graduação com carência financeira e, conseqüentemente, maior dedicação aos es-

tudos e aumento no rendimento escolar, contou, em 2021, com oito bolsas-auxílio por mês ao longo do primeiro semestre letivo e sete bolsas-auxílio no segundo semestre letivo.

No programa de pós-graduação *stricto sensu*, foram ofertadas dez bolsas, com recursos do programa de Demanda Social oferecida pela CAPES, no mestrado e oito no doutorado. Adicionalmente, foram implementadas bolsas financiadas pelo IBGE, com quatro bolsistas de doutorado e três alunos bolsistas de mestrado. Em 2021, cinco alunos de doutorado realizaram estágio de docência em disciplinas ofertada na Graduação. Ainda em 2021, foi mantido o projeto de cooperação com a Diretoria de Pesquisas e com o Ministério do Turismo, iniciado em 2019, com a oferta de bolsas de estudo para realização de pesquisas na área de turismo e com uso da PNAD Contínua. Foram ofertadas cinco bolsas, sendo duas de mestrado e três de doutorado. Outrossim, foram realizadas nove defesas de Mestrado e quatro de doutorado, reafirmando o compromisso de docentes e discentes quanto aos prazos regularmente assumidos para a conclusão desses níveis de ensino.

A ENCE acompanha, regularmente, os estágios realizados pelos alunos da graduação. No primeiro semestre letivo de 2021, 39 alunos realizaram estágio supervisionado, com remuneração média de R\$1.372,84. No segundo semestre letivo de 2021, 46 alunos estão realizando estágio supervisionado, com remuneração média de R\$1.480,41. As atividades de estágio de alunos da ENCE são sempre reguladas por meio de convênios firmados pelo IBGE/ENCE com as empresas contratantes.

Atividades de pesquisa

Além das atividades de docência em sala de aula, os professores da instituição participaram de projetos de pesquisa, vários contemplados em editais por agências de fomento, realizaram orientações de trabalhos de final de curso/monografias/dissertações/teses, tiveram publicações em periódicos classificados pelo Qualis da CAPES (sistema da Capes utilizado para estratificação da qualidade de artigos publicados em periódicos científicos), participaram de comitês, comissões, comitês editoriais de periódicos científicos, na organização de eventos pertinentes à Estatística, Geociências, Demografia e ao IBGE, além de compor quadros de diretorias de associações científicas, como a ABEP e o IASI.

Outros resultados

A seguir, são apresentados outros resultados e ações relevantes realizadas relacionados aos objetivos estratégicos priorizados no período.

Registros administrativos

4

Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos

Uma série de bases de dados de registros administrativos foi incorporada às pesquisas para complementar e melhorar seus processos, além de terem sido realizadas etapas preparativas para o aproveitamento de novos registros em outras pesquisas. Abaixo, segue a lista de iniciativas da Diretoria de Pesquisas nesse sentido:

I. Utilização de bases de registros administrativos externos e internos, para pareamento de informações, nas pesquisas domiciliares, realizadas de forma pioneira por telefone, com a finalidade de identificação dos números de telefone dos moradores. Foram 9 bases no total: Auxílio Emergencial, Cadastro Único, Receita Federal, Sercomtel, Base dos Servidores, Vivo, Anatel, Ministério da Saúde e Oi;

II. Utilização, no Sistema de Contas Nacionais, de registros administrativos fiscais da Receita Federal do Brasil e da Secretaria da Receita do Estado de São Paulo, como as NF-e e o ECF, obtidas por meio de convênios dos projetos “Tax Gap” e “TRU – SP”, respectivamente. As tabulações assim obtidas permitiram a divulgações de estatísticas experimentais de matrizes e indicadores para as Unidades da Federação, além de contribuírem na reformulação do Sistema de Contas Nacionais com ano de referência 2021;

III. Utilização de registros administrativos nos estudos de pareamento de dados cadastrais de diferentes bases com a do Censo Agro 2017, para a construção e atualização do Banco de Dados Integrados sobre Agropecuária (BDI Agro), com dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Estado do Pará e com o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE);

IV. Utilização de registros administrativos na Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), com a finalidade de apoiar a estimativa da produção de leite e a identificação e estimativa dos rebanhos nos municípios. Em alguns casos, os números são considerados como o valor mínimo a ser registrado na pesquisa. Os registros utilizados fazem parte da base de dados da Plataforma de Gestão Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Defesas Agropecuárias Estaduais, além de bases de dados de grandes empresas integradoras;

V. Implementação de imputação de dados das Pesquisas Trimestrais da Pecuária utilizando a base de dados da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para estabelecimentos industriais cadastrados no Serviço de Inspeção Sanitária (SIF) do MAPA;

VI. Utilização de imputação da base de dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) para uso na Conta da Água, em pesquisas de Contas Nacionais;

VII. Aprimoramento dos programas de crítica interna da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) utilizando os dados administrativos do Sistema

Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv). Essa base migrou para o portal Gov.BR (acesse: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/empresas-brasileiras-exportadoras-e-importadoras>) e o trabalho de batimento dos dados da PAS com os dados administrativos da Secretária Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia continua sendo feito e aprimorado;

VIII. Desenvolvimento de estudos de pareamento das bases de dados do Registro Civil do IBGE com as bases de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC). O objetivo principal é avaliar a cobertura e qualidade dos dados, com vistas a futura possibilidade de recebimento dos dados dos cartórios via SIRC, substituindo a coleta feita por servidores em contato direto com esses estabelecimentos;

IX. Acordo de Cooperação Técnica com Ministério da Justiça, Polícia Federal e UnB para parear, harmonizar, sistematizar e disseminar registros administrativos sobre migrações internacionais e refúgio, entre eles autorizações de trabalho, autorizações de residência, movimentação pelos postos de fronteiras, solicitações e concessão de refúgio, RAIS, CAGED;

X. Manutenção do GT Migração e avanço no trabalho com registros administrativos que possam orientar o comportamento da mobilidade espacial interna da população, envolvendo pesquisadores da UFMG, UFRN, UNICAMP, ENAP e ENCE. Os registros trabalhados foram os da RAIS e do INEP;

XI. Continuidade do pareamento entre as bases de dados do Registro Civil e do Ministério da Saúde, referentes aos eventos vitais (nascimentos e óbitos), seguido pela aplicação da técnica de captura-recaptura a fim de obter estimativas dos totais de eventos vitais, com resultados divulgados anualmente;

XII. Desenvolvimento de estudo complementar à técnica de captura-recaptura, trazendo novos indicadores desagregados pelas variáveis que compõem o modelo utilizado para estimar os totais de nascidos vivos e de óbitos, a ser divulgado em 2022 com o selo de Estatísticas Experimentais;

XIII. Compatibilização das bases de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Ministério da Saúde, do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e do cadastro da Pesquisa de Assistência Médica Sanitária (AMS) 2009, para a elaboração do cadastro de uma nova AMS; e

XVI. Preparação do Informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça 2ª edição, a ser divulgado em 2022, por meio das seguintes bases:

- Censo do Ensino Superior, do INEP, Ministério da Educação;
- Repositório de dados eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral; e
- Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

Pesquisas amostrais

1
Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos

5
Implementar novas estratégias de aquisição de dados

Foram elaborados diversos planos amostrais para novas pesquisas ou alteração de periodicidade de pesquisas já existentes, bem como estudos sobre novos planos amostrais e sobre sigilo em microdados e tabelas, conforme lista abaixo:

I. Estudos sobre sigilo nos microdados da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE);

II. Estudo de dimensionamento da amostra da Pesquisa Nacional da Agropecuária (PNAGRO), ainda a ser implementada, com base no cadastro do Censo Agropecuário 2017;

III. Adaptação das amostras das pesquisas econômicas ano base 2020 às mudanças metodológicas oriundas da substituição gradativa da RAIS pelo eSocial;

IV. Estudos para elaboração da Pesquisa de Consumo Intermediário (PCI);

V. Estudos para o desenho amostral da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) Semestral e elaboração de seu piloto, que deverá ir a campo em breve (o piloto visa o teste cognitivo do questionário e o teste do sistema);

VI. Estudos para a definição de frações amostrais diferenciadas para as Terras Indígenas e Territórios Quilombolas, Aglomerados Subnormais e divisões intramunicipais para o Censo 2022;

VII. Elaboração de guia com as formas de apresentação de erros amostrais associados às estimativas obtidas a partir de pesquisas por amostragem probabilística;

VIII. Elaboração da nova amostra e soluções cadastrais da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF);

IX. Atividades de crítica e imputação no módulo da parceria de Aspectos de Segurança e Vitimização da PNAD Contínua, que irá a campo em 2021, da PeNSE 2019 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018; e

X. Estudos de avaliação de uma amostra para a Pesquisa Médico Sanitária que deverá ir a campo em 2023.

Avanço no uso da tecnologia

4
Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos

5
Implementar novas estratégias de aquisição de dados

Em tecnologia, o IBGE tem trabalhado para caminhar em direção ao *Big Data*, ao uso de novas ferramentas de coleta, como o *Web Scraping*, e rumo à adoção de diferentes formas de processamento e de armazenamento de dados. Houve implementação de novas ferramentas de tecnologia da informação, expansão no uso dessas e de outras ferramentas e automatização de processos. Também foram realizadas ações para viabilizar novas melhorias no futuro próximo. As implementações e ações de viabilização, referentes às suas pesquisas, constam a seguir:

I. Realização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br a fim de desenvolver metodologia para, a partir de informações de empresas respondentes da PAC, produzir indicadores de tecnologia e comércio eletrônico com base em informações presentes na Internet, utilizando técnicas de *Web Scraping*;

II. Para garantir ao usuário uma experiência de maior qualidade e agilidade no acesso aos dados, foi criada uma nova tabela experiência no uso do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) para a PIA-Produto, onde é possível acessar os dados da série da PIA-Produto compreendida entre os anos de 2014 e 2019. Vale destacar que essa série incorpora duas versões da Prodlist-Indústria: para o período 2014-2016, as tabelas geradas serão referenciadas pela Prodlist 2016, e para o período 2017-2019, a pesquisa utiliza a Prodlist 2019. Nas notas de rodapé das tabelas, estarão indicadas as mudanças que forem pertinentes em decorrência da mudança da Prodlist;

III. Automatização da crítica das pesquisas anuais da agropecuária (PAM, PEVS e PPM) e das Pesquisas Trimestrais da Pecuária (em andamento), por meio da utilização de um programa desenvolvido na linguagem *Python*, reduzindo o tempo entre a finalização da coleta e o envio da crítica de dados para a supervisão estadual;

IV. Estudos de viabilidade do uso de técnicas de *Web Scraping* para coleta de preços on-line de hospedagem. Atualmente, apenas os preços de passagens aéreas são coletados dessa maneira;

V. Desenvolvimento de um projeto de utilização do sensoriamento remoto para auxiliar a produção

de estatísticas agropecuárias, reduzindo a subjetividade que permeia algumas pesquisas;

VI. Implantação dos questionários das pesquisas agropecuárias no Dispositivo Móvel de Coleta (DMC), o mesmo utilizado na PNAD Contínua e em outras pesquisas do IBGE, o que ainda está em desenvolvimento, de modo a substituir os questionários em papel utilizados hoje por questionários eletrônicos;

VII. Automatização de diversos processos de análise de resultados, crítica e divulgação das pesquisas estruturais por empresa (PAS, PAC, PIA-Empresa, PIA-Produto e PAIC), por meio de programas em SAS e R, com ganho de produtividade e diminuição de erros;

VIII. Estudos para aplicação de novas ferramentas que possibilitem a confecção de *dashboards* interativos e automatizados para as pesquisas especiais por empresa, como a PINTEC, como soluções em *Power BI*, em *Python* e *R Markdown*; e

IX. Realização da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2021 e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) 2021, com a coleta sendo realizada por sistema via *web* e questionário editável.

Mais especificamente em relação às geotecnologias, a evolução se deu a partir da inclusão de imagens orbitais de alta resolução por meio de geosserviços incorporados aos aplicativos de diagnose e controle geoespacial de alterações do território, somada à exploração de registros administrativos de outras instituições, permitindo assim a visualização de todos os pontos do território

nacional com crescimento de 42% dos setores censitários em relação ao Censo 2010.

No que tange ao Objetivo Estratégico 5 "Implementar novas estratégias de aquisição de dados", o IBGE está investindo em programas de capacitação em Ciência de Dados para criação de metodologias que permitam a obtenção e a validação de informações colaborativas, como contribuição da sociedade para incorporação a produtos do IBGE, consoante o Projeto Estratégico 17 – Geoinformação Colaborativa.

Principais parcerias que contribuíram para o alcance dos resultados

12

Formular e implementar as políticas de relações institucionais

As parcerias celebradas pelo IBGE com entidades públicas e privadas são sempre fundamentais para a excelência na entrega de resultados e, em 2021, não foi diferente. No âmbito da Diretoria de Pesquisas, cumpre destacar as seguintes:

I. Parceria com o Ministério do Turismo, por meio de Termo de Execução Descentralizada, da qual derivou a inclusão do módulo sobre turismo em entrevistas da PNAD Contínua, trazendo importante retrato da realidade dessa área no país ao longo do ano. A parceria já havia ocorrido em anos anteriores e, com o sucesso, foi renovada para 2021;

II. Tratativas com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) permitiram o recebimento pelo IBGE do cadastro de estabelecimentos

de estocagem investigados por eles, em troca do fornecimento antecipado, mensalmente, dos dados agregados sobre a estocagem dos principais produtos agrícolas pesquisados pelo IBGE;

III. Parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e empresas de desenvolvimento de *software*, com o objetivo de tornar o processo de preenchimento dos questionários das Pesquisas Estruturais do IBGE, pelos contadores e empresas, mais automático, ampliando a agilidade e diminuindo a possibilidade de erros de preenchimento. Pretende-se implementar o novo sistema já em 2022 para PAC e PAS;

IV. Realização de convênio entre IBGE, ABDI e UFRJ para produção da Pesquisa de Inovação Semestral (PINTEC Semestral), que terá periodicidade semestral e período de referência anual, com o objetivo de produzir indicadores sobre inovação e temas como digitalização, sustentabilidade, entre outros. A pesquisa será implementada e disseminada ao longo de 2022;

V. Parceria com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) possibilitando a compilação e publicação conjunta das Contas Econômicas Ambientais de Energia: Produtos da biomassa - Brasil - 2015-2018; e

VI. Parceria com a RFB possibilitando a compilação e divulgação da estatística experimental - Tabelas de Recursos e Usos por Unidades da Federação: Matrizes da conta de produção 2018.

Censo Demográfico 2022

No âmbito das Estruturas Territoriais, com vistas ao Censo Demográfico, destacam-se, em 2021, a atualização da malha de Setores Censitários, o mapeamento de novos arruamentos e a geração de mapas especiais para a operação censitária, além da formulação do material didático específico para o treinamento e do encaminhamento de sugestões de melhorias aos processos de supervisão da coleta censitária em nível municipal.

Com o adiamento da operação de coleta para 2022, os setores censitários, estrutura territorial elementar de coleta e divulgação de dados estatísticos, que foram totalmente revistos em 2019 e pontualmente atualizados em 2020, sofreram novas atualizações pontuais em 2021 para acompanhar a dinâmica territorial. Grande parte desta atividade se deu em decorrência de alterações de limites municipais, promovidas pelos órgãos estaduais responsáveis pelo tema no período. Além disso, com o monitoramento da dinâmica territorial, através de imagens de altíssima resolução, foi possível identificar locais onde a malha setorial precisou ser re-georreferenciada, atualizada e reclassificada, tanto em razão de mudanças de uso do solo quanto da ocupação de povos e comunidades tradicionais. Foram incorporados, ainda, importantes informações atualizadas sobre comunidades indígenas e quilombolas a partir de dados fornecidos pelas Instituições de Saúde, derivados do processo de vacinação destas populações contra a COVID-19.

No processo de atualização da Base Territorial com vistas ao Censo Demográfico, foram revistas tanto as estruturas territoriais definidas por legislação (municípios, distritos e subdistritos) quanto outras correspondentes às verifica-

das em escala local, como localidades urbanas (bairros, núcleos, entre outras localidades reconhecidas pela população) e rurais (povoados, lugarejos, núcleos rurais, entre outras localidades rurais), além das estruturas associadas às tipologias de aglomerados subnormais, bases militares, alojamentos/acampamentos, agrupamentos indígenas, unidades prisionais, instituições de acolhimento de idosos e crianças, conventos e hospitais, agrovilas de projetos de assentamento e agrupamentos indígenas, e às estimativas aproximadas de domicílios.

Os resultados das atividades de varredura do território nacional em 2021, atingindo 8.510.345,540 km², resultaram em 451.352 arquivos de mapas de setores urbanos e rurais e 5.934 arquivos de mapas municipais estatísticos. Além de arquivos de 10.920 Mapas Urbanos Estatísticos, 675 Mapas de Terras Indígenas e 436 Mapas de Territórios Quilombolas para apoiar o planejamento de acesso e logística especiais do Censo Demográfico.

Estes resultados foram obtidos com o trabalho das 27 unidades estaduais e de agências do IBGE, através do uso de sistemas de informação geográfica progressivamente mais bem integrados, baseados em *software* livre e desenvolvidos de forma autônoma pela instituição.

Outro fator relevante para a otimização dos fluxos de trabalho de edição da Base Territorial foi a implantação da segunda geração do sistema de informação geográfica "SISMAP 2.0", integrando os ambientes de planejamento e de edição, assim como, possibilitando a operação deste último em plataforma de uso livre, o "QGIS". Com isso, possibilitou-se economia de recursos, garantindo aos operadores envolvidos em todo território

nacional, melhores ferramentas no ambiente de edição, com repercussões sobre a qualidade do produto, além de maior utilidade para a operação censitária e divulgação de dados.

Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios

A **Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios** é um levantamento de informações sobre infraestrutura urbana realizado por observação, em período anterior à coleta domiciliar do Censo Demográfico 2022. Trata-se do primeiro momento em que o técnico do IBGE percorrerá o setor censitário avaliando também recentes atualizações do mapa do setor e a identificação de logradouros. Uma vez que o setor censitário é percorrido previamente, garante-se uma melhor cobertura na coleta do questionário domiciliar, conhecendo melhor a realidade e os desafios do setor censitário.

Essa pesquisa fornecerá informações acerca da infraestrutura urbana do País, considerando temas como: acessibilidade; circulação de pessoas e veículos; drenagem pluvial e equipamentos no espaço urbano. Os itens investigados são: capacidade de circulação da via; pavimentação da via; bueiro/boca de lobo; iluminação pública; ponto de ônibus/van; sinalização para bicicletas; calçada/passeio; obstáculo na calçada; rampa para cadeirante e arborização.

A Pesquisa do Entorno foi aplicada nos testes preparatórios para o Censo 2022 de forma satisfatória tanto do ponto de vista de tempo de aplicação quanto no levantamento dos quesitos investigados. Também foi reconhecida como uma fase importante da etapa de reconhecimento do setor censitário, contribuindo para a operação domiciliar.

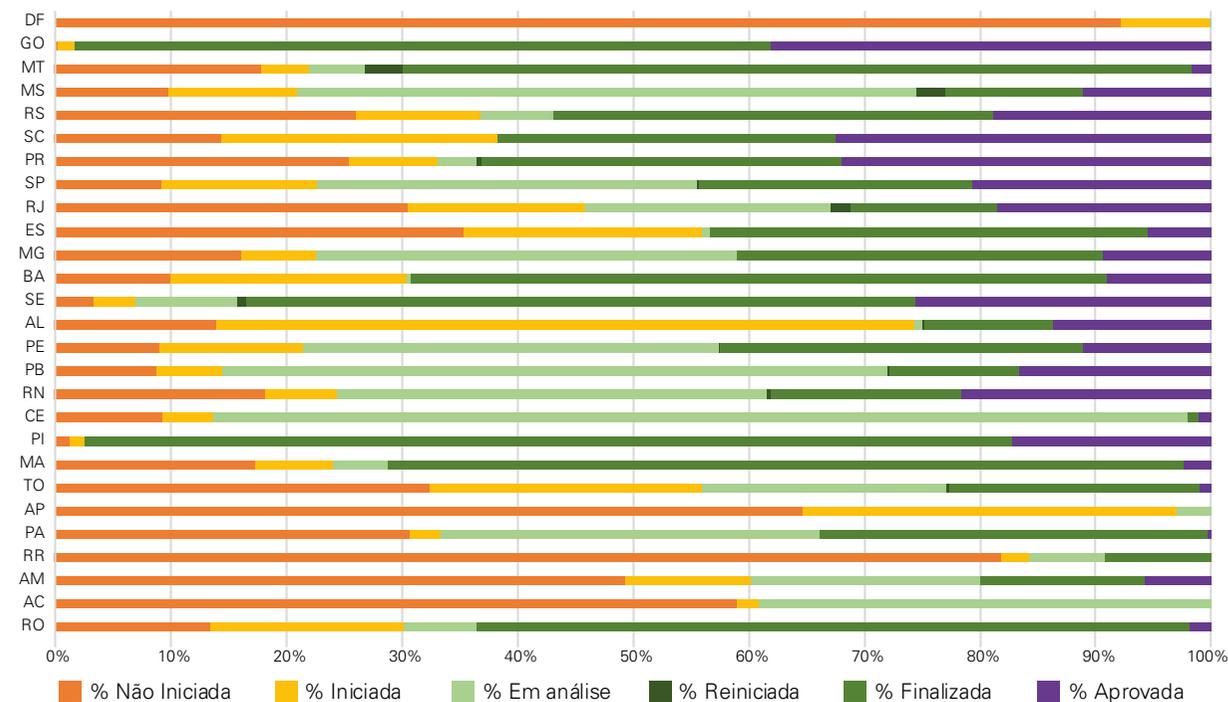
Base de Informações sobre os Setores Censitários – BIOS

A **Base de Informações sobre os Setores Censitários – BIOS** consiste em um conjunto de informações de relevância operacional para o planejamento de procedimentos diferenciados de coleta durante o Censo Demográfico 2022. Reúne informações que só podem ser levantadas localmente, a partir de fontes diversificadas – órgãos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias, jornais,

mídias diversas e, do próprio conhecimento dos servidores do IBGE que acompanham o cotidiano das agências.

Consolidar a BIOS significará um importante passo do IBGE no sentido de registrar as dificuldades operacionais enfrentadas pelas equipes locais ao percorrer o território brasileiro, ao mesmo tempo em que servirá como importante ferramenta para o planejamento sistematizado da coleta. A conclusão da BIOS e sua disponibilização em sistema está prevista para fevereiro de 2022.

Status Coleta BIOS - 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente.

Disseminação e comunicação

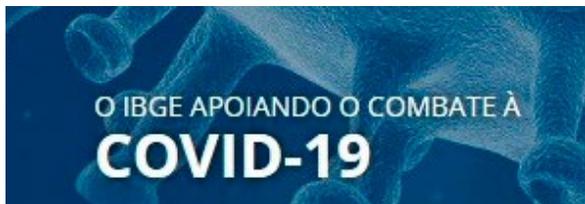
13

Amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e sociedade

Em um sistema estatístico e geocientífico, a produção, o armazenamento e a disseminação são áreas que caminham juntas. O preparo, a documentação, a difusão e

a comunicação das informações produzidas são elementos constitutivos do IBGE, essência da disseminação e base de suas ações e realizações, sem o qual não seria capaz de cumprir com a sua missão de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

Ao longo do ano de 2021, quando os esforços de combate à COVID-19 permaneceram no centro das preocupações, o **canal COVID-19/IBGE** (<https://covid19.ibge.gov.br>) foi um espaço fundamental para a geração, estruturação e disseminação de informações necessárias para orientar, sustentar e respaldar decisões de segmentos de governo e da sociedade. O canal segue oferecendo uma importante contribuição para o enfrentamento da pandemia e para a promoção da saúde e do bem-estar. Nesse canal, no ano de 2021, foram acrescentadas informações sobre Povos Indígenas e Quilombolas, Aglomerados Subnormais e Regiões de Influência das Cidades.



No sentido de fortalecimento da comunicação, houve a adaptação de todo o portal do IBGE ao padrão de identidade visual estipulado pelo Gov. BR, além da reestruturação da seção Institucional, respeitando-se aí o conteúdo obrigatório estipulado, além da transferência do site “Acesso à Informação” para o próprio portal.

Deve-se citar alguns projetos especiais como o **Duplas de Sucesso** (<https://mapasinterativos.ibge.gov.br/duplas>), que é uma nova forma de divulgação de resultados do Censo Agro, que apresenta a combinação da culinária regional associada à produção agrícola, e o desenvolvimento da aplicação web Estatísticas do Registro Civil (<https://mapasinterativos.ibge.gov.br/rc/>).

Os testes preparatórios para o Censo 2022, realizados em todo o país, foram iniciativas de grande relevância do IBGE. E foram muitas as atividades de disseminação, comunicação e educação relacionadas a esses eventos. Houve a produção de uma variedade de peças e materiais de programação visual, propaganda, divulgação e apoio customizados para as localidades das 27 unidades da federação onde aconteceram os testes. Já o **IBGEeduca** desenvolveu cartazes, peças impressas e vídeos orientados a essa preparação, tanto para diretores de escolas e professores, como para os estudantes, incluindo a educação infantil.

Um dos aspectos importantes da disseminação e comunicação é a gestão da informação. Nesse âmbito, destacaram-se as ações permanentes da Biblioteca do IBGE e da Memória Institucional. Registre-se ainda, em 2021, a reformulação do site da Memória e a divulgação de 32 novas entrevistas do Projeto de História Oral do Instituto.

Outro setor da disseminação é o campo que combina as produções editorial, gráfica, documentação e normatização. Em 2021, mesmo diante das limitações oriundas da COVID-19, tais setores tiveram ampla atividade, garantindo a realização de todas as peças e materiais de divulgação. Garantiu-se a edição de todas as publicações regulares e especiais do IBGE, destacando-se o Anuário Brasileiro de Estatística, Brasil em Números e o lançamento da Coleção Minha Capital, além do apoio a publicações especiais de outras áreas, como, por exemplo, o Atlas das representações literárias de regiões brasileiras: costa brasileira (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv80931_v4.pdf), o Atlas de saneamento: abastecimento de água e esgotamento sanitário (<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101885>), Gramíneas do Cerrado (<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101834>) etc.

Imprescindível, ainda, comentar o trabalho de comunicação interna apoiado na Intranet Institucional como principal ferramenta de comunicação, divulgação e de entrada e oferta de serviços aos servidores da instituição. A Intranet Institucional funciona também como instrumento de promoção da relação entre as áreas de disseminação de todas as 27 Unidades Estaduais do IBGE.

Uma atividade que congrega servidores ativos e aposentados é o Coral do IBGE, criado no final da década 70 – que tem representação também em algumas Unidades Estaduais. O grupo musical contribui para a melhora da motivação dos servidores, bem como se constitui em um importante reforço à imagem institucional junto à sociedade brasileira representando, adicionalmente,

uma estratégica ferramenta de disseminação do trabalho do IBGE. Por causa da pandemia, foram gravados vídeos com a participação de todos os corais do Instituto, de maneira remota, para disponibilizá-los no canal oficial do IBGE no Youtube (<https://www.youtube.com/playlist?list=PLAvMMJyHZEaFIIE46ZrN084eth99EKwno>).

Outro ponto marcante das atividades relacionadas à disseminação, em 2021, no contexto das limitações impostas pela COVID-19, foi a realização de centenas de reuniões, encontros seminários e eventos organizados com a utilização de plataformas digitais como o *WebeX Events* e o *Microsoft Teams*. Esses acontecimentos, embora a distância, possibilitaram o compartilhamento de conteúdo totalmente digital e reuniram um grande número de participantes on-line. Entre tantos eventos e acontecimentos, pode-se destacar:

- A comemoração dos 85 anos do IBGE;
- O Ciclo de palestras sobre a implantação do Plano de Gestão de Demandas (PGD);
- Semana de Lideranças 2021; e
- 4 edições do Encontro Nacional dos Censitários.

Na mesma linha, em 2021, a Coordenação de Comunicação Social (CCS) consolidou duas principais linhas de atuação: o **Relacionamento com a Mídia** (que, devido ao prolongamento da pandemia, se estabeleceu por meio de coletivas on-line, aplicativos de mensagem instantânea – *WhatsApp* – e telefone) e a **produção de conteúdo multimídia para a Agência IBGE Notícias**.

Nas divulgações dos mais de 200 produtos do IBGE, que contemplam pesquisas econômicas e sociais e estudos de geociências, além de pautas

institucionais e relacionadas à Escola Nacional de Ciência Estatística (ENCE), foi desenhada uma estratégia específica e adequada a cada demanda. Foram produzidos releases, notícias, infográficos e vídeos com os porta-vozes e organizadas reuniões de *briefing* com os técnicos, pré-embargo com as equipes de Supervisão de Disseminação de Informações (SDIs) nos estados, embargo com os jornalistas, coletivas e entrevistas on-line. Também se consolidou o formato de notícia para as divulgações de produtos das geociências e do Censo, a fim de otimizar a produção de conteúdo e oferecer mais espaço aos porta-vozes.

Durante todo o ano, foram feitos cerca de 1.200 atendimentos à imprensa e produzidos 173 releases e 242 notícias, totalizando 415 conteúdos distribuídos via *mailing* de jornalistas e canais oficiais nas mídias sociais. Foram produzidas, ainda, 52 edições do **Minuto IBGE** (programas 125 ao 176), sendo 16 deles colaborações de SDIs e nove sobre o Censo Demográfico. O grande volume de divulgações acarretou alto grau de veiculação de matérias na mídia com citações ao IBGE, que, segundo a fornecedora Linear Clipping, chegaram a 273.689 em 2021, uma alta expressiva quando se compara com 2020 (199.904) e 2019 (140.501).

Devido à necessidade de adequação do Portal do IBGE ao formato Gov.Br, releases e notícias ganharam ainda mais destaque e, em seu quarto ano, a Agência IBGE Notícias consolidou-se como uma das áreas mais acessadas do portal do IBGE na internet, com mais de 7 milhões de visitantes em 2021.

Em termos de gestão da imagem do IBGE, o corte e, em seguida, a recomposição do orçamento do Censo Demográfico, em março, representa-

ram desafios adicionais ao trabalho de relacionamento com a mídia. Foi feito um monitoramento contínuo das notícias sobre o tema e, oportunamente, foram produzidos diversos comunicados. Contribuiu para amenizar esse contexto a disponibilidade do presidente do IBGE que participou, no dia 30 de abril, de ampla coletiva on-line com os jornalistas, na qual se percebeu uma maior abertura do IBGE com a mídia, especialmente em temas sensíveis como o Censo.

Essa acessibilidade se traduziu numa cobertura ampla e simpática da mídia nacional e local em setembro, quando o IBGE realizou o Primeiro Teste do Censo na Ilha de Paquetá (RJ). E, novamente, em novembro, houve ampla cobertura para o Teste Nacional do Censo 2022 em todos os estados, para garantir o perfeito funcionamento dos sistemas, entrevistas e protocolos de prevenção contra a COVID-19.

Finalmente, em dezembro, também com ampla divulgação da mídia, foi aberto o processo seletivo para contratação de mais de 200 mil agentes censitários e recenseadores, que deu origem a mais de 900 notícias captadas pela Linear Clipping na mídia nacional e local.

Avaliação de Desempenho Institucional

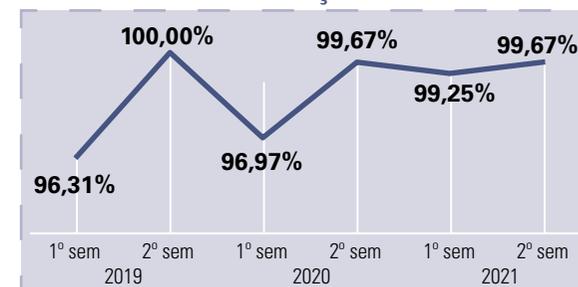
A Avaliação de Desempenho é o instrumento básico para o desenvolvimento dos servidores ocupantes do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e para o pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infraestrutura de Informações Geográficas e Estatísticas – GDIBGE. E tal avaliação se desdobra em duas dimensões: a) indi-

vidual, que tem por objetivo aferir o desempenho do servidor no exercício das atividades inerentes ao cargo, com foco na contribuição individual para o alcance das metas de desempenho institucional do IBGE; e b) institucional, que visa aferir o alcance das metas das Ações Orçamentárias do IBGE, definidas em ato do seu Conselho Diretor, para cada período de avaliação.

A Taxa de Resultados Alcançados, indicador cujo objetivo é mensurar a dimensão eficácia, é aferido, para cada uma das Ações definidas, em termos percentuais, pela razão entre o número de metas atingidas e o total de metas previstas para cada semestre.

Em 2021, no primeiro semestre, a Instituição apresentou uma redução inexpressiva frente ao segundo semestre de 2020, chegando ao resultado de 99,25%. Tal redução, se deu em função de dois resultados não terem sido divulgados dentro do semestre, decorrentes das restrições provocadas pela pandemia: uma divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal e a publicação do suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Rendimento de todas as fontes – 2020. No segundo semestre de 2021, houve ligeira melhora no percentual alcançado (99,67%), com apenas uma meta não cumprida: a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Educação 2020, que foi adiada para 2022.

Taxa de resultados alcançados



Fonte: IBGE, 2022.

Resultados das principais áreas de gestão do IBGE

Gestão orçamentária e financeira

Perfil do gasto do IBGE

As Funções de Governo representam o maior nível de agregação das diversas áreas das despesas que competem ao setor público. Estão diretamente relacionadas à competência do órgão orçamentário ao qual a ação se vincula. No que diz respeito às Funções de Governo, nos últimos anos, as atividades do IBGE contribuíram para três destas quais sejam Administração, Previdência Social e Encargos Especiais.

Dentre essas funções, a de maior representatividade no orçamento do IBGE tem sido a de “Administração” que, representando uma média de 51,7% do orçamento empenhado dos últimos três anos, agrega tanto Ações finalísticas (voltadas à realização das atividades de produção de informações estatísticas e geocientíficas, bem como o ensino superior, pesquisa e extensão) quanto Ações de apoio (voltadas à manutenção da infraestrutura da instituição).

A representatividade dessa função tem diminuído, reflexo da redução do orçamento aprovado para o IBGE nos últimos anos, muito em função do contexto de restrição econômica que vive o país. Importante destacar, ainda, que a pandemia vivida nos anos de 2020 e 2021 influenciou a redução da execução orçamentária, a ser detalhada a seguir.

Em segundo lugar, fica a Função “Previdência Social” com uma média de 48,3% na Ação Aposentadorias e Pensões Cíveis da União e, por fim, a Função “Encargos Especiais” que engloba as Contribuições a organismos internacionais e as despesas com benefícios e pensões indenizatórias.

Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função

Empenhado

Funções de Governo	2019	%	2020	%	2021	%
Administração	1.450.052.520,22	53,9%	1.294.965.457,13	50,9%	1.257.997.827,57	50,4%
Previdência Social	1.238.013.335,94	46,1%	1.249.176.795,56	49,1%	1.236.708.509,52	49,6%
Encargos Especiais	64.681,00	0,0%	58.329,00	0,0%	76.285,00	0,0%
Total Geral	2.688.130.537,16	100,0%	2.544.200.581,69	100,0%	2.494.782.622,09	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 11/01/2022)

Liquidado

Funções de Governo	2019	%	2020	%	2021	%
Administração	1.219.450.741,76	49,6%	1.209.777.026,72	49,2%	1.201.248.167,04	49,3%
Previdência Social	1.238.013.335,94	50,4%	1.247.717.874,81	50,8%	1.236.708.509,52	50,7%
Encargos Especiais	64.681,00	0,0%	53.006,00	0,0%	61.183,00	0,0%
Total Geral	2.457.528.758,70	100,0%	2.457.547.907,53	100,0%	2.438.017.859,56	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 11/01/2022)

Pago

Funções de Governo	2019	%	2020	%	2021	%
Administração	1.134.311.858,73	49,2%	1.145.686.460,45	49,9%	1.140.409.817,69	50,0%
Previdência Social	1.170.011.780,24	50,8%	1.152.216.980,72	50,1%	1.139.554.887,09	50,0%
Encargos Especiais	60.689,00	0,0%	48.826,00	0,0%	56.783,00	0,0%
Total Geral	2.304.384.327,97	100,0%	2.297.952.267,17	100,0%	2.280.021.487,78	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 11/01/2022)

Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

Grupo de despesa / Elemento de despesa	2019	%	2020	%	2021	%
Pessoal	2.149.046.369,91	79,9%	2.137.287.868,80	84,0%	2.121.433.271,01	85,0%
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	992.559.650,14	46,2%	998.807.344,95	46,7%	975.705.272,01	46,0%
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	639.009.848,79	29,7%	611.505.494,73	28,6%	609.051.660,48	28,7%
03 - Pensões do RPPS e do Militar	233.132.186,85	10,8%	243.981.153,74	11,4%	252.707.038,24	11,9%
Demais despesas de pessoal	284.344.684,13	13,2%	282.993.875,38	13,2%	283.969.300,28	13,4%
Custeio	358.289.216,02	13,3%	361.434.994,66	14,2%	357.850.150,10	14,4%
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	78.194.046,73	21,8%	62.990.570,55	17,4%	75.433.719,57	21,1%
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	64.235.129,39	17,9%	43.173.646,99	11,9%	29.052.389,39	8,1%
04 - Contratação por tempo determinado	50.877.708,49	14,2%	140.482.573,82	38,9%	146.359.199,59	40,9%
37 - Locação de mão-de-obra	37.149.297,30	10,4%	26.498.346,66	7,3%	19.632.077,04	5,5%
46 - Auxílio alimentação	25.725.307,99	7,2%	24.474.348,83	6,8%	23.885.566,97	6,7%
30 - Material de consumo	24.978.943,92	7,0%	7.231.663,82	2,0%	10.859.664,21	3,0%
Demais despesas de custeio	77.128.782,20	21,5%	56.583.843,99	15,7%	52.627.533,33	14,7%
Investimento	180.794.951,23	6,7%	45.477.718,23	1,8%	15.499.200,98	0,6%
52 - Equipamentos e material permanente	156.147.226,52	86,4%	26.273.440,09	57,8%	12.494.876,34	80,6%
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	19.868.674,15	11,0%	7.490.043,07	16,5%	1.661.719,98	10,7%
Demais despesas de investimento	4.779.050,56	2,6%	11.714.235,07	25,8%	1.342.604,66	8,7%
Total Geral	2.688.130.537,16	100,0%	2.544.200.581,69	100,0%	2.494.782.622,09	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 13/01/2021)

Errata: No Relatório de Gestão 2019, página 83, foram informados, para os anos de 2018 e 2019, as despesas nos elementos 04 e 39 considerando apenas a modalidade de aplicação 90. No presente relatório, foi feita a correção informando as duas modalidades de aplicação: 90 e 91.

A tabela acima traz os valores empenhados nos anos de 2019 a 2021, por Grupo de Natureza da Despesa (GND), principais Elementos de despesa. A título elucidativo, cabe mencionar que o GND constitui um agregador de elementos de despesa com as mesmas características no que se refere ao objeto do gasto e o elemento de despesa trata-se de um código de dois algarismos que tem por finalidade identificar o objeto do gasto. A partir da análise da tabela, é possível verificar que os gastos do IBGE se concentram, basicamente, nos grupos de despesa: Pessoal, Custeio (Outras Despesas Correntes) e Investimento.

Os gastos de pessoal englobam as despesas com o pagamento de pessoal ativo e aposentadorias, representando a maior parcela dos grupos de despesa com uma participação de, aproximadamente, 85% dos valores empenhados no exercício de 2021.

Em segundo lugar, com, aproximadamente, 14,4% dos valores empenhados em 2021, ficam as despesas de Custeio, que dão conta das atividades finalísticas e da manutenção da infraestrutura da instituição. O principal gasto nesse grupo se deu com o elemento de despesa

“Contratação por Tempo Determinado” voltado para o pagamento do pessoal contratado para as atividades censitárias, e em seguida, pelo grupo “Outros serviços de terceiros – PJ”, para o pagamento de despesas com locação de imóveis, serviços de energia elétrica, condomínios, manutenção e conservação de veículos e serviços de comunicação em geral. Embora a operação censitária tenha sido adiada, em função do distanciamento social causado pela pandemia da COVID-19, para garantir a continuidade das etapas preparatórias do projeto em 2020 e 2021 o pessoal temporário já contratado foi mantido

e alocado nas atividades de coleta da pesquisa PNAD COVID-19, implementada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde.

No que se refere ao grupo “Investimentos” que representou, aproximadamente, 0,6% dos empenhos de 2021, a maior parcela do gasto destinou-se à aquisição de material permanente e à contratação de serviços de tecnologia por parte de pessoa jurídica. A redução em relação aos anos anteriores, se deu em função de que 2019 e 2020 foram dois anos de preparação para a coleta do Censo Demográfico em que foram adquiridos equipamentos e serviços de TIC para coleta e armazenamento de dados.

Devido à situação de pandemia, fato superveniente, imprevisível e grave, impactos diversos e inevitáveis foram observados não apenas em cronogramas e processos de trabalho, mas, também, na execução do orçamento da Instituição. Observou-se uma redução em despesas de custeio, não apenas ligadas à produção de informações, tais como combustíveis, manutenção de veículos, locomoção urbana, mas, também, aquelas voltadas à manutenção da infraestrutura, tais como materiais de expediente, consumo de energia elétrica, água, esgoto e manutenção de bens móveis e imóveis.

Acrescenta-se, ainda, a orientação para o encerramento, suspensão ou supressão de contratos continuados com mão de obra, em especial no último trimestre de 2020 (e que prosseguiu em parte de 2021), em função da permanência do isolamento e do trabalho remoto.

Execução orçamentária das principais Ações do IBGE

Categories / Ações	2019	%	2020	%	2021	%
Obrigatória	2.246.039.543,37	83,6%	2.221.943.791,22	87,3%	2.199.181.694,33	88,2%
Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	1.238.013.335,94	55,1%	1.249.176.795,56	56,2%	1.236.708.509,52	56,3%
Ativos Cíveis da União	786.804.309,97	35,0%	753.430.276,48	33,9%	748.523.890,23	34,0%
Demais ações	221.221.897,46	9,8%	219.336.719,18	9,9%	213.949.294,58	9,7%
Discricionária	442.090.993,79	16,4%	322.256.790,47	12,7%	295.600.927,76	11,8%
Administração da Unidade	151.538.785,49	34,3%	113.103.272,26	35,1%	104.534.891,45	35,4%
Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	245.235.153,88	55,5%	190.213.388,62	59,0%	168.778.677,54	57,1%
Pesquisas e Estudos Estatísticos	36.565.299,28	8,3%	15.109.075,06	4,7%	19.420.046,21	6,6%
Demais ações	8.751.755,14	2,0%	3.831.054,53	1,2%	2.867.312,56	0,9%
Total Geral	2.688.130.537,16	100,0%	2.544.200.581,69	100,0%	2.494.782.622,09	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 13/01/2022)

A tabela acima traz a execução (empenhado) das ações do IBGE nos últimos três anos, divididas em duas categorias de despesa: despesas obrigatórias e despesas discricionárias. A categoria das despesas obrigatórias inclui ações do Governo sobre as quais o IBGE não tem poder de decisão, visto que são despesas obrigatórias da União, como: salário dos servidores, aposentadorias, previdência e benefícios.

Já a segunda (discricionárias) refere-se às Ações sobre as quais o IBGE possui ingerência e, portanto, faz a gestão orçamentária. Compõem esse grupo tanto as Ações voltadas à realização das pesquisas estatísticas e levantamentos geocientíficos, quanto as Ações direcionadas à manutenção da infraestrutura de trabalho e capacitação dos servidores.

As Ações obrigatórias como um todo representaram, em 2021, 88,2% do total empenhado, sen-

do esse percentual equivalente a R\$ 2,20 bilhões. Ainda no que tange às despesas obrigatórias, as Ações “Aposentadorias e Pensões Cíveis da União” e “Ativos Cíveis da União” foram as de maior expressividade nesta categoria e representaram, conjuntamente, em torno de 79,6% dos valores empenhados. Particularmente, em 2021, a execução dessas duas Ações totalizou, aproximadamente, R\$ 1,98 bilhão como pode ser verificado na tabela que baliza a presente análise.

O percentual restante dos valores empenhados em 2021, aproximadamente 11,8% (R\$ 295,6 milhões), destinou-se à realização das Ações discricionárias do IBGE. Dentre essas, destacaram-se as Ações “Administração da Unidade”, “Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico” e “Pesquisas e Estudos Estatísticos” que, juntas, somaram cerca de R\$ 292 milhões.

Análise do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

Em R\$ bilhões

Categorias / Grupo de despesa	2019			2020			2021		
	Dotação atualizada	Execução	% Exec. Aprox	Dotação atualizada	Execução	% Exec. Aprox	Dotação atualizada	Execução	% Exec. Aprox
Obrigatória	2,38	2,25	94,5%	2,28	2,22	97,4%	2,28	2,20	96,5%
Pessoal	2,28	2,15	94,3%	2,18	2,14	98,2%	2,18	2,12	97,2%
Custeio	0,10	0,10	100,0%	0,10	0,08	80,0%	0,10	0,08	80,0%
Discricionária	0,55	0,44	80,0%	0,37	0,33	89,2%	0,30	0,29	96,7%
Custeio	0,32	0,26	81,2%	0,32	0,28	87,5%	0,28	0,27	96,4%
Investimento	0,23	0,18	78,3%	0,05	0,05	100,0%	0,02	0,02	100,0%
Total Geral	2,93	2,69	91,8%	2,65	2,55	96,2%	2,58	2,49	96,5%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022)

A tabela acima traz as dotações orçamentárias do IBGE entre os exercícios de 2019 a 2021, suas respectivas execuções e percentuais de execução, estando divididas por Categoria e Grupo de Despesa. A análise dos percentuais de execução considera a divisão por categoria de despesa, dado que uma avaliação correta da performance do IBGE na execução de seus recursos implica, necessariamente, na separação entre os recursos sobre os quais o IBGE possui ingerência (discricionário) e aqueles que o IBGE não possui qualquer tipo de gestão (obrigatório). Dentro desse contexto, pode-se afirmar que, no que tange à execução orçamentária dos créditos voltados às atividades discricionárias, o IBGE tem, historicamente, apresentado elevada aderência entre o planejamento (materializado na figura da dotação atualizada) e a execução do orçamento programado.

Os anos 2020-2021 foram atípicos em função do isolamento causado pela pandemia. Apesar da mudança no perfil de despesas e na execução do orçamento, observou-se um aumento dessa

métrica, em relação ao ano anterior, conforme se pode aferir na última coluna da tabela (% Exec. em 2021), na linha relativa às despesas discricionárias (96,7%). Tal aumento se deu em função das iniciativas na busca de uma maior execução orçamentária possível, favorecida pelas medidas do Ministério da Economia que, enquanto órgão setorial, possibilitaram o remanejamento e uma melhor gestão do orçamento.

Apesar disso, o resultado ficou abaixo do esperado pelo IBGE, em função do prolongamento da pandemia da COVID-19 e a extensão do quadro de isolamento. Em que pese a coleta presencial em campo tenha sido substituída por uma coleta remota, de menor custo, planejava-se a perspectiva de retorno à coleta e aos levantamentos de forma presencial, mesmo que parcial, o que não aconteceu. Ademais, algumas obras e licitações não ocorreram devido à impossibilidade de entrega do produto, falta de matéria prima, capacidade reduzida do quadro de pessoal por parte das empresas, dentre outras causas.

Vale ressaltar que no presente exercício o IBGE contou também com recursos advindos de convênios firmados com outras instituições governamentais que foram executados da seguinte maneira:

Conveniente / Subelemento de despesa	Empenhado
Ministério do Turismo	651.472,00
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	218.824,82
Bolsas de estudo no país	200.246,67
Diárias no País	112.238,22
Demais despesas	232.400,51
Ministério dos Direitos Humanos - MDH	2.083.383,04
Serviços de Energia Elétrica	456.481,23
Limpeza e Conservação	430.042,44
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	304.848,00
Demais despesas	892.011,37
Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	14.009,66
Restituições	6.182,46
Demais Despesa	7.827,20
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.506.385,60
Diárias no País	735.390,66
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	555.260,02
Demais Despesas	215.734,92
INMETRO	4.767,21
Gratificação – GECC	4.767,21
ENAP	62.343,28
Gratificação – GECC	62.343,28
ANVISA	1.400,14
Gratificação – GECC	1.400,14
IBAMA	8.120,50
Gratificação – GECC	8.120,50
Total Geral	4.331.881,43

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 18/01/2021)

Tendências identificadas

No que diz respeito a possíveis tendências diante do quadro orçamentário apresentado, verificam-se alguns pontos de atenção que cabem ser mencionados.

Em 2021, observou-se a manutenção das tendências já apontadas no relatório anterior e pelas quais passam a grande maioria das instituições públicas. São elas: redução do gasto com pessoal ativo e o consequente aumento do gasto com aposentadorias e pensões. Apesar disso, uma análise mais apurada mostra que, em relação à variação observada entre 2019 e 2020, verifica-se uma tendência de diminuição no ritmo de redução dessa despesa, o que denota uma desaceleração no quantitativo de aposentadorias em 2021, quando comparado a 2020.

Ações	Execução 2019	Execução 2020	Var 19-20	Execução 2021	Var 20-21
Pessoal	2.149.046.369,61	2.137.287.868,00	-0,5%	2.121.433.271,01	-0,7%
Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	1.238.013.335,94	1.249.176.795,56	0,9%	1.236.708.509,52	-1,0%
Ativos Cíveis da União	786.804.309,97	753.430.276,48	-4,2%	748.523.890,23	-0,6%
Ação Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	124.228.724,00	134.680.796,76	8,4%	136.200.871,26	1,1%
Total Pessoal	2.149.046.369,91	2.137.287.868,80	-0,5%	2.121.433.271,01	-0,7%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 21/01/2022)

Gestão de custos

No ano de 2021, com o prolongamento do cenário de pandemia, o IBGE permaneceu atuando de maneira predominantemente remota, com o retorno presencial apenas de algumas atividades a partir do último trimestre do ano. Tal situação impactou a implantação dos Custos das Atividades Finalísticas, na medida em que não houve condições de aporte tecnológico necessário para implantar o modelo de identificação dos custos dos seus produtos finalísticos.

Mesmo sem o modelo implantado, é possível estimar os custos por área de atuação, uma vez que o IBGE organiza seus Planos Orçamentários de maneira a identificar os que atendem às áreas finalísticas, de suporte e de governança, conforme tabela a seguir.

Do orçamento executado, 62,6% se deram na área finalística, 37,1% no suporte corporativo e 0,3% em governança.

Área / Plano Orçamentário	Empenhado	%
Finalística	175.792.519	62,6%
Censo demográfico 2020	154.550.627	55,04%
Pesquisas conjunturais, estruturais e especiais	15.815.530	5,63%
Cadastro nacional de endereços para fins estatísticos	1.934.543	0,69%
Disseminação de informações estatísticas e geocientíficas	1.595.421	0,57%
Ensino de graduação e pós-graduação em estatísticas e geociências	920.718	0,33%
Pesquisas, estudos e levantamentos geocientíficos	869.108	0,31%
Aprimoramento do mapeamento temático e de referência	70.924	0,03%
Sistema de informações geográficas do Brasil (sig Brasil)	35.648	0,01%
Suporte	104.153.040	37,1%
Despesas gerais da administração	82.155.387	29,26%
Gestão da tecnologia da informação e comunicação	21.955.701	7,82%
Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	41.952	0,01%
Governança	840.566	0,3%
Revisão do sistema estatístico nacional do Brasil - Boas práticas de Estatísticas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE)	640.500	0,23%
Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional (SEGN)	152.968	0,05%
Consolidação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)	23.612	0,01%
Contribuição à Inter-american Statistical Institute (IASI)	15.102	0,01%
Contribuição à International Statistical Institute (ISI)	4.852	0,00%
Contribuição à International Association for Official Statistics (IAOS)	2.211	0,00%
Contribuição à International Association of Survey Statisticians (IASS)	1.320	0,00%
Total Geral	280.786.125	100,0%

Como já mencionado, o IBGE não é responsável por programas governamentais, mas participa do PPA 2020-2023 por meio de ações orçamentárias e seus planos orçamentários em programas finalísticos e de gestão. Em 2021, 99,7% do orçamento foi executado no Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo, 0,3% no programa finalístico Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Um pequeno percentual do orçamento de governança foi executado no programa do tipo Operações Especiais, mas programas dessa natureza não integram o PPA.

A expectativa para as ações futuras é a retomada das atividades para implantação do modelo, tendo em vista que, no exercício 2021, a partir da adesão ao Programa TransformaGov (Decreto nº 10.382/2020), o IBGE publicou seu novo estatuto e iniciou a revisão de suas resoluções internas, quando foi possível definir e publicar na Estrutura da Diretoria-Executiva a inclusão de uma gerência específica para tratar da Gestão de Custos. Tal medida contribuirá para a gestão interna desse tema e para a análise dos resultados dos custos das atividades finalísticas, que é o foco do modelo. O maior desafio será a implantação de um sistema de extração de dados, visando identificar os gastos utilizados em cada Unidade Gestora para a execução das pesquisas estatísticas e geocientíficas.

Programa / Plano Orçamentário	Empenhado	%
Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	279.841.922	99,7%
Censo Demográfico 2020	154.550.627	55,04%
Despesas gerais da administração	82.155.387	29,26%
Gestão da tecnologia da informação e comunicação	21.955.701	7,82%
Pesquisas conjunturais, estruturais e especiais	15.815.530	5,63%
Cadastro nacional de endereços para fins estatísticos	1.934.543	0,69%
Disseminação de informações estatísticas e geocientíficas	1.595.421	0,57%
Pesquisas, estudos e levantamentos geocientíficos	869.108	0,31%
Revisão do sistema estatístico nacional do Brasil - boas práticas de estatísticas da organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE)	640.500	0,23%
Sistema estatístico e geocientífico nacional (SEGN)	152.968	0,05%
Aprimoramento do mapeamento temático e de referência	70.924	0,03%
Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	41.952	0,01%
Sistema de informações geográficas do Brasil (SIG Brasil)	35.648	0,01%
Consolidação da infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE)	23.612	0,01%
Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	920.718	0,3%
Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências	920.718	0,33%
Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais	23.485	0,0%
Contribuição à Inter-American Statistical Institute (IASI)	15.102	0,01%
Contribuição à International Statistical Institute (ISI)	4.852	0,00%
Contribuição à International Association For Official Statistics (IAOS)	2.211	0,00%
Contribuição à International Association Of Survey Statisticians (IASS)	1.320	0,00%
Total Geral	280.786.125	100,0%

Gestão de pessoas

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, o IBGE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

Nesse contexto, o IBGE verifica, diariamente, as normas publicadas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia (ME), Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), e orienta as Unidades Estaduais quanto aos regulamentos aplicáveis.

No ano de 2021, todos os normativos de RH foram revistos, o que resultou na publicação de 24 novas Instruções Normativas da CRH, visando atualizar e padronizar os procedimentos de gestão de pessoas das diferentes Unidades de RH descentralizadas do IBGE.

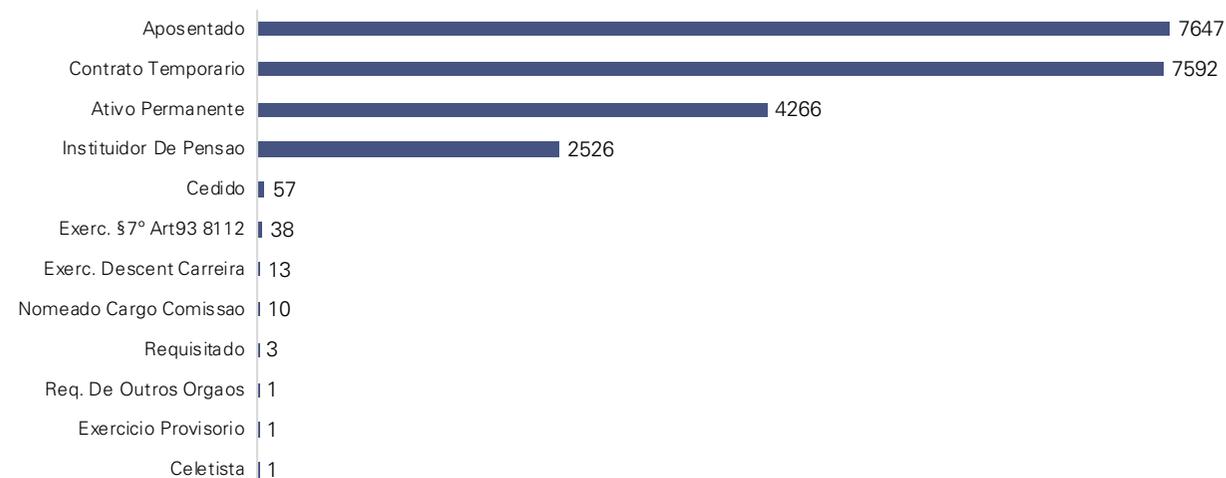
Em 2021, foram respondidas mais de 200 demandas provenientes da Procuradoria Federal referentes à gratificação por desempenho (GDI-BGE), pensão por morte, licença prêmio não gozada, indenização de campo, isenção de imposto de renda, dentre outros. Mensalmente, são tramitadas do módulo do SIGEPE entre 80 e 100 ações judiciais por mês, tendo a maior parte por objeto indenização de campo (cerca de 70%).

Controles e auditorias

As informações registradas no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) são submetidas a auditorias internas preventivas, a fim de verificar se as atividades de administração de pessoal encontram-se de acordo com os normativos vigentes. A folha de pagamento também é objeto de frequentes auditorias pelo próprio Ministério da Economia, encaminhadas via SIAPE, e pelo TCU.

Todos os processos de aposentadoria e pensão, bem como seus cálculos, são verificados por auditoria interna. Além disso, todas as diligências apontadas por órgãos externos de fiscalização, como TCU e CGU, são analisadas para que as correções pertinentes sejam realizadas.

Número de servidores por situação funcional

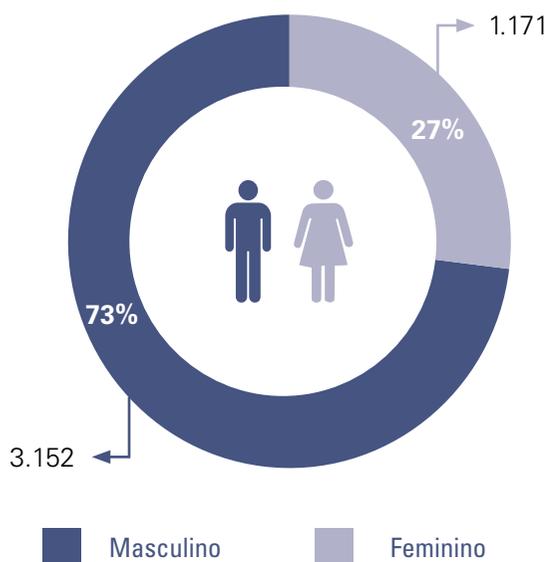


No ano de 2021, foram intensificados os procedimentos de trabalho necessários para o recadastramento dos atos no sistema e-Pessoal, necessidade apontada pelo TCU, com prazo de conclusão em abril de 2022.

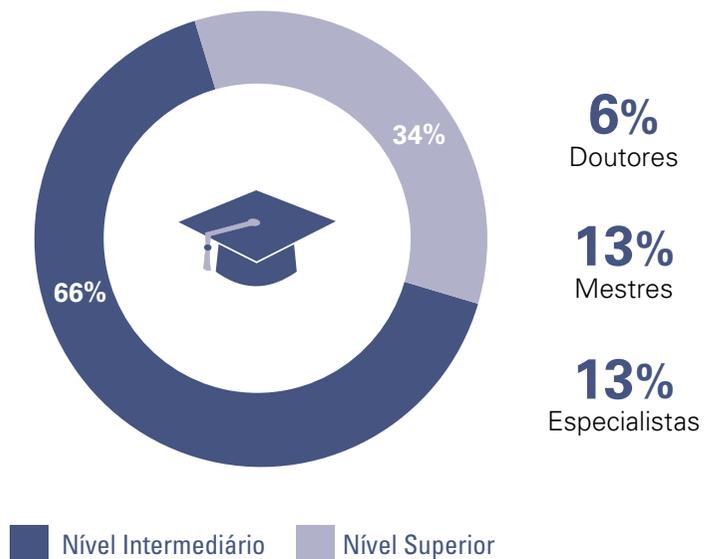
Avaliação da força de trabalho

O IBGE conta com quase 12 mil trabalhadores, entre servidores efetivos e temporários, que, incluídos os aposentados e pensionistas, totaliza mais de 20.000 pessoas em sua folha de pagamento, o que representa mais de 80% de todo o orçamento do Instituto. Logo, a gestão de pessoas é atividade estratégica e importantíssima na instituição.

Gênero dos servidores efetivos



Escolaridade dos servidores efetivos



6%
Doutores

13%
Mestres

13%
Especialistas



25%

dos servidores recebem abono permanência e podem se aposentar a qualquer momento.

Referência: SIAPE | Dez 2021

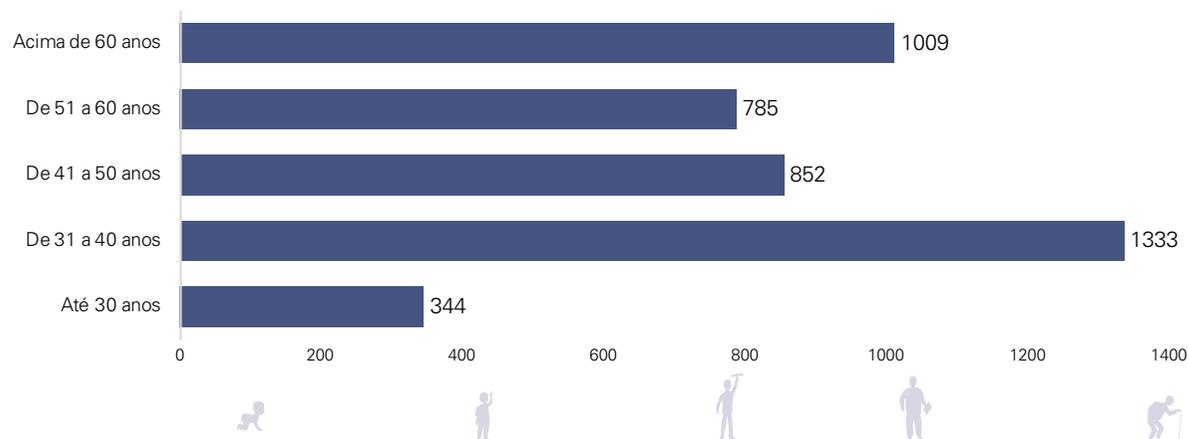
Distribuição dos servidores por etnia

Etnia	Nº
Branca	2562
Parda	1227
Não informado	203
Preta	206
Amarela	122
Indígena	3
Total Geral	4326

115 servidores com deficiência



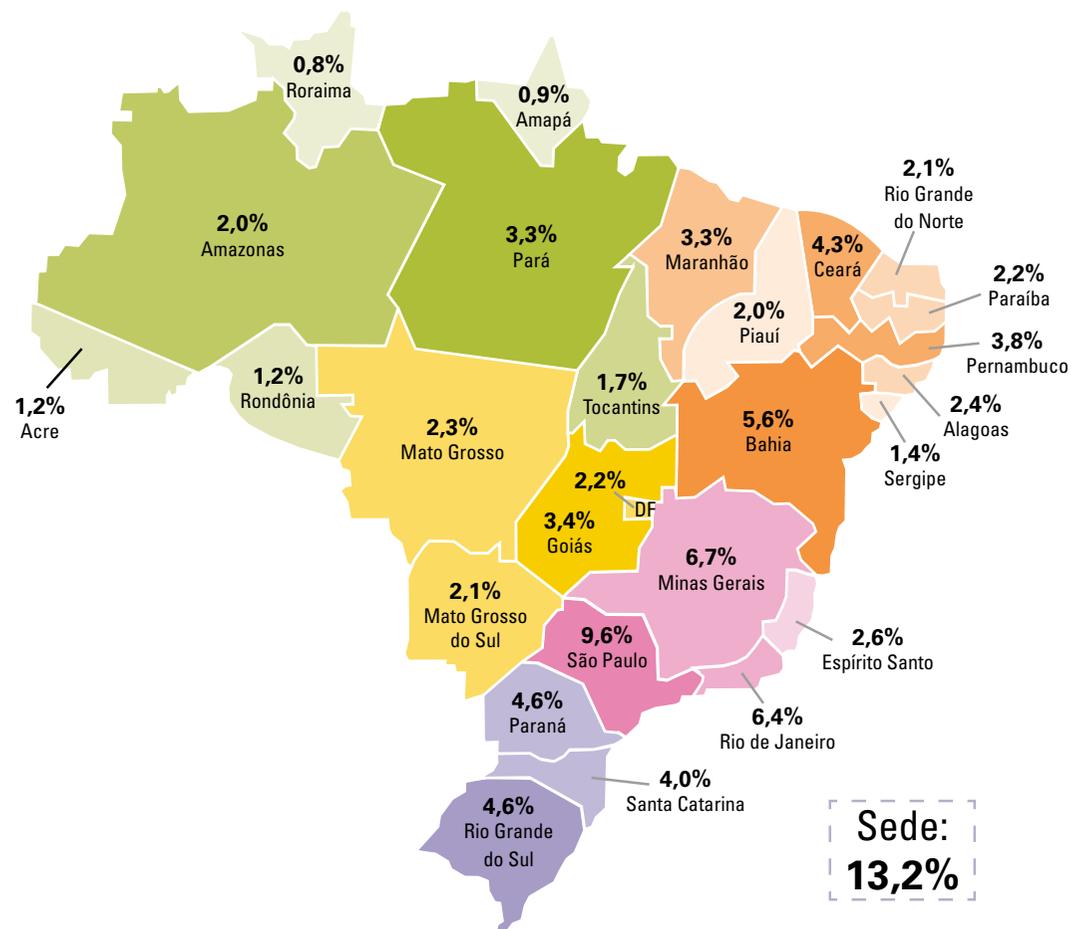
Faixa etária dos servidores



Referência: SIAPE | Dez 2021

Quadro de servidores efetivos e contratados por unidade da federação

UF	Efetivos	Contratados Temporários	Contratados Temporários Censo	Total Geral	%
Sede do IBGE	1295	132	140	1567	13,2%
Acre	29	89	28	146	1,2%
Alagoas	61	161	68	290	2,4%
Amazonas	50	141	49	240	2,0%
Amapá	27	55	20	102	0,9%
Bahia	242	299	128	669	5,6%
Ceará	155	267	90	512	4,3%
Distrito Federal	109	120	29	258	2,2%
Espírito Santo	72	196	38	306	2,6%
Goiás	113	209	85	407	3,4%
Maranhão	94	216	84	394	3,3%
Minas Gerais	308	340	150	798	6,7%
Mato Grosso do Sul	69	139	46	254	2,1%
Mato Grosso	62	152	58	272	2,3%
Pará	122	182	89	393	3,3%
Paraíba	81	122	62	265	2,2%
Pernambuco	132	244	82	458	3,8%
Piauí	63	114	63	240	2,0%
Paraná	174	262	109	545	4,6%
Rio de Janeiro	198	414	153	765	6,4%
Rio Grande do Norte	69	123	56	248	2,1%
Rondônia	35	79	27	141	1,2%
Roraima	12	64	23	99	0,8%
Rio Grande do Sul	175	249	128	552	4,6%
Santa Catarina	131	255	88	474	4,0%
Sergipe	51	93	26	170	1,4%
São Paulo	358	517	273	1148	9,6%
Tocantins	36	108	58	202	1,7%
Total Geral	4323	5342	2250	11915	100,00%



Referência: SIAPE e SAPC. Acesso em: dez/2021.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O processo de recrutamento e seleção de pessoas está previsto pelo objetivo estratégico nº 14 do IBGE: equilibrar a força de trabalho. Para atender esse objetivo, as atividades da Gerência de Provimento consistem na realização de concursos públicos para preencher vagas do quadro permanente de pessoal do IBGE e de processos seletivos para contratar pessoal por tempo determinado e estagiários. Envolvem, também, as atividades de seleção interna para Chefe de Unidade Estadual do IBGE e para Coordenador das Diretorias e Coordenações-Gerais, assim como as atividades necessárias às remoções dos servidores.

Concurso público

No ano de 2021, não houve solicitação ao Ministério da Economia, por parte do IBGE, para a realização de concursos públicos. No entanto, foram realizados trabalhos visando o estabelecimento de uma proposta de quadro de vagas para fins de concurso público para 2023, a ser encaminhada ao Ministério da Economia até março de 2022.

Movimentação de pessoal

Acerca de movimentações de pessoal, em 2021, foi firmado um Acordo de Cooperação entre BNDES-IBGE 19.2.04751-1, de 27 de dezembro de 2019, com o objetivo de promover a movimentação temporária de empregados públicos do BNDES para proporcionar a composição da força de trabalho do IBGE, a troca de experiências e o aprimoramento de capacitações técnicas entre equipes.

Na sequência, foi realizado um processo seletivo dos candidatos inscritos para concorrer à movimentação. A primeira fase da seleção foi conduzida pela área de Gestão com Pessoas do BNDES e os aprovados para a segunda fase passaram por entrevistas técnicas com os Diretores das áreas das vagas no IBGE, com o suporte técnico da Coordenação de Recursos Humanos. As entrevistas técnicas determinaram o resultado final do processo que selecionou seis empregados do BNDES para atuarem em posições estratégicas da estrutura do IBGE.

A movimentação dos empregados públicos do BNDES classificados na seleção para o IBGE foi formalmente autorizada pela Portaria do Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do ME nº 10.116, de 16 de abril de 2020.

Além do Acordo de Cooperação com o BNDES, foi publicado, em fevereiro de 2021, no Portal do Servidor, o edital de movimentação entre órgãos, contendo vagas para todas as Unidades Estaduais e Administração Central. Como resultado desta seleção, foram movimentados nove servidores para o IBGE.

Processos Seletivos Simplificados – Censo Demográfico

Em 2021, foram retomadas as atividades para a realização do Censo Demográfico. A autorização para realização dos processos seletivos simplificados para o Censo Demográfico 2021 foi publicada no Diário Oficial da União nº 20, de 29 de janeiro de 2021. Os editais publicados, inicialmente, pelo IBGE em 2021 para a realização do Censo estão relacionados abaixo.

- Edital nº 1/2021: 5.450 vagas para a função de Agente Censitário Municipal (ACM) e de 16.959 vagas para a função de Agente Censitário Supervisor (ACS);
- Edital nº 2/2021: 181.898 vagas para a função de Recenseador;
- Edital nº 5/2021: 552 vagas para a função de Supervisor de Coleta e Qualidade.

Entretanto, com o adiamento do Censo Demográfico para 2022, foram publicados os seguintes editais, cujas vagas foram autorizadas por meio da Portaria SEDGG/ME nº 14.148, de 2 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 227, de 3 de dezembro de 2021.

- Edital nº 7/2021: 31 vagas para a função de Coordenador Censitário de Área (CCA);
- Edital nº 8/2021: 1.781 vagas para a função de Agente Censitário de Administração e Informática (ACAI);
- Edital nº 9/2021: 5.450 vagas para a função de Agente Censitário Municipal (ACM) e 18.420 vagas para a função de Agente Censitário Supervisor (ACS); e
- Edital nº 10/2021: 183.021 vagas para a função de Recenseador.

Processos Seletivos Simplificados – Demais pesquisas do IBGE

- Edital nº 3/2021: 5.623 vagas para a função de Agente de Pesquisas e Mapeamento;

- Edital nº 4/2021: 300 vagas para a função de Agente de Pesquisas por Telefone; e
- Edital nº 6/2021: 25 vagas para a função de Supervisor de Pesquisas.

Seleção Interna

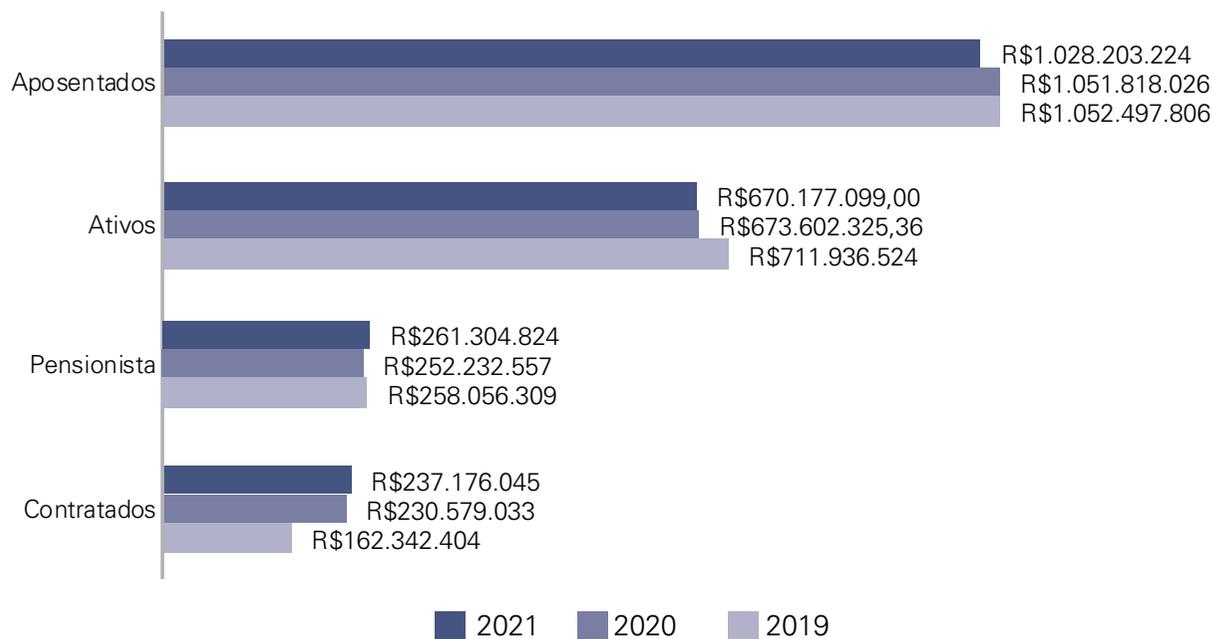
As seleções internas fazem parte das relevantes ações implementadas pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) que têm por base a valorização e reconhecimento dos servidores. Por meio de processos de recrutamento e seleção interna, impessoais e meritocráticos, podemos ampliar a possibilidade de identificação de novos talentos para atuarem em áreas de interesse estratégico da própria instituição.

Em 2021, foi realizada a seleção interna para a Gerência de Administração de Pessoal/Gerência de Folha de Pagamento – três vagas de nível superior ou intermediário.

Programa de Estágio

Por questões orçamentárias, as contratações de estagiários foram temporariamente suspensas no ano de 2021.

Detalhamento da despesa de pessoal



Referência: SIAPE e SAPC

Remuneração e avaliação de desempenho

Composição remuneratória aplicada aos servidores do IBGE

O IBGE possui cinco cargos, cuja composição remuneratória é apresentada abaixo:

Cargos de Nível Superior						
Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Pesquisador	Mestrado	R\$5.440,06	R\$3.159,20	R\$991,81	R\$9.591,07	40h
	Doutorado			R\$2.269,54	R\$10.868,80	

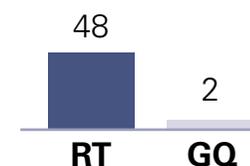
Cargos de Nível Superior						
Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Analista e Tecnologista	Sem Titulação	R\$4.821,47	R\$2.933,60	-	R\$7.755,07	40h
	Especialização			R\$435,26	R\$8.190,33	
	Mestrado			R\$870,51	R\$8.625,58	
	Doutorado			R\$1.921,27	R\$9.676,34	

Cargos de Nível Intermediário/Médio						
Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Técnico	Sem GQ	R\$2.455,27	R\$977,60	-	R\$3.432,87	40h
	GQ I			R\$472,30	R\$3.905,17	
	GQ II			R\$897,37	R\$4.330,24	
	GQ III			R\$1.705,00	R\$5.137,87	

Referência: Tabelas Salariais com vigência desde 1º de janeiro de 2017, Lei nº 11.355/2006.

Em 2021, tivemos um total de 1.923 progressões funcionais deferidas e 214 progressões funcionais indeferidas, por não atendimento aos requisitos legais previstos.

Em 2021, foram concedidas 48 Retribuições por Titulação para nível superior (RT) e duas Gratificações por Qualificação para nível médio (GQ).



Fonte: Processos Automatizados

A busca da recomposição remuneratória, em termos de poder aquisitivo, dadas as perdas acumuladas desde o último reajuste ocorrido, o qual se deu em 1º de janeiro de 2017, é um desafio para o IBGE, assim como para diversos órgãos da Administração Pública Federal.

Avaliação de Desempenho Individual

O processo de avaliação de desempenho está configurado na Lei do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE (Lei 11.355/2006) e regulamentado, internamente, pela Resolução do Conselho Diretor nº 14, de 2014. O desempenho dos servidores é aferido semestralmente, por meio de processo de avaliação que utiliza as metas de desempenho institucional e individual, como referência para pagamento da gratificação de desempenho do Órgão (GDIBGE), bem como para a homologação do estágio probatório e concessão das progressões funcionais.

Avaliação de Desempenho Individual – servidores movimentados

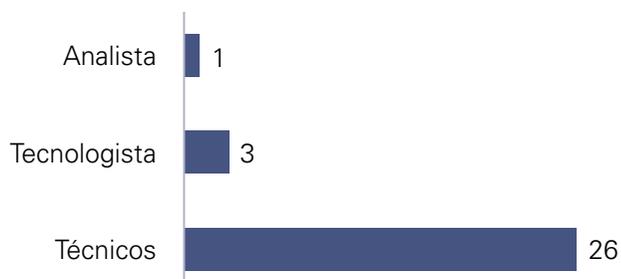
A partir de outubro de 2019, servidores de outros órgãos da Administração Pública ingressaram para o exercício no IBGE, participando do plano de movimentação de pessoal para compor força de trabalho (regulamentado pela Portaria do Ministério da Economia nº 282/2020). Da mesma maneira, houve movimentação reversa, de servidores do IBGE para outras entidades.

Em 2021, foi dada continuidade ao procedimento, iniciado no final de 2019 pela instituição, para gerir o processo de avaliação de desempenho desses servidores movimentados, visando garantir a aplicação da ferramenta, conforme as instruções normativas cabíveis, em interface com as áreas de Recursos Humanos dos órgãos envolvidos.

Estágio probatório

Em 2021, concluíram o estágio probatório 30 servidores, adquirindo estabilidade e passando a fazer jus a alguns benefícios que possuem a estabilidade como pré-requisito, dentre eles, Licença para Interesse Particular, Licença Capacitação e Licença para Mestrado e Doutorado.

Número de servidores por cargo que concluíram o estágio probatório em 2021



Fonte: SDA.

Capacitação

O IBGE, ciente da importância do desenvolvimento constante de seus servidores e de suas lideranças para o alcance dos objetivos e metas institucionais, adotou, ao longo dos últimos anos, com o objetivo de fortalecer as competências do quadro de servidores, uma série de ações e programas. No ano de 2021, que seguiu como um exercício atípico por força da emergência da saúde pública em razão da pandemia da COVID-19, iniciada em 2020, não foi diferente, exigindo por parte da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas mais empenho e criatividade nas ações de desenvolvimento ofertadas.

As ações que já eram realizadas foram adaptadas para a realidade do trabalho remoto e outras foram criadas, viabilizando o acesso síncrono e assíncrono dos participantes, visando manter os ganhos em termos de alcance das ações de desenvolvimento. No atual contexto de trabalho remoto, cabe destacar as ações empreendidas nos seguintes projetos: ações de continuidade do programa de desenvolvimento de lideranças, pílulas de desenvolvimento, *webinar* CRH, planejamento da pesquisa de clima a ser aplicada em 2022, atuação e representação da Diretoria Executiva no Grupo de Trabalho do Treinamento do Censo, *Podcast* do Programa de Preparação para a Aposentadoria, o Ciclo de Desenvolvimento de Competências Profissionais e a Semana de Lideranças do IBGE, sendo esse último parte do Programa de Desenvolvimento de Lideranças, que tem como objetivo principal desenvolver os aspectos comportamentais de algumas competências dos gestores e potenciais líderes do IBGE.

Acerca dos dois últimos eventos, optou-se, em 2021, pela adoção de temas que convergissem com a alteração das formas de trabalho no IBGE que, a partir de outubro de 2021, adotou o Programa de Gestão estabelecido pela Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

A execução dos programas de desenvolvimento está alinhada ao Plano Estratégico do IBGE 2017–2027, que tem como objetivo estratégico nº 14 “Equilibrar a força de trabalho”, o que inclui a “identificação e formação de líderes, sucessores e gestores e a retenção de talentos para alocação em projetos adequados às suas competências”. Todas as ações de desenvolvimento realizadas ao longo de 2021 estão também alinhadas às diretrizes da Política de Gestão de Pessoas do IBGE.

Ações de Desenvolvimento durante o Trabalho Remoto

Com o objetivo de auxiliar todos os profissionais do IBGE a lidar com os desafios e novos procedimentos que o contexto de crise de saúde pública e trabalho remoto trouxe para o dia a dia do trabalho, foram realizadas as ações de desenvolvimento abaixo apresentadas. As ações foram desenhadas considerando as necessidades específicas de cada grupo de profissionais que compõe o IBGE.

Ações 2021	Participações/Visualizações
Ciclo de Desenvolvimento em Competências Profissionais	14085
Pílulas de Desenvolvimento	2242
Ações de Continuidade do Programa de Desenvolvimento de Lideranças	2627
Webinars da Coordenação de Recursos Humanos	5287
2º Encontro Online de RH	150
Podcast do Programa de Preparação para a Aposentadoria	702
Semana de Lideranças	698

Fonte: Visualizações na Intranet, RH Comunica, webex e google classroom.

Foram alguns dos temas abordados nas ações: apresentação do programa de gestão, sistema do programa de gestão, comunicação e teletrabalho, gestão e avaliação de desempenho baseada em entregas e resultados, o papel do gestor no novo contexto institucional, segurança da informação, o papel das lideranças como facilitador da comunicação nos diferentes modelos de trabalho, promoção de saúde em tempos de COVID-19 e as novas configurações de trabalho, entregas e resultados, mudança organizacional e relacionamento interpessoal.

O papel da Escola Nacional de Ciências Estatísticas na capacitação dos servidores

As ações de capacitação realizadas pela Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (CTA) da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), no período de 01 de janeiro a 30 de novembro de 2021, atingiram o resultado de 25.664 concluintes, ultrapassando a meta física anual estabelecida de 16.500 servidores capacitados.

Devido à emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da COVID-19, e atendendo aos termos de Resolução do Conselho Diretor do IBGE, as ações de capacitação desenvolvidas pela ENCE/CTA foram ofertadas na modalidade a distância (EaD), com conteúdos disponibilizados de maneira autoinstrucional – na qual os alunos estudavam de acordo com o seu horário disponível – e, também, em encontros síncronos on-line – que permitiram a interação em tempo real entre professores e/ou instrutores e alunos.

Para melhor entendimento, as informações relativas aos eventos de capacitação realizados foram distribuídas em: Ações de treinamento para o Censo Demográfico; Outros treinamentos de pesquisa; Plano de desenvolvimento de pessoas (PDP); e Afastamentos para mestrado, doutorado e estágio pós-doutoral.

Eventos de Capacitação	Concluintes
Ações de capacitação para o Censo Demográfico	9056
Outros treinamentos de pesquisa	13832
Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP)	2766
Afastamentos para mestrado, doutorado e estágio pós-doutoral	10
Total de concluintes	25.664

Fontes: Relatório extraído da Escola Virtual IBGE (2021); Relatório produzido pelo Comitê de Capacitação e Treinamento (2021) e; Relatório de execução da ENAP produzido pela ENCE/CTA (2021)

As Ações de treinamento para o Censo Demográfico foram realizadas em parceria com a Coordenação Operacional dos Censos (COC). O treinamento do Censo Demográfico 2022 tem como objetivo preparar servidores efetivos e temporários para atuarem na maior pesquisa do IBGE. Em 2021, também foram desenvolvidos e ofertados treinamentos para a realização dos 28 testes do Censo 2022, que aconteceram na ilha de Paquetá, na capital fluminense, e nos 27 estados brasileiros.

O treinamento do Censo é realizado em cascata, ou seja, os concluintes de uma etapa passam a ser instrutores na etapa seguinte. Com o objetivo de garantir o sucesso e a qualidade do repasse dos conceitos e a motivação de todos os agentes envolvidos, além de aulas com temas relacionados ao questionário da pesquisa e ao dia a dia e valores da Instituição e da operação em si, também foram ofertadas aulas de didática.

A capacitação Didática para Multiplicadores de Treinamento do Censo 2022 teve um conjunto expressivo de concluintes. Os participantes aprenderam sobre princípios de aprendizagem, comunicação não violenta e planejamento, competências transversais que podem contribuir não só para o Censo 2022, como para qualquer outro contexto de atuação de multiplicadores na Instituição.

Em Outros treinamentos de pesquisa estão incluídas as capacitações desenvolvidas para o treinamento da rede de coleta das demais pesquisas do IBGE, fora o Censo Demográfico. Em 2021, esses treinamentos foram realizados em EaD, o que possibilitou o acesso homogêneo aos conhecimentos, bem como a otimização do tempo de capacitação e redução de seus custos.

Além de desenvolver novos treinamentos, em 2021, também foram atualizados e modernizados – com cursos interativos, vídeos e outros instrumentos didáticos – alguns de seus treinamentos que já eram ofertados. Dessa forma, a buscou-se não só garantir a qualidade do conteúdo, como também a motivação dos participantes, resultados essenciais na tarefa do IBGE de retratar a realidade do Brasil.

Entre os destaques, estão o programa de Treinamento das Pesquisas Econômicas Estruturais (TPPE), que foi reformulado para a oferta desse ano. O programa inclui unidades de conceitos básicos comuns a todas as pesquisas estruturais – cursadas por todos os participantes – e unidades específicas para cada uma das pesquisas (PAC, PAIC, PAS, PIA-Produto e PIA-Empresa). Nessas últimas, o participante cursa apenas aquela(s) que ele vai atuar, otimizando, assim, o tempo de capacitação.

Outro destaque foi o treinamento da PNAD Contínua, que conta com 14 unidades referentes a conceitos básicos da pesquisa e módulos temáticos do questionário. Esse treinamento também passou por reformulações e modernizações para a oferta de 2021.

Em Plano de desenvolvimento de Pessoas (PDP) estão as capacitações ofertadas para atender as necessidades de capacitação dos servidores do IBGE coletadas no Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) de 2020/2021. Estão incluídas as ações de capacitação desenvolvidas e ofertadas pela ENCE/CTA e as desenvolvidas e ofertadas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Entre os destaques estão os cursos desenvolvidos pela ENCE/CTA que foram ofertados como parte do Programa de Integração de Novos Servidores (PINS) da Coordenação de Recursos Humanos do IBGE (DE/CRH). Em 2021, o Instituto recebeu novos servidores temporários, que puderam, em seus primeiros dias na Instituição, já conhecer os princípios, o planejamento estratégico, os valores e a missão do IBGE, através dos cursos: Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais; Conhecendo o IBGE; Introdução à Base Territorial e Segurança da Informação e Comunicações.

Em Afastamentos para mestrado, doutorado e estágio pós-doutoral estão os dez servidores patrocinados pelo IBGE que concluíram suas ações de desenvolvimento em pós-graduação. Destes, dois concluíram o pós-doutorado, seis concluíram o Doutorado e dois concluíram o Mestrado.

Algumas ações de capacitação que estão relacionadas com as necessidades do PDP 2020 não puderam ser implementadas em função da pandemia de COVID-19 e da mobilização da equipe da ENCE/CTA no atendimento aos projetos do Censo Demográfico 2022.

No entanto, em 2021, atuou com a área de recursos humanos na elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) de 2021/2022. O trabalho multidisciplinar, feito em conformidade com as novas diretrizes do SIPEC, teve como resultado o levantamento de diversas necessidades de capacitação construídas em conjunto por todas as unidades do IBGE.

Capacitações e eventos desenvolvidos no âmbito da Diretoria de Geociências (DGC)

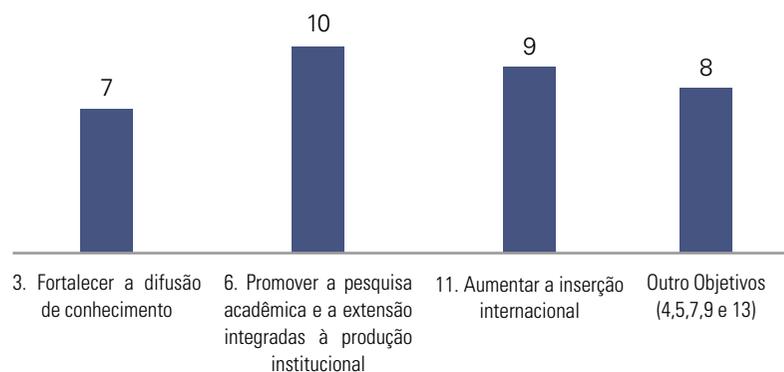
A capacitação de servidores e a realização de eventos técnico-científicos tem o objetivo de contribuir para a ampliação da cobertura e do detalhamento das pesquisas geocientíficas e para a implementação de novas estratégias de aquisição de dados geoespaciais.

Apesar das dificuldades impostas pelo isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19, foi possível ao corpo técnico o aperfeiçoamento profissional por meio da realização de capacitações a distância alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição.

No tocante às áreas de Geodésia e Cartografia, 28 servidores participaram de 34 capacitações, compreendendo uma carga horária total de 1431 horas. Os eventos de capacitação tiveram objetivos diversos e abrangeram diferentes temáticas.

Todas as participações buscaram conformidade com o Planejamento Estratégico do IBGE, como demonstrado no gráfico a seguir, onde estão expostas as quantidades de eventos de capacitação e seu alinhamento com os objetivos estratégicos.

Alinhamento aos Objetivos Estratégicos



Com o objetivo de aprimorar os conhecimentos relacionados à extração de informações de imagens orbitais, o IBGE participou do **curso do Brazil Data Cube**, oferecido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com a classificação de séries temporais de imagens usando o pacote *R SITS - Satellite Image Time Series*. O curso, construído a partir das demandas do próprio IBGE, aconteceu entre os dias 9 e 10 de setembro.

Participaram do curso técnicos de diversas áreas da instituição. Além de dar substância ao mapeamento de cobertura e uso da terra no Brasil utilizando o Cubo de Dados, o curso teve como objetivo buscar a internalização do conhecimento no IBGE, que pode ser utilizado para diversas pesquisas, como a identificação de áreas agrícolas para as estatísticas agropecuárias, a identificação de áreas urbanas para a atualização de Base Territorial ou a identificação de corpos d'água para os mapeamentos cartográficos.

E, em relação às capacitações relacionadas à integração da produção de geoinformação, podem ser destacados as seguintes:

- Cursos do Programa de capacitação em Estratégias de Governança de Dados para gestores públicos da Secretaria de Governo Digital (SGD), do Ministério da Economia. Carga horária total de 112 horas, divididas nos módulos: Uma Perspectiva Estratégica sobre Dados (16h); Planejamento da Gestão de Dados (24h); Técnicas de Governança de Dados (32h) e Abordagem de Governança de Dados (40h);

- Curso on-line Publicadores de Dados – 20h – Escola de dados da *Open Knowledge Brasil*.

Capacitações desenvolvidas no âmbito das Pesquisas

Devido ao distanciamento social, a maioria das capacitações de pesquisas voltadas para os servidores do IBGE que, normalmente, são realizadas pelas respectivas Coordenações da Diretoria de Pesquisas, foi ofertada no ambiente da Escola Virtual, sob a coordenação da ENCE.

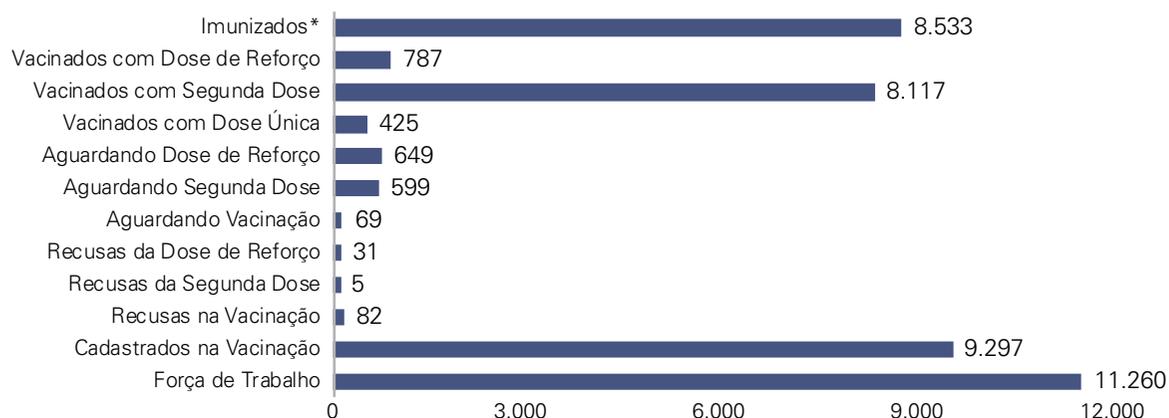
Mesmo assim, as coordenações realizaram as devidas complementações dos treinamentos por meio de videoconferências, totalizando 774 de seus servidores treinados. No âmbito das Unidades Estaduais, o total de concluintes das capacitações foi de 5.214, incluindo repasses de treinamentos das Coordenações e outros treinamentos via EaD que não estavam vinculados à ENCE.

Saúde e segurança do trabalho

Ações relacionadas à COVID-19

- Atualização permanente dos protocolos sanitários no IBGE, visando resguardar a saúde e a segurança de todos, nos mais variados segmentos de atuação do IBGE, como, por exemplo: protocolos de saúde para atividades presenciais flexibilizadas e/ou autorizadas pela presidência do IBGE; protocolos de saúde para o Censo Demográfico; protocolos de saúde específicos para territórios indígenas e quilombolas;
- Implantação da campanha educação e saúde com duas publicações semanais na intranet ao longo de todo o ano, informando sobre as atualizações técnico-científicas relativas às medidas de prevenção e controle da disseminação da COVID-19 e aos cuidados na retomada gradual das atividades presenciais;
- Apoio psicossocial às famílias enlutadas; e
- Disponibilidade da funcionalidade “Vacinação” no SDA-Saúde para o registro das informações da vacinação de cada colaborador do IBGE, possibilitando o controle quantitativo de imunizados no IBGE.

Vacinação contra COVID-19



Fonte: SDA-Saúde-Vacinação – 19/1/22.

Obs.: *É considerado imunizado após 14 dias da aplicação da segunda dose ou dose única da vacina contra a COVID-19.

Curso EaD em parceria com Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

- Produção, em parceria com a ENAP, de vídeo autoinstrucional do protocolo de saúde do IBGE para o Censo Demográfico; e
- Elaboração, em parceria com a ENAP, do curso “Protocolos sanitários preventivos contra o novo coronavírus”, ofertado na modalidade on-line pela Escola Virtual de Governo (EV.G), para orientar servidores públicos e cidadãos sobre as medidas de proteção contra a COVID-19 durante a execução de suas atividades, sobretudo, na interação com o público.

Ações de promoção à saúde durante o ano

- Campanha educação e saúde com duas publicações semanais na intranet ao longo de todo o ano

tratando dos mais variados temas de saúde de acordo com o calendário da OMS e do Ministério da Saúde do Brasil;

- Serviço de apoio psicossocial remoto (por telefone e WhatsApp) extensivo aos servidores e contratados de todo o país;
- Realização das rodas de conversa virtuais: Setembro Amarelo e a valorização da vida; Saúde mental – alertas e cuidados necessários; Yoga – autocuidado e saúde;
- Participação na semana de lideranças de 2021 com a palestra "Papel do gestor na promoção de saúde em tempos de COVID-19 e novas configurações de trabalho"; e
- Suporte para outras ações globais e locais na promoção de saúde.

Principais desafios e ações futuras

Administração de Pessoal

- Finalização do recadastramento dos atos no e-Pessoal – demanda do TCU, recebida através do Ofício-Circular nº 001/2020-TCU/Sefip, de recadastramento dos atos de pessoal, que constavam no antigo sistema (SISAC) para o sistema atualmente em uso, o e-Pessoal, criado com o objetivo de otimizar a análise dos atos de pessoal;
- Centralização de aposentadorias e pensões pelo INSS, conforme Decreto nº 10.620/2021;
- Atualização do sistema Assentamento Funcional Digital, elaborado pelo Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) para conter toda a documentação funcional dos servidores, objetivando agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão, resguardar os direitos e os deveres dos órgãos, entidades e de seus agentes;
- Implementação do e-Social com todas as informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas do IBGE;
- Administração da folha de pagamento de todos os contratados temporários para a realização do Censo, somando mais de 200 mil pessoas às rotinas de folha de pagamento; e
- Manutenção do número de servidores necessário para realização das atividades relacionadas à folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Saúde e Segurança do Trabalho

- Exportar os afastamentos de saúde do SDA-Saúde para o SIAPE-Saúde;
- Implantar os novos procedimentos de solicitação de afastamentos de saúde pelo aplicativo SouGov.br;
- Ofertar os exames médicos periódicos para todos os servidores efetivos;
- Reduzir o tempo de agendamento das avaliações médicas periciais; e
- Realizar avaliações médicas periciais na modalidade junta médica pendentes em localidades não atendidas pelas unidades do SIASS.

Implementação do Programa de Gestão de Demandas - PGD

Em 30 de julho de 2021, o Programa de Gestão de Demandas (PGD) foi instituído no IBGE por meio da assinatura da Portaria da Presidência do IBGE nº 243, de 2021, que estabelece os procedimentos gerais para a realização do Programa no Instituto.

A implementação do Programa de Gestão é uma das iniciativas celebradas entre a Fundação e o Ministério da Economia no Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT) e representa a inauguração de uma nova mentalidade voltada para a gestão por resultados, por meio da substituição do controle de presença/ponto do trabalhador pelo controle de entregas, pactuadas em plano de trabalho.

No IBGE, o Programa possibilitou a inserção de novos modelos de trabalho, a partir da dispensa do controle de frequência e da adoção do teletrabalho.

O Programa de Gestão busca alcançar os seguintes benefícios (PPR 243/2021):

- I.** reforçar a cultura de orientação para resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade, bem como na qualidade da entrega dos funcionários;
- II.** contribuir para a promoção da qualidade de vida e da motivação dos participantes e atrair e reter talentos;
- III.** fomentar o desenvolvimento de mecanismos de avaliação e alocação de recursos;
- IV.** contribuir com a redução de custos relativos à infraestrutura e aos insumos; e
- V.** contribuir para a redução de impactos socioambientais negativos.

A estruturação do Programa de Gestão e da tabela de atividades teve início em setembro de 2020 e passou por uma série de etapas, envolvendo ampla reflexão em diferentes esferas, até se chegar ao desenho com o qual o programa foi lançado.

Em 5 de outubro de 2021, os primeiros participantes ingressaram no Programa que atualmente já conta com cerca de 50% do quadro funcional da instituição.

Quantitativo percentual de participantes por modalidade:

Presencial	46,3%
Teletrabalho Parcial	30,3%
Teletrabalho Integral	22,8%

Fonte: Sistema de Dados Administrativo

A partir do desenho original do programa, foram realizadas discussões internas pela Direção sobre aspectos concernentes à adequação do PGD aos agentes censitários e membros de agências do IBGE (cujas atribuições principais são a coleta de dados em campo). Além disso, pequenos ajustes e melhoramentos foram efetuados de outubro a dezembro de 2021, sobretudo acerca de orientações operacionais e no sistema de informação.

O período de ambientação do Programa de Gestão no IBGE se encerrará em 30 de janeiro de 2022. A avaliação do período de ambientação está em curso e prevê, dentre outras entregas, um relatório analítico e uma pesquisa de percepção sobre o Programa de Gestão com os servidores e líderes.

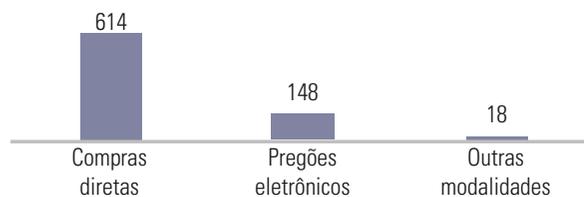
Gestão de licitações e contratos

Aquisições

780 contratações em 28 unidades contratantes (UASGs) do IBGE, em 2021.

Houve um aumento de 13,54% nas contratações, em relação ao mesmo período no ano de 2020, reflexo do retorno de algumas atividades presenciais na instituição e das contratações relacionadas ao Censo 2022.

Modalidades de contratação



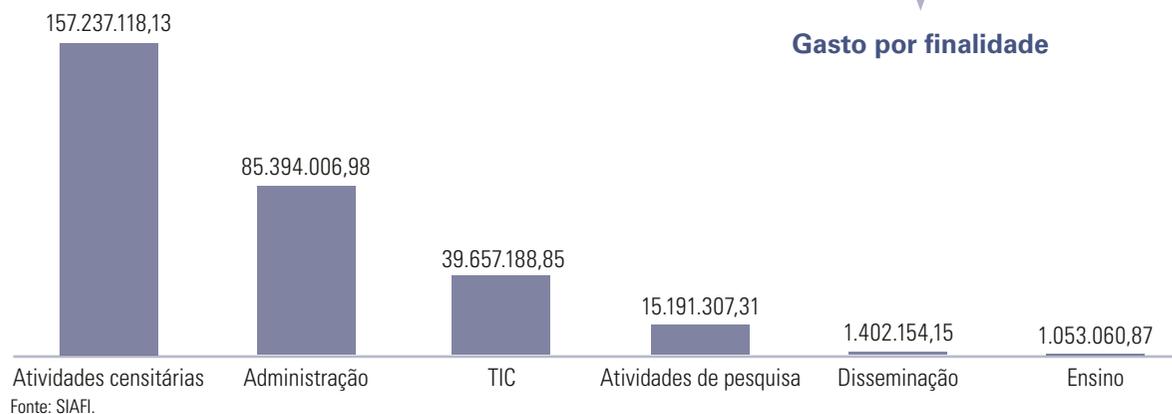
Fonte: Sistema interno do IBGE - Sistema de aquisições e entregas (SA-e).

Principais tipos das contratações diretas:

- I. Aquisições fundamentadas nos incisos I e II do artigo 24 da nº 8.666/93 (501);
- II. Inexigibilidades (48); e
- III. Locações de imóveis (31).

Contratações Diretas - Justificativas:

As dispensas de licitação por baixo valor justificam-se pela manutenção da continuidade dos serviços pontuais nas diversas unidades do IBGE pelo Brasil e baseiam-se, principalmente, no inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.



Fonte: SIAFI.

Detalhes sobre as licitações:

A modalidade de licitação mais utilizada pela Instituição, em 2021, foi o pregão eletrônico. Foram realizadas 148 contratações por pregão eletrônico (sendo que 36 por SRP) e 18 contratações por meio de adesão a atas de registro de preços de outros órgãos.

Fonte: Sistema interno do IBGE - Sistema de aquisições e entregas (SA-e)

R\$ 299,93 milhões

foram pagos em despesas relativas a custeio e a investimentos, em 2021.

Gasto por finalidade

Tipo de despesa em administração	Valor em R\$
Apoio administrativo, técnico e operacional	5.452.503,18
Condomínios	7.994.938,69
Limpeza e conservação	6.313.420,64
Locação de imóveis	27.635.822,13
Contribuição p/ o PIS/PASEP	6.683.439,20
Serviços de energia elétrica	6.809.821,90
Vigilância ostensiva	5.076.959,51
Serviço de seleção e treinamento	3.914.314,90
Outras despesas	15.512.786,83

Fonte: SIAFI (2021)

Observações importantes

I. Os valores das despesas, no ano de 2021, refletiram tanto o impacto da adoção do Programa de Gestão de Demandas (PGD), em agosto de 2021, quanto a proximidade do Censo 2022.

Em setembro de 2021, o IBGE foi a campo no Primeiro Teste do Censo na Ilha de Paquetá (RJ), e, em novembro, realizou o Teste Nacional do Censo 2022 em todos os estados para garantir o perfeito funcionamento dos sistemas, entrevistas e protocolos de prevenção contra a COVID-19.

II. Gastos TIC:

A utilização da tecnologia da informação e comunicação é de extrema importância para a Instituição. A realização das atividades remotamente foi possível devido, principalmente, à utilização de infraestrutura e tecnologia adequadas.

As despesas com TIC no ano de 2021 revelaram uma redução de 51,40% em relação ao ano de 2020. Mais informações podem ser obtidas na seção de TIC deste relatório.

III. Gastos Atividades Censitárias:

A finalidade de Atividades Censitárias evidenciaram um incremento de 14,61%, quando comparado ao ano de 2020, levando em conta 2021 ser o ano que antecede o Censo e as despesas relacionadas aos contratos de servidores temporários exercerem grande participação no seu valor total.

IV. Gastos Administração:

Os gastos da finalidade de Administração apresentaram uma redução no total de 6,33% em relação

ao ano anterior, ocasionada, principalmente, pelo trabalho remoto adotado na Instituição e pela contínua racionalização dos gastos.

As reduções mais significativas foram verificadas nas despesas com limpeza e conservação – redução de 40,56% – e apoio administrativo, técnico e operacional - redução de 33,62%. Observou-se, também, uma redução no gasto com energia elétrica de 5,54%. Os maiores gastos desta finalidade permaneceram sendo locação de imóveis e condomínios.

V. Gastos Atividades de Pesquisas e Geociências:

Os gastos com as atividades de pesquisas e geociências são inerentes às atividades-fim da Instituição, que permaneceu ampliando seu papel e sua relevância para a sociedade produzindo pesquisas, com a finalidade de propiciar o conhecimento da realidade socioeconômica do país, e produtos e serviços de Geociências, objetivando o conhecimento e a leitura mais completa possível do território nacional.

VI. Gastos Disseminação e Ensino

Os gastos com disseminação tiveram um aumento de 7,47% e com ensino 38,37% em relação ao ano de 2020:

VII. Obras e serviços de engenharia:

Em 2021, foram contratados o montante de R\$ 1.079.191,86 em três objetos:

- Contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia necessários à contenção da estrutura do subsolo do imóvel sede da agência Porto Alegre/RS, com previsão de término em 2022.

- Contratação de laudos de autovistoria predial, conforme Lei Municipal da cidade do Rio de Janeiro/RJ, de sete imóveis, a saber: Av. Franklin Roosevelt, 166; Rua Equador, 558; Rua André Cavalcanti, 106; Av. Brasil, 15671; Av. Beira Mar, 436; Rua General Canabarro, 666; e Rua Visconde de Niterói, com previsão de término em 2022; e

- Aditivo aos serviços de engenharia necessários para a instalação de novo *datacenter* principal do IBGE no Rio de Janeiro/RJ, com previsão de término em 2022.

Ainda, em 2021, foram gastos R\$ 12.406.419,95 com reformas contratadas em outros anos, como segue:

- Serviços de engenharia necessários para a instalação de novo *datacenter* principal do IBGE no Rio de Janeiro/RJ com os serviços do contrato inicial finalizados em 2021;

- Serviços de engenharia necessários a intervenções no térreo, jirau e em sala para *Call Center*, situados no imóvel da Rua Equador/RJ, finalizados em 2021;

- Contratação de serviços de engenharia visando à instalação da sede da UE/PI, com início em 2019 e encerrado em 2021;

- Modernização de um elevador na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e adaptações no quadro do outro elevador, para que eles trabalhem em conjunto, com início em 2019 e término em 2021;

- Serviços de engenharia necessários para a instalação de novo *datacenter* secundário do IBGE em

São Paulo/SP, com início em 2019 e previsão de término em 2022;

- Contratação de empresa especializada em serviços de instalação de rede elétrica em baixa tensão para o prédio sede da Unidade Estadual do IBGE na Paraíba;
- Execução de projeto de prevenção e combate a incêndio e sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) para a Unidade Estadual do IBGE na Paraíba;
- Contratação de empresa especializada para execução dos projetos de reforma/reparação do imóvel cedido ao IBGE para instalação da agência de Sete Lagoas/MG; e
- Emissão de laudo técnico a partir de vistoria técnica e parecer técnico sobre as condições atuais de segurança e estabilidade de talude da Agência Duque de Caxias/Porto Alegre/RS.

Conformidade legal

As unidades do IBGE contam com a assessoria jurídica da Procuradoria Federal no IBGE e adotam os modelos de documentos de contratações disponibilizados pela Advocacia-Geral da União e pela Secretaria de Governo Digital (contratações de TIC), o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013 e Instruções Normativas do Ministério da Economia (ME), com destaque à IN SGD/ME nº 01/2019 e IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

Objetivos estratégicos

As contratações mais relevantes do IBGE estão alinhadas com os objetivos estratégicos formalizados no Mapa Estratégico do IBGE disponível em: https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/MAPA_ESTRATEGICO_2017-2027-12-06.pdf.

Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos

O IBGE está presente nas 27 unidades federativas do Brasil, distribuído por meio das unidades estaduais e suas agências. Assim, são muitas as particularidades, especificidades e necessidades a serem alinhadas na gestão de licitações e contratos, sendo este o principal risco e desafio na busca por eficiência e cumprimento da missão institucional de retratar o país.

Outro desafio, é o habitual contingenciamento orçamentário que exige uma contínua readaptação do planejamento além da permanente necessidade de redução de gastos, mantendo a qualidade dos serviços prestados.

Dentre os principais riscos enfrentados, cabe ressaltar o número cada vez mais reduzido de servidores atuando na área de licitações e contratos, a responsabilidade atribuída a esses servidores, assim como a qualificação requerida para o desempenho de suas atribuições, as recorrentes mudanças na legislação e as instabilidades dos sistemas governamentais.

A principal fraqueza atualmente é o elevado número de servidores aptos a aposentar.

Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

Todas as Unidades do IBGE atuam em conformidade com a legislação referente à gestão patrimonial na Administração Pública, tais como a Lei nº 8.245/91 e Decreto nº 10.193/2019 (para bens imóveis) e Decreto nº 9.373/2018 (para bens móveis), assim como as Leis nº 8.666/93 e nº 14.133/2021 e normativos internos ao IBGE.

Principais investimentos de capital

Em 2021, o IBGE fez investimentos de capital na aquisição de materiais permanentes que ocasionaram tombamentos de 33.597 bens com valor total de R\$ 33.478.144,27. A maior parte dessas aquisições foi para atendimento das demandas de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC planejadas para o Censo 2022, correspondendo a 96,96% dos bens tombados (Equipamentos de Processamento de Dados). A distribuição de tombamentos por grupo de materiais permanentes é mostrada na tabela a seguir.

Considerando a distribuição dos tombamentos por Unidade de Tombamento, percebe-se a concentração das aquisições na Sede, com 97,20% dos bens tombados, conforme a tabela a seguir. Essa característica é decorrente da continuidade do plano de aquisições centralizado na Sede com entregas parceladas nas Unidades Estaduais. Esse padrão de aquisições é utilizado pela Administração Central como estratégia para obtenção de ganhos de escala e melhores condições de fornecimento nas licitações.



Tombamentos
33.597



Valor dos tombamentos
R\$ 33,5 mi



Equipamentos de processamento de dados
R\$ 28,7 mi



Veículos de tração mecânica
R\$ 3,8 mi



Aparelhos de medição
R\$ 261 mil



Mobiliário em geral
R\$ 190 mil

Distribuição de tombamentos por grupo de materiais permanentes		
Grupo patrimonial	Quantidade (und)	Valor total (R\$)
APAREL UTENS DOMÉSTICOS	54	94.367,88
APARELHOS DE MEDIÇÃO	12	261.000,00
EQUIP PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	8	4.596,01
EQUIP PROTEÇÃO SEGURANÇA SOCORRO	13	4.799,99
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	32.575	28.693.602,25
MAQ UTENS EQUIP DIVERSOS	488	85.687,91
MÁQ.INSTAL E UTENS. DE ESCRITORIO	5	2.928,55
MÁQUINAS E EQUIP ENERGÉTICOS	4	306.615,53
MOBILIARIO EM GERAL	336	190.146,27
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	28	16.399,88
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	74	3.818.000,00
Total Geral	33.597	33.478.144,27

Fonte: SDA/Bens Móveis (2021)

Distribuição de tombamentos por Unidade de Tombamento		
Unidade de tombamento	Quantidade (und)	Valor total (R\$)
UE/AM	61	45.990,00
UE/BA	101	55.402,00
UE/DF	49	18.985,72
UE/GO	118	731.426,00
UE/MG	361	150.390,00
UE/PB	194	137.337,33
UE/PI	33	19.328,43
UE/RJ	15	5.266,99
UE/RO	7	28.515,55
SEDE	32.658	32.285.502,25
Total Geral	33.597	33.478.144,27

Fonte: SDA/Bens Móveis (2021)

Desfazimento de ativos

Em 2021, foram registrados alienações e desfazimentos de bens diversos por venda, doação, perda total ou vazadouro público na Sede e em 19 Unidades Estaduais, com total geral de 8.778 bens e va-

lor patrimonial total de R\$ 3.909.199,08. A tabela a seguir apresenta esses dados e mostra, também, a consolidação das alienações e desfazimentos no IBGE em 2021.

Desfazimentos de bens por Unidade de Tombamento e Valor										
Unidade de tombamento	Venda		Doação		Perda Total		Vazadouro Público		Consolidado (Total)	
	Unid.	Valor (R\$)	Unid.	Valor (R\$)	Unid.	Valor (R\$)	Unid.	Valor (R\$)	Unid.	Valor (R\$)
SEDE					9	4.624,59			9	4.624,59
UE/AC					1	699,00			1	699,00
UE/AL			510	259.696,30					510	259.696,30
UE/AM			7	198.103,00	1	979,00			8	199.082,00
UE/BA	7.616	3.182.797,59			1	2.794,92			7.617	3.185.592,51
UE/CE					5	7.886,00			5	7.886,00
UE/ES					1	699,00			1	699,00
UE/GO					6	5.053,00			6	5.053,00
UE/MG					2	2.257,00	1	160,04	3	2.417,04
UE/MT					3	2.097,00			3	2.097,00
UE/PA			251	124.483,46					251	124.483,46
UE/PB					1	1.869,90			1	1.869,90
UE/PE			120	63.999,60					120	63.999,60
UE/PI			1	170,41	1	1.560,00			2	1.730,41
UE/PR					1	879,90			1	879,90
UE/RJ					1	699,00			1	699,00
UE/RO					1	699,00			1	699,00
UE/RS					1	699,00	56	13.673,96	57	14.372,96
UE/SC					6	2.999,79			6	2.999,79
UE/SP					18	23.972,33	157	5.646,29	175	29.618,62
Total Geral	7.616	3.182.797,59	889	646.452,77	59	60.468,43	214	19.480,29	8.778	3.909.199,08

Fonte: SDA/Bens Móveis (2021)

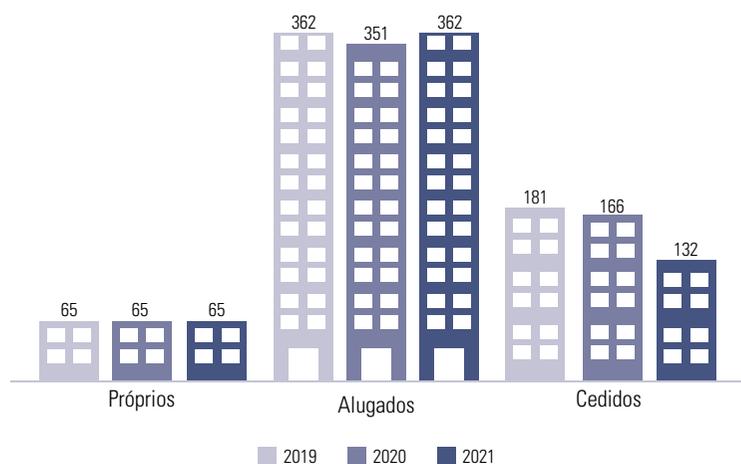
Alienações e desfazimentos de bens no IBGE – Consolidado		
Tipo	Quantidade (und)	Valor (R\$)
Venda	7.616	3.182.797,59
Doação	889	646.452,77
Perda Total	59	60.468,43
Vazadouro Público	214	19.480,29
Total Geral	8.778	3.909.199,08

Fonte: SDA/Bens Móveis (2021)

Gestão de imóveis

Para o desempenho de suas atividades em 2021, o IBGE contou com 559 imóveis, sendo 65 próprios, 362 alugados e 132 cedidos, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Evolução de imóveis próprios, alugados e cedidos de 2019 a 2021



Fonte: SPIUNET / SDA-Imóveis (2021)

A tabela ao lado apresenta a distribuição geográfica dos imóveis (próprios, alugados e cedidos) do IBGE, considerando a sua evolução no período 2020-2021.

Em 2021, houve a atualização no valor total dos imóveis próprios do IBGE, com redução de R\$ 4.207.099,92 (1,46%) proveniente de reavaliações cadastradas pelas Unidades Estaduais e Sede.

Unidade da Federação	Distribuição geográfica dos imóveis próprios					
	Próprios		Alugados		Cedidos	
	Exercício 2020	Exercício 2021	Exercício 2020	Exercício 2021	Exercício 2020	Exercício 2021
Acre	1	1	1	2	0	0
Alagoas	1	1	6	6	5	3
Amazonas	1	1	4	4	5	4
Amapá	0	0	1	1	0	0
Bahia	4	4	39	42	8	6
Ceará	7	7	5	6	3	3
Distrito Federal	2	2	0	1	1	1
Espírito Santo	0	0	9	10	2	2
Goiás	1	1	18	15	4	2
Maranhão	6	6	17	17	2	1
Minas Gerais	2	2	35	36	37	39
Mato Grosso	4	4	6	6	6	2
Mato Grosso do Sul	1	1	7	10	2	3
Pará	2	2	12	13	5	5
Paraíba	1	1	7	7	3	3
Pernambuco	1	1	11	13	7	0
Piauí	1	1	10	8	5	3
Paraná	0	0	31	31	5	1
Rio de Janeiro	18	18	20	24	3	3
Rio Grande do Norte	1	1	4	3	4	2
Rio Grande do Sul	1	1	34	38	4	2
Roraima	1	1	5	0	0	0
Rondônia	2	2	5	5	0	0
Santa Catarina	1	1	22	22	0	2
São Paulo	1	1	29	30	54	45
Sergipe	1	1	5	5	0	0
Tocantins	4	4	8	7	1	0
Total	65	65	351	362	166	133
Total Valor (R\$)	287.938.423,93	283.731.324,01				

Fonte: SPIUNET / SDA-Sistema de Imóveis (2021)

No que se refere a imóveis cedidos ao IBGE, houve uma redução de 33 unidades no quantitativo total em 2021, ocasionado por atualizações cadastrais realizadas pelas Unidades, bem como pela suspensão de alguns convênios com Prefeituras e Governos Estaduais, que não dispunham de recursos para realizar as melhorias necessárias, conforme evolução apresentada na tabela a seguir.

O quantitativo de imóveis alugados teve um aumento de 11 (onze) locações (+3,1%), resultado da implantação de novas agências, consolidando a atuação do IBGE em algumas regiões (Projeto Rede), além do fato de que alguns imóveis, que eram cedidos gratuitamente por Prefeituras e/ou Governos Estaduais, precisaram ser devolvidos, a pedido dos próprios entes ou por decisão das unidades do IBGE.

Com relação às despesas com locação de imóveis da Sede, o gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores gastos com locação de imóveis entre 2019 e 2021 para todo o IBGE. Destaca-se que em 2020 houve uma redução na despesa com locação de imóvel da Sede, em função do desconto de 10% que foi concedido pela locadora do imóvel da Av. Chile, por um período de três meses, diante das dificuldades enfrentadas pelo IBGE para receber os repasses do Governo no período crítico da pandemia da COVID-19.

Gastos com locação de imóveis - Sede (em milhares de R\$)

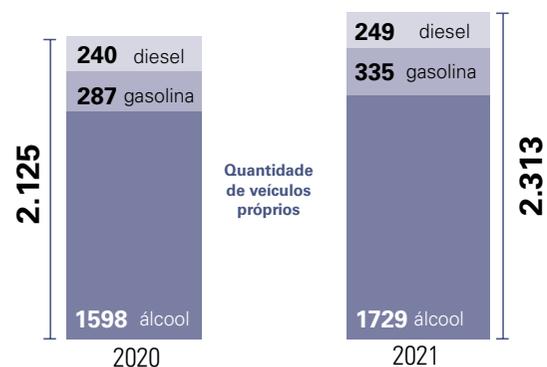


Fonte: SIAFI (2021)

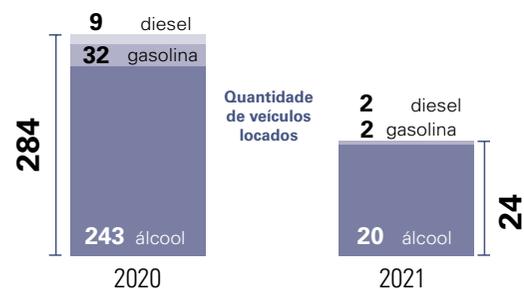
Frota de veículos

Para a produção de informações, o IBGE precisa assegurar que a coleta de dados para as pesquisas e os levantamentos geocientíficos ocorram no tempo devido, de maneira a garantir a tempestividade na divulgação dos resultados para a sociedade.

Para a coleta presencial em campo, é imprescindível que o Instituto disponha de uma frota de veículos (locados e próprios) capaz de viabilizar o levantamento e a coleta dos dados em todo o território brasileiro. A seguir, é possível ter uma visão geral da frota nos últimos dois anos, apurada com base na média do número de veículos ao longo do ano.



Fonte: SDA / Veículos (jan/2021).



Fonte: SDA / Veículos (jan/2021).

Errata: No Relatório de Gestão 2020, página 123, os resultados para o ano de 2020 são diferentes dos apresentados aqui. A diferença diz respeito à mudança na forma de cálculo do tamanho da frota.

Média anual de quilômetros rodados por veículo próprio



Fonte: SDA / Veículos (jan/2021).

Errata: No Relatório de Gestão 2020, página 123, os resultados para o ano de 2020 são diferentes dos apresentados aqui. A diferença diz respeito à mudança na forma de cálculo do tamanho da frota.

Total de gastos com veículos próprios e alugados (manutenção, combustível e outras despesas)



Fonte: SDA / Veículos (jan/2021).

O tamanho da frota, determinado pela quantidade de veículos próprios e locados, era apurado, até 2020, ao final de cada ano e, por isso, sofria a influência da variação da carga de coleta das pesquisas, podendo ser um indicador com baixa representatividade.

Tendo em vista o caráter dinâmico da frota locada, optou-se por uma nova forma de computar a quantidade anual de veículos. Até o último relatório,

utilizava-se o retrato da frota no encerramento do ano. A partir deste ano, leva-se em conta o conceito de frota média, ou seja, a partir do período em que cada veículo esteve de posse do IBGE é possível estimar o tamanho médio da frota ao longo do ano. Os veículos locados também não entram mais no cálculo da média de quilômetros rodados por veículo, já que poderia haver distorções.

Em 2021, observou-se uma quantidade quase nula de veículos locados em relação aos padrões do IBGE. Esse fato pode ser explicado quase unicamente pela redução das atividades presenciais no cenário da pandemia. A baixa utilização dos veículos próprios também pode ser explicada por tal fenômeno. Com o retorno de grande parte das atividades presenciais e com a realização das operações censitárias, espera-se uma reversão dessa tendência no ano de 2022.

Por outro lado, a utilização dos veículos próprios cresceu de 2020 para 2021, como se observa tanto no gráfico da quilometragem média quanto nos gastos totais, o que já era esperado pela gradual retomada das atividades de campo. Os valores ainda estão aquém dos padrões de anos anteriores, o que também podia-se prever.

TáxiGov

O IBGE, por meio do Ministério da Economia, implantou o TáxiGov na Administração Central em 11 de dezembro de 2019, a fim de reduzir despesas com veículos próprios no deslocamento entre os complexos da cidade do Rio de Janeiro e outros serviços externos.

No ano de 2020, foram 1.875 viagens, com 37.386 km percorridos, custando R\$107.825,61. Já em 2021, foram 2.340 viagens, 60.508 km percorridos, a um custo de R\$178.937,08. Esse aumento se deveu principalmente às atividades de preparação para o Censo Demográfico, previsto para ocorrer em 2022.

Gestão da tecnologia da informação

Conformidade legal

A gestão de TIC é realizada formalmente no IBGE desde 2010, por meio do seu Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTI), documento atualizado regularmente e disponibilizado na página *Web* principal da Instituição. Seguindo os preceitos adotados nas edições anteriores, a organização desse trabalho segue determinações e melhores práticas de órgãos reguladores do Governo Federal, especificamente da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), agora como Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia; bem como do Tribunal de Contas da União (TCU); da Controladoria-Geral da União (CGU); e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).

Modelo de Governança de TI

O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), responsável pela construção do PDTI do IBGE, vem trabalhando fortemente em novas frentes de trabalho quanto ao aumento de maturidade na gestão das TICs, como o investimento e esforços quanto à Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE (POSIC), quanto à Gestão de Riscos em TICs e na busca de métricas consideradas relevantes pelos órgãos fiscalizadores. Esse documento contém uma relação dos respectivos pedidos de investimentos classificados pelo CTIC como aderentes aos objetivos do Planejamento Estratégico do IBGE e coerentes com as políticas da Instituição nessa área,

visando, assim, à padronização e à economia de recursos. A Diretoria de Informática (DI) também atualizou, em 2021, o novo documento Estratégia Geral de Tecnologias de Informação para o biênio 2021-2022 (EGTI), levando em consideração o Mapa Estratégico do IBGE para 2017-2027 e apresentando projetos e vertentes, assim como oportunidades de desenvolvimento na área. Ambos os documentos, PDTI e EGTI, se encontram publicados na página institucional do IBGE. Diante do quadro da pandemia da COVID-19, tanto o EGTI quanto o PDTI de 2021-2022 trouxeram considerações que foram impostas pelo teletrabalho.

Recursos aplicados em TI

É fundamental explicar que, em períodos de Censos (Agropecuário ou Demográfico), as aquisições são exponenciadas significativamente, haja vista que, além da aquisição de centenas de milhares de dispositivos móveis de coleta (DMCs) - que são *smartphones* como os de mercado, com características específicas, por causa das necessidades de visualização de mapas, coleta de informações por sistemas desenvolvidos no IBGE e transmissão delas para as centrais do IBGE - há necessidade de robustez igualmente significativa para suportar todas essas operações, indo desde roteadores instalados nas dependências fixas e temporárias do IBGE, laptops, servidores de rede, servidores de bancos de dados, linhas de comunicação e outros tantos componentes. Desde 2019, o IBGE iniciou seus processos de aquisição e muito já se contratou. No ano de 2020, em função do adiamento do Censo Demográfico para 2021, e posteriormente para 2022, quase a totalidade de processos de aquisição TIC foram finalizados e alguns poucos permanecerão para 2022.

Cabe ressaltar o quantitativo de mais de 80 processos de aquisição TIC, todos dentro das exigências da Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019 e muitos submetidos ao TCU e CGU, ao mesmo tempo que buscam melhorar cada vez mais os processos licitatórios de aquisição. O IBGE conta com poucos técnicos habilitados na confecção de editais, na participação dos certames e nas muitas requisições desses órgãos de controle. Dado o quantitativo decrescente de pessoas que temos no IBGE nessas ações, há os riscos crescentes de termos problemas variados a cada ano.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Contratos Continuados mais relevantes em 2021

Fábrica de *Software*

Suporte ao Ambiente Computacional (N1, N2, N3)

Locação de *softwares* Microsoft

Rede MPLS

Suporte Premier/Consultoria Microsoft

Manutenção de *Softwares* (Outros)

Manutenção de *Softwares* Oracle

Aquisições de *Software* e *Hardware* mais relevantes em 2021

Aquisição de Impressoras para Subáreas

Aquisição de *Software* para *Backup*

Aquisição de Solução para Gerenciamento de Redes

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

Relacionamos algumas iniciativas que continuaram significativamente relevantes para a Instituição em 2021, analisadas a partir dos objetivos estratégicos institucionais.

Objetivo Estratégico 1 – Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos.

Reflexão: Ampliar cobertura e detalhes de pesquisas enseja maior quantidade de pessoas no campo, com maior capacidade de armazenamento de dados, maior necessidade de conectividade para transmissões e comunicações, maior capacidade de recebimento desses dados e de processamento. Pode motivar, também, maior necessidade de interação com instituições externas, como os mapas de empresas que detêm imagens de satélite de alta qualidade ou acervos e bancos de dados atualizados de governos e empresas. Trata-se, então, de inteligência para incorporação desses dados no IBGE, de capacidade de armazenamento e de seu processamento. Em todos os casos, demandar-se-á de segurança, tanto no acesso ao IBGE, no acesso aos dados e nas cópias de segurança.

A cada movimentação para esse fim, a área de informática deverá ser acionada, na busca da melhor operacionalização da atividade, mensurando não somente os esforços, mas também os recursos necessários. Trata-se, portanto, de Dispositivos Móveis de Coleta (DMCs), acessos desses DMCs à Internet, *links*, *storages*, *software* de desenvolvimento, *software* de segurança de da-

dos, *software* de *backup* e recuperação e outros que devem ser avaliados para cada novo projeto. Todos esses recursos devem ser devidamente adquiridos, preferencialmente, para uso compartilhado em outras atividades, parametrizados para cada operação, distribuídos e controlados devidamente e orquestrados por equipes conhecedoras desse tipo de atividade no IBGE.

Em 2020, houve um significativo esforço na aquisição de cadastros de empresas e instituições de governo para incrementar o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), havendo, inclusive, ações levadas ao Supremo Tribunal Federal quanto à demanda do IBGE por obter o cadastro de telefones das operadoras de telefonia móvel e fixa de todo Brasil. O objetivo principal foi o de buscar telefones para que as pesquisas do IBGE, que antes eram necessariamente realizadas por visitas físicas e pessoais às localidades domiciliares e comerciais, passassem a ser realizadas através de telefones, o que tem complexidade adicional na montagem de estrutura de telefonia para os funcionários realizarem seu trabalho, com o uso dos DMCs e de *chips* de telefonia celular. Além deste cadastro coordenado pela ANATEL, que ao final não foi disponibilizado por decisão do STF, cadastros relativos ao Ministério da Saúde, Ministério da Economia e outros foram adicionados às bases do IBGE para melhoria de seu CNEFE.

Em 2021, o esforço maior foi justamente o de atualizar as bases do CNEFE objetivando o Censo Demográfico de 2022 e, também, as pesquisas estatísticas contínuas, como a PNAD, que também usa o CNEFE para definição das amostras de domicílios. A cada rodada de atualização, o IBGE

melhora significativamente o seu cadastro e isso aumenta a qualidade das pesquisas e melhora a acurácia de escolha de domicílios.

Objetivo Estratégico 4 – Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos

Reflexão: Objetivo altamente dependente de acordos institucionais, nos quais deverão estar explicitados os metadados dos acervos, a forma de obtenção regular dos dados, a periodicidade, o sigilo e o retorno e contrapartida, se houver. A participação da Diretoria de Informática deve ser viabilizada desde o início das negociações, uma vez que essa área se preocupará com a maneira pela qual os dados relevantes chegarão ao IBGE e como serão administrados. A recepção dos dados deve ser amplamente analisada pela área interessada do IBGE e a área de tecnologias e produção, para que haja infraestrutura disponibilizada (*links*, segurança, *storage*, gerenciadores de bancos/acervos, automatização de processos, janelas temporais para as transmissões e outros do gênero), assim como pela área de desenvolvimento de sistemas e de acervos, que se preocuparão em avaliar a inserção desses dados no IBGE, a entrada desses em nossos sistemas e o seu uso para análise, além da incorporação ao acervo do IBGE, que poderá ser apartado ou não do acervo de produção própria, numa decisão posterior. Em outra escala, o IBGE deverá estar atento a procedimentos de digitalização, de mineração e de Gerência Eletrônica de Documentos (GED). A Governança dos dados também é muito relevante nesse objetivo, assim como de Política de proteção de dados.

Tal como informado no Objetivo Estratégico 1, em 2020, por causa dos inúmeros contatos e intercâmbio de cadastros, dados e informações, o IBGE amadureceu ainda mais seus procedimentos, não somente na maneira de estruturação de um documento formal, mas, também, nas tecnologias que apoiam tal intercâmbio. Vários esforços foram realizados e até mesmo uma avaliação externa, realizada pelo Banco Mundial, foi feita, sob a ótica de segurança das informações trocadas e armazenadas. Percebe-se, portanto, um aprimoramento técnico relevante nesse Objetivo Estratégico 4 e espera-se a ampliação de tantos convênios que possam ser realizados para a maior obtenção de dados. Ressalta-se a formalização, na segunda metade de 2021, pela Diretoria de Informática, de procedimentos de interação extramuros do IBGE para esses intercâmbios, com a construção e aprovação de Instrução Normativa para este fim específico.

Segurança da informação

O compromisso legal do IBGE em manter a privacidade do informante e o sigilo das informações prestadas, conforme previsto na Lei nº 5534, de 14 de novembro de 1968, torna indispensável a implementação de controles rígidos de segurança da informação e comunicações, permitindo que as atividades desempenhadas na Instituição tratem as informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, demográfica e administrativa com a devida segurança, para garantir a legalidade de suas ações.

A implementação dos controles de segurança da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), está apoiada em três pilares princi-

pais: processos, pessoas e tecnologia. O Comitê de Segurança da Informação (CSI), em conjunto com a Diretoria de Informática, vem promovendo ações direcionadas a esses três pilares por meio da normatização de diversos procedimentos e processos, do investimento em novas tecnologias de segurança da informação e em ações voltadas para a capacitação e conscientização dos colaboradores da Instituição.

A POSIC, cuja primeira edição ocorreu em 2014, com atualização em 2018, necessitará de adequação à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, de Proteção de Dados Pessoais, que vem sendo discutida no IBGE em razão de pontos relevantes que podem impactar os trabalhos nesse Instituto.

No dia 26 de novembro de 2020, o IBGE indicou, de acordo com as recomendações do Ministério da Economia, o Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais por meio do Ofício IBGE nº 265 de 2020, assinado pela Presidente do IBGE, conforme Instrução Normativa DEGDI nº 100, de 19 de outubro de 2020.

Ganhos Fundamentais em 2021 nos Projetos de TIC

Reestruturação do Ambiente Tecnológico do IBGE e Novos *Data Centers* - RJ e SP

Em 2020, concluiu-se o projeto para a construção e mudança dos *Data Centers* principal e secundário, para novos locais, o que foi feito de forma integrada por diversas áreas do IBGE. A mudança dos *Data Centers* objetivava modernizar as salas de instalação dos equipamentos, com aumento do nível de segurança e com redução dos cus-

tos com utilidades. Os novos *Data Centers* foram projetados para instalação dos equipamentos em modo de confinamento, em locais com segurança contra enchentes e de menor exposição.

Em razão do Censo Demográfico de 2022, de acordo com o Projeto Tecnológico dessa operação, foi realizada, em 2021, uma significativa atualização de servidores de aplicação, de servidores de armazenamento, de elementos ativos de rede (como *switches* e outros), de equipamentos de funcionários (*desktops* e *laptops*) e de recursos computacionais de *software* e comunicação.

No final do ano de 2021, foi concluída, com êxito, a execução dos projetos dos novos *Data Centers* do Rio de Janeiro e o de São Paulo, o que o IBGE considera um investimento fundamental para sua operação censitária de 2022 e para a continuidade de sua atuação. O projeto foi extremamente complexo, composto atualmente por 240 equipamentos servidores físicos, 2.150 servidores virtuais, capacidade de 1.5PB em *Storages* e mais 2.5PB em servidores NAS, além de 4PB em fitas e VTL e capacidade nas Unidades Estaduais de 570TB em NAS. Tais números traduzem facilmente, para especialistas, o porte significativo desses novos *Data Centers* e da Rede IBGE.

Dado esse aporte tecnológico do IBGE, estimulase ainda mais a atividade relativa ao Acervo Institucional de Informações. Com tais equipamentos, dado o volume de informações produzidas e, agora, também recebidas de outros órgãos, como citado anteriormente, o IBGE se esforça no desenvolvimento de mais ferramentas para acesso aos dados com a tecnologia hoje utilizada nos arquivos de microdados do BME, num processo de melhoria contínua bastante salutar.

Quanto à telefonia, foram realizadas as distribuições dos equipamentos adquiridos em 2021 e espera-se a rápida implantação da nova telefonia no IBGE. Ainda em 2021, quatro localidades em que os recursos anteriormente existentes estavam muito depreciados, foram submetidas à migração da tecnologia, especificamente nas sedes das UEs. Espera-se que até o final de maio de 2022 todo o projeto de migração e instalação esteja concluído.

Quanto às plataformas de produção e análise de informações, em 2021, foram realizadas as ações voltadas ao aperfeiçoamento e otimização dos processos na Plataforma de Informações do IBGE:

- O SISMAP continua sendo migrado de uma plataforma cliente-servidor para a plataforma Web, com melhorias contínuas e com previsão de término para o início do Censo Demográfico;
- O eData, tabulador e analisador de dados, que disponibilizou, em 2019, uma ferramenta para seleção espacial de áreas de interesse e, desde março de 2020, vem sendo migrado para o ambiente *OpenShift*, e
- Para o projeto ODS Brasil, foi realizada uma reunião inicial com a COINF e um consultor da *Microsoft*, visando a substituição do *IBM Connections* pelo *Sharepoint*, e está sendo aguardada a assinatura do novo contrato para dar prosseguimento visando a elaboração de uma prova de conceito.

Essas atividades se somam aos esforços também efetuados no BME, com o objetivo de traduzir os dados divulgados pelo IBGE em ferramentas amigáveis aos usuários, que resolvam problemas no conhecimento das informações sobre a realidade do Brasil.

Principais desafios e ações futuras

Censo Demográfico 2022

Conforme já foi mencionado, o Censo Demográfico foi adiado para 2022, em cumprimento às determinações do STF e com a concordância do Ministério da Economia. Com isso, muitas das ações que envolvem todas as coordenações da Diretoria de Informática em sua execução foram repassadas para 2022.

- Os prazos para o desenvolvimento de sistemas e aplicações segue o planejamento geral dos testes programados para a operação.
- Desenvolvimento e manutenção das ferramentas para formação dos arquivos de dados e cadastros necessários para a preparação do CNEFE e da Base Operacional Geográfica, e para a geração e distribuição de insumos descritivos dos setores.
- Projeto de infraestrutura de TIC para o Censo 2022, com a publicação do impresso Projeto Tecnológico para o Censo Demográfico de 2022, atualizado no final do ano de 2021, que serviu de base e parametrização de todas as aquisições realizadas em 2019, 2020 e 2021 e apresenta as necessárias para 2022.
- Projeto de Comunicações no Censo 2022, envolvendo a infraestrutura de redes de comunicação de dados, de voz e de *streaming* se integra ao Projeto de Infraestrutura de TIC. Foram devidamente adquiridos os recursos necessários à Nova Central Telefônica do IBGE, com investimentos que traduzirão agilidade, qualidade e barateamento de despesas de telecomunicações em 2022. O planejamento das demandas locais de infraes-

trutura de comunicações, como a contratação de acessos à Internet, é objeto de elaboração de padrões de contratação para execução através das Unidades Estaduais. Em 2020, todos equipamentos foram recebidos no IBGE e em 2021 foram distribuídos aos Estados e agências.

- Logística de TIC no Censo 2022. Em razão da pandemia, vários aditivos aos contratos com fornecedores de TI tiveram que ser feitos, objetivando os seguintes pontos: guarda dos bens adquiridos junto ao fabricante (uma vez que os prédios do IBGE no Brasil não têm segurança bastante para garantir que os equipamentos não sejam furtados durante a ausência de funcionários), garantia indicada nos editais e contratos só valerão a partir da entrega efetiva dos bens (muitos equipamentos perderiam a garantia sem nunca terem sido usados, uma vez que vários equipamentos têm somente 12 meses de garantia – o que era prazo o bastante para a operação censitária ter garantias de sucesso quanto a esse quesito – e eles seriam entregues, mas ficariam sem uso dado o adiamento do Censo) e o pagamento dos bens ser feito de forma parcial, garantindo que os bens ficassem retidos na fábrica e com a garantia da sua entrega para a quitação (tudo realizado de acordo com a legislação vigente e a concordância da Procuradoria Federal no IBGE, com procuradores da AGU, e das áreas de TI e Administrativas do IBGE). O projeto de logística foi elaborado em conjunto com os demais projetos de forma que assegurou, em 2021, a total distribuição e instalação parcial dos recursos de TIC em todas as unidades operacionais do Censo espalhadas por todo o Brasil. Tal publicação é o Projeto Tecnológico do Censo Demográfico 2022.

Big Data: Recepção e Uso de Registros Administrativos

Com o ganho significativo de formulação e formalização de uma Instrução Normativa da Diretoria de Informática para regular técnica e operacionalmente a recepção e uso de registros administrativos vindos extramuros do IBGE, a Instituição vem investindo bastante, desde 2021, na sua inclusão ao mundo produtivo de *Big Data*. A utilização de Registros Administrativos e de Bases de Dados Externas ao IBGE, com características de tecnologia de *Big Data*, demandará esforços de inteligência e de infraestrutura de TIC para a captação, entendimento, exploração e uso de recursos administrativos para as pesquisas estatísticas e geocientíficas do IBGE e isso é visto como um ganho muitíssimo significativo para o país e para as instituições.

Diversas iniciativas estão em negociação pela Direção do IBGE e, quando for o momento de sua realização, irão implicar a obtenção e disponibilização de mais infraestrutura de TIC, de softwares adequados à natureza e à dimensão do manuseio de dados pretendidos e do desenvolvimento de sistemas e aplicações.

Destaca-se o esforço do IBGE na realização de convênios com as Secretarias Estaduais de Fazenda para acesso às bases de dados das Notas Fiscais Eletrônicas essenciais à reformulação das pesquisas de comércio e serviços ao conhecimento dos fluxos de bens na economia. Outras bases de dados administrativos ou orgânicos também são de grande interesse para o IBGE e, como citado anteriormente neste documento, já se obteve acesso a tais bases, como o INSS, da ANATEL, da Receita Federal (CPF e CNPJ) e ANEEL.

Sustentabilidade ambiental

Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do IBGE

O IBGE, como instituição pública, e diante do atual cenário mundial, tem buscado a adoção de políticas e práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade ambiental em suas ações. E, tais ações estão detalhadas em seu Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). O PLS do IBGE em vigor, que compreende o período entre 2019 e 2023, possui nove eixos temáticos, que tiveram como referência os temas do Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração Pública (IASA), criado pelo Tribunal de Contas da União. Os nove eixos são apresentados a seguir:



Racionalização de material de consumo



Racionalização no uso de energia elétrica e atendimento aos normativos aplicáveis



Racionalização no uso de água e atendimento aos normativos aplicáveis



Qualidade de vida no ambiente de trabalho



Gestão de resíduos e coleta seletiva solidária



Aquisições e contratações sustentáveis



Mobilidade, transporte institucional e emissão de gases de efeito estufa



Certificação de prédios públicos



Capacitação

Para conhecer o PLS do IBGE em vigor, acesse: https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/Plano_de_Gestao_de_Logistica_Sustentavel_2019_2023.pdf.

O PLS do IBGE foi concebido para ser implementado por meio de planos de trabalho anuais, com ações propostas em mais de um eixo temático. As ações seriam acrescentadas de maneira gradual, a cada semestre, até que todos os temas fossem contemplados, ao final da sua vigência.

Contudo, com a edição do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que estabeleceu a extinção de colegiados na Administração Pública Federal, o Comitê de Gestão da Sustentabilidade do IBGE (CGS) foi extinto, reduzindo a capacidade de acompanhamento e avaliação das iniciativas de sustentabilidade na Instituição.

Adicionalmente, com o acometimento da pandemia da COVID-19, o IBGE precisou direcionar esforços para adaptar a realização de suas atividades em um cenário de isolamento, o que dificultou a recriação do CGS e a implementação das ações planejadas, como previstas. E, a adesão do IBGE ao Programa de Gestão, o teletrabalho como modalidade formalizada e o retorno gradual ao trabalho presencial, iniciado em outubro de 2021 irão demandar do IBGE um novo olhar para a gestão da sustentabilidade, com impactos sobre o consumo institucional de recursos naturais, a serem aferidos.

Cabe destacar a publicação da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que inseriu o PLS como um dos instrumentos de governança nas contratações públicas e previu a disponibilização de um modelo de referência para o PLS. No plano estratégico institucional, que começou a ser revisado em 2021, foi prevista a inclusão de novos projetos estratégicos relacionados ao atri-

moramento da governança e da gestão da sustentabilidade no Instituto, com a revisão de seu PLS prevista para 2022.

Mesmo nesse cenário adverso, o IBGE manteve a adoção das práticas de sustentabilidade já internalizadas, no que diz respeito à redução de consumo de recursos naturais e à adoção de critérios de sustentabilidade nas aquisições de materiais e nas contratações de serviços e obras de engenharia.

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

No IBGE, as contratações e aquisições são caracterizadas por aspectos sociais e ambientais facilmente identificados nos editais de licitação. Nesse sentido, continua a utilizar o seu poder de compra para implementar a política de aquisições sustentáveis, sinalizando para as empresas a necessidade de se adaptarem e adotarem processos de produção com padrões ambientais, sociais e econômicos. Em 2021, foi editada a Instrução Normativa da Coordenação de Recursos Materiais (DE/CRM nº 12, de 14 de dezembro de 2021), que estabelece a necessidade de alinhamento das aquisições ao PLS e recomenda a adoção dos critérios de sustentabilidade, em aderência ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU).

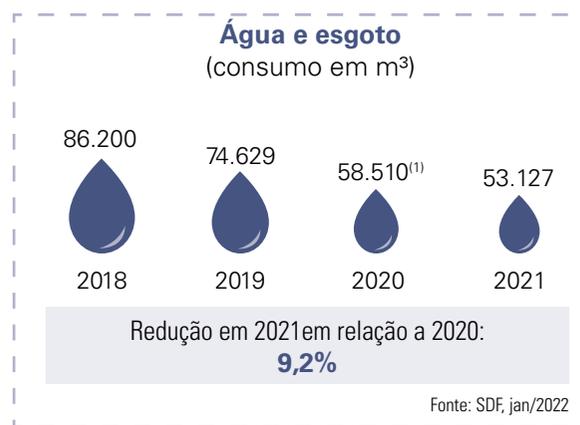
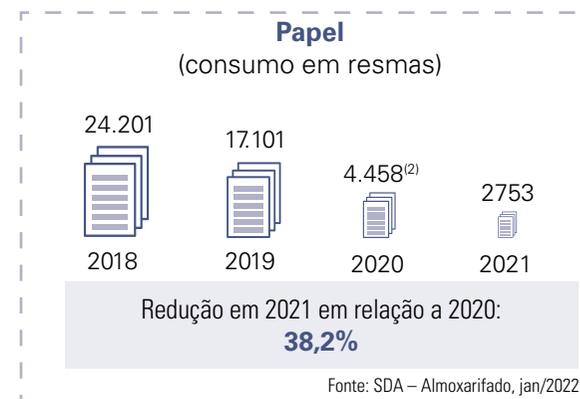
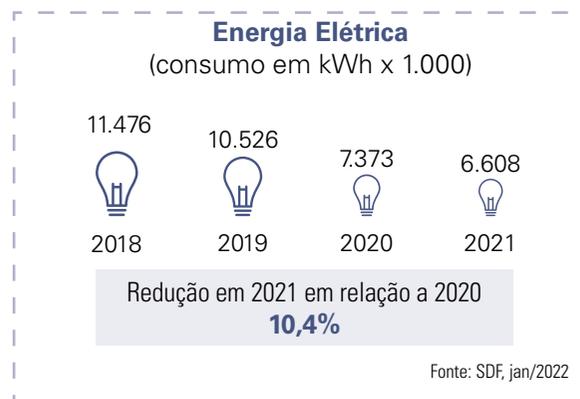
Ações para redução no consumo de recursos naturais

Em 2021, em decorrência da adoção do trabalho remoto emergencial e, também, da adesão ao Programa de Gestão, com a formalização do teletrabalho, em regime parcial ou integral, ocorreu substancial redução no consumo dos recursos naturais, conforme pode ser visto nos resultados apresentados a seguir.

A redução no consumo de papel se deu, também, pelo desenvolvimento e adoção do processo eletrônico e da assinatura eletrônica de documentos.

Em relação aos dados de consumo de água, foram identificadas inconsistências no registro de informações, a partir de 2020. E, para a obtenção de tais dados de forma confiável, adotou-se uma outra forma de cálculo para os anos de 2020 e 2021: apurou-se a variação nos gastos com água, descontando-se a inflação acumulada no ano, pelo IPCA (para o subgrupo "Taxa de água e esgoto"), e aplicou-se esse resultado sobre o consumo de água do ano anterior.

Na análise dos resultados, foram considerados apenas os percentuais de redução de 2021 em relação a 2020, tendo em vista que a mudança na conjuntura existente, em razão da pandemia, comprometeu a análise da série histórica correspondente ao consumo de cada recurso natural.



Errata no Relatório de Gestão 2020, página 134:

(1) Para o ano de 2020, foi informado um consumo de 36.942 m³. Contudo, o resultado possuía inconsistências e foi recalculado.

(2) Para o ano de 2020, foi informado um consumo de 818 resmas de papel e de 279 centos de copos. Entretanto, tal consumo correspondia apenas ao Almoarifado Central do IBGE.

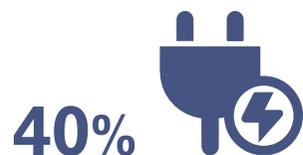
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nos serviços de engenharia ou obras

Nos projetos de engenharia e arquitetura para reforma das edificações são contemplados itens que consomem menos recursos (energia, água) ou utilizem materiais não agressores ao meio-ambiente, tais como: lâmpadas LED de baixo consumo elétrico; equipamentos de ar condicionado do tipo inverter e com gás ecológico; torneiras temporizadas; válvulas de descarga ou caixa de descarga de dois fluxos (para líquidos e sólidos) em bacias sanitárias e temporizadas, em mictórios; ponto de água para instalação de purificadores; sensores de presença em banheiros e corredores para acionamento de lâmpadas; tintas, vernizes e colas a base de água, dentre outras medidas. Ainda há o controle de resíduos produzidos nas obras, por meio de manifestos, nos quais se identifica o destinador, que deve possuir licença para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

No ano de 2021, foram realizadas as seguintes obras:

- i. *Data Center* SP: Execução de serviços de engenharia necessários para a instalação de novo *data center* secundário do IBGE em São Paulo/SP;
- ii. *Data Center* RJ: Instalação de novo *data center* principal do IBGE no Rio de Janeiro/RJ; e
- iii. *Call Center* EQUADOR: Execução de serviços de engenharia necessários para a instalação de novo *call center* para o Censo Demográfico no Rio de Janeiro/RJ.

E, com a adoção de critérios de sustentabilidade, foram obtidas as seguintes reduções de impactos ambientais, como exemplo:

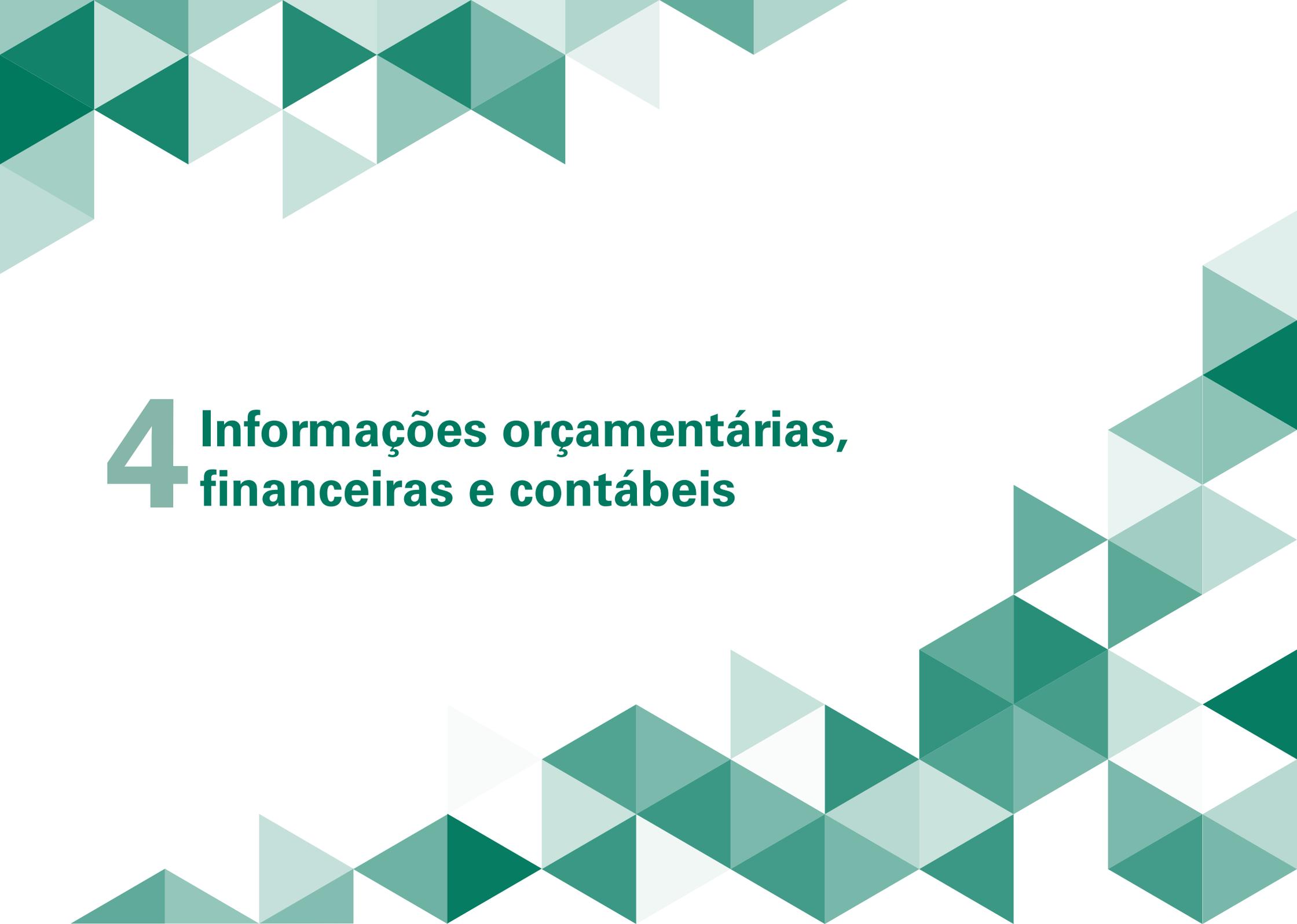


de redução estimada no consumo de energia elétrica (na obra do *Data Center* RJ)



de resíduos destinados de forma ambientalmente adequada (para as três obras)

Além disso, nas três obras foram obedecidos os requisitos legais de acessibilidade, com a instalação de pisos elevados, rampas de acesso e banheiros para pessoas com deficiência.



4 **Informações orçamentárias, financeiras e contábeis**

Demonstrações contábeis

Balanco orçamentário - 2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	44.755.843,00	44.755.843,00	32.742.747,41	-12.013.095,59
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	456.894,00	456.894,00	2.525.055,59	2.068.161,59
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	192.129,00	192.129,00	203.493,29	11.364,29
Valores Mobiliários	264.765,00	264.765,00	2.321.562,30	2.056.797,30
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	43.487.289,00	43.487.289,00	24.842.738,68	-18.644.550,32
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	43.487.289,00	43.487.289,00	24.842.738,68	-18.644.550,32
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	811.660,00	811.660,00	5.374.953,14	4.563.293,14
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	785.912,00	785.912,00	5.363.056,95	4.577.144,95
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	25.748,00	25.748,00	11.896,19	-13.851,81
RECEITAS DE CAPITAL	1.060.366.262,00	1.060.366.262,00	-	-1.060.366.262,00
Operações de Crédito	1.059.612.145,00	1.059.612.145,00	-	-1.059.612.145,00
Operações de Crédito Internas	1.059.612.145,00	1.059.612.145,00	-	-1.059.612.145,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	754.117,00	754.117,00	-	-754.117,00
Alienação de Bens Móveis	754.117,00	754.117,00	-	-754.117,00
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.105.122.105,00	1.105.122.105,00	32.742.747,41	-1.072.379.357,59
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-

(continua)

Balanço orçamentário - 2021

(conclusão)

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.105.122.105,00	1.105.122.105,00	32.742.747,41	-1.072.379.357,59
DEFICIT			2.466.371.756,11	2.466.371.756,11
TOTAL	1.105.122.105,00	1.105.122.105,00	2.499.114.503,52	1.393.992.398,52
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	60.182.943,00	-	-60.182.943,00
Superávit Financeiro	-	35.657.885,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	24.525.058,00	-	-

Balanço orçamentário - 2021

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.513.234.605,00	2.559.470.778,00	2.483.615.302,54	2.441.544.076,71	2.283.513.587,38	75.855.475,46
Pessoal e Encargos Sociais	2.225.885.374,00	2.179.638.785,00	2.121.433.271,01	2.121.433.271,01	1.978.840.489,06	58.205.513,99
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	287.349.231,00	379.831.993,00	362.182.031,53	320.110.805,70	304.673.098,32	17.649.961,47
DESPESAS DE CAPITAL	2.168.312,00	16.115.082,00	15.499.200,98	575.567,75	575.567,75	615.881,02
Investimentos	2.168.312,00	16.115.082,00	15.499.200,98	575.567,75	575.567,75	615.881,02
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.515.402.917,00	2.575.585.860,00	2.499.114.503,52	2.442.119.644,46	2.284.089.155,13	76.471.356,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.515.402.917,00	2.575.585.860,00	2.499.114.503,52	2.442.119.644,46	2.284.089.155,13	76.471.356,48
TOTAL	2.515.402.917,00	2.575.585.860,00	2.499.114.503,52	2.442.119.644,46	2.284.089.155,13	76.471.356,48

Anexo 1 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10.995.984,08	49.897.952,73	34.521.790,36	34.521.790,36	17.383.090,37	8.989.056,08
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.254.939,07	320.756,81	320.756,81	3.934.182,26	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	10.995.984,08	45.643.013,66	34.201.033,55	34.201.033,55	13.448.908,11	8.989.056,08
DESPESAS DE CAPITAL	17.844.277,08	36.923.963,95	51.912.843,15	51.117.195,66	280.853,68	3.370.191,69
Investimentos	17.844.277,08	36.923.963,95	51.912.843,15	51.117.195,66	280.853,68	3.370.191,69
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	28.840.261,16	86.821.916,68	86.434.633,51	85.638.986,02	17.663.944,05	12.359.247,77

Fonte: SIAFI

Anexo 2 - Demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	156.001.356,93	156.000.287,11	1.069,82	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	136.807.547,63	136.807.198,64	348,99	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	19.193.809,30	19.193.088,47	720,83	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	3.712.698,71	3.712.698,71	-	-
Investimentos	-	3.712.698,71	3.712.698,71	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	159.714.055,64	159.712.985,82	1.069,82	-

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9
CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças
CPF: 401.413.737-68

Marise Maria Ferreira
Diretora Executiva
CPF: 763.464.637-72

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
Presidente
CPF: 175.044.306-68

Balanco patrimonial - 2021

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	%	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	%
ATIVO CIRCULANTE	227.762.202,94	141.180.609,05	61,33%	PASSIVO CIRCULANTE	408.613.191,01	286.500.281,22	42,62%
Caixa e Equivalentes de Caixa	193.942.604,90	116.304.430,11	66,75%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	307.963.219,04	203.601.240,45	51,26%
Créditos a Curto Prazo	15.442.981,27	14.753.327,99	4,67%	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-
Demais Créditos e Valores	16.150.719,72	15.377.069,56	5,03%	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.102.774,46	8.973.923,72	-87,71%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-707.738,45	-623.741,57	13,47%	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	15,08	730.000,00	-100,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-
Estoques	18.376.616,77	10.120.187,63	81,58%	Provisões a Curto Prazo	-	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	99.547.182,43	73.195.117,05	36,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	2.663,32	-100,00%				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	660.796.901,18	704.990.544,05	-6,27%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	380.423,40	395.687,49	-3,86%
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.849.488,86	1.882.137,93	-1,73%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	271.632,79	286.896,88	-5,32%
Créditos a Longo Prazo	1.849.488,86	1.882.137,93	-1,73%	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	2.452.145,34	2.352.663,59	4,23%	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-
Demais Créditos e Valores	1.425.334,72	1.443.435,50	-1,25%	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-2.027.991,20	-1.913.961,16	5,96%	Provisões a Longo Prazo	-	-	-
				Demais Obrigações a Longo Prazo	108.790,61	108.790,61	0,00%
Investimentos	-	-	-	Resultado Diferido	-	-	-
Imobilizado	631.052.306,73	676.179.910,23	-6,67%	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	408.993.614,41	286.895.968,71	42,56%
Bens Móveis	274.673.645,91	295.911.642,96	-7,18%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Móveis	549.443.546,71	516.560.693,55	6,37%	ESPECIFICAÇÃO	2021	2010	%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-274.769.900,80	-220.649.050,59	24,53%	Resultados Acumulados	479.565.489,71	559.275.184,39	-14,25%
Bens Imóveis	356.378.660,82	380.268.267,27	-6,28%	Resultado do Exercício	-101.029.485,41	106.528.567,38	-194,84%
Bens Imóveis	364.559.277,86	388.430.385,19	-6,15%	Resultados de Exercícios Anteriores	559.275.184,39	443.447.493,89	26,12%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-8.180.617,04	-8.162.117,92	0,23%	Ajustes de Exercícios Anteriores	21.319.790,73	9.299.123,12	129,27%
Intangível	27.895.105,59	26.928.495,89	3,59%				
Softwares	27.895.105,59	26.928.495,89	3,59%	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	479.565.489,71	559.275.184,39	-14,25%
Softwares	36.071.668,81	34.533.708,44	4,45%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	888.559.104,12	846.171.153,10	5,01%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-8.176.563,22	-7.605.212,55	7,51%				
TOTAL DO ATIVO	888.559.104,12	846.171.153,10	5,01%				

Fonte: SIAFI.

Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	193.943.511,57	116.306.186,78	PASSIVO FINANCEIRO	228.226.540,34	276.130.161,44
ATIVO PERMANENTE	694.615.592,55	729.864.966,32	PASSIVO PERMANENTE	249.325.533,41	126.338.360,74
			SALDO PATRIMONIAL	411.007.030,37	443.702.630,92

Quadro de compensações

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2021	2020	%	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2021	2020	%
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	89.955.187,88	84.753.694,03	6,14%	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	178.426.269,55	221.742.141,65	-19,53%
Atos Potenciais Ativos	89.955.187,88	84.753.694,03	6,14%	Atos Potenciais Passivos	178.426.269,55	221.742.141,65	-19,53%
Garantias e Contragarantias Recebidas	15.432.422,62	12.964.770,04	19,03%	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	74.521.307,02	71.787.465,75	3,81%	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres	1.961.097,82	1.961.097,82	0,00%
Direitos Contratuais	1.458,24	1.458,24	0,00%	Obrigações Contratuais	176.465.171,73	219.781.043,83	-19,71%
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-	-
TOTAL	89.955.187,88	84.753.694,03	6,14%	TOTAL	178.426.269,55	221.742.141,65	-19,53%

Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-70.050.534,40
Recursos Vinculados	35.767.505,63
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-780.768,50
Dívida Pública	-45.344,44
Alienação de Bens e Direitos	2.708.441,90
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	33.885.176,67
TOTAL	-34.283.028,77

Fonte: SIAFI.

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9
CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças
CPF: 401.413.737-68

Marise Maria Ferreira
Diretora Executiva
CPF: 763.464.637-72

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
Presidente
CPF: 175.044.306-68

Demonstração das variações patrimoniais - 2021

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2021	2020	%
	2.819.546.020,68	2.897.644.876,39	-2,70%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	
Contribuições	-	-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	25.224.711,11	1.329.201,20	1797,73%
Venda de Mercadorias	43.424,14	95.672,63	-54,61%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	25.181.286,97	1.233.528,57	1941,40%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.402.185,21	459.914,77	422,31%
Juros e Encargos de Mora	24,27	316,10	-92,32%
Variações Monetárias e Cambiais	290,98	-	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	2.401.869,96	459.598,67	422,60%
Transferências e Delegações Recebidas	2.712.949.645,97	2.763.955.714,81	-1,85%
Transferências Intragovernamentais	2.644.902.663,42	2.705.513.583,15	-2,24%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	68.046.982,55	58.442.131,66	16,43%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	69.263.597,43	125.473.422,89	-44,80%
Reavaliação de Ativos	6.078.303,19	6.035.581,21	0,71%
Ganhos com Alienação	-	-	
Ganhos com Incorporação de Ativos	7.564.152,74	74.381.856,21	-89,83%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	55.621.141,50	45.055.985,47	23,45%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	9.705.880,96	6.426.622,72	51,03%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	13.946,25	160.015,91	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	9.691.934,71	6.266.606,81	54,66%
VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.920.575.506,09	2.791.116.309,01	4,64%
Pessoal e Encargos	1.222.808.277,72	1.130.995.664,53	8,12%
Remuneração a Pessoal	963.580.375,14	873.507.652,47	10,31%
Encargos Patronais	184.298.662,93	182.483.074,43	0,99%
Benefícios a Pessoal	70.562.210,62	73.022.585,23	-3,37%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.367.029,03	1.982.352,40	120,30%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.265.246.437,94	1.270.293.345,04	-0,40%
Aposentadorias e Reformas	1.001.436.782,91	1.019.922.437,19	-1,81%
Pensões	243.935.470,84	229.630.595,41	6,23%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19.874.184,19	20.740.312,44	-4,18%

(continua)

Demonstração das variações patrimoniais - 2021

(conclusão)

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2021	2020	%
	2.920.575.506,09	2.791.116.309,01	4,64%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	231.575.655,42	209.831.877,56	10,36%
Uso de Material de Consumo	7.980.738,99	6.450.380,44	23,73%
Serviços	165.254.870,22	161.531.038,47	2,31%
Depreciação, Amortização e Exaustão	58.340.046,21	41.850.458,65	39,40%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	265.704,75	120.138,69	121,17%
Juros e Encargos de Mora	254.999,57	110.711,54	130,33%
Variações Monetárias e Cambiais	10.705,18	5.606,23	90,95%
Descontos Financeiros Concedidos	-	3.820,92	-
Transferências e Delegações Concedidas	148.152.644,54	135.203.594,89	9,58%
Transferências Intragovernamentais	72.893.674,76	81.329.745,03	-10,37%
Transferências ao Exterior	673.255,31	9.354,66	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	74.585.714,47	53.864.495,20	38,47%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	50.907.345,23	42.741.795,09	19,10%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	36.813.252,60	1.381.866,05	2564,02%
Perdas com Alienação	-	824.312,04	-
Perdas Involuntárias	33.109,73	44.926,03	-26,30%
Incorporação de Passivos	4.921.931,73	31.145.840,78	-84,20%
Desincorporação de Ativos	9.139.051,17	9.344.850,19	-2,20%
Tributárias	699.734,86	821.022,34	-14,77%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	189.045,73	167.427,35	12,91%
Contribuições	510.689,13	653.594,99	-21,86%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	24.070,63	26.761,18	-10,05%
Custo das Mercadorias Vendidas	24.070,63	26.761,18	-10,05%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	895.635,00	1.082.109,69	-17,23%
Incentivos	462.079,94	411.366,13	12,33%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	433.555,06	670.743,56	-35,36%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-101.029.485,41	106.528.567,38	-194,84%

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9
CPF 759.819.717-20

Antônio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças
CPF: 401.413.737-68

Marise Maria Ferreira
Diretora Executiva
CPF: 763.464.637-72

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
Presidente
CPF: 175.044.306-68

Demonstração dos fluxos de caixa - 2021

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020	%
	133.043.636,91	140.522.529,01	-5,32%
INGRESSOS	2.681.679.471,89	2.713.416.006,37	-1,17%
Receita Patrimonial	203.493,29	170.973,22	19,02%
Receita de Serviços	24.842.738,68	1.154.407,06	2051,99%
Remuneração das Disponibilidades	2.321.562,30	460.789,70	403,82%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	5.374.953,14	778.298,63	590,60%
Transferências Correntes Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.648.936.724,48	2.710.851.537,76	-2,28%
Ingressos Extraorçamentários	1.637.085,67	2.894.784,18	-43,45%
Restituições a Pagar	158.275,92	35,80	442011,51%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	228,28	291,00	-21,55%
Transferências Financeiras Recebidas	2.644.902.663,42	2.705.513.583,15	-2,24%
Arrecadação de Outra Unidade	2.238.471,19	2.386.746,01	-6,21%
Demais Recebimentos	-	56.097,62	-100,00%
DESEMBOLSOS	-2.548.635.834,98	-2.572.893.477,36	-0,94%
Pessoal e Demais Despesas	-2.289.688.356,86	-2.307.983.970,38	-0,79%
Administração	-1.050.280.479,19	-1.084.507.420,88	-3,16%
Segurança Pública	-1.377.436,83	-	-
Previdência Social	-1.235.055.781,18	-1.220.218.536,42	1,22%
Saúde	-1.400,14	-567.645,02	-99,75%
Educação	-6.935,25	-1.229,20	464,21%
Direitos da Cidadania	-2.175.427,31	-1.679.563,25	29,52%
Comércio e Serviços	-737.195,14	-960.554,28	-23,25%
Encargos Especiais	-52.580,00	-49.948,00	5,27%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-1.121,82	926,67	-221,06%
Transferências Concedidas	-184.348.429,81	-180.736.700,88	2,00%
Intergovernamentais	-	-	-
Intragovernamentais	-183.677.924,50	-180.727.676,22	1,63%

(continua)

Demonstração dos fluxos de caixa - 2021

(conclusão)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020	%
		133.043.636,91	140.522.529,01
Outras Transferências Concedidas	-670.505,31	-9.024,66	7329,70%
Outros Desembolsos Operacionais	-74.599.048,31	-84.172.806,10	-11,37%
Dispêndios Extraorçamentários	-1.693.026,42	-2.843.061,07	-40,45%
Transferências Financeiras Concedidas	-72.893.674,76	-81.329.745,03	-10,37%
Demais Pagamentos	-12.347,13	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-55.405.462,12	-189.960.270,21	-70,83%
INGRESSOS	-	600.445,70	-100,00%
Alienação de Bens	-	600.445,70	-100,00%
DESEMBOLSOS	-55.405.462,12	-190.560.715,91	-70,93%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-49.974.207,51	-170.730.075,56	-70,73%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-5.431.254,61	-19.830.640,35	-72,61%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
INGRESSOS	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	77.638.174,79	-49.437.741,20	-257,04%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	116.304.430,11	165.742.171,31	-29,83%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	193.942.604,90	116.304.430,11	66,75%

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9
CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças
CPF: 401.413.737-68

Marise Maria Ferreira
Diretora Executiva
CPF: 763.464.637-72

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
Presidente
CPF: 175.044.306-68

Balanço financeiro - 2021

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	%	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	%
Receitas Orçamentárias	32.742.747,41	3.164.914,31	934,55%	Despesas Orçamentárias	2.499.114.503,52	2.547.067.539,88	-1,88%
Ordinárias	-	-		Ordinárias	1.539.834.875,28	817.791.927,77	88,29%
Vinculadas	33.065.471,51	7.171.326,63	361,08%	Vinculadas	959.279.628,24	1.729.275.612,11	-44,53%
Previdência Social (RPPS)	-	-		Seguridade Social (Exceto Previdência)	475.917.758,53	14.313.751,00	3224,90%
Alienação de Bens e Direitos	-	601.705,70	-100,00%	Previdência Social (RPPS)	480.434.067,06	1.118.083.437,30	-57,03%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	33.065.471,51	6.569.476,93	403,32%	Dívida Pública	-	593.240.425,12	-100,00%
Recursos a Classificar	-	144,00	-100,00%	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.927.802,65	3.637.998,69	-19,52%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-322.724,10	-4.006.412,32	-91,94%				
	-	-	-				
Transferências Financeiras Recebidas	2.644.902.663,42	2.705.513.583,15	-2,24%	Transferências Financeiras Concedidas	72.893.674,76	81.329.745,03	-10,37%
Resultantes da Execução Orçamentária	2.499.773.893,24	2.481.050.438,57	0,75%	Resultantes da Execução Orçamentária	60.809.302,42	60.878.942,09	-0,11%
Repasso Recebido	2.439.648.989,12	2.421.126.336,71	0,77%	Repasso Concedido	684.398,30	338.990,27	101,89%
Sub-repasso Recebido	60.124.904,12	59.924.101,86	0,34%	Sub-repasso Concedido	60.124.904,12	59.924.101,86	0,34%
Independentes da Execução Orçamentária	145.128.770,18	224.463.144,58	-35,34%	Repasso Devolvido	-	615.849,96	-100,00%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	144.698.329,85	220.403.853,25	-34,35%	Independentes da Execução Orçamentária	12.084.372,34	20.450.802,94	-40,91%
Demais Transferências Recebidas	-	106.139,05	-100,00%	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	9.503.826,42	14.063.897,62	-32,42%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	430.440,33	3.953.152,28	-89,11%	Demais Transferências Concedidas	-	70.760,81	-100,00%
Aporte ao RPPS	-	-		Movimento de Saldos Patrimoniais	2.580.545,92	6.316.144,51	-59,14%
Aporte ao RGPS	-	-		Aporte ao RPPS	-	-	
				Aporte ao RGPS	-	-	
Recebimentos Extraorçamentários	219.059.409,45	251.874.853,60	-13,03%	Pagamentos Extraorçamentários	247.058.467,21	381.593.807,35	-35,26%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	158.030.489,33	159.714.055,64	-1,05%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	159.712.985,82	153.218.949,62	4,24%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	56.994.859,06	86.821.916,68	-34,35%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	85.638.986,02	225.531.796,66	-62,03%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.637.085,67	2.894.784,18	-43,45%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.693.026,42	2.843.061,07	-40,45%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.396.975,39	2.444.097,10	-1,93%	Outros Pagamentos Extraorçamentários	13.468,95	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	926,67	-100,00%	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	1.121,82	-	-
Restituições a Pagar	158.275,92	35,80	442011,51%	Demais pagamentos	12.347,13	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	228,28	291,00	-21,55%		-	-	-

(continua)

Balço financeiro - 2021

(conclusão)

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	%	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	%
Arrecadação de Outra Unidade	2.238.471,19	2.386.746,01	-6,21%				
Demais Recebimentos	-	56.097,62	-100,00%				
Saldo do Exercício Anterior	116.304.430,11	165.742.171,31	-29,83%	Saldo para o Exercício Seguinte	193.942.604,90	116.304.430,11	66,75%
Caixa e Equivalentes de Caixa	116.304.430,11	165.742.171,31	-29,83%	Caixa e Equivalentes de Caixa	193.942.604,90	116.304.430,11	66,75%
TOTAL	3.013.009.250,39	3.126.295.522,37	-3,62%	TOTAL	3.013.009.250,39	3.126.295.522,37	-3,62%

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9
CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças
CPF: 401.413.737-68

Marise Maria Ferreira
Diretora Executiva
CPF: 763.464.637-72

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
Presidente
CPF: 175.044.306-68

Notas explicativas

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9ª edição, as notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. Contêm informações adicionais em relação às apresentadas no corpo dessas demonstrações e oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens anteriormente divulgados, além de informações acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas Demonstrações Contábeis.

As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes no corpo das demonstrações contábeis.

As notas explicativas devem evidenciar, ainda, o reconhecimento de inconformidades provavelmente relevantes para a avaliação de responsabilidades (*accountability*), que pode afetar a avaliação do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro. Essa evidenciação pode também influenciar as decisões sobre os recursos a serem alocados na entidade, no futuro.

Incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

E, podem ser apresentadas tanto de maneira descritiva como por meio de quadros analíticos, ou mesmo englobar outras demonstrações comple-

mentares necessárias para a melhor evidenciação dos resultados e da situação financeira da entidade. Devem ser apresentadas de maneira sistemática, de forma que cada item constante das demonstrações contábeis faça referência à sua respectiva informação adicional relacionada nas notas.

Principais práticas contábeis e informações adicionais às demonstrações contábeis

No IBGE, os requisitos de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos estão sendo aplicados de acordo com as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estão em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As principais práticas contábeis e informações adicionais às Demonstrações Contábeis estão resumidas a seguir.

Venda de Publicações

O IBGE realiza a fabricação e venda de publicações diversas. A Gerência de Comercialização (CDDI/GECOM) é responsável pela Loja virtual na qual podem ser adquiridos exemplares impressos de atlas, publicações e serviços do IBGE. Recentemente, com os avanços tecnológicos, o IBGE aderiu à nova modalidade de pagamento realizada através do sistema PagTesouro. Utilizando o PIX, o IBGE oferece aos clientes um pagamento mais ágil que o boleto via GRU, além disso, ainda há possibilidade do uso do cartão de crédito.

Registramos as transações referentes às publicações na conta contábil 11.511.01.01 – Mercadorias para venda ou revenda. Até o momento, não

temos como fazer a contabilização mais adequada, que seria na conta 11.521.01.00 – Produtos Acabados, pois não realizamos a apuração completa dos processos produtivos e mensuração de custos destas publicações, dessa forma, contabilizamos em conta similar para preservar os registros destes bens

Ajuste para Perdas

Em atendimento aos princípios da oportunidade e da prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da entidade. Para melhor evidenciação desse ativo, o procedimento adequado em termos contábeis é a constituição de uma estimativa de perda sobre os valores inscritos em créditos administrativos e dívida ativa.

O ajuste vai ao encontro das Normas Internacionais de Contabilidade, estando embasado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluiu o procedimento nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A constituição da Estimativa de Perdas é realizada conforme critério definido e publicado na Nota Técnica GECON nº 01/2021 que regulamenta as Normas sobre os Registros de Ajustes para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa. A seguir, a tabela utilizada para os cálculos:

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	FASE	PERÍODO DE ATRASO (ANOS)	PERCENTUAL APLICADO (%)
Baixa dificuldade de recuperação	A	0-1	5
Média dificuldade de recuperação	B	1-2	10
	C	2-3	25
Alta dificuldade de recuperação	D	3-4	50
	E	4-5	80

Fonte: IBGE

Bens Móveis

Os bens móveis, tais como computadores, veículos, mobílias etc., são contabilizados neste grupo. O controle desses bens é feito no Sistema de Dados Administrativos (SDA) e suas movimentações são registradas no SIAFI com base nas aquisições realizadas e nos dados fornecidos por esse sistema interno. Esse controle é feito de acordo com as novas regras da STN, permitindo o cálculo da depreciação além da reavaliação de bens móveis. Esse fato proporciona maior veracidade e consistência nos dados apresentados no Patrimônio.

Depreciação, Redução a Valor Recuperável e Reavaliação

O IBGE aplica os procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), na NBC TSP 07 para depreciar, amortizar e mensurar seus ativos.

Os bens móveis adquiridos ou colocados em uso a partir de 2010 estão sendo depreciados normalmente. Já os bens móveis adquiridos antes

de 2010 estão sendo depreciados regularmente, após terem sido reavaliados pela Comissão de Reavaliação instituída pela Presidência do IBGE e seu registro efetuado devidamente em dezembro de 2015.

Seguem alguns conceitos comuns ao tema:

- Depreciação: É a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;
- Redução a Valor Recuperável (*impairment*): É a perda de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços de ativo superior ao reconhecimento sistemático da redução do valor devido à depreciação. A redução ao valor recuperável reflete, portanto, o declínio na utilidade do ativo para a entidade que o controla;
- Valor Recuperável: É o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso; e
- Reavaliação: é a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo.

Bens Bibliográficos

Os bens bibliográficos englobam os objetos e materiais bibliográficos para a formação de acervo. O registro contábil se dá a partir do Relatório de Movimento Mensal de Bens Bibliográficos, que é encaminhado às áreas contábeis.

Com a publicação da Resolução do Conselho Diretor R.CD nº 22/2013, todas as bibliotecas do

IBGE, com exceção da Biblioteca Ibegeana, da DGC e da ENCE passaram a ser consideradas como Bibliotecas Públicas, com o registro contábil na conta 12.311.99.10 – Material de Uso Dureiro (consumo). As bibliotecas Ibegeana, DGC e ENCE passaram a ser consideradas como não públicas e o registro contábil executado na conta 12.311.04.02 – Coleções e Materiais Bibliográficos (permanente).

Em 2016, a publicação da Resolução do Conselho Diretor (RCD) nº 25/2016 revogou a RCD nº 22/2013. Com isso, deixamos de ter um referencial do ponto de vista patrimonial e orçamentário na classificação de bens bibliográficos. Tendo em vista a omissão deste ponto na atual norma infralegal de bens bibliográficos, permanecemos com o entendimento da norma anterior.

Esses fatos destacados acima vêm dificultando o cumprimento dos dispositivos contábeis quanto à depreciação destes bens. Os bens bibliográficos caracterizados como Imobilizado não estão sofrendo depreciação. Após análise dessa situação, foi realizado contato com a STN que, por meio da mensagem SIAFI 2021/0736147, orientou que a depreciação dos bens classificados nesse grupo fosse implementada de acordo com o conceito de biblioteca pública e não-pública. Para as bibliotecas classificadas como públicas não teremos a depreciação, já as consideradas não-públicas deverão ser depreciadas.

Bens Imóveis

Nesse grupo, são registrados os imóveis de propriedade do IBGE e os cedidos pela União, cujo aumento de valor se dá, principalmente pelas obras que representam ampliação e acréscimo

do imóvel, bem como pelas reavaliações efetuadas periodicamente. As inclusões, atualizações e incorporações de valores são feitas por meio do SPIUNET, sistema desenvolvido pela Secretaria de Patrimônio da União. A reavaliação dos imóveis e outros ajustes no sistema SPIUNET ficam sob responsabilidade da Coordenação de Recursos Materiais. Os reflexos das reavaliações feitas no SPIUNET são automaticamente espelhados na contabilidade via SIAFI.

As benfeitorias realizadas em imóveis da União cedidos ao IBGE também são incorporadas ao valor destes no SPIUNET. Desde dezembro de 2014, a depreciação é calculada e registrada no SIAFI pela STN. Esses cálculos são feitos diretamente na Secretaria do Patrimônio da União e informados à STN. O IBGE não tem participação no fornecimento e produção desses números.

Intangível – Software

Conforme é explicitado no MCASP 9ª edição, ativo intangível é “um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços”.

O ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo, conforme exposto na NBC TSP 08 – Ativo Intangível. Após o reconhecimento inicial pelo modelo de custo, o ativo intangível deve ser apresentado pelo custo, menos a amortização e a perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Desse modo, apresentamos o conceito de amortização: “É a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil.

Essa alocação é realizada para elementos patrimoniais de direitos de propriedade e bens intangíveis que tiverem a vida útil econômica limitada e têm como característica fundamental a redução do valor do bem”.

Ainda em conformidade com as normas contábeis, os ativos intangíveis devem ter sua vida útil classificada como definida ou indefinida, e isso impacta diretamente na amortização desses bens. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, enquanto os que possuem definição de vida útil devem ser amortizados.

A amortização dos bens intangíveis do IBGE foi de fato registrada a partir do segundo semestre de 2016, quando foram feitas as primeiras classificações de softwares com vida útil definida. A estimativa da vida útil econômica desses ativos foi determinada pela área de TI em função de sua utilização e obsolescência. De acordo com o item 13.1 da macrofunção SIAFI 020330, o método de amortização que deve ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes, portanto as taxas são pró-rata.

Precatórios

Conforme descrito na macrofunção SIAFI 021131 – Registro de Processos Judiciais, a União, suas autarquias e demais entidades federais de caráter público criadas por lei podem vir a ser sentenciadas pelo Poder Judiciário a satisfazer obrigações, principalmente pecuniárias, em favor de terceiros.

A convocação para que essas obrigações sejam satisfeitas se dá por meio da emissão de precatórios expedidos contra a Fazenda Pública Federal,

os quais deverão ser pagos pelo Presidente do Tribunal que proferir a decisão, fazendo uso de recursos orçamentários consignados diretamente ao Poder Judiciário.

Conforme orienta o item 3.1.1 da macrofunção SIAFI já citada, o cadastro dos precatórios só poderá ser efetuado “pelas unidades gestoras da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça (STJ), e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e outras unidades gestoras autorizadas pela Coordenação Geral de Sistema e Tecnologia de Informação da Secretaria do Tesouro Nacional (COSIS/STN).” Portanto, os registros em nossas contas de passivo não são efetuados pelo IBGE e sim pelas unidades gestoras determinadas acima.

Ajustes de Exercícios Anteriores

O valor contabilizado no exercício de 2021, na conta 23.711.03.00 (Ajustes de Exercícios Anteriores), é decorrente principalmente de ajustes de depreciação, registros de algumas despesas de exercícios anteriores e outros ajustes patrimoniais feitos intempestivamente.

Informações e detalhamentos das Demonstrações Contábeis

Análise do Balanço Orçamentário

No exercício de 2021, a receita arrecadada acumulada representa 2,96% da receita prevista. O principal fator para essa baixa execução percentual é a previsão de receita com Operações de Crédito, no valor de R\$ 1.059.612.145,00, sem sua respectiva realização. Houve remanejamento e este recurso foi realocado para a fonte

0100. Porém, ele não apresenta reflexo no Balanço Orçamentário, pois as receitas apresentadas como realizadas são somente as arrecadadas pelo Órgão e, por se tratar da fonte 100, não fica evidenciado nas Receitas Realizadas, somente na Dotação Atualizada. A receita com Inscrição em Concursos e Processos Seletivos é responsável por 75,74% de toda a arrecadação e se deve à realização dos concursos para o Censo Demográfico.

O grupo Outras Receitas Correntes apresentou uma realização superior ao valor previsto, principalmente devido ao grupo Outras Restituições, que corresponde a 16,36% do total arrecadado. Essa alta na realização se deve ao fato de o IBGE ter recebido, no início desse exercício, uma receita referente a notas do Tesouro Nacional, NTN-P, que estavam sob custódia no Banco do Brasil.

Não houve realização de Receitas com Alienação de Bens Móveis apesar da previsão.

O déficit orçamentário de R\$ 2.466.371.756,11 apresentado no Balanço Orçamentário do IBGE se deve à característica do órgão não ser um agente arrecadador e, por isso, executa suas despesas orçamentárias e realiza seus investimentos dependendo de recursos do Tesouro, cujo reflexo contábil não aparece no Balanço Orçamentário. Esse fato, de acordo com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MACSP), não representa irregularidade.

Análise do Balanço Patrimonial

Destacamos que o Ativo Circulante ao final do exercício de 2021 apresentou um aumento de 61,33%, em comparação com o saldo em dezem-

bro de 2020. A conta de Caixa e Equivalentes de Caixa também apresentou aumento em relação ao exercício anterior, de 66,75%. Um fator que impactou a variação no saldo de caixa foi que, em dezembro de 2020, parte do recurso financeiro recebido para o pagamento da folha foi repassado somente em janeiro de 2021, o que fez o saldo de caixa em dezembro ficar menor. Em contrapartida, em dezembro de 2021, o saldo na conta de caixa e equivalentes de caixa englobava o valor integral que seria desembolsado no mês subsequente à folha. Adicionalmente, nesse exercício, foram recebidos valores referentes às inscrições do processo seletivo para o Censo Demográfico.

O grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo aumentou 5,03% ao longo desse exercício. A conta referente à Adiantamento de 13º Salário aumentou 4,04% em relação à 2020, enquanto a conta referente a Adiantamento de Férias não apresentou saldo assim como no exercício anterior. A rotina de contabilização dessas duas contas confronta, ao final de cada mês, o saldo do ativo com o saldo do passivo. A primeira apresentou saldo no ativo, pois há um grande número solicitações de adiantamento nesse período e o passivo não deve apresentar saldo, pois os 12/12 avos já foram apropriados e pagos. Por outro lado, a conta referente ao adiantamento de férias demonstra que, apesar de ter havido solicitação de férias, o valor a ser pago pelo Órgão é superior à concessão de férias antes do período aquisitivo.

No Ativo Não Circulante, a variação de saldo total foi um decréscimo de 6,27%. Houve um crescimento na conta de Bens Móveis de 6,37%, sendo as categorias que apresentaram maior crescimento são as de Equipamento de Tecnologia da Informação

e Comunicação e Veículos de Tração Mecânica. No que diz respeito ao grupo dos Bens Imóveis, houve uma redução de 6,15% referente, principalmente, à baixa de imóvel na unidade do Amazonas (R\$ 12.477.776,69) e a redução para ajuste do valor utilizado de imóvel na unidade do Distrito Federal (R\$ 33.480.000,00). Apesar dessas baixas de valor significativo, outros grupos apresentaram aumento de saldo devido ao registro de imóveis de uso especial e/ou reavaliação de imóveis nas seguintes UGs: 114618 - Unidade Estadual do IBGE em Minas Gerais; 114614 - Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco; 114622 - Unidade Estadual do IBGE em São Paulo; 114604 - Unidade Estadual do IBGE no Amazonas; 114612 - Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte e 114627 - Unidade Estadual do IBGE em Goiás. Além disso, houve também a realização de obras para o *Data Center* nas Unidades da Administração Central e de São Paulo, aumentando a conta de Obras em Andamento em 109,85%.

O Passivo Circulante apresenta um aumento de 42,62%, em relação a dezembro de 2020. O crescimento de 51,26% no grupo Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo se deve, principalmente, ao registro e atualização de precatórios alimentícios em Tribunais Regionais Federais na conta de Precatórios de Pessoal (a variação no período foi um aumento de 152,68%, R\$ 99.777.421,18). Outra conta que apresentou variação que impactou o saldo desse grupo foi a conta de Salários, Remunerações e Benefícios crescendo em 3,92%, R\$ 5.152.160,67. O maior número de solicitações de adiantamento de décimo terceiro e férias reflete no aumento dessa conta.

O grupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo apresentou um decréscimo de 87,71%. Esse grupo representa, em dezembro de 2021, apenas 0,27% de todo o Passivo Circulante. Os principais valores pendentes de pagamento referem-se a aquisições de Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação e gastos com software.

O grupo Demais Obrigações a Curto Prazo apresentou um aumento de 36,00% e representa 24,36% do Passivo Circulante. A conta de Transferências Financeiras a Comprovar (TED), apesar de ter variado apenas -0,66%, é bastante relevante para esse grupo do passivo, sendo responsável por 50,34% dele. Os registros nessa conta são feitos pelos parceiros repassadores dos recursos e há saldos pendentes, apesar de já ter sido solicitada a atualização da conta após o envio da prestação de contas. Este fato está sinalizado na conformidade contábil do IBGE. A conta de Precatórios de Terceiros, responsável por 29,14%, foi a que mais contribuiu para o aumento desse grupo do passivo devido ao registro e atualização de precatórios de natureza comum e alimentar, gerando uma variação de 584,98%, R\$ 24.774.847,99. Os registros nessa conta são feitos diretamente pelos próprios tribunais e o IBGE não tem participação nesses registros.

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

No exercício de 2021, a classe Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) apresentou um montante de R\$ 2.819.546.020,68, com uma variação negativa de -2,70% em relação a dezembro de 2020. Em contraposição, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) tiveram uma variação

percentual positiva de 4,64%, representando, em 2021, o montante de R\$ 2.920.575.506,09. O resultado patrimonial, em dezembro de 2021, foi negativo em R\$ (101.029.485,41), assim é possível observar uma discrepância em relação ao mesmo período do ano anterior, uma vez que o resultado havia sido positivo em R\$ 106.528.567,38. Essa variação negativa é justificada, principalmente, pela diminuição nas VPAs: Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos; Transferências e Delegações Recebidas, como também pelo aumento nos grupos de VPD, Pessoal e Encargos; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.

O grupo Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, comparado com o mesmo período do exercício anterior, apresentou um acréscimo de 1.797,73%. Este fato deve-se às taxas de inscrição dos novos concursos em 2021, em contraposição a 2020, no qual os concursos que seriam realizados foram cancelados devido à pandemia e ao consequente adiamento do Censo Demográfico.

O grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos variou 44,80% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação negativa refere-se, basicamente, à diminuição de saldo do subgrupo Ganhos com Incorporação de Ativos. A diminuição desse subgrupo deve-se ao alto valor de registro de imóveis em 2020 comparado a 2021. Em 2021, as principais UGs que tiveram registro de imóveis de uso especial no SPIUNET foram: 114606 – Unidade Estadual do IBGE no Pará; 114614 – Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco; 114617 – Unidade Estadual do IBGE na Bahia e 114618 – Unidade Esta-

dual do IBGE em Minas Gerais. Em contrapartida, a variação positiva do subgrupo “Ganhos com Desincorporação de Passivos” deve-se ao alto valor de transferência da conta de obrigação da UG de origem (IBGE) para a UG da Justiça Federal (TRF 2ª Região-PR) dos valores referentes a precatórios alimentares de 2021. Já o aumento em Reavaliação de Ativos trata-se de reavaliações de imóveis de uso especial no SPIUNET, principalmente, nas seguintes UGs: 114601 – Fundação IBGE - Administração Central/RJ, 114622 – Unidade Estadual do IBGE em São Paulo e 114629 – Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal. Cabe observar que apesar das variações quantitativas terem sido significativas. Esse grupo não é tão relevante para o total de sua classe, já que representa 2,46% dela.

O grupo Transferências e Delegações Recebidas corresponde a 96,22% das variações patrimoniais aumentativas do órgão, em 31 de dezembro de 2021, visto que o IBGE depende de transferências financeiras do Tesouro para realizar as suas atividades por não ser um agente arrecadador. Esse grupo apresentou uma variação negativa de 1,85%, R\$ (51.006.068,84), em relação ao exercício anterior. Essa variação negativa justifica-se pela contenção orçamentária que está afetando negativamente o ano de 2021 e, principalmente, porque em 2020, houve a entrada de recursos para cumprir com as obrigações já firmadas, em 2019, para a realização do Censo Demográfico. A variação positiva, no subgrupo Outras Transferências e Delegações Recebidas, refere-se ao maior volume de transferências de bens móveis entre as unidades estaduais, devido a retomada dos preparativos para o Censo Demográfico.

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), os grupos que mais influenciaram para o seu acréscimo foram Pessoal e Encargos variando R\$ 91.812.613,19 e Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo variando R\$ 21.743.777,86.

O grupo Pessoal e Encargos possui a segunda maior representatividade dentro das Variações Patrimoniais Diminutivas, 41,87%. Essa VPD variou 8,12% em relação a dezembro de 2020. Observa-se que a maior parte dessa variação advém da atualização do registro de precatórios alimentícios a pagar, no subgrupo Remuneração a Pessoal, em 2021. Já o subgrupo Benefícios a Pessoal foi o único a ter decréscimo, que se deve, em grande parte, ao trabalho remoto, durante o qual, o auxílio transporte deixou de ser pago.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais é o grupo de maior representatividade perante o total das Variações Patrimoniais Diminutivas, 43,32%. No entanto, teve uma variação negativa de apenas -0,40% em relação ao mesmo período de 2020.

O grupo Transferências e Delegações Concedidas que representou, em dezembro de 2021, 5,07% das Variações Patrimoniais Diminutivas, teve um aumento de 9,58% em relação a dezembro de 2020. Esse aumento justifica-se pelo fato do subgrupo Outras Transferências e Delegações Concedidas ter tido um considerável acréscimo decorrente do aumento de transferências de bens móveis, conforme já mencionado, e da transferência para a Superintendência do Patrimônio da União de imóvel da Unidade do Amazonas. No entanto, esse acréscimo no subgrupo Outras Transferências e Delegações Concedidas teve seu efeito no grupo diminuído devido ao decréscimo

no subgrupo Transferências Intragovernamentais Concedidas que acompanhou a redução do subgrupo das VPAs, Transferências Intragovernamentais Recebidas. Visto que o IBGE não é um agente arrecadador e, conseqüentemente, depende das transferências financeiras do Tesouro, se estas reduzem, também são reduzidas as transferências concedidas para as Unidades Estaduais.

O grupo Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos teve um acréscimo de 19,10%, comparado a dezembro de 2020. Esse aumento refere-se, principalmente, à desvalorização de bens imóveis de uso especial no SPIUNET na UG 114629 - Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal. Colaborando também com esse aumento, tem-se a desincorporação de bens imóveis na UG 114627 - Unidade Estadual do IBGE em Goiás. Em contrapartida, houve um considerável decréscimo em incorporação de passivos resultante do elevado valor de passivos incorporados no 4º trimestre de 2020, o que não ocorreu no atual exercício. Em 2021, os valores registrados correspondem, basicamente, a dois TEDs: o nº 002/2021 celebrado com o Fundo Nacional de Segurança Pública e o nº 03/2018 celebrado com o Ministério do Turismo.

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Receitas Patrimonial, de Serviços, Remuneração das Disponibilidades e Outras Receitas Derivadas e Originárias são as receitas próprias do IBGE e são responsáveis por 1,22% dos ingressos no fluxo de caixa das atividades operacionais. Como o IBGE não é um agente arrecadador, seus recursos provêm, em sua maior

parte, de transferências do Tesouro. Por isso, a principal fonte de ingresso financeiro das atividades operacionais do IBGE são as Transferências Financeiras Recebidas, correspondendo a 98,63% do valor dos ingressos nessa atividade.

Já no fluxo de caixa referente a Investimentos, o desembolso com aquisição de Ativo não Circulante é responsável por 90,20% do saldo dessa atividade. A redução de 70,73%, em comparação com o mesmo período em 2020, se deve ao fato de ao longo exercício anterior terem sido liquidadas e pagas diversas aquisições de equipamentos, que haviam sido empenhadas em 2019, devido ao preparo para o Censo Demográfico. Dos R\$ 55.405.462,12 desembolsados em Investimentos, 92,26% foram para pagamento de Restos a Pagar Não Processados, 6,70% para pagamento de Restos a Pagar Processados e 1,04% para pagamento de créditos empenhados neste exercício.

Análise do Balanço Financeiro

Ao analisar o Balanço Financeiro do exercício de 2021, verifica-se que houve um aumento na disponibilidade de caixa de 66,75%, R\$ 77.638.174,79. Esse aumento se deve, principalmente, ao fato de uma parcela considerável do financeiro para pagamento da folha de dezembro de 2020 só ter sido repassada em janeiro de 2021, fazendo o saldo de caixa em dezembro ficar menor. Por outro lado, em dezembro de 2021, o saldo na conta de caixa e equivalentes de caixa englobava o valor integral que seria desembolsado no mês subsequente à folha. Além disso, um outro fator que impactou a elevação do caixa ao longo deste exercício foi a realização da receita com inscrições de concursos para o Censo Demográfico.

Em 2021, o total dos recebimentos orçamentários reduziu 1,15%, em comparação com 2020. Mesmo ocorrendo um aumento das receitas orçamentárias devido às inscrições do processo seletivo para o Censo Demográfico, as Transferências Financeiras Recebidas diminuíram em 2,24%, R\$ 60.610.919,73. Com relação ao somatório dos dispêndios orçamentários houve um decréscimo de 2,15% devido, principalmente, à redução das despesas empenhadas a liquidar em R\$ 29.827.057,62, que são os valores que serão inscritos em Restos a Pagar Não Processados para o exercício seguinte.

Os saldos dos grupos referentes aos Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários apresentaram reduções de 13,03% e 35,26%, respectivamente, no exercício de 2021. Conforme mencionado no parágrafo anterior, em 2021, houve redução dos valores inscritos como Restos a Pagar Não Processados para o exercício de 2022. Com relação à conta referente ao Pagamento de Restos a Pagar Não Processados, a redução de 62,03%, no exercício de 2021, se deve ao fato de, ao longo do exercício de 2020, ter havido diversos pagamentos de despesas relacionadas ao preparo para o Censo Demográfico que haviam sido empenhadas em 2019.

Conclusões de auditorias independentes e/ou órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos

O IBGE não realiza a certificação da confiabilidade de suas demonstrações financeiras por meio de auditores independentes.

A Auditoria Interna do IBGE realizou uma auditoria preliminar de contas, relativa ao período findo em 30 de junho de 2021, que teve como objetivos: (i) permitir conclusão de que não foi obtida evidência sobre algum fato que indicasse que as demonstrações contábeis intermediárias não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente a Norma Brasileira de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP); e (ii) revisar a conformidade legal dos atos administrativos da gestão, nos aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis, em conformidade com as normas e padrões nacionais e internacionais de auditoria do setor público.

Esse trabalho foi realizado por ter sido entendido como uma demanda de auditoria obrigatória prevista no Estatuto do IBGE e estabelecida por causa da recorrente proposição pela Administração da Fundação de manifestação favorável do Conselho Curador às demonstrações contábeis intermediárias apuradas ao fim do 1º semestre dos anos, alcançando ainda a revisão da

conformidade dos atos administrativos da gestão. Dessa maneira, tal ação de auditoria foi incluída no Plano Anual da Auditoria Interna para o ano de 2021 (PAINT 2021).

Em relatório de 16 de novembro de 2021, a Auditoria Interna do IBGE concluiu que nada chegou ao conhecimento que levasse a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias do IBGE do período findo em 30 de junho de 2021, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo de acordo com NBC TSP, bem como os atos administrativos da gestão não tenham observado a conformidade legal, nos aspectos relevantes, exceto quanto ao não cumprimento do uso de suprimento de fundos na modalidade saque no limite de até 30%.

Adicionalmente, sem modificar a sua conclusão, a Auditoria Interna do IBGE chamou a atenção para “Inconsistências de saldos do Inventário do exercício findo em 31 de dezembro de 2020” e “Inexistência de registros de Provisões e Passivos Contingentes”, que reportam incompletude das análises pela Fundação das diferenças do inventário físico realizado no último exercício findo, e a ausência de informações que permitam uma melhor compreensão sobre o universo de passivos contingentes que o IBGE possui responsabilização.

A exceção e os pontos de atenção observados pela Auditoria Interna do IBGE foram objeto de recomendações à Administração da Fundação, que está em processo de análise e definição dos planos de ação necessários para a mitigação dos riscos associados a essas questões.

Em relação a conclusões de Órgãos de Controle Público, no ano de 2021, destacamos o acompanhamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre pregões eletrônicos de aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC), que questionaram a ausência de memória de cálculo e pesquisa de preços realizada na fase de planejamento das licitações. O TCU manteve contato em relação aos problemas encontrados preliminarmente nas licitações, realizou reuniões e o IBGE acatou todas as recomendações, remarcando os pregões e refazendo toda a documentação preliminar das licitações.

Adicionalmente, encontram-se em acompanhamento pelo TCU e em avaliação no IBGE as seguintes questões relacionadas a pendências no e-Pessoal, sistema informatizado que permite o controle e a fiscalização de pessoal e substituiu o sistema SISAC para todos os órgãos da Administração Pública Federal:

a) esclarecimentos a respeito de pendências no Módulo Índícios do e-Pessoal referentes aos indícios de irregularidade detectados nas folhas de pagamento dessa unidade de exercícios anteriores a 2020;

b) solicitação recorrente para a realização do recadastramento de atos de pessoal de até nove anos e meio de vínculo no e-Pessoal, devido à migração de sistema por parte do TCU; e

c) solicitação de prioridade aos 39 indícios de irregularidade detectados nas folhas de pagamento dessa unidade de exercícios anteriores a 2020 que se encontram pendentes de esclarecimento no Módulo Índícios do e-Pessoal.

Outrossim, por meio de determinação trazida no Acórdão 403/2021-TCU-Plenário (Processo TC 015.710/2019-0, com monitoramento no TC 012.755/2021-4), apresenta-se o tratamento dado às seguintes recomendações do Tribunal nele contidas:

- Recomendação 1: “que adote medidas junto ao Ministério da Economia para que sejam devidamente atualizados seu estatuto e regimento interno, respectivamente aprovados pelo Decreto 4.740/2003 e Portaria do MPOG 215/2004, relativamente à organização básica atual dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecida pela Lei 13.844/2019, bem assim para a constituição e funcionamento pleno de todos os seus órgãos de direção superior”.

A esse respeito, o IBGE informa que foi publicado o Decreto nº 10.589 de 19 de novembro de 2021 que aprova o novo Estatuto do IBGE que, entre outras alterações, atualiza as informações relativas à organização básica atual dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecida pela Lei 13.844/2019, bem como para constituição e funcionamento pleno de todos os seus órgãos de direção superior. Além disso, conforme previsto no art. 13, inciso I, do Decreto nº 9.739/2019, a edição do Regimento Interno é opcional, e, desta forma, houve a expedição do Ofício Nº 327/2021/PR/IBGE à Secretaria de Gestão Corporativa do Ministério da Economia, em 23/11/2021, solicitando a revogação do Regimento Interno (Portaria Nº 215, de 12 de agosto de 2004 do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), através do abertura no SEI do processo administrativo nº 19962.100463/2021-63. As normas de organização e funcionamento das unidades integrantes do Estatuto são estabelecidas por meio de Resoluções do Conselho Diretor (ato interno).

- Recomendação 2: “que elabore normativo próprio que discipline a estratégia da instituição para o uso de registros administrativos integrados, com a coleta direta de informações junto à população”.

Quanto a essa recomendação, o IBGE tem desenvolvido iniciativas institucionais com vistas à ampliação e aprimoramento no uso de registros administrativos para fins estatísticos. Dentre essas iniciativas, é possível citar a recriação do Comitê da Diretoria de Pesquisas da Área Econômica em 2020, que tem se reunido periodicamente e que possui como uma das suas frentes de trabalho a produção de insumos para o planejamento estratégico no uso de registros administrativos relativos às estatísticas econômicas. Nesse contexto, está previsto para o ano de 2022 a publicação do Mapa Estratégico atualizado do IBGE, contendo objetivo e projetos estratégicos específicos sobre a ampliação e aprimoramento no uso de registros administrativos para fins estatísticos, com especial atenção para a área econômica, norteadas as atividades da Instituição no tema nos próximos anos. Adicionalmente, para o ano de 2023, está prevista a realização de uma nova atualização do planejamento estratégico do IBGE, quando pretende-se incluir projetos específicos, já em discussão, relacionados à expansão e aprimoramento no uso de registros administrativos no âmbito das estatísticas sociais. Dessa forma, o IBGE espera aprimorar o uso dos registros administrativos, priorizando-os e dando-lhes transparência por meio do Plano Estratégico Institucional.

Cabe mencionar, também, que a Controladoria-Geral da União (CGU) realizou, em 2021, auditoria com o objetivo de analisar pregão eletrônico que objetivava o registro de preços para eventual aquisição de notebooks novos, visando a substituição de equipamentos em obsolescência, por já terem cumprido o ciclo de vida útil. Foram identificados riscos associados ao orçamento de preços e à previsão de garantia on-site em inconformidade ao estabelecido no Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IBGE. As recomendações pela divisão dos custos entre aquisição e garantia/suporte em um novo estudo técnico preliminar (ETP) e a realização de nova pesquisa de preços foram atendidas pelo IBGE.

Do total de 37 recomendações de trabalhos de auditorias em diversos temas em monitoramento pela CGU: (i) 16 encontram-se respondidas e possuem a indicação de análise por parte dessa Controladoria; e (ii) 21 estão em processo de atendimento por parte do IBGE.

Por fim, cabe mencionar que as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas podem ser acessadas através do seguinte endereço eletrônico:

<https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas.html>.

Normas e procedimentos

No âmbito da gestão orçamentária e financeira, o IBGE se submete: ao Plano Plurianual (PPA); à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); à Lei Orçamentária Anual (LOA); ao Decreto nº 93.872/1986, alterado em 2020 pelos Decretos nº 10.241/2020 e nº 10.535/2020, o qual versa, dentre outros assuntos, sobre a gestão dos Restos a Pagar na instituição; à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); e ao Decreto nº 10.699/2021 (e atualizações), que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2021.

Já nas atividades contábeis, o órgão se submete: ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª edição; à Lei nº 4.320/1964; às NBC TSP (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público); NBCs TSP numerada em diversos assuntos; e NBC T 16.11 (Sistema e Informações de Custos do Setor Público).

A Coordenação de Orçamento e Finanças, visando controlar e garantir a confiabilidade da regularidade e da completude de todos os registros contábeis dos atos permutativos e modificativos da instituição, adotou os seguintes procedimentos:

- I. Elaboração de manuais para as rotinas que mais geram dúvidas por parte dos usuários:
 - a) Manual para cadastro de senha SERPRO e SIAFI;
 - b) Manual de operacionalização de bens bibliográficos;
 - c) Manual de operacionalização de mercadoria para venda e revenda;
 - d) Manual de operacionalização de suprimento de fundos;
 - e) Manual do cadastro do Rol de Responsáveis;
 - f) Manual para registro da Dívida Ativa;
 - g) Manual para registro de Bens Móveis;

h) Manual para registro de Crédito Administrativo; e

i) Manual prático de cadastramento do documento fiscal e o reconhecimento do fato gerador.

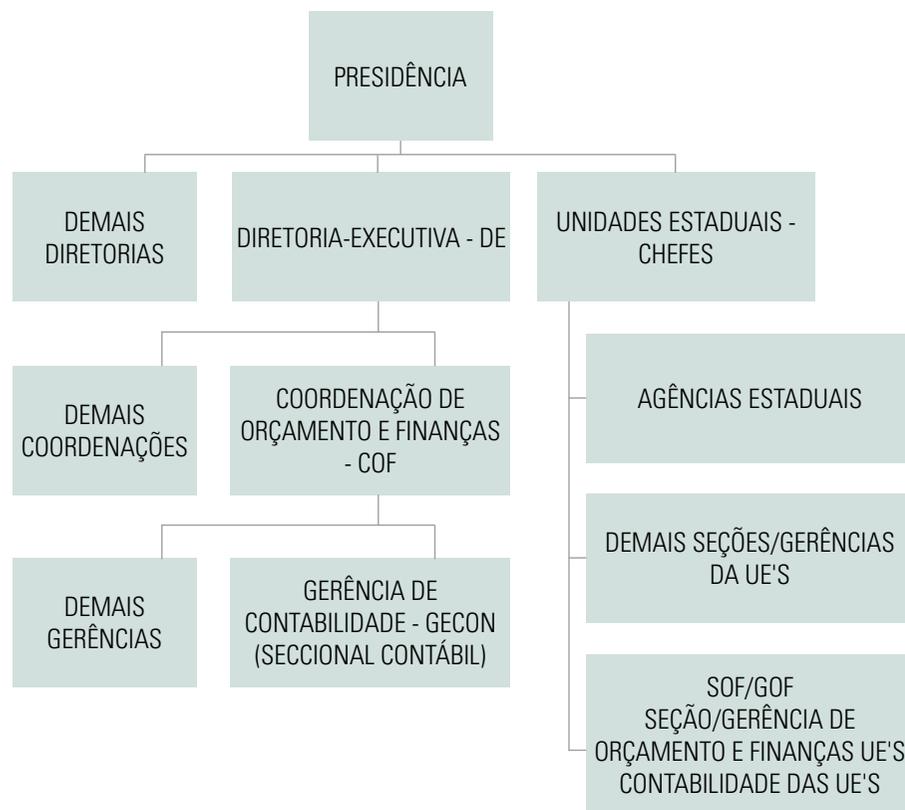
II. Implantação de sistema informatizado interno (Sistema de Dados Administrativos-SDA). Com esse sistema, é possível a instituição controlar as finanças, o orçamento, os bens móveis e imóveis, os contratos, a gestão de pessoas, entre outros. Em especial, esse sistema contém um módulo de captura dos documentos fiscais que é integrado a outro módulo de controle dos contratos, através do qual é feita toda a gestão, emissão das autorizações de pagamentos, com base na utilização dos empenhos extraídos diretamente do SIAFI, com base na atuação de gestores administrativos designados pela Administração. O acesso ao sistema é feito de forma segregada, de acordo com as fases de empenho, liquidação e pagamento, de acordo com o perfil de acesso de cada uma das áreas responsáveis; e

III. Disponibilização de curso a distância de suprimento de fundos para capacitar os servidores responsáveis por valores na modalidade de Suprimentos de Fundos, sendo a realização do curso obrigatória para os novos supridos.

Informações acerca do setor de contabilidade do IBGE

Estrutura

A Gerência de Contabilidade está subordinada à Coordenação de Orçamento e Finanças (COF), que faz parte da Diretoria-Executiva. Funciona como uma Setorial Contábil de Órgão e conta com a colaboração dos contadores lotados na Seção/Gerência de Orçamento e Finanças (SOF/GOF) das Unidades Estaduais.



Composição

A Gerência de Contabilidade (GECON) é composta por quatro Analistas - Contadores. Há também o apoio local dos Contadores das Unidades Estaduais (27 Unidades Gestoras), com exceção das Unidades Estaduais do Rio de Janeiro (UE/RJ), do Piauí (UE/PI) e do Rio Grande do Norte (UE/RN) que, atualmente, não contam com a contribuição de um Contador Responsável.

Competências

Compete à Gerência de Contabilidade do IBGE, entre outras:

- analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras pertencentes ao IBGE;
- orientar as Unidades Estaduais quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo os processos relacionados ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;
- acompanhar as atividades contábeis das unidades, no que diz respeito ao adequado e tempestivo registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- efetuar nas unidades, quando necessário, registros contábeis que, devido às suas peculiaridades, não puderem ser realizados pelas unidades gestoras executoras;
- realizar treinamentos na área de contabilidade para as unidades; e
- elaborar manuais e procedimentos necessários para orientar os servidores responsáveis.

Responsabilidades

Como Seccional de Órgão contábil, a gerência de contabilidade da Sede é a Unidade Gestora (UG) responsável pelo acompanhamento da execução contábil do IBGE e pelo registro da conformidade contábil a nível de órgão.

Nomes, cargos e período de atuação dos responsáveis pela contabilidade

CONTABILIDADE IBGE - CONTADORES RESPONSÁVEIS				
LOTAÇÃO		NOME	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
SEDE				
114601	Adm. Central	Vera Lucia Ahnert dos Santos	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/06/2010
NORTE				
114602	RO	Aecio Trigueiro Monte	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/02/2012
114603	AC	Tiago Nogueira Marques	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/03/2012
114604	AM	Miguel Carlos Viana Negreiros	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/05/2010
114605	RR	Hudson Adriano da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	03/02/2012
114606	PA	José de Anchieta Teixeira Trindade	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	05/03/2012
114607	AP	Ibere de Souza Batista	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	11/05/2010
114639	TO	Ismael Carvalho do Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	03/02/2012
NORDESTE				
114608	MA	Lourivaldo de Andrade Ribeiro	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/12/2015
114609	PI	-	-	-
114610	CE	Deusivanio Muniz Nunes	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/01/2002
114612	RN	-	-	-
114613	PB	Antonio Gouveia Junior	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/03/2012
114614	PE	Gerlane Pereira de Albuquerque Rodrigues	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/12/2010
114615	AL	Artur Angelo Ramos Lamenh	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	02/09/2002
114616	SE	Alexandre Fonseca Menezes	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	04/09/2002
114617	BA	Isabela da Silva Brandão	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	10/01/2002
SUDESTE				
114618	MG	Aluizbi dos Santos Veiga	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/10/1969
114619	ES	Simei Del Pupo da Rocha	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	04/10/2016
114622	SP	Rosano Maroso Goncalves	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/09/2002
114631	RJ	-	-	-

(continua)

Nomes, cargos e período de atuação dos responsáveis pela contabilidade

(conclusão)

CONTABILIDADE IBGE - CONTADORES RESPONSÁVEIS				
LOTAÇÃO		NOME	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
SUL				
114623	PR	Edson Henrique Loch	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	24/05/2010
114624	SC	Julia Gonçalves Peres	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	26/09/2016
114625	RS	Maik Antonio Moraes da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/05/2010
CENTRO-OESTE				
114620	MS	Maria Regina de Miranda Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/09/2002
114626	MT	Lodomiرو Pedroso da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/10/1973
114627	GO	João Fernando Carolina	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	09/12/2002
114629	DF	Talyssa Cristine Cardoso Razini	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	28/08/2006

Equipe técnica

O Relatório de Gestão do exercício 2021 é produto da construção coletiva de todas as unidades da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Instituição está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020, e da Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020.

Diretoria Executiva

Gerência de Planejamento e Gestão

Ana Cristina Martins Bruno

Equipe

Hugo Leonnardo Gomides do Couto (Gerente do Projeto)

Queisse Valente Ximene de Araújo (Assistente)

Colaboradores

Coordenação de Comunicação Social

Programação visual e infografia

Helena Maria Mattos Pontes

Helga Szpiz

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marisa Sigolo

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Leonardo Martins

Diagramação

Thiago Goulart da Silva

Pontos focais - Titulares e suplentes

Adriana Gonçalves Saraiva

Ana Carolina Marchezi Cobe

Ana Cristina Martins Bruno

André Eduardo Oliveira de Paula Lico

Andressa Vinhas de Figueiredo Reis Soares

Bárbara Conceição Teixeira Coelho

Carlos Alberto Vianna Costa

Cinthia Oliveira Paiva

Cláudia Rodrigues do Prado

Clóvis Alberto Garcia de Barros

Edson Chun Ichi Ebara

Edson Wanderlei Fontana

Flávia Azevedo Mendes de Melo

Gisela Vargas Silveira

Hugo Leonnardo Gomides do Couto

Isabela Coutinho de Souza Biagio



Equipe técnica

Luciana Lopes Monteiro
Luciana Martins Prazeres Scheufler
Marcos Vinicius Amaral de Souza
Maria do Socorro Alves Nunes Actis Pereira
Mário Almada Grabois
Massashige Takiguchi
Nélio Ferreira Machado
Paula Leite da Cunha e Melo
Pedro Mendonca Renaux Wanderley
Queisse Valente Ximene de Araújo
Rachel Cristina Borges Simões Micaelo
Rafael Magalhães Costa
Raissa Batista Madureira
Ricardo Baptista
Rodrigo Vieira Laureano
Rogério Cunha de Andrade
Sandra Martins Lino
Sheila Souza Fonseca
Sonia Val Dias
Tauan Braz Bonfim
Victor Reis de Santiago Nunes
Vivaldi Campos Junior
Willyam Gonçalves da Silva



